



EBSERH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016
APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE
INTERNO E EXTERNO COMO PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ
OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE
ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº
63/2010, DA DN-TCU Nº 154/2016 E 156/2016 E
PORTARIA-TCU Nº 59/2017

BRASÍLIA-DF

2017

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretária Executiva do Ministério da Educação

Maria Helena Guimarães de Castro

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Presidente

Kleber de Melo Morais

Diretoria Vice-Presidência Executiva (DVPE)

Laedson Bezerra

Diretoria de Administração e Infraestrutura (DAI)

Jaime Gregório dos Santos Filho

Diretoria de Atenção à Saúde (DAS)

Cláudio Wanderley Luz Saab

Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)

Eduardo Diniz Gonçalves Porciuncula

Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF)

Euler da Cunha Fonseca

Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI) - Substituto

Américo Fernandes de Souza Filho

Coordenação

Coordenadoria de Gestão Estratégica (DVPE)

Capa

Coordenadoria de Comunicação Social (DVPE)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AFAC	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
AGHU	Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários
AIH	Autorização de Internação Hospitalar
AMAG	Avaliação de Maturidade do Ambiente de Governança dos Hospitais Universitários
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APAC	Autorização de Procedimentos Ambulatoriais
AUDIN	Auditoria Interna da Sede
AUDIR	Auditorias Internas em cada filial da Empresa
AUGE	Auditor Geral
CADIN	Cadastro de Inadimplentes
CAMEM	Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas
CDSI	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistema de Informações
CEBAS	Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Saúde
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGE	Coordenadoria de Gestão Estratégica
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGPEC	Comitê Gestor Interministerial do Programa
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	Controladoria Geral da União
CHC	<i>Consorci de Salut i Social de Catalunya</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNES	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COREME	Comissão de Residências Médicas

COREMU	Comissão de Residências Multiprofissional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRT	Canal de Relações de Trabalho
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAI	Diretoria de Administração e Infraestrutura
DAS	Diretoria de Atenção à Saúde
DEST	Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DGPTI	Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação
DIRF	Declaração do Imposto Retido na Fonte
DIVGP	Divisão de Gestão de Pessoas
DN	Decisão Normativa
DOF	Diretoria de Orçamento e Finanças
DOU	Diário Oficial da União
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVPE	Diretoria Vice-Presidência Executiva
3EC	Escola Ebserh de Educação Corporativa
EAC	Escola de Ciências Atuariais
EAD	Educação a Distância
EAS	Estabelecimentos Assistenciais de Saúde
Ebserh	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
E-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EPECSUS	Programa Ebserh de Pesquisas Clínicas Estratégicas para o Sistema Único de Saúde
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
ESAF	Escola de Administração Fazendária
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz

FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras
FNS	Fundo Nacional de Saúde
GEP	Gerência de Ensino e Pesquisa
GPP	Gestão de Portfólio de Projetos
GRU	Guia de Recolhimento da União
GT	Grupo de Trabalho
HSL	Hospital Sírio Libanês
HUF	Hospital Universitário Federal
IAS	Normas Internacionais de Contabilidade
ICT	Instituições Científicas e Tecnológicas
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFRS	<i>Internacional Financial Reporting Standards</i>
IGH	Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Nacional
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
LAIS	Laboratório de Inovação em Saúde
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MMAG	Projeto de Mensuração de Maturidade no Ambiente de Governança
MMPPP	Módulo de Monitoramento de Providências Permanente
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTFCGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
NATS	Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBR	Normas Brasileiras Regulamentadoras

NR	Normas Regulamentadoras
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDC	Plano de Desenvolvimento de Competências
PDE	Plano Diretor Estratégico
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEDGP	Planejamento Estratégico da Diretoria de Gestão de Pessoas
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PEST	Político, Econômico, Social e Tecnológico
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PL	Patrimônio Líquido
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMMB	Projeto Mais Médicos para o Brasil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNGTS	Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PRADEG	Programa de Disciplina e Eficiência do Gasto
PSI	Política de Segurança da Informação
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAS	Redes de Atenção à Saúde
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
REHUF	Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
RJU	Regime Jurídico Único
RMA	Relatórios Mensais de Almoхарifado
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SESU	Secretaria de Ensino Superior
SGC	Sistema de Gestão de Convocações
SGP	Sistema de Gestão de Processos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SIGP	Sistema Integrado de Gestão de Pessoas
SIJUR	Sistema Jurídico
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SNIS	Sistema Nacional de Inovação em Saúde
SI-PNI	Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPO	Secretaria de Planejamento Orçamentário
SRAS	Setor de Regulação e Avaliação em Saúde
SRF	Secretaria da Receita Federal
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
STA	Sistema de Transferência de Arquivos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Serviço Único de Saúde
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UASG	Unidade Administrativa de Serviços Gerais
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNOPS	Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos
UO	Unidade Orçamentária

UPA	Unidade de Produto Assistencial
USP	Universidade de São Paulo
WCAG	<i>World Content Accessibility Guide</i>

LISTA DE SIGLAS DAS UNIVERSIDADES E HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS E DATA DE ASSINATURA DOS CONTRATOS DE GESTÃO COM A Ebserh¹

Nº	IFES	SIGLA DA IFES	Nº	NOME DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO FEDERAL	SIGLA DO HUF	CONTRATO DATA DA ASSINATURA
1	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	1	Hospital Universitário da UFMA	HU-UFMA	17/01/2013
2	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	2	Hospital de Clínicas da UFTM	HC-UFTM	17/01/2013
3	Universidade de Brasília	UnB	3	Hospital Universitário de Brasília	HUB-UNB	17/01/2013
4	Universidade Federal do Piauí	UFPI	4	Hospital Universitário do Piauí	HU-UFPI	08/04/2013
5	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	5	Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes	HUCAM-UFES	15/04/2013
6	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	6	Hospital Universitário Ana Bezerra	HUAB-UFRN	29/08/2013
			7	Hospital Universitário Onofre Lopes	HUOL-UFRN	29/08/2013
			8	Maternidade Escola Januário Cicco	MEJC-UFRN	29/08/2013
7	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	9	Hospital Universitário da Grande Dourados	HU-UFGD	26/09/2013
8	Universidade Federal de Sergipe	UFS	10	Hospital Universitário da UFS	HU-UFS	17/10/2013
			11	Hospital Regional de Lagarto	HRL-UFS	16/12/2015
9	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	12	Hospital Universitário Getúlio Vargas	HUGV-UFAM	06/11/2013
10	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	13	Hospital Universitário Júlio Müller	HUJM-UFMT	12/11/2013
11	Universidade Federal do Ceará	UFC	14	Hospital Universitário Walter Cantídio	HUWC-UFC	26/11/2013
			15	Maternidade Escola Assis Chateaubriand	MEAC-UFC	26/11/2013
12	Universidade Federal da Bahia	UFBA	16	Hospital Universitário Professor Edgard Santos	HUPES-UFBA	02/12/2013
			17	Maternidade Climério de Oliveira	MCO-UFBA	02/12/2013
13	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	18	Hospital das Clínicas da UFPE	HC-UFPE	11/12/2013
14	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	19	Hospital das Clínicas da UFMG	HC-UFMG	12/12/2013
15	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	20	Hospital Universitário Lauro Wanderley	HULW-UFPB	17/12/2013
16	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	21	Hospital Universitário de Santa Maria	HUSM-UFSM	17/12/2013
17	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	22	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	HUMAP-UFMS	18/12/2013
18	Universidade Federal do Vale do São Francisco	Univasf	23	Hospital de Ensino Dr. Washington Antônio de Barros	HU-UNIVASF	07/01/2014
19	Universidade Federal de Alagoas	Ufal	24	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	HUPAA-UFAL	14/01/2014
20	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	25	Hospital Escola de São Carlos	HU-UFSCAR	14/10/2014
21	Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	26	Hospital Escola da UFPel	HE-UFPEL	30/10/2014
22	Universidade Federal do Paraná	UFPR	27	Hospital de Clínicas da UFPR	CHC-UFPR	30/10/2014
		UFPR	28	Maternidade Victor Ferreira do Amaral		30/10/2014
23	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	29	Hospital Universitário da UFJF	HU-UFJF	19/11/2014
24	Universidade Federal do Goiás	UFG	30	Hospital das Clínicas da UFG	HC-UFG	29/12/2014
25	Universidade Federal de Tocantins	UFT	31	Hospital de Doenças Tropicais	HDT-UFT	25/02/2015
26	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	FURG	32	Hospital Universitário Doutor Miguel Riet Corrêa Junior	HUMRCJ-FURG	23/07/2015

¹ Dados até 31/12/2016.

Nº	IFES	SIGLA DA IFES	Nº	NOME DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO FEDERAL	SIGLA DO HUF	CONTRATO DATA DA ASSINATURA
27	Universidade Federal do Pará	UFPA	33	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	HUBFS-UFPA	13/10/2015
			34	Hospital Universitário João de Barros Barreto	HUJBB-UFPA	13/10/2015
28	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	35	Hospital Universitário Alcides Carneiro	HUAC-UFCG	09/12/2015
			36	Hospital Universitário Júlio Bandeira	HUJB-UFCG	09/12/2015
29	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Unirio	37	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle	HUGG-UNIRIO	16/12/2015
30	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	38	Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago	HU-UFSC	16/03/2016
31	Universidade Federal Fluminense	UFF	39	Hospital Universitário Antonio Pedro	HUAP-UFF	06/04/2016

LISTA DE SIGLAS DAS UNIVERSIDADES E HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS SEM CONTRATO DE GESTÃO COM A Ebserh²

Nº	IFES	SIGLA DA IFES	Nº	NOME DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO FEDERAL	SIGLA DO HUF
32	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	40	Hospital de Clínicas de Uberlândia	HC-UFU
33	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	41	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	HUCFF-UFRJ
			42	Hospital Escola São Francisco De Assis	HESFA-UFRJ
			43	Instituto de Doenças do Tórax	IDT-UFRJ
			44	Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira	IPPMG-UFRJ
			45	Instituto de Ginecologia	IG-UFRJ
			46	Instituto de Neurologia Deolindo Couto	INDC-UFRJ
			47	Instituto de Psiquiatria	IPUB-UFRJ
			48	Maternidade Escola da UFRJ	ME-UFRJ
34	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	49	Hospital São Paulo	HSP-UNIFESP
35	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	50	Hospital de Clínicas de Porto Alegre ³	HCPA-UFRGS

² Dados até 31/12/2016.

³ Empresa Pública.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	84
Tabela 2 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	85
Tabela 3 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	86
Tabela 4 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	87
Tabela 5 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	89
Tabela 6 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	90
Tabela 7 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	91
Tabela 8 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	92
Tabela 9 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	93
Tabela 10 - Histórico orçamentário.....	94
Tabela 11 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	96
Tabela 12 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	98
Tabela 13 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	99
Tabela 14 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	100
Tabela 15 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS.....	101
Tabela 16 - Ações do Orçamento de Investimento.....	101
Tabela 17 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	103
Tabela 18 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	104
Tabela 19 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	104
Tabela 20 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	105
Tabela 21 - Receita líquida diretamente arrecadada Ebserh - exercício 2016.....	107
Tabela 22 - Valores financeiros recebidos por cada UG da Ebserh pela prestação de serviços de saúde provenientes do limite do FNS.....	107
Tabela 23 - Despesas por modalidade de contratação: Total da UO 26443.....	108
Tabela 24 - Despesas por grupo e elemento de despesa: Total da UO 26443.....	111
Tabela 25 - Indicadores e metas Estratégicas da Ebserh.....	116
Tabela 26 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	144
Tabela 27 - Síntese da Remuneração dos Administradores.....	145
Tabela 28 - Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores.....	146
Tabela 29 - Força de Trabalho da UPC.....	148
Tabela 30 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	149
Tabela 31 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	149

Tabela 32 - Execução do PDC 2016.....	150
Tabela 33 - Cursos e capacitações na plataforma de ensino a distância da 3EC	151
Tabela 34 - Despesas do pessoal (em R\$).....	153
Tabela 35 - Quantitativo de profissionais vinculados à Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (até dezembro de 2016).....	166
Tabela 36 - Quantitativo de profissionais vinculados ao Setor de Gestão de Processos e TI dos hospitais que já realizaram concurso público para cargos efetivos (até dezembro de 2016)	166
Tabela 37 - Projetos desenvolvidos pela DGPTI/Ebserh durante o ano de 2016.	168
Tabela 38 - Registro de dados gerenciais e estatístico sobre quantidade de solicitações	171
Tabela 39 - Aplicações financeiras em 2016.....	178
Tabela 40 - Valores Arrecadados por GRU em 2016.....	178
Tabela 41 - Balanço Patrimonial	198
Tabela 42 - Balanço Patrimonial	199
Tabela 43 - Demonstração do resultado do exercício.....	200
Tabela 44 - Demonstração do resultado do exercício.....	201
Tabela 45 - Demonstração dos fluxos de caixa	203
Tabela 46 - Demonstração do Valor Adicionado	204
Tabela 47 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	205
Tabela 48 - Valor registrado na Conta Contábil ao final de 2016	209
Tabela 49 - Saldos existentes nos estoques em comparação ao saldo contábil do SIAFI	212
Tabela 50 - Valores referentes aos depósitos judiciais da Sede e Unidades da Rede Ebserh.....	213
Tabela 51 - Volume imobilizado da Ebserh por unidades da Empresa comparando 2015 e 2016.....	215
Tabela 52 - Equipamentos de processamento de dados comparando 2015 e 2016	215
Tabela 53 – Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares comparando 2015 e 2016	216
Tabela 54 - Prazos previstos para finalização dos trabalhos nas filiais	217
Tabela 55 - Ativos intangíveis comparando 2015 e 2016	219
Tabela 56 - <i>Softwares</i> e licenças da Ebserh responsáveis pelo montante de intangível registrado no balanço.....	219
Tabela 57 - Planilha de análise horizontal e vertical do passivo comparando 2015 e 2016.....	220
Tabela 58 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais comparando 2015 e 2016.....	221
Tabela 59 - Fornecedores e contas a pagar a curto prazo comparando 2015 e 2016.....	221
Tabela 60 - Provisão de Contingências comparando 2015 e 2016.....	222
Tabela 61 - Composição e estimativa das contingências de natureza judiciais (trabalhista e cíveis).....	223
Tabela 62 - Volume das consignações, depósitos não judiciais e outras obrigações a curto prazo comparando 2015 e 2016... 223	223
Tabela 63 - Saldo dos depósitos retidos de fornecedores	224
Tabela 64 - Saldo do AFAC em 31/12/2015 registrado no SIAFI	225

Tabela 65 - Quadro de Evolução do AFAC 2016	225
Tabela 66 - Evolução do Passivo comparando 2015 e 2016	226
Tabela 67 - Repasses previstos na LOA.....	227
Tabela 68 - Receitas financeiras oriundas de recursos da conta única aplicados	228
Tabela 69 - Remuneração paga a empregados e administradores	232
Tabela 70 - Conciliação entre os grupos totais do ativo e passivo 2015 e 2016, conforme a Lei nº 6.404/76 e a Lei nº 4.320/64 extraído do SIAFI.....	236
Tabela 71 - Modelo de controle de saldo de contratos e empenhos	254
Tabela 72 - Modelo de planilha para implementação de controle de pagamentos dos contratos	255

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Normas e regulamento de criação alteração e funcionamento da unidade	32
Quadro 2 - Alterações realizadas para a composição do novo organograma da Ebserh.....	34
Quadro 3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	40
Quadro 4 - Produtos e serviços gerados com a execução das atividades das Empresa, insumos, fornecedores, clientes e parceiros	77
Quadro 5 - Lista de Hospitais Universitários Federal da Rede Ebserh com Unidade de Auditoria Interna	135
Quadro 6 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC	141
Quadro 7 - Melhorias obtidas.....	143
Quadro 8 - Principais sistemas de informação desenvolvidos ou sustentados pela DGPTI da Ebserh	159
Quadro 9 - Cursos realizados por empregados da Ebserh lotados na DGPTI, durante o ano de 2016.....	164
Quadro 10 - Declaração do Contador Atestando as Demonstrações Contábeis	205
Quadro 11 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	238

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação entre a soma dos valores anuais dos contratos anteriores e a soma dos valores anuais dos contratos (re)pactuados das Filiais Ebserh, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2016	113
Gráfico 2 - Evolução dos programas de residência e residentes matriculados	115
Gráfico 3 - Pesquisa de satisfação dos usuários dos hospitais filiados a Ebserh – 2016	173
Gráfico 4 - Índice de Satisfação e Indicação	173
Gráfico 5 - Aplicações financeiras em 2016	179
Gráfico 6 - Limite de saque da Conta Única	209
Gráfico 7 - Evolução dos estoques da empresa no encerramento dos exercícios de 2015 e 2016.....	210
Gráfico 8 - Distribuição do estoque de almoxarifado por filial.....	211
Gráfico 9 - Composição do imobilizado em 2016.....	214
Gráfico 10 – Evolução do imobilizado de 2015 para 2016	214
Gráfico 11 - Repasses do Orçamento Geral da União comparando 2015 e 2016.....	228
Gráfico 12 - Aplicações financeiras: movimentação e saldo.....	228
Gráfico 13 - Composição das despesas de 2016.....	229
Gráfico 14 - Número de empregados	230
Gráfico 15 - Distribuição dos empregados por hospital da Rede Ebserh	230
Gráfico 16 - Distribuição geral dos cargos comissionados	231
Gráfico 17 - Distribuição por cargo efetivo.....	231

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Vigente de 22 de junho de 2015 até dia 28 de abril de 2016	36
Figura 2 - Organograma Vigente a partir de 29 de abril de 2016 a 16 de novembro de 2016.....	37
Figura 3 - Organograma Vigente a partir de 16 novembro de 2016 a 01 de dezembro de 2016	38
Figura 4 - Organograma Vigente a partir de 01 de dezembro de 2016	39
Figura 5 - Mapa Estratégico da Ebserh 2017-2021	79
Figura 6 - Clientes da Ebserh	80
Figura 7 - Eixos estratégicos de atuação da Ebserh.....	82
Figura 8 - Planejamento Estratégico da Ebserh e o Plano Nacional de Educação.....	82
Figura 9 - A Auditoria Interna no Organograma da Ebserh	137
Figura 10 - Mapa das Universidades Federais que assinaram contrato para gestão de seus Hospitais Universitários	194

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A - Notas explicativas complementares sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2016	258
---	-----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	29
1. VISÃO GERAL	31
1.1. Finalidade e competências	31
1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	32
1.3. Ambiente de atuação	33
1.4. Organograma	33
1.5. Macroprocessos finalísticos	77
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	79
2.1. Planejamento organizacional	79
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	79
2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	80
2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	81
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	83
2.3. Desempenho orçamentário	83
2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	83
2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	102
2.3.3. Obrigações assumidas sem crédito autorizado no orçamento	102
2.3.4. Execução descentralizada com transferência de recursos	103
2.3.5. Informações sobre a realização das receitas	106
2.3.6. Informações sobre a execução das despesas	108
2.4. Desempenho operacional	113
2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	116
2.5.1. Informações e indicadores sobre o desempenho operacional	116
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	117
3.1. Descrição das estruturas de governança	117
3.1.1. Atendimento à Lei das Estatais	118
3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	118
3.3. Atuação da unidade de auditoria interna	131
3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	140
3.5. Gestão de riscos e controles internos	140
3.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	144
3.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	146
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	147
4.1. Gestão de pessoas	147

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade _____	147
4.1.1.1. Política de capacitação da Força de Trabalho _____	150
4.1.1.2. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos _____	152
4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal _____	153
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal _____	155
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários _____	155
4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura _____	156
4.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União _____	156
4.2.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas _____	156
4.2.3. Informações sobre imóveis locados de terceiros _____	157
4.3. Gestão da tecnologia da informação _____	157
4.3.1. Principais sistemas de informações _____	157
4.3.1.1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) _____	157
4.3.1.2. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações (CGTIC) _____	158
4.3.1.3. Plano de Capacitação do Pessoal de TI _____	164
4.3.1.4. Força de Trabalho de TI _____	165
4.3.1.5. Processos de Gerenciamento de Serviços de TI _____	167
4.3.1.6. Projetos de TI desenvolvidos em 2016 _____	168
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE _____	171
5.1. Canais de acesso ao cidadão _____	171
5.2. Cartas de Serviços ao Cidadão _____	172
5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários _____	172
5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade _____	174
5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações _____	175
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS _____	178
6.1. Desempenho financeiro no exercício _____	178
6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos _____	180
6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade _____	180
6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas _____	192
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE _____	238
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU _____	238
7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno _____	250
7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário _____	251
7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 _____	252
7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento _____	256

7.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda _____	256
8. ANEXOS E APÊNDICES _____	258

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem por objetivo apresentar as ações desenvolvidas e resultados obtidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) vinculada ao Ministério da Educação (MEC), em atendimento às exigências dos órgãos de controle e em consonância com as normativas que dispõem sobre a sua organização e conteúdo.

A elaboração deste documento norteou-se pelas normas de organização e apresentação de relatórios e de peças complementares integrantes dos processos de contas da Administração Pública Federal, em especial, a Instrução Normativa-TCU (IN-TCU) nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa-TCU (DN-TCU) nº 154, de 19 de outubro de 2016, e a Portaria-TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017.

As informações estão estruturadas, por item, nos termos do Anexo II da DN-TCU nº 154, de 2016 e do Anexo Único da Portaria-TCU nº 59, de 2017, observando-se, quando aplicável, o conjunto de itens de informações que foi atribuído à conta no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas). Foram abordadas as seções: visão geral da Unidade; planejamento organizacional e desempenhos orçamentário e operacional; governança, gestão de riscos e controles internos; áreas especiais da gestão; relacionamento com a sociedade; desempenho financeiro e informações contábeis; e conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle. As figuras, gráficos, quadros e tabelas estão numerados sequencialmente na ordem em que aparecem no texto. Alguns itens de informação referenciados na Portaria-TCU nº 59, de 2017 e atribuídos no e-Contas, não foram apresentados no Relatório, por tratarem de situações não ocorridas no exercício ou que não se aplicam à Ebserh. Na introdução do respectivo capítulo, será noticiada a supressão. Há também o caso de seção que já responde a informações solicitadas em outra seção e nota explicativa indica esse caso.

As informações financeiras e orçamentárias abrangem programas e ações desenvolvidos no exercício, em consonância com a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (Lei Orçamentária Anual), contemplando, entre outros, os demonstrativos da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social destinados a esta Empresa, com realce para os principais aspectos e contas que compõem os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais e a Composição das Disponibilidades Financeiras. Considerando que este Relatório de Gestão Individual estará no Portal desta Empresa (www.Ebserh.gov.br) para consulta pública, entende-se que o documento fornecerá à sociedade elementos para a completa avaliação da gestão da Ebserh em 2016.

1. VISÃO GERAL

1.1. Finalidade e competências

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), criada por meio da Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, Empresa vinculada ao MEC, é a solução apontada pelo Governo Federal para atuar na gestão de Hospitais Universitários Federais (HUFs) em conjunto com as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Seu foco de atuação são os serviços de atenção à saúde e de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

A Ebserh foi criada, tendo em vista a necessidade de assegurar as condições necessárias de estrutura e gestão para o adequado funcionamento dos hospitais vinculados às Ifes. A estruturação física e de pessoal da Empresa nos exercícios de 2012 a 2016, aconteceu concomitantemente ao desenvolvimento de ações efetivas para a adesão e estabelecimento de contrato para gestão dos Hospitais Universitários, e ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf). Ao final de 2016, a Ebserh contava com 39 Hospitais Universitários vinculados a 31 Ifes. Conforme previsto na Lei 12.550/2011, cabe à Universidade, dotada de autonomia, a discricionariamente de vincular-se à Ebserh e permitir que esta faça a gestão do respectivo HUF.

Em busca de cumprir seus objetivos, esta Empresa concentra ações na recomposição e expansão da força de trabalho dos HUFs com a substituição de empregados com vínculos precários por empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na reestruturação e modernização física dos HUFs, renovação do parque tecnológico, implementação de modelo de gestão eficiente e na ampliação dos serviços assistenciais prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Quadro 1 - Normas e regulamento de criação alteração e funcionamento da unidade

Normas de criação e alteração da Unidade
<u>Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011</u> Autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade
<u>Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011</u> : aprova o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e dá outras providências. <u>Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010</u> : Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais. <u>Resolução nº 01, de 31 de julho de 2012</u> , do Conselho de Administração: aprova o Regimento Interno. <u>Portaria nº 34, de 21 de agosto de 2012</u> : torna pública a aprovação, pelo Conselho de Administração, do Regimento Interno da Ebserh. <u>Portaria nº 35, de 22 de agosto de 2012</u> : torna pública a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 31 de julho de 2012, e pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.735/2005. <u>Portaria GM/MEC nº 442, de 25 de abril de 2012</u> : delega à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares o exercício de algumas competências descritas no Decreto no 7.690, de 02 de março de 2012, bem como no Decreto no 7.082, de 27 de janeiro de 2010. <u>Portaria nº 125, de 11 de dezembro de 2012 Texto revisado em 30 de julho de 2015</u> : delega competência aos Superintendentes dos Hospitais Universitários administrados pela Ebserh para a prática dos atos de gestão que especifica. <u>Resolução do Conselho de Administração da Ebserh nº 39, de 26 de novembro de 2014</u> : Dispõe sobre a aprovação da proposta da revisão do Regimento Interno da Ebserh e dá outras providências. <u>Resolução do Conselho de Administração da Ebserh nº 54, de 10 de maio de 2016</u> : Dispõe sobre a aprovação da proposta da revisão do Regimento Interno da Ebserh e dá outras providências.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade
Manual de Identidade Visual da Ebserh. Disponível em: http://Ebserh.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/manual_identidade_visual_Ebserh.pdf Cartilha Perguntas e Respostas. Disponível em: http://www.Ebserh.gov.br/documents/15796/112470/Cartilha+perguntas+e+respostas/efbb1c02-7546-4845-8998-655029382c90?version=1.1

1.3. Ambiente de atuação

Integrando o escopo das ações do Planejamento Estratégico da Ebserh, foi realizada, na fase de formulação da estratégia, a análise do ambiente externo e interno em que a organização está inserida. O levantamento dos fatores externos e seus possíveis impactos na Ebserh, foi realizado por meio da utilização da ferramenta PEST, acrônimo para os termos Político, Econômico, Social e Tecnológico, dimensões consideradas ao se mapear o cenário externo de inserção da Empresa.

Foram elencados como fatores externos prioritários, com impactos potenciais e consequências na gestão da Empresa, a mudança dos atores políticos em virtude da assunção de um novo Governo e o consequente redirecionamento das linhas de atuação das políticas públicas do país, nas áreas de saúde e educação, apontando para uma possível redefinição de seu corpo dirigente e um reposicionamento da sua linha de atuação. Também a política governamental de restrição orçamentária, figura-se como um fator preponderante a ser considerado, com a consequente limitação no aporte de recursos e aumento da cobrança por resultados de eficiência.

A análise do ambiente interno centrou-se no levantamento das expectativas dos clientes e nas entregas efetivadas pela Empresa, de forma a endereçar a elaboração dos objetivos de seu Mapa Estratégico. Como resultado desta análise, identificaram-se as linhas de atuação da Ebserh evidenciadas na Lei nº 12.550, de criação da Empresa, indicando como seus clientes o SUS e as universidades federais. Neste sentido, a função da Ebserh junto ao SUS é prestar atenção à saúde de excelência e, concernente à universidade, fornecer um cenário de prática adequado ao ensino e pesquisa para os docentes e discentes. Complementarmente, a Sede da Ebserh possui função específica de definir diretrizes e aportar gestão e recursos financeiros, humanos, de infraestrutura e tecnológicos junto aos seus Hospitais Universitários Federais filiados. Estas análises de ambiente externo e interno ancoraram a definição da Missão e Visão da Ebserh, assim como a elaboração do Mapa Estratégico, com seus respectivos objetivos, apresentados mais adiante, na seção 2.1.

1.4. Organograma

Resumo das alterações na arquitetura organizacional da Ebserh

O organograma vigente foi aprovado na 54ª Reunião do Conselho de Administração, no dia 01 de dezembro de 2016. As alterações na arquitetura organizacional da Empresa resultaram do seu amadurecimento institucional, e tiveram como objetivo principal o aprimoramento do desempenho

sistêmico da Empresa. O Quadro 2 detalha todas as alterações realizadas até a composição do organograma atual da Ebserh.

Quadro 2 - Alterações realizadas para a composição do novo organograma da Ebserh

AÇÃO	DE	PARA
Criação de Assessoria Parlamentar	-	-
Criação de Assessoria Técnica - Parlamentar	-	-
Alteração de nome	Assessoria Especial	Assessoria
Alteração de nome	Serviço Jurídico Contencioso	Serviço Jurídico para Assuntos Contenciosos
Alteração de nome	Serviço Jurídico Consultivo	Serviço Jurídico para Assuntos de Pessoal
Criação de Serviço Jurídico para Assuntos Administrativos	-	-
Alteração de nome	Coordenadoria de Ensino e Pesquisa	Coordenadoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica
Alteração de nome	Serviço de Ensino e Pesquisa	Serviço de Pesquisa e Inovação Tecnológica
Criação de Coordenadoria de Formação Profissional	-	-
Criação de Serviço de Formação Profissional	-	-
Extinção de Chefia de Gabinete da Diretoria Vice-Presidência Executiva	-	-
Criação de Assessorias da Diretoria Vice-Presidência Executiva	-	-
Alteração de nome	Serviço de Vigilância em Saúde e Segurança do Paciente	Serviço de Gestão da Qualidade Assistencial
Alteração de nome	Serviço de Gestão de Farmácia Hospitalar	Serviço de Gestão da Assistência Farmacêutica
Extinção de Coordenadoria de Gestão de Tecnologias em Saúde	-	-
Extinção de Serviço de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde	-	-
Extinção de Serviço de Gestão de Equipamentos e Produtos para Saúde	-	-
Extinção de Serviço de Gestão de Plano de Cargos, Carreiras, Salários e Benefícios	-	-
Criação de Serviço de Provimento de Pessoal	-	-
Extinção de Serviço de Integração de Pessoas	-	-
Alteração de nome	Diretoria de Controladoria e Finanças	Diretoria de Orçamento e Finanças
Alteração de nome	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	Coordenadoria de Planejamento e Execução Orçamentária
Alteração de nome	Serviço de Gestão Financeira	Serviço de Execução Orçamentária e Financeira
Alteração de nome	Serviço de Planejamento Orçamentário e Financeiro	Serviço de Planejamento Orçamentário
Alteração de nome	Coordenadoria de Controladoria	Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
Alteração de nome	Serviço de Contabilidade Financeira	Serviço de Contabilidade
Alteração de nome	Serviço de Controle Orçamentário e Financeiro	Serviço de Gestão Financeira
Alteração de nome	Serviço de Suporte à Contratações da Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI)	Serviço de Apoio Estratégico de Processos de TIC
Alteração de nome	Corregedoria-Geral	Coordenadoria da Corregedoria-Geral
Alteração de nome	Consultoria Jurídica	Coordenadoria da Consultoria Jurídica

As Figuras 1, 2, 3 e 4 apresentam os organogramas vigentes até 28 de abril, a partir de 29 de abril, até novembro e o organograma atual de dezembro de 2016, respectivamente. O Quadro 3 apresenta as informações sobre áreas ou subunidades estratégicas (competências, cargos, titulares e períodos de atuação).

Figura 1 - Organograma Vigente de 22 de junho de 2015 até dia 28 de abril de 2016

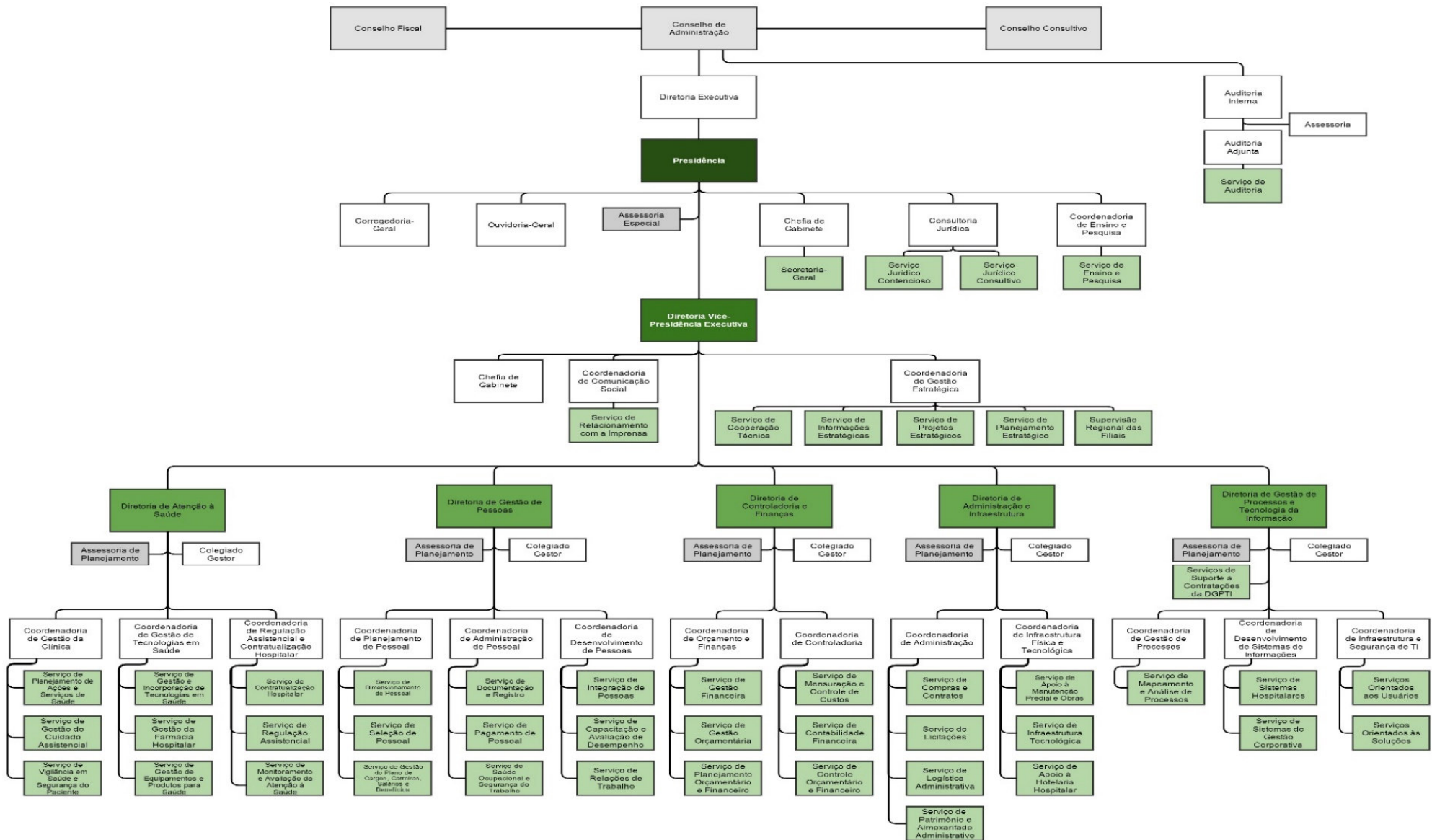


Figura 2 - Organograma Vigente a partir de 29 de abril de 2016 a 16 de novembro de 2016

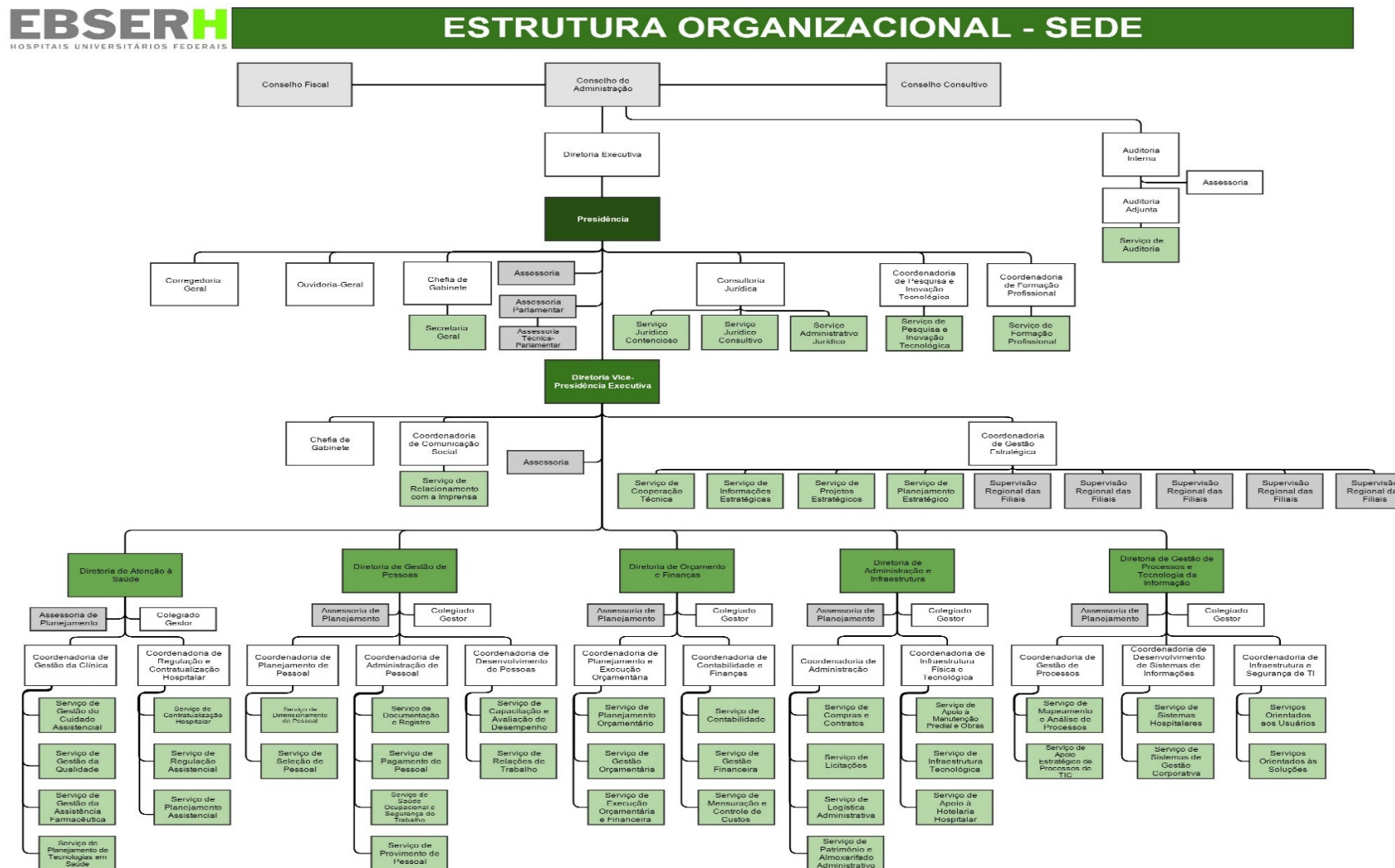


Figura 3 - Organograma Vigente a partir de 16 novembro de 2016 a 01 de dezembro de 2016

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - SEDE

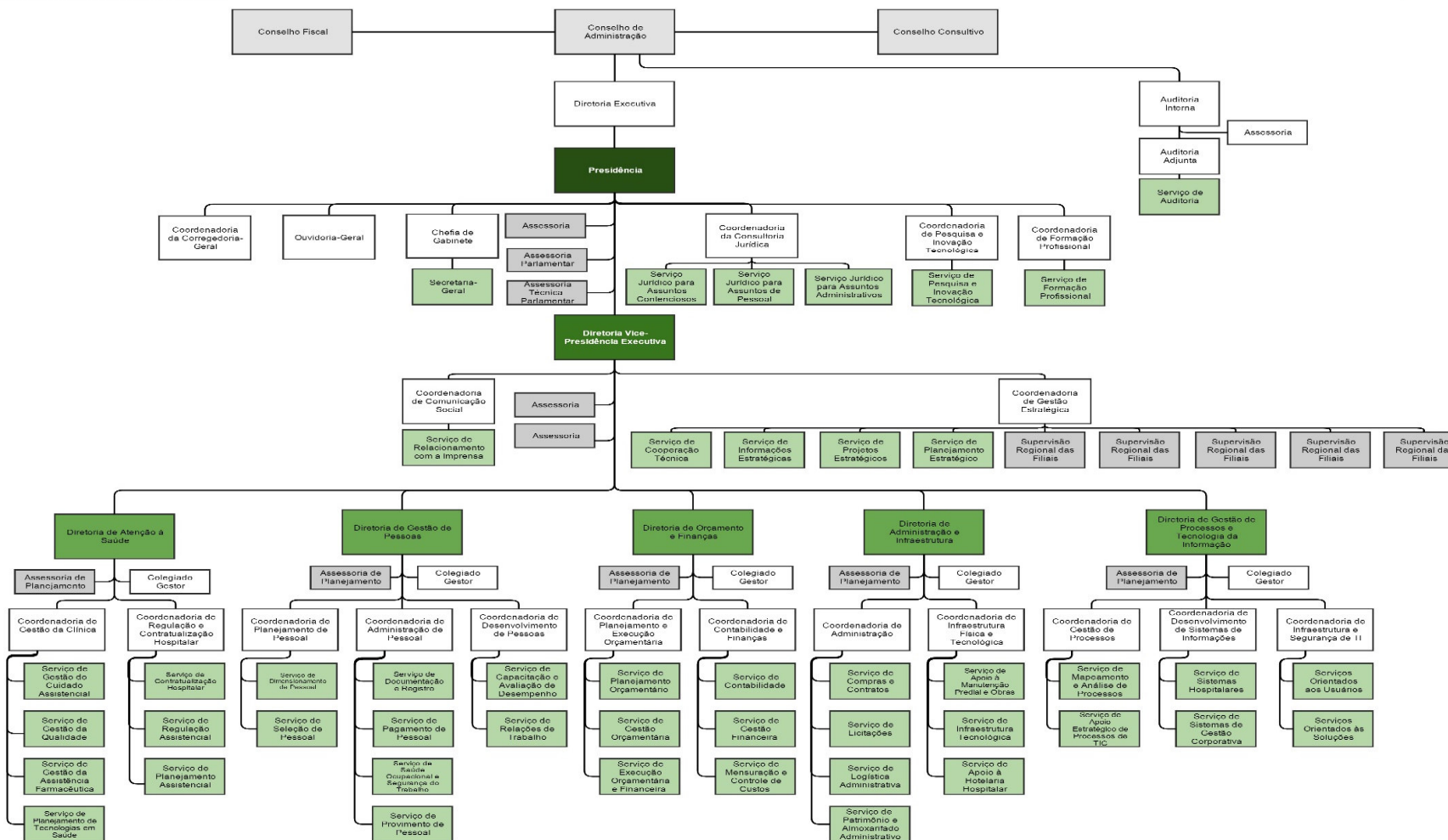
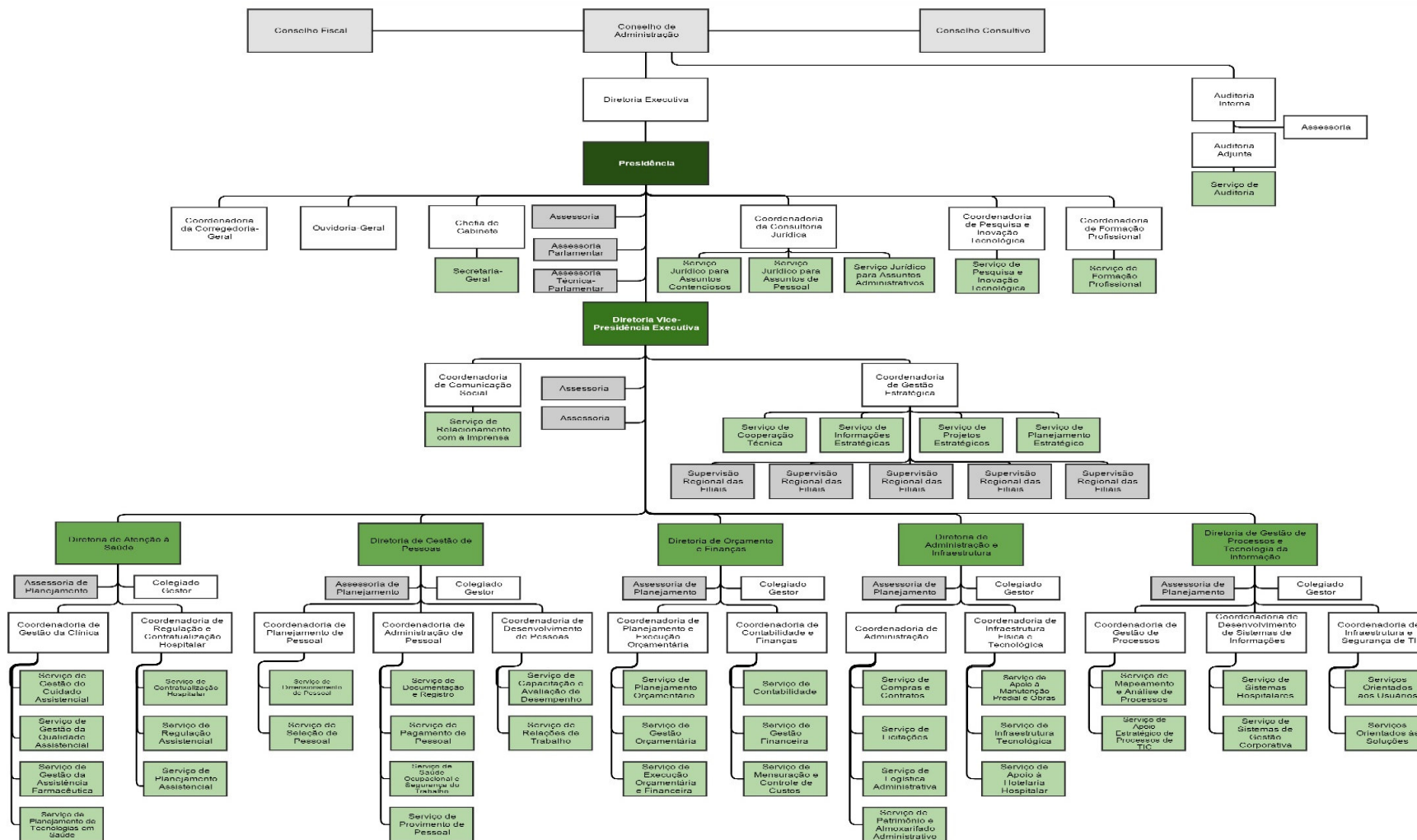


Figura 4 - Organograma Vigente a partir de 01 de dezembro de 2016



Quadro 3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Presidência	Representar a Ebserh, em juízo ou fora dele, podendo delegar essa atribuição, em casos específicos, e, em nome da entidade, constituir mandatários ou procuradores. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria. Coordenar o trabalho das unidades da Ebserh podendo delegar competência executiva e decisória e distribuir, entre os Diretores, a coordenação dos serviços da Empresa. Editar normas necessárias ao funcionamento dos órgãos e serviços da Ebserh, bem como aprovar a regulamentação do quadro de pessoal de cada Diretoria. Editar normas de acordo com a organização interna e a respectiva distribuição de competências estabelecidas pela Diretoria. Admitir, promover, punir, dispensar e praticar os demais atos compreendidos na administração de pessoal, de acordo com as normas e critérios previstos em lei e aprovados pela Diretoria, podendo delegar esta atribuição no todo ou em parte. Designar substitutos para os membros da diretoria, em seus impedimentos temporários, que não possam ser atendidos mediante redistribuição de tarefas, e, no caso de vaga, até o seu preenchimento. Submeter, por critério de relevância matérias da Diretoria Executiva ao Conselho de Administração e apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, relatório das atividades da Ebserh Submeter a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Auditor Geral, titular da Unidade de Auditoria Interna, à aprovação do Conselho de Administração, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União. Aprovar o Código de Ética da Ebserh. Emitir portarias e resoluções necessárias ao cumprimento das metas da Ebserh e autorizar a divulgação das decisões da empresa, quando for o caso. Constituir comissões especiais temporárias, integradas por conselheiros ou especialistas, para realizarem estudos de interesse da Ebserh. Operacionalizar a criação de subsidiárias, escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da Federação para o desenvolvimento de atividades inerentes ao seu objeto social, bem como extingui-las, nos termos da legislação vigente. Instituir instrumentos internos de controle administrativo de desempenho, aplicação dos recursos públicos e da guarda dos bens públicos. Assinar conjuntamente com um diretor os contratos que a Ebserh celebrar ou em que vier a intervir e os atos que envolvam obrigações ou responsabilidades por parte da Empresa. Assinar os títulos ou documentos emitidos em decorrência de obrigações contratuais, bem como os cheques e outras obrigações de pagamento ou delegar essa atribuição. Realizar outras atividades previstas no Estatuto ou Regimento Interno da Ebserh.	Presidente	Newton Lima Jeanne Liliane Marlene Michel – substituta Kleber de Melo Moraes	De 01/06/2015 até 16/05/2016 De 16/05/2016 até 06/07/2016 Desde 07/07/2016 até o momento
Chefia de Gabinete	Auxiliar a Presidência da Ebserh na condução e gestão da instituição, em consonância com as diretrizes estabelecidas para a realização dos objetivos	Chefe de Gabinete	Iára César Pereira Guerra	Desde 09/06/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	institucionais; prestar assistência direta e imediata ao Presidente, na preparação, na análise e no despacho do expediente; coordenar os trabalhos da Secretaria-Geral; organizar as agendas interna e externa; subsidiar e auxiliar o Presidente na preparação de documentos para apresentação em eventos internos e externos à Ebserh, com a participação da Coordenadoria de Comunicação Social, quando for necessário; organizar e acompanhar pronunciamentos públicos da Presidência, com a participação da Coordenadoria de Comunicação Social, quando for necessário; participar e monitorar grupos de trabalho e reuniões de interesse imediato da Presidência, em conjunto com os órgãos da Presidência, quando for necessário; redigir, revisar, tramitar e organizar a correspondência e outros documentos da Presidência da Ebserh; manter em bom funcionamento a gestão interna do Gabinete da Presidência, quanto à infraestrutura e ao suporte necessários ao seu funcionamento, em articulação com os demais órgãos da Presidência; monitorar matérias de interesse da Empresa relativas a assuntos legislativos e orientar as ações da Ebserh, em articulação com a Consultoria Jurídica; submeter à aprovação da Diretoria Executiva o regulamento com o detalhamento das atribuições e o organograma da Chefia de Gabinete da Presidência; exercer outras atribuições determinadas pelo Presidente.			
Secretaria Geral	-	Secretária Geral	Karen Tiemi Ueda	Desde 09/06/2015 até o momento
Assessoria	Dispensar assistência direta e imediata ao Presidente; estudar e emitir parecer nos assuntos que lhe forem submetidos, para que contribuam com a tomada de decisões; e exercer outras atribuições determinadas pela Presidência.	Assessoria	Marisete Aparecida Beu Ribeiro Leonardo de Souza Leão	De 09/06/2015 01/09/2016 Desde 23/05/2016 até o momento
Assessoria Parlamentar	-	Assessor Parlamentar	José Luiz da Silva Zucchi	Desde 10/07/2015 22/07/2015
Assessoria Técnico-Parlamentar	-	Assessora Técnica Parlamentar	Cláudia Patrícia Ribeiro Dutra Patricia Kelly Alves Simões	De 10/07/2015 até 29/08/2016 Desde 05/10/2016 até o momento
Coordenadoria da Consultoria Jurídica	Assessorar juridicamente o Presidente, a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo; realizar advocacia preventiva na Ebserh, antecipando e propondo soluções jurídicas para a Sede e para as filiais e unidades descentralizadas; assessorar as Diretorias da Sede, bem como as Superintendências e Gerências das filiais, em relação a assuntos jurídicos	Consultor Jurídico	Wesley Cardoso dos Santos Andrea Garcia Sabião	De 08/2012 até 25/07/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	específicos relativos a seus campos de atuação; avaliar a legalidade e regularidade de atos e procedimentos submetidos à Consultoria Jurídica pelas Diretorias, Superintendências e Gerências da Ebserh; formular e supervisionar as teses jurídicas da Sede, assim como as das filiais e unidades descentralizadas; representar a Empresa judicial e extrajudicialmente, com a outorga do Presidente, por meio do exercício e coordenação da representação ativa e passiva da Ebserh, nas vias judicial e administrativa; analisar, avaliar e emitir parecer relativo à legalidade e conformidade de editais, bem como quanto à formalização de contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, e aos aspectos de legalidade e conformidade da instrução processual; elaborar informações em mandado de segurança; analisar e emitir parecer jurídico referente à legalidade de conclusões de relatórios de apurações de responsabilidade, bem como das consequentes proposições de medidas administrativas ou imputações de responsabilidade administrativa ou civil; defender os integrantes e ex-integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Empresa; propor a contratação de serviços jurídicos especializados; responder ou prestar informações solicitadas pelo Ministério Público, Instituto de Defesa do Consumidor (Procon), Defensorias Públicas, Delegacias de Polícia, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e outros órgãos de controle externo à Ebserh, com subsídios prestados pelas unidades da Empresa; submeter ao Presidente, para aprovação pela Diretoria Executiva, o regulamento com o detalhamento das atribuições e o organograma da Consultoria Jurídica; e exercer outras atribuições determinadas pela Presidência.			Desde 25/07/2016 até o momento
Serviço Jurídico para Assuntos de Pessoal	-	Chefe de Serviço Jurídico Para Assuntos de Pessoal	Anna Rita Ludovico Ferreira da Silva Pollyana da Silva Alcântara	De 06/09/2013 até 01/01/2016 Desde 28/11/2016 até o momento
Serviço Jurídico para Assuntos Contenciosos	-	Chefe de Serviço Jurídico para Assuntos Contenciosos	Bruna Leticia Teixeira Ibiapina	Desde 12/11/2014 até o momento
Serviço Jurídico para Assuntos Administrativos	-	Chefe de Serviço Jurídico para Assuntos Administrativos	Barbara Dantas Neri	Desde 28/11/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Coordenadoria da Corregedoria-Geral	Coordenar, orientar, controlar e avaliar as atividades de correição no âmbito da S,ede, filiais e unidades descentralizadas, inclusive no que se refere às ações preventivas, objetivando a melhoria do padrão de qualidade no processo de gestão e, como consequência, na prestação de serviços à sociedade; estudar e propor a revisão de normas e procedimentos administrativos, quando constatadas fragilidades nas metodologias de fiscalização que poderiam possibilitar eventuais riscos e desvios de conduta funcional e irregularidades; apoiar, quando comprovada a necessidade, a realização de inspeções preventivas e a requisição de perícias e laudos periciais; receber denúncias envolvendo desvio de conduta de empregados, lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público e adotar os procedimentos correccionais cabíveis, dando ciência das medidas adotadas são agentes que as formularam; coordenar a adoção dos procedimentos correccionais, acompanhando o cumprimento de cronograma, prazos, decisões e aplicação de penalidades; coordenar e acompanhar a realização dos trabalhos das Comissões Internas de Averiguação; instruir processos disciplinares e de apuração que lhe forem encaminhados, bem como demais expedientes relativos ao assunto; orientar as filiais da Ebserh e unidades descentralizadas a formular e expedir instruções sobre procedimentos correccionais; e executar outras atividades específicas, por decisão da Presidência, relacionadas ao processo de correição.	Corregedora-Geral	Rossana Ricciardi Waldir João Ferreira da Silva Junior	De 27/02/2015 até 01/11/2016 Desde 01/11/2016 até o momento
Ouvidoria-Geral	Registrar as manifestações recebidas da sociedade relacionadas à Sede, que contenham sugestões, reclamações, denúncias, elogios, pedidos de informação e/ou esclarecimentos de dúvidas sobre quaisquer atos praticados ou de responsabilidade das unidades da Empresa; encaminhar, monitorar e avaliar as ações e providências adotadas pelos setores e unidades competentes em relação a manifestações dos cidadãos; encaminhar ao Presidente da Ebserh, ou disponibilizar a ele por meio eletrônico, as demandas que não forem resolvidas pelo setor responsável, após o vencimento do prazo de resposta; manter atualizados os registros e o acompanhamento das demandas recebidas, com os respectivos encaminhamentos e respostas; gerir e coordenar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e prestar informações ao público quanto aos serviços e ao funcionamento da Ebserh, de acordo com a legislação em vigor; padronizar procedimentos referentes à elaboração e utilização de formulários, guias e outros documentos utilizados para orientar e informar o cidadão, nos termos da legislação em vigor; assessorar, coordenar e articular a instalação, a organização e o funcionamento das ouvidorias das filiais da Ebserh e unidades descentralizadas, assim como as pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços prestados, nos termos da legislação em vigor; submeter ao Presidente da Ebserh, para avaliação e aprovação pela Diretoria Executiva, o regulamento, ou propostas de	Ouvidor-Geral	Josué Fermon Ribeiro Abílio Cruz Ramos Neto (interino) Flávio José Mostaert Lócio	De 23/05/2012 até 01/06/2016 De 01/06/2016 até 24/10/2016 De 05/12/2016 até 14/02/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	alteração do mesmo, com o detalhamento das atribuições e o organograma da Ouvidoria Geral; e exercer outras atribuições determinadas pela Presidência.			
Auditoria Interna	Estabelecer estratégias com o objetivo de avaliar a legalidade e acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos da Sede e filiais; definir metas e procedimentos para auditoria e fiscalização, por meio de ações preventivas e corretivas; definir estratégias para a execução de ações de controle nas entidades públicas e privadas sob Contrato de Gestão com a Sede e filiais; elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), de acordo com o disposto na legislação; elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), e apresentá-lo ao Conselho de Administração, de acordo com o disposto na legislação; examinar e emitir Parecer quanto à Prestação de Contas anual, e tomada de contas especial, nos termos da legislação em vigor; elaborar e encaminhar, ao Conselho de Administração e ao Presidente da Ebserh, relatórios gerenciais e operacionais das auditorias realizadas; instituir, em conjunto com os demais setores da Ebserh, instrumentos internos de controle administrativo de desempenho, de aplicação dos recursos públicos e da guarda dos bens públicos, sua área de atuação, nos termos do art. 17, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000; prestar apoio aos Conselhos de Administração e Fiscal, dentro do limite de suas competências.	Auditor Interno	Gil Pinto Loja Neto	Desde 01/06/2012 até o momento
Auditoria Adjunta	-	Auditora Adjunta	Fernanda Zortéa	Desde 08/11/2012 até o momento
Serviço de Auditoria	-	Chefe de Serviço de Auditoria	Cássio Maurílio Batista Souza	Desde 18/02/2015 até o momento
Coordenadoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica	Coordenar o planejamento da área de Pesquisa e Inovação Tecnológica da Rede Ebserh, coerente com as políticas e diretrizes gerais da Empresa e suas respectivas diretorias e áreas técnicas, considerando os hospitais como Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT); elaborar normativas que orientem os hospitais na estruturação, organização e gestão das atividades de Pesquisa e Inovação Tecnológica na Rede Ebserh; apoiar às Gerências de Ensino e Pesquisa para o desenvolvimento das condições técnicas necessárias para o desenvolvimento de Pesquisa e Inovação na Rede Ebserh; zelar pelo cumprimento da legislação referente à Pesquisa e Inovação Tecnológica no âmbito da Rede Ebserh; monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas Gerências de Ensino e Pesquisa da Rede Ebserh no âmbito da Pesquisa e Inovação Tecnológica no âmbito da Rede Ebserh; articular, junto às instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde, da Educação e da Ciência e Tecnologia, estratégias de apoio e incentivo à pesquisa e inovação tecnológica na Rede Ebserh; promover a participação da Rede Ebserh no Sistema Nacional de Inovação em Saúde (SNIS), fomentando pesquisas clínicas,	Coordenadora de Pesquisa e Inovação Tecnológica	Nadja Naira Valente Mayrink Bisinoti	De 05/08/2015 até 06/03/2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	acadêmicas e de desenvolvimento tecnológico estratégicas para o SUS; coordenar e assegurar o aprimoramento da gestão de pesquisas clínicas, de forma a promover a efetividade e a transparência no processo de aprovação, desenvolvimento e execução orçamentária dos projetos nas filiais Ebserh; promover a participação da Rede Ebserh na Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (PNGTS), com a implantação ou aprimoramento dos Núcleos de Avaliação de Tecnologias e, Saúde (NATS); formular e implementar programas de capacitação para o aprimoramento das atividades de pesquisa e inovação tecnológica na Rede Ebserh; divulgar as atividades de pesquisa e inovação tecnológica desenvolvidas pela Rede Ebserh; representar a Ebserh, por delegação do Presidente, conforme inciso II do artigo 32, nas instâncias de pesquisa e inovação tecnológica.			
Serviço de Pesquisa e Inovação Tecnológica	Apoiar o planejamento da área de Pesquisa e Inovação Tecnológica da Rede Ebserh, coerente com as políticas e diretrizes gerais da Empresa e suas respectivas diretorias e áreas técnicas, considerando os hospitais como ICT; apoiar a elaboração de normativas que orientem os hospitais na estruturação, organização e gestão das atividades de Pesquisa e Inovação Tecnológica na Rede Ebserh; – apoiar às Gerências de Ensino e Pesquisa para o desenvolvimento das condições técnicas necessárias para o desenvolvimento de Pesquisa e Inovação na Rede Ebserh; zelar pelo cumprimento da legislação referente à Pesquisa e Inovação Tecnológica no âmbito da Rede Ebserh; monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas Gerências de Ensino e Pesquisa da Rede Ebserh no âmbito da Pesquisa e Inovação Tecnológica no âmbito da Rede Ebserh; apoiar a articulação, junto às instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde, da Educação e da Ciência e Tecnologia, estratégias de apoio e incentivo à pesquisa e inovação tecnológica na Rede Ebserh; gerenciar ações de promoção da participação da Rede Ebserh no SNIS, fomentando pesquisas clínicas, acadêmicas e de desenvolvimento tecnológico estratégicas para o SUS; gerenciar ações de promoção da participação da Rede Ebserh na PNGTS, com a implantação ou aprimoramento dos Núcleos de Avaliação de Tecnologias e, Saúde (NATS); apoiar a formulação e implementação de programas de capacitação para o aprimoramento das atividades de pesquisa e inovação tecnológica na Rede Ebserh.	Chefe de Serviço de Pesquisa e Inovação Tecnológica	Thais Campos Valadares Ribeiro	Desde 01/07/2015 até o momento
Coordenadoria de Formação Profissional	Coordenar o planejamento da área de Formação Profissional da Rede Ebserh, coerente com as políticas e diretrizes gerais da Empresa e suas respectivas diretorias e áreas técnicas; elaborar normativas que orientem os hospitais na estruturação, organização e gestão das atividades de Formação Profissional na Rede Ebserh; apoiar às Gerências de Ensino e Pesquisa para o desenvolvimento das condições técnicas necessárias para Formação Profissional na Rede Ebserh; zelar pelo cumprimento da legislação referente às diretrizes de Ensino dos cursos de graduação e pós-graduação Lato e Stricto Sensu no âmbito da Rede Ebserh;	Coordenador de Formação Profissional	Adriano Massuda	De 27/11/2015 até 01/06/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas Gerências de Ensino e Pesquisa da Rede Ebserh no âmbito da Formação Profissional; apoiar o processo de articulação dos hospitais da Rede Ebserh junto às instâncias acadêmicas das universidades; articular, junto às instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde e da Educação estratégias de apoio e incentivo a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras que integrem atenção à saúde, ensino, pesquisa e extensão na Rede Ebserh; apoiar o processo de certificação dos hospitais da Rede Ebserh como hospitais de ensino, em conformidade com legislação vigente; formular e implementar programas de capacitação para o aprimoramento das atividades de ensino e extensão desenvolvidas no âmbito da Rede Ebserh; divulgar as atividades de ensino e extensão desenvolvidas pela Rede Ebserh; Representar a Ebserh, por delegação do Presidente, conforme inciso II do artigo 32, nas instâncias de ensino e extensão.			
Serviço de Formação Profissional	Apoiar o planejamento da área de Formação Profissional da Rede Ebserh, coerente com as políticas e diretrizes gerais da empresa e suas respectivas diretorias e áreas técnicas; apoiar a elaboração normativas que orientem os hospitais na estruturação, organização e gestão das atividades de Formação Profissional na Rede Ebserh; apoiar às Gerências de Ensino e Pesquisa para o desenvolvimento das condições técnicas necessárias para Formação Profissional na Rede Ebserh; zelar pelo cumprimento da legislação referente às diretrizes de Ensino dos cursos de graduação e pós-graduação Lato e Stricto Sensu no âmbito da Rede Ebserh; monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas Gerências de Ensino e Pesquisa da Rede Ebserh no âmbito da Formação Profissional; apoiar o processo de articulação dos hospitais da Rede Ebserh junto às instâncias acadêmicas das universidades; apoiar a articulação, junto às instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde e da Educação estratégias de apoio e incentivo a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras que integrem atenção à saúde, ensino, pesquisa e extensão na Rede Ebserh; apoiar o processo de certificação dos hospitais da Rede Ebserh como hospitais de ensino, em conformidade com legislação vigente; apoiar a formulação e implementação de programas de capacitação para o aprimoramento das atividades de ensino e extensão desenvolvidas no âmbito da Rede Ebserh;	Chefe de Serviço de Formação Profissional	Iracy de Almeida Gallo Ritzmann	De 11/01/2016 até 31/12/2016
Diretoria Vice-Presidência Executiva	Assistir o Presidente na Supervisão, Coordenação, Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pelas Diretorias e das filiais; planejar e coordenar as ações integradas de gestão e desenvolvimento institucional; substituir o Presidente, em suas ausências e impedimentos; auxiliar o Presidente na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência da Empresa; dirigir a gestão estratégica e a comunicação organizacional; e presidir o Comitê Interno de Gestão do Rehuf.	Diretora da Vice-Presidência Executiva	Jeanne Liliane Marlene Michel Laedson Bezerra Silva	De 27/07/2015 até 07/06/2016 De 07/06/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Assessoria da Diretoria Vice-Presidência Executiva	Auxiliar o Diretor Vice-Presidente Executivo na condução e gestão da Diretoria; prestar assistência direta e imediata ao Diretor Vice-Presidente Executivo Executiva, na preparação, na análise e no despacho do expediente; organizar a agenda do Diretor; subsidiar e auxiliar o Diretor Vice-Presidente Executivo na preparação de documentos para apresentação em eventos internos e externos à Ebserh, com a participação da Coordenadoria de Comunicação Social, quando for necessário; participar e monitorar grupos de trabalho e reuniões de interesse imediato da Diretoria Vice-Presidência Executiva, quando for necessário; redigir, revisar, tramitar e organizar a correspondência e outros documentos da Diretoria Vice-Presidência Executiva; manter em bom funcionamento a gestão interna do Gabinete da Diretoria Vice-Presidência Executiva, quanto à infraestrutura e ao suporte necessários ao seu funcionamento, em articulação com os demais órgãos da Presidência; e exercer outras atribuições determinadas pelo Diretor Vice-Presidente Executivo.	Assessor	Daniel Maranhão Calazans	Desde 09/06/2016 até o momento
Coordenadoria de Gestão Estratégica	Apoiar o Diretor Vice-Presidente Executivo na gestão institucional estratégica e integrada; coordenar a integração e monitorar os resultados de todos os órgãos da Ebserh; promover a articulação entre os órgãos da Diretoria Vice-Presidência Executiva e as demais Diretorias; definir diretrizes, em parceria com as Diretorias, para a gestão estratégica institucional; estimular a cultura institucional de identificação e adoção das melhores práticas e inovações organizacionais; gerenciar o portfólio de projetos estratégicos da Ebserh; prover e reunir informações para a Diretoria Vice-Presidência Executiva e a Presidência sobre todos os projetos da Empresa, de forma a auxiliar a execução da estratégia organizacional e tomada de decisões; subsidiar e apoiar a Diretoria Vice-Presidência Executiva e demais órgãos da Ebserh com informações estratégicas referentes aos programas, planos e projetos institucionais, visando seu monitoramento e avaliação; coordenar o monitoramento e homologação dos indicadores estratégicos e de gestão da Ebserh; coordenar o Núcleo de Informações Gerenciais; gerenciar a operacionalização do Rehuf; coordenar os programas de cooperação técnica entre a Ebserh e instituições e organismos nacionais e internacionais; coordenar a prospecção, gestão e disseminação de conhecimento e de novas práticas, por meio de projetos de cooperação, viabilizando parcerias com instituições de ensino e hospitais de excelência, no Brasil e no exterior, para o aprimoramento da gestão na Sede e nas filiais; participar e monitorar grupos de trabalho de interesse imediato da Diretoria Vice-Presidência Executiva; apoiar a Presidência e a Diretoria Executiva nos processos de planejamento institucional; elaborar, coordenar, monitorar e avaliar os instrumentos formais de planejamento e de avaliação institucional, visando o aprimoramento contínuo das ações da Empresa; coordenar, em conjunto com a Chefia de Gabinete da Presidência, as	Coordenador de Gestão Estratégica	José Carlos Wanderley Dias de Freitas	Desde 10/08/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	atividades preparatórias à assinatura dos contratos de gestão dos Hospitais Universitários Federais e instituições congêneres; subsidiar, no que couber, a elaboração das peças orçamentárias, visando o alinhamento ao planejamento institucional, bem como da Prestação de Contas Anual e Demonstrações Contábeis Anuais da Ebserh; coordenar a elaboração dos relatórios de atividades da Ebserh; articular e monitorar a execução do plano de ação da Ebserh; apoiar a implementação do planejamento institucional no âmbito das filiais e unidades descentralizadas; subsidiar a Presidência com informações acerca do processo decisório de adesão e incorporação de novos hospitais; gerenciar o relacionamento da Empresa com os Hospitais Universitários Federais vinculados às universidades que estabeleceram contrato de gestão com a Ebserh, bem como monitorar e avaliar a execução do Plano de Reestruturação; e exercer outras atribuições determinadas pela Diretoria Vice-Presidência Executiva e Presidência.			
Serviço de Cooperação Técnica	Gerenciar os programas de cooperação técnica entre a Ebserh e instituições e organismos nacionais e internacionais, bem como prospectar, gerir e disseminar conhecimento destes projetos de cooperação na organização.	Chefe de Serviço de Cooperação Técnica	Franco Nero Dias Marçal	Desde 03/11/2014 até o momento
Serviço de Informações Estratégicas	Coordenar, em conjunto com a Chefia de Gabinete da Presidência, as atividades preparatórias à assinatura dos contratos de gestão dos Hospitais Universitários Federais e instituições congêneres; subsidiar, no que couber, a elaboração das peças orçamentárias, visando o alinhamento ao planejamento institucional, bem como da Prestação de Contas Anual e Demonstrações Contábeis Anuais da Ebserh; e coordenar a elaboração dos relatórios de atividades da Ebserh.	Chefe de Serviço de Informações Estratégicas	Juliana Pascualote Lemos de Almeida	Desde 26/10/2015 até o momento
Serviço de Projetos Estratégicos	Gerenciar o portfólio de projetos estratégicos da Ebserh; prover e reunir informações para a Presidência sobre todos os projetos da Empresa, de forma a auxiliar a execução da estratégia organizacional e tomada de decisões; subsidiar e apoiar a Presidência e demais órgãos da Ebserh com informações estratégicas referentes aos programas, planos e projetos institucionais, visando seu monitoramento e avaliação; e gerenciar o monitoramento e homologação dos indicadores estratégicos da Ebserh.	Chefe de Serviço de Projetos Estratégicos	Leandro Ambrosio Costa	Desde 03/11/2014 até o momento
Serviço de Planejamento Estratégico	Gerenciar e monitorar o planejamento estratégico da Ebserh Sede; monitorar o cumprimento dos Planos Diretores Estratégicos (PDE) dos hospitais filiados, apoiando a gestão institucional estratégica e a tomada de decisões.	Chefe de Serviço de Planejamento Estratégico	Paula Branco de Mello	
Supervisão Regional as filiais	Gerenciar, em conjunto com o Gabinete da Presidência, as atividades preparatórias à assinatura dos contratos de gestão dos Hospitais Universitários Federais e instituições congêneres; subsidiar a Presidência com informações acerca do processo decisório de adesão e incorporação de novos hospitais; gerenciar o relacionamento da Empresa com os Hospitais Universitários Federais, vinculados às universidades que estabeleceram contrato de gestão com a Ebserh.	Supervisores Regionais	Maria Dolores Gamarski Rodrigo Amâncio Briozo Gislane Ladeia Boa Sorte Borges	Até o momento Até o momento Até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Coordenadoria de Comunicação Social	<p>Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de comunicação da Ebserh, quanto a jornalismo, publicidade, relações públicas, cerimonial, protocolo e propaganda institucionais; elaborar, supervisionar e avaliar a execução do Plano Anual de Comunicação; difundir objetivos, serviços, ações, imagem, papel e importância da Ebserh; orientar tecnicamente as unidades de Comunicação Social das filiais da Ebserh e unidades descentralizadas, na execução de suas atividades, alinhadas às políticas de Comunicação do MEC; orientar os dirigentes e empregados sobre os prazos de apresentação de informações e pautas utilizadas por veículos de comunicação que utilizam a Ebserh como fonte de reportagens; intermediar e intensificar o relacionamento da Ebserh com os veículos de comunicação e profissionais de imprensa; produzir, organizar e divulgar, interna e externamente, material jornalístico e administrativo relativo ao trabalho da Empresa; subsidiar os órgãos de direção da Ebserh em relação ao comportamento e à imagem da Empresa na mídia, por meio de monitoramento e avaliação das informações a respeito da instituição, divulgadas pelos veículos de comunicação impressos e eletrônicos; orientar os empregados da Empresa sobre como lidar adequadamente com a imprensa; assessorar a Presidência, as Diretorias e demais órgãos da Ebserh nas ações que envolvam comunicação social, promoção institucional e realização de eventos; estabelecer e administrar processos e procedimentos para a realização de solenidades e eventos, de acordo com normas de Cerimonial e de Protocolo; elaborar e executar pesquisa de opinião relativa aos serviços prestados pela Ebserh, em consonância com os órgãos diretivos da Empresa; desenvolver, regulamentar e monitorar o uso correto e padronizado da marca, do slogan e demais elementos relacionados à identidade visual da Empresa; coordenar, elaborar ou editar todo e qualquer material gráfico ou audiovisual com vistas à divulgação da Empresa para o público interno ou externo; estabelecer diretrizes para envio de mensagens dos diversos setores da Ebserh aos empregados da Sede, filiais e unidades descentralizadas, bem como administrar informes diversos a serem afixados nos quadros de aviso da Sede; propor parcerias para ações promocionais da Empresa, apoiadas na legislação pertinente e em decisão da Diretoria Executiva; administrar o uso de critérios relativos às normas técnicas das comunicações visuais e jornalísticas, de informações relativas à Ebserh, disponibilizadas na intranet, internet ou nas redes sociais; planejar e gerenciar as atividades de web com interface operacional de criação interna para briefing, layout, mídia interna online (banners, selos, popups, flashes, novas áreas, materiais multimídia), bem como propor e monitorar procedimentos de comunicação para meios digitais como internet, tecnologia móvel, redes sociais, blogs, em parceria com a DGPTI, alinhadas com os objetivos de comunicação do MEC; supervisionar e fiscalizar os contratos, para prestação de serviços firmados com terceiros,</p>	Coordenador de Comunicação Social	<p>Heloisa Cristaldo dos Santos</p> <p>Paulo Henrique Zarat Tavares</p>	<p>De 03/11/2014 até 01/03/2016</p> <p>De 01/03/2016 até 03/08/2016</p>

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	relativos à área de comunicação social da Sede; e exercer outras atribuições determinadas pela Diretoria Vice-Presidência Executiva e Presidência.			
Chefe de Serviço de Relacionamento com a Imprensa	Planejar, orientar, coordenar, e supervisionar as atividades de comunicação da Ebserh, quanto a jornalismo, publicidade, relações públicas, cerimonial, protocolo e propaganda institucionais; elaborar, supervisionar e avaliar a execução do Plano Anual de Comunicação; difundir objetivos, serviços, ações, imagem, papel e importância da Ebserh; orientar tecnicamente as unidades de Comunicação Social das filiais da Ebserh e unidades descentralizadas, na execução de suas atividades, alinhadas às políticas de Comunicação do MEC; orientar os dirigentes e empregados sobre os prazos de apresentação de informações e pautas utilizadas por veículos de comunicação que utilizam a Ebserh como fonte de reportagens; intermediar e intensificar o relacionamento da Ebserh com os veículos de comunicação e profissionais de imprensa; produzir, organizar e divulgar, interna e externamente, material jornalístico e administrativo relativo ao trabalho da Empresa; subsidiar os órgãos de direção da Ebserh em relação ao comportamento e à imagem da Empresa na mídia, por meio de monitoramento e avaliação das informações a respeito da instituição, divulgadas pelos veículos de comunicação impressos e eletrônicos; orientar os empregados da Empresa sobre como lidar adequadamente com a imprensa; assessorar a Presidência, as Diretorias e demais órgãos da Ebserh nas ações que envolvam comunicação social, promoção institucional e realização de eventos; estabelecer e administrar processos e procedimentos para a realização de solenidades e eventos, de acordo com normas de Cerimonial e de Protocolo; elaborar e executar pesquisa de opinião relativa aos serviços prestados pela Ebserh, em consonância com os órgãos diretivos da Empresa; desenvolver, regulamentar, e monitorar o uso correto e padronizado da marca, do slogan e demais elementos relacionados à identidade visual da Empresa; coordenar, elaborar ou editar todo e qualquer material gráfico ou audiovisual com vistas à divulgação da Empresa para o público interno ou externo; estabelecer diretrizes para envio de mensagens dos diversos setores da Ebserh aos empregados da Sede, filiais e unidades descentralizadas, bem como administrar informes diversos a serem afixados nos quadros de aviso da Sede; propor parcerias para ações promocionais da Empresa, apoiadas na legislação pertinente e em decisão da Diretoria Executiva; administrar o uso de critérios relativos às normas técnicas das comunicações visuais e jornalísticas, de informações relativas à Ebserh, disponibilizadas na intranet, internet ou nas redes sociais; planejar e gerenciar as atividades de web com interface operacional de criação interna para briefing, layout, mídia interna online (banners, selos, popups, flashes, novas áreas, materiais multimídia), bem como propor e monitorar procedimentos de comunicação para meios digitais como internet, tecnologia móvel, redes sociais, blogs, em parceria	Chefe de Serviço de Relacionamento com a Imprensa	Andressa Souza Brito	Desde 03/11/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	com a DGPTI, alinhadas com os objetivos de comunicação do MEC; supervisionar e fiscalizar os contratos, para prestação de serviços firmados com terceiros, relativos à área de comunicação social da Sede; exercer outras atribuições determinadas pelo Coordenador.			
Diretoria de Atenção à Saúde	Coordenar a implantação do modelo de atenção hospitalar, centrado no usuário, considerando as necessidades de saúde da população e de formação profissional, em consonância com as políticas nacionais de Educação e Saúde; Promover a integração das ações assistenciais com o ensino, a pesquisa e a inovação tecnológica; Coordenar a implantação da gestão da clínica junto às filiais, dentre os quais, as linhas de cuidado, humanização da atenção e regulação assistencial; Definir, em conjunto com as filiais, protocolos clínicos, assistenciais e diretrizes terapêuticas, a serem adotados pelas filiais, visando qualificar a assistência e a formação profissional; Coordenar a implementação, junto às filiais, das ações de vigilância em saúde e dos padrões técnicos de qualidade assistencial e de segurança do paciente; Coordenar, junto às filiais, a estruturação da assistência farmacêutica hospitalar em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica; Coordenar, em conjunto com as filiais, o planejamento de ações e serviços de saúde, de forma articulada ao ensino e à pesquisa, e apoiar as filiais na sua implementação; Definir, em conjunto com as filiais, a padronização de medicamentos, equipamentos e produtos para saúde a ser adotada nas filiais; Coordenar, em conjunto com a DAI, o planejamento de aquisição centralizada de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos para as filiais, objetivando a eficiência; Definir, em conjunto com as filiais, as bases de negociação da contratualização hospitalar e pactuar, junto aos gestores do SUS, a sua efetivação; Apoiar a implantação das políticas de e-saúde, no âmbito de sua atuação; Contribuir com a formulação e implementação de programas de capacitação necessários ao aprimoramento da atenção hospitalar nas filiais; Monitorar e avaliar o desempenho da atenção hospitalar nas filiais, por intermédio de indicadores estratégicos, para apoiar a tomada de decisão; Contribuir com a formulação e qualificação de políticas de saúde no âmbito do SUS; Propor, no âmbito de sua atuação, ações referentes à assistência hospitalar e à vigilância em saúde, no que se refere a eventos de importância em saúde pública ; e Gerenciar o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino, no âmbito da Ebserh, em interface com a Coordenadoria de Formação Profissional da Presidência.	Diretor	Adriana Karla Nunes Barbuio Cláudio Wanderley luz Saab	De 19/11/2015 até 21/07/2016 Desde 21/07/2016 até o momento
Assessoria de Planejamento - DAS	Coordenar o processo de planejamento estratégico da Diretoria e acompanhar o cumprimento das metas pactuadas; Apoiar as coordenadorias da DAS no desenvolvimento de suas atividades e promover a articulação e integração das áreas; Promover a articulação de projetos transversais à Diretoria; Elaborar o Relatório de Gestão em conjunto com as coordenadorias; Elaborar o relatório de	Assessor de Planejamento	Luiz Roberto Moselli José Luis da Silva	De 31/08/2015 a 29/02/2016 De 12/05/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	atividades da DAS em conjunto com as coordenadorias; subsidiar o Diretor na tomada de decisão; Analisar minutas dos atos administrativos a serem expedidos pela DAS; Representar a DAS sempre que demandado pelo Diretor; Exercer outras atividades determinadas pelo Diretor.		Dinajara Daniel Figueiredo Santana	a 19/07/2016 De 03/08/2016 até 31/12/2016
Coordenadoria de Gestão da Clínica	Coordenar, em parceria com as filiais Ebserh, a implantação e implementação do modelo de atenção hospitalar; Coordenar, em parceria com as filiais Ebserh, a definição e estruturação das linhas de cuidado; Coordenar, em parceria com as filiais Ebserh, a implantação e implementação da assistência farmacêutica; Definir, em parceria com as filiais Ebserh, a padronização de protocolos clínico-assistenciais e diretrizes terapêuticas, visando qualificar os processos e a gestão do cuidado em saúde; Coordenar, em parceria com as filiais Ebserh, a definição, implantação do modelo de classificação de risco a ser adotado nos hospitais; Coordenar, em parceria com as filiais Ebserh, a implementação dos dispositivos assistenciais do componente hospitalar das Redes de Atenção à Saúde prioritárias do SUS; Coordenar, em parceria com as filiais Ebserh, o processo de padronização de medicamentos, equipamentos e produtos para saúde; Coordenar o planejamento de aquisição centralizada de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos para as filiais; Coordenar o processo de implantação de dispositivos assistenciais afetos à programas e projetos especiais da atenção à saúde; Coordenar, em parceria com as filiais Ebserh, o processo de implantação e implementação de ações de vigilância em saúde e segurança do paciente; Coordenar, em parceria com as filiais Ebserh, o processo de gestão da qualidade.	Coordenador de Gestão da Clínica	José Eduardo Fogolin Passos Isabel Cristina Barbosa	De 30/11/2015 até 28/06/2016 Desde 03/08/2016 até o momento
Serviço de Gestão do Cuidado Assistencial	Definir, em parceria com as filiais Ebserh, estratégias para a estruturação de linhas de cuidado; Monitorar e avaliar a estruturação de linhas de cuidado, no âmbito das filiais Ebserh; Definir, em parceria com as filiais Ebserh, protocolos clínico-assistenciais e diretrizes terapêuticas a serem adotados na rede; Apoiar as filiais Ebserh no desenvolvimento e implantação dos manuais de procedimentos e rotinas assistenciais; Apoiar as filiais Ebserh na implantação do modelo de classificação de risco no âmbito do cuidado assistencial; Apoiar as filiais Ebserh na implantação e implementação dos dispositivos assistenciais do componente hospitalar das Redes de Atenção à Saúde prioritárias do SUS; Apoiar e monitorar a implantação e implementação do Projeto Consultórios Itinerantes.	Chefe de Serviço de Gestão do Cuidado Assistencial	Tereza Filomena Faillace Rogéria Aparecida Pereira Valter de Lucena	De 03/11/14 até 14/09/2016 Desde 03/11/2016
Serviço de Gestão da Qualidade Assistencial	Estabelecer diretrizes e parâmetros para a segurança do paciente e a vigilância em saúde, nos componentes epidemiológico, controle de infecção hospitalar e gestão de riscos de tecnologias em saúde, nas filiais Ebserh; identificar e disseminar experiências exitosas e padrões de excelência em processos de segurança do paciente e vigilância em saúde; apoiar a articulação entre o setor de vigilância	Chefe de Serviço de Gestão da Qualidade Hospitalar	Helaine Carneiro Capucho	Desde 02/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	<p>hospitalar das filiais Ebserh e as gestões de vigilância em saúde estadual e municipal; subsidiar tecnicamente as filiais Ebserh para qualificação do processo de gestão da informação relativa às doenças e agravos de notificação compulsória; colaborar nas ações de alerta e resposta a surtos e eventos de importância em saúde pública; subsidiar tecnicamente as filiais Ebserh na estruturação e desenvolvimento de atividades de gestão de riscos em saúde, incluindo os assistenciais e aqueles relacionados às tecnologias como a farmacovigilância, tecnovigilância e hemovigilância; subsidiar tecnicamente as filiais Ebserh para qualificação do processo de identificação, tratamento da informação e comunicação de riscos e incidentes em saúde; apoiar as filiais Ebserh na implantação, implementação e gestão dos sistemas de informação de vigilância em saúde: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) e outros que sejam instituídos pelo MS, quando pertinente; identificar e avaliar o perfil de morbimortalidade hospitalar, auxiliando a análise de situação de saúde e o processo de planejamento para subsidiar a tomada de decisão gerencial; fomentar a implantação e atuação das Comissões Obrigatórias diretamente relacionadas à vigilância em saúde e à segurança do paciente; apoiar as filiais da Ebserh no processo de capacitação para qualificação da segurança do paciente, da humanização e das ações de vigilância em saúde; monitorar e avaliar as ações de segurança do paciente e de ações de vigilância em saúde nas filiais Ebserh; realizar estudos para o aprimoramento da segurança do paciente e das ações de vigilância em saúde relacionadas às ações e serviços de atenção à saúde prestados pelas das filiais Ebserh.</p>			
Serviço de Gestão da Assistência Farmacêutica	<p>Apoiar as filiais Ebserh na implementação do componente hospitalar da Política Nacional de Assistência Farmacêutica em consonância com as diretrizes e estratégias do Sistema Único de Saúde; desenvolver estratégias para a implementação dos processos de gestão da assistência farmacêutica nas filiais Ebserh; Estabelecer dispositivos para apoiar as filiais nos processos afetos ao abastecimento, distribuição, dispensação, controle, rastreabilidade e uso racional de medicamentos; Fortalecer a inserção da atenção farmacêutica como prioridade no processo da assistência envolvendo o farmacêutico em todas as fases da terapêutica, objetivando garantir a qualidade dos serviços, a humanização do cuidado e o uso racional de medicamentos. Apoiar o Serviço de Planejamento de Tecnologias em Saúde nos processos de incorporação, seleção e padronização de medicamentos e produtos para saúde; Subsidiar a constituição, nas filiais, de Comissões de Farmácia e Terapêutica e incentivar a participação do farmacêutico nas Comissões de Controle de Infecção Hospitalar e outras existentes, garantindo</p>	Chefe de Serviço de Gestão da Farmácia Hospitalar e Produtos para Saúde	Luiz Armando Erthal Izaque dos Santos da Mota	De 07/03/2016 até 11/05/2016 De 05/10/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	a sua inserção nas decisões políticas e técnicas; Estimular, nas filiais, a capacitação das equipes de Farmácia Hospitalar, por meio da realização de atividades de educação permanente; Estimular a produção científica relacionada à assistência farmacêutica.			
Serviço de Planejamento de Tecnologias em Saúde	Cooperar tecnicamente com a implantação e implementação do processo de gerenciamento das tecnologias em saúde junto às filiais Ebserh; definir, em parceria com as filiais Ebserh, o processo de padronização das tecnologias em saúde a serem adotadas na rede; subsidiar as filiais Ebserh na identificação de necessidades quanto à incorporação, alteração ou exclusão de tecnologias em saúde, em consonâncias com as diretrizes do SUS; executar o planejamento das aquisições centralizadas de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos para as filiais; apoiar tecnicamente a diretoria de administração e infraestrutura nos processos licitatórios de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos, realizados pela Ebserh Sede. Desenvolver dispositivos que assegurem a qualidade dos medicamentos, produtos para saúde e equipamentos médicos hospitalares licitados pela Ebserh Sede, por meio da análise de documentação técnica e de amostras; apoiar as filiais Ebserh no desenvolvimento e implementação de dispositivos afetos ao abastecimento, distribuição, acesso, controle, rastreabilidade e uso racional dos produtos para saúde; qualificar o gerenciamento, de órteses, próteses e materiais especiais utilizadas nas filiais, contempladas pelo SUS; cooperar tecnicamente com as filiais Ebserh na estruturação da unidade de abastecimento de produtos para saúde.	Chefe de Serviço de Planejamento de Tecnologias em Saúde	Sammara Tavares Nunes Leonardo Magalhães de Almeida	De 30/11/2015 a 14/09/2016 14/09/2016 a 30/01/2017
Coordenadoria de Regulação e Contratação Hospitalar	Promover a integração das filiais Ebserh à Rede de Atenção à Saúde (RAS), mediante o aprimoramento dos processos de regulação assistencial e contratualização hospitalar; definir, em parceria com as filiais Ebserh, modelo de referência para a regulação assistencial das ações e serviços de saúde; coordenar a implantação e implementação da regulação assistencial das ações e serviços de saúde, em parceria com as filiais Ebserh; monitorar e avaliar a regulação assistencial das ações e serviços de saúde das filiais Ebserh; articular com os gestores do SUS estratégias para o aprimoramento dos processos de acesso regulado e de contrarreferência dos usuários dos HUFs para a RAS; coordenar o processo de gestão da informação assistencial, ambulatorial e hospitalar, das filiais Ebserh, relativa aos sistemas: Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), de Informação Hospitalar (SIH), de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e Sistema Nacional de Regulação (SISREG) e os que vierem a substituí-los; coordenar, no âmbito da DAS, o processo de qualificação dos componentes assistenciais do Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários (AGHU); definir modelo de referência da contratualização dos HUFs com a gestão do SUS; coordenar o processo da contratualização dos HUFs com a gestão do SUS;	Coordenadora de Regulação e Contratação Hospitalar	Rosane de Mendonça Gomes Daniely Heloise Toledo	De 30/11/2015 até 03/08/2016 Desde 03/08/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	monitorar e avaliar os instrumentos formais da contratualização dos HUFs com a gestão do SUS; apoiar os HUFs na negociação e mediação de conflitos com a gestão do SUS; propor modelo de financiamento dos HUFs, considerando o seu custo operacional e a sustentabilidade do modelo de atenção à saúde adotado; identificar e disseminar boas práticas da regulação assistencial e da gestão da contratualização hospitalar; fomentar e coordenar o desenvolvimento de estudos sobre as temáticas da regulação em âmbito hospitalar e da contratualização hospitalar; subsidiar a Coordenadoria de Gestão da Clínica na elaboração do componente de atenção à saúde do plano de reestruturação das filiais Ebserh; apoiar a implantação dos componentes assistenciais do AGHU nas filiais Ebserh; desenvolver instrumentos de monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde nas filiais Ebserh; coordenar o monitoramento e avaliação da atenção à saúde desenvolvida no âmbito das filiais Ebserh; articular com a Diretoria de Processos e Gestão de Tecnologia da Informação da Ebserh o processo de desenvolvimento, qualificação e implantação dos componentes assistenciais do AGHU e SISREHUF; e subsidiar a Coordenadoria de Gestão da Clínica na análise de viabilidade de inserção dos novos hospitais à rede de hospitais universitários federais.			
Serviço de Contratualização Hospitalar	Cooperar tecnicamente com os HUF na elaboração e repactuação dos instrumentos formais de contratualização com a gestão do SUS; Cooperar tecnicamente com os HUF na construção das bases de negociação da contratualização hospitalar e pactuar, junto aos gestores do SUS, a sua efetivação; Cooperar tecnicamente com os HUF no monitoramento e avaliação dos instrumentos formais de contratualização hospitalar no âmbito do SUS; Elaborar proposta de modelo de financiamento dos HUF, considerando o seu custo operacional e a sustentabilidade do modelo de atenção à saúde adotado.	Chefe de Serviço de Contratualização Hospitalar	Fábio Landim Campos	Desde 05/06/2013 até o momento
Serviço de Regulação Assistencial	Elaborar diretrizes operacionais da regulação assistencial das filiais Ebserh; cooperar tecnicamente com as filiais Ebserh na estruturação do Setor de Regulação e Avaliação em Saúde; elaborar e implementar o monitoramento e avaliação da regulação assistencial; apoiar e cooperar tecnicamente com as filiais Ebserh na implantação e implementação da regulação assistencial das ações e serviços de saúde; promover a inserção das filiais Ebserh no processo de construção, avaliação e adequação dos protocolos de regulação adotados pelos gestores do SUS; estabelecer e cooperar tecnicamente com as filiais Ebserh na implementação de mecanismos de contrarreferência dos usuários aos demais pontos de atenção da RAS, com vistas à continuidade do cuidado e alta regulada; implementar processos regulatórios intra-hospitalares de gestão da oferta, voltados à garantia de acesso oportuno às ações e serviços ofertados pelas filiais Ebserh, na perspectiva da operacionalização das linhas de cuidado; apoiar as filiais Ebserh na implementação	Chefe de Serviço de Regulação Assistencial	Ricardo Malaguti	Desde 07/08/2013 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	de mecanismos de gestão dos leitos, tendo em vista maior efetividade clínica e taxas de giro adequadas às necessidades da RAS; cooperar tecnicamente com as filiais Ebserh para a elaboração e operacionalização dos protocolos de regulação assistencial de maneira harmonizada com a metodologia de classificação de risco adotada pelo hospital; desenvolver e apoiar as filiais Ebserh na implementação de estratégias de qualificação do registro das informações de produção ambulatorial e hospitalar; gerir a implantação e implementação, nas filiais Ebserh, dos Sistemas Nacionais de Informação em Saúde: SIA, SIH, SCNES, SISREG e os que vierem a substituí-los; cooperar tecnicamente com as filiais Ebserh no processamento dos sistemas SCNES, SIA, SIH e SISREG ou outros que vierem a substituí-los; avaliar as informações de produção ambulatorial e hospitalar das filiais Ebserh, bem como dos dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), com vistas à melhoria da qualidade do registro da informação; apoiar e cooperar tecnicamente com as filiais Ebserh no processo de monitoramento e avaliação da produção ambulatorial e hospitalar; apoiar e cooperar tecnicamente com as filiais Ebserh na implementação de processo de revisão dos prontuários e laudos para emissão de AIH e de APAC; elaborar proposta de aprimoramento do Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME), a ser operacionalizada pelo Setor de Regulação e Avaliação em Saúde das filiais Ebserh; identificar e desenvolver estratégias de disseminação de boas práticas e experiências bem-sucedidas no âmbito da regulação assistencial; proceder estudos para o aprimoramento da regulação assistencial das filiais Ebserh; apoiar as filiais da Ebserh no processo de educação permanente para qualificação da regulação assistencial.			
Serviço de Planejamento Assistencial	Dimensionar os serviços assistenciais dos Hospitais Universitários Federais e Instituições Congêneres; Definir, em conjunto com o HUF, a estrutura organizacional da Gerência de Atenção à Saúde organograma GAS; Elaborar o componente de atenção à saúde do plano de reestruturação das filiais Ebserh; Elaborar estudo para definição de perfil assistencial e planejar os serviços assistenciais de novos hospitais e/ou novos serviços das filiais Ebserh; Apoiar o processo de habilitação dos serviços assistenciais; Realizar o monitoramento dos serviços assistenciais (produção e habilitação); Alimentar sistematicamente o painel do Núcleo de Informações Gerenciais com os Indicadores de Atenção Hospitalar; Produzir informações estratégicas referentes ao planejamento assistencial e desempenho da produção assistencial.	Chefe de Serviço de Planejamento Assistencial	Anna Paula Bise Viegas Rosane de Mendonça Gomes	De 17/06/2013 até 11/04/2016 Desde 11/08/2016 até o momento
Diretoria de Gestão de Pessoas	Propor e gerir a Política de Gestão de Pessoas da Ebserh, em articulação com as demais Diretorias e a Coordenadoria Jurídica e de acordo com as necessidades da Empresa; Articular com todas as instâncias de gestão da Ebserh, de acordo com as respectivas atribuições, o processo de planejamento, desenvolvimento de atividades e avaliação das ações relativas à gestão de pessoas; articular,	Diretor	Marcos Aurélio Souza Brito – substituto	Desde 31/08/2015 11/04/2016 De 11/05/2016 até

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	desenvolver e implementar, em conjunto com outras entidades públicas ou privadas, projetos e ações e quaisquer outras contribuições que possibilitem melhoria dos processos de gestão de pessoas na Ebserh; formular, propor e implementar política e processos de contratação de recursos humanos para a Ebserh, incluindo a elaboração de editais de concurso público, realização de processos seletivos e divulgação dos respectivos resultados, em articulação com as Equipes de Governança das filiais, e com as Diretorias da Sede; formular e propor a política de formação e capacitação de recursos humanos para a Ebserh, assim como de unidades descentralizadas, em consonância com o regimento e o planejamento da instituição, e de acordo com as necessidades de cada unidade da instituição; divulgar as normas e os procedimentos administrativos e técnicos relativos à política de recursos humanos da Ebserh, em articulação com as demais Diretorias e a Coordenadoria Jurídica da instituição; disseminar, no âmbito da Ebserh, as informações relativas a atribuições, funções, direitos e deveres dos empregados da Ebserh e dos servidores a ela cedidos, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social; formular e implementar política de ações de Segurança e Medicina do Trabalho na Ebserh, em articulação com as demais Diretorias, com a Assessoria de Planejamento e Avaliação e com a Coordenadoria Jurídica, e de acordo com as necessidades e pessoal necessário ou existente na Sede, em cada filial ou unidade descentralizada; estabelecer instrumento formal de comunicação permanente entre os empregados da Ebserh e servidores a ela cedidos e a Diretoria de Gestão de Pessoas, relacionado a demandas referentes ao ambiente e às condições de trabalho; negociar acordos coletivos de trabalho da Ebserh, com órgãos de classe e sindicais, em articulação com a Coordenadoria Jurídica da instituição; exercer outras atribuições determinadas pela Presidência.		Ademar Paulo Gregório – Interino Eduardo Diniz Gonçalves Porciuncula	27/12/2016 Desde 27/12/2016 até o momento
Assessoria de Planejamento - DGP	Auxiliar a Diretoria de Gestão de Pessoas na elaboração, condução, implementação e monitoramento do Planejamento Estratégico; garantir o suprimento de dados no Sistema de monitoramento do Planejamento Estratégico da Diretoria de Gestão de Pessoas (PEDGP) em todos os seus módulos, assegurando a validade e coerência dos mesmos de forma que estes possam ser transformados em informações estratégicas e gerenciais para o processo decisório da Diretoria de Gestão de Pessoas; garantir que as ações necessárias para a implantação do PEDGP, sejam executadas dentro do planejamento previsto; acompanhar e avaliar o cumprimento das metas estratégicas das Coordenadorias e da DGP; promover a comunicação e divulgação das ações e dos resultados alcançados a todos os profissionais das suas respectivas Coordenadorias; assessorar na elaboração e atualização periódica do Planejamento Estratégico da DGP; vincular os trabalhos do planejamento estratégico da DGP ao escritório de processos da Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação que	Assessora	Maria Cristina Lucchesi Simone Maria Vieira de Velasco	De 01/07/2013 até 21/02/2016 De 01/03/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	deverá mapear, padronizar e automatizar os processos críticos da DGP; manter Portfólio de projetos estratégicos visando fornecer informações rápidas sobre as iniciativas estratégicas em curso, supervisionando a gestão destas iniciativas; promover ações de sensibilização para o Planejamento Estratégico; assegurar o alinhamento de todas as Coordenadorias e Diretoria ao Plano Estratégico; incentivar o reconhecimento institucional das melhores práticas e inovações organizacional voltadas para o alcance dos resultados planejados; promover a troca de experiências em Planejamento Estratégico DGP, Ebserh e demais instituições no âmbito de Gestão de Pessoas, compartilhando as melhores práticas.			
Coordenadoria de Planejamento de Pessoal	Estabelecer diretrizes e definir política para realização do Dimensionamento de Pessoal da Ebserh - Sede e HUF, validadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas; Estabelecer diretrizes e definir política para realização do Processos Seletivos da Ebserh - Sede e HUF, validadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas; Estabelecer diretrizes e definir política para elaboração dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários, de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas de Benefícios da Ebserh - Sede e HUF, validadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas; Fomentar conceitos e ações relativas ao Desenvolvimento Organizacional da Ebserh; Gerir as ações, projetos e equipes dos Serviços e da Coordenadoria de Planejamento de Pessoal; Coordenar, acompanhar, avaliar e disponibilizar informações gerenciais referentes a força de trabalho, processos seletivos e aplicação dos planos de gestão de pessoal; Promover condições para melhoria da performance e qualidade dos resultados inerentes aos processos da Coordenadoria; Sugerir e fomentar alterações organizacionais, racionalização de métodos e processos, adoção de novas tecnologias visando a melhoria dos resultados; Elaborar propostas e documentos para aprovação dos quadros de pessoal e instrumentos de desenvolvimento organizacional, tanto da Sede como dos HUF para envio a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEST-MP); Negociar junto à SEST os pleitos de aprovação dos quadros de pessoal e os instrumentos de gestão, tanto da Sede como dos HUFs; Elaborar estudos prévios de custeio de pessoal e de implantação dos planos de gestão de pessoas; Articular a participação dos HUF na elaboração, validação e aplicação das ações e projetos inerentes à Coordenadoria; Promover suporte à gestão da Diretoria, colaborando no desenvolvimento organizacional da Ebserh; Atuar de forma integrada às demais áreas da Sede e Hospitais Universitários Federais nos processos de interface, executando projetos e ações alinhados às premissas, objetivos estratégicos e prioridades estabelecidas junto à DGP; Participar da elaboração, implementação e acompanhamento das Políticas de Gestão de Pessoas da Ebserh; Subsidiar a	Coordenador de Planejamento de Pessoal	Marcos Aurélio Souza Brito Luiz Henrique da Fonte de Medeiros Rijo	De 27/07/2015 até 11/07/2016 Desde 11/07/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	Empresa com informações inerentes às atividades desenvolvidas sempre que solicitado.			
Serviço de Dimensionamento de Pessoal	Dimensionar a força de trabalho necessária ao funcionamento dos HUFs da Ebserh; gerenciar o limite de quadro (CLT e Regime Jurídico Único (RJU)); e monitorar a força de trabalho em atividade nos HUFs.	Chefe de Serviço de Dimensionamento de Pessoal	Gisele Pesquero Fernandes	Desde 04/10/2012 até o momento
Serviço de Seleção de Pessoal	Gerenciar a execução de Concursos Públicos da Ebserh; elaborar e aprimorar a metodologia dos Concursos Públicos da Ebserh; fornecer informações quanto as demandas relacionadas aos Concursos da Empresa.	Chefia de Serviço de Seleção de Pessoal	Roseli Cintia Pinheiro	Desde 24/12/2015 até o momento
Coordenadoria de Administração de Pessoal	Coordenar, planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades pertinentes à administração de pessoal a fim de alavancar resultados, de acordo com o planejamento estratégico institucional; atuar em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas na execução de ações, bem como na análise e monitoramento dos indicadores institucionais, propondo investimentos e melhorias, visando a atingir as metas institucionais; coordenar as equipes e os processos de produção da folha de pagamento, administração e controle de cadastros; Formular e implementar política de ações de Segurança e Medicina do Trabalho na Ebserh, em articulação com as demais Diretorias, com a Assessoria de Planejamento e Avaliação e com a Coordenadoria Jurídica, e de acordo com as necessidades e pessoal necessário ou existente na Sede, em cada filial ou unidade descentralizada; administrar os procedimentos operacionais de lotação e de implantação das estruturas organizacionais no sistema informatizado de gestão de pessoas; acompanhar as rotinas anuais referentes à Declaração do Imposto Retido na Fonte (DIRF), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), comprovante de rendimentos e outras; executar as atividades inerentes ao planejamento da contratação da força de trabalho nos HUFs e na Sede.	Coordenador de Administração de Pessoal	Ademar Paulo Gregório	Desde 31/08/2015 até o momento
Serviço de Documentação e Registro	Atuar na execução do processo de admissão de pessoal, e na execução e orientação do processo de admissão nas filiais; manter atualizada a vida funcional dos colaboradores da Empresa; controlar o número de vagas dos cargos efetivos; manter atualizado o cadastro de cada colaborador nos sistemas usados pela Empresa; fazer publicações nos meios de comunicação oficiais sobre a admissão, demissão, nomeação e exoneração dos colaboradores da Empresa; e prestar informações aos diversos órgãos de controle.	Chefe de Serviço de Documentação e Registro	Renata Tiemi Miyasaki Fernandes	Desde 31/08/2015 até o momento
Serviço de Pagamento de Pessoal	Execução, coordenação, supervisão das atividades rotineiras da folha de pagamento da Empresa; planejar, organizar e distribuir, entre os empregados lotados no setor, a inclusão, de benefícios e vantagens e descontos dos empregados da Sede e repasse de orientações para filias das atividades a serem executadas, mensalmente, para geração da folha de pagamentos; acompanhamento da legislação pertinente a folha de pagamentos e elaboração de orientações para as filiais; cálculo de verbas rescisórias do pessoal da Sede e revisão do cálculo de	Chefe de Serviço de Pagamento de Pessoal	Paulo Jorge Leandro da Silva	Desde 08/10/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	verbas rescisórias elaboradas pelas filiais para autorizar o pagamento; elaboração mensal da GFIP; elaboração, acompanhamento das rotinas anuais referente a declaração do IRRF-DIRF; importação para o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Ebserh (SIGP) da folha de pagamento gerada pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE); exportação de dados da movimentação financeira mensal registrados no SIGP (sistema da Ebserh) para o SIAPE.			
Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Aplicar os conhecimentos de engenharia de segurança e de medicina do trabalho ao ambiente de trabalho, de modo a reduzir ou até eliminar os riscos existentes à saúde do trabalhador nos ambientes de trabalho; colaborar, quando solicitado, nos projetos e na implantação de novas instalações físicas e tecnológicas da Empresa, aplicando os conhecimentos de engenharia de segurança e de medicina do trabalho; responsabilizar-se tecnicamente, pela orientação quanto ao cumprimento do disposto nas Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis às atividades executadas pela Empresa e/ou em seus estabelecimentos; manter permanente relacionamento com a CIPA, valendo-se ao máximo de suas observações, além de apoiá-la, treiná-la e atendê-la, conforme dispõe a NR 5; promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, tanto através de campanhas quanto de programas de duração permanente; analisar e registrar todos os acidentes ocorridos na Empresa ou estabelecimento, com ou sem vítima, e todos os casos de doença ocupacional; e desenvolver atividades em equipe multiprofissional para a viabilização ações de promoção, proteção e recuperação da saúde do trabalhador.	Chefe de Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Alberto Sued Gomes de Oliveira	Desde 08/01/2016 até o momento
Serviço de Provimento de Pessoal		Chefe de Serviço de Provimento de Pessoas	Maria de Fátima Rodrigues Lobato	Desde 17/10/2015 até o momento
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal	Planejar, executar e avaliar as ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas; Elaborar os manuais de normas e procedimentos relacionados às políticas de recursos humanos da Ebserh; planejar, executar e avaliar as ações de integração de novos colaboradores; identificar em conjunto com a coordenação de planejamento de pessoal as demandas de ações de capacitação; planejar e executar eventos de integração entre a Sede e as filiais da Ebserh; planejar, executar e avaliar programas de educação à distância, quando adequados as necessidades identificadas.	Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal	Ilsou Iglésias Gomes Mara Regina De Carvalho Annunziato	De 21/06/2012 até 11/07/2016 Desde 11/07/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Serviço de Capacitação e Avaliação de Desempenho	Manter alinhada, com os HUF, a Política de Desenvolvimento de Pessoas; formular propostas de diretrizes de desenvolvimento dos colaboradores da Ebserh, em consonância com o planejamento institucional; formular proposta do Plano de Desenvolvimento de Competências (PDC), com base nas diretrizes de desenvolvimento aprovada; planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas à implementação do plano de desenvolvimento de competências dos colaboradores; planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas à implementação do programa de desenvolvimento gerencial – Sede e filiais; acompanhar a execução do plano de desenvolvimento de competências nas filiais. Propor assinatura de acordos de cooperação com instituições públicas e privadas para execução do PDC; propor, implementar e coordenar o processo de gestão do desempenho por competências dos colaboradores da Ebserh; propor metodologia, acompanhar e avaliar o processo de avaliação de desempenho dos empregados em período de experiência – Sede e filiais; gerenciar a Escola Ebserh de Educação Corporativa; gerenciar o portal de Educação Corporativa e a plataforma de educação a distância; e gerenciar o Banco de Talentos.	Chefe de Serviço de Capacitação e Avaliação de Desempenho	Arlete Maria Costa de Paula	Desde 13/09/2012 até o momento
Serviço de Relações de Trabalho	Serviço de Relações de Trabalho tem como principais competências propor, à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP), políticas e diretrizes que garantam a democratização das relações de trabalho na Ebserh, por meio de instrumentos legais e práticas referentes à negociação coletiva; organizar, supervisionar e executar ações referentes às demandas de negociação de relações de trabalho dos empregados públicos da Ebserh, facilitando a articulação e participação de órgãos públicos e entidades sindicais envolvidos nos procedimentos de negociação de termos e condições de trabalho, bem como o monitoramento de movimentos parciais, no âmbito da Ebserh, a fim de subsidiar a Empresa no tratamento das demandas trabalhistas; exercer, como ponto focal, a administração do Canal de Relações de Trabalho (canal de comunicação interno e direto com o empregado público e agentes em exercício de atividades na Ebserh); recepcionar as demandas de condições de trabalho dos servidores públicos lotados na Ebserh, para a devida análise e seu posterior encaminhamento, junto à DGP, e quando necessário, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; coordenar e prestar apoio às Comissões de Relações de Trabalho, na Sede e filiais, com a proposição de normas e orientações, a fim de proporcionar a organização do tratamento das demandas dos empregados públicos da Ebserh junto às áreas técnicas responsáveis pelos temas abordados. Representar a Ebserh, como preposto, em questões que envolvam relações de trabalho, com o apoio da Coordenadoria Jurídica.	Chefe de Serviço de Relações de Trabalho	Wildemar Santos de Moura Roseane do Nascimento Lima Santos	De 22/05/2013 até 24/02/2016 Desde 11/07/2016 até o momento
Diretoria de Orçamento e Finanças	Planejar, implementar e controlar as políticas e diretrizes de gestão orçamentária, financeiras e contábil no âmbito da Sede, das filiais e das unidades	Diretor	Cristian de Oliveira Lima	De 25/08/2015 até 17/08/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	descentralizadas; subsidiar a Presidência, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva com as informações necessárias para as decisões relacionadas à execução e ao desempenho do orçamento da Sede da Ebserh, de suas filiais e unidades descentralizadas; apoiar e monitorar as filiais e unidades descentralizadas da Ebserh no planejamento, implementação e controle de seus respectivos orçamentos e desempenhos institucionais, de acordo com as características definidas no planejamento de cada unidade; planejar, gerenciar e controlar a execução orçamentária e financeira da Sede, de suas filiais e unidades descentralizadas, com as medidas necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro da Empresa; realizar a execução orçamentária e financeira no âmbito da Sede da Ebserh, estabelecer diretrizes para a gestão de custos da Empresa e, bem como monitorar e avaliar a implantação de sistemas e indicadores de custos; planejar, estabelecer diretrizes de gerenciamento, acompanhar, avaliar e controlar as conformidades contábeis da Sede e de suas filiais, e registrar o movimento contábil da Sede; exercer outras atribuições determinadas pela Presidência e pela Diretoria Vice-Presidência Executiva.		Renato dos Santos de Almeida	De 09/08/2016 até 31/12/2016
Assessoria de Planejamento - DOF	Planejar e organizar as atividades técnicas e administrativas de apoio ao Diretor bem como as ações que envolvam sua representação institucional; consolidar informações de solicitações de auditoria interna e externa e, gestão do sistema monitor; promover, em conjunto com a área técnica responsável, a divulgação interna e externa de atos oficiais, notícias de interesse da Diretoria e o atendimento às demandas da Lei de Acesso à informação; participar das atividades e atender às demandas relacionadas ao comitê de planejamento estratégico da Empresa. Coordenar e acompanhar a execução das atividades da Diretoria relacionadas à gestão, à administração, ao desenvolvimento e à aplicação da legislação de recursos humanos em conformidade com as orientações do setor de recursos humanos da Ebserh. Gerenciar as atividades relativas ao desempenho dos indicadores estratégicos da Ebserh afetos à Diretoria de Orçamento e Finanças; acompanhar, controlar e consolidar a elaboração dos relatórios trimestrais de atividades da Diretoria; acompanhar a tramitação das diligências encaminhadas à Diretoria; e exercer outras atividades determinadas pelo Diretor.	Assessor de Planejamento	Ana Karina Militão Vilas Boas Romero Batista Dias Reis	De 03/08/2015 até 28/09/2016 03/10/2016 até o momento
Coordenadoria de Planejamento e Execução Orçamentária	Coordenar a elaboração e consolidação da programação e reprogramação dos orçamentos anuais e plurianuais no âmbito da Ebserh; coordenar a proposição, a construção e implementação de instrumentos, ferramentas e relatórios afetos ao planejamento, programação, acompanhamento e controle da execução orçamentária no âmbito da Ebserh, resguardados os devidos limites de alçada das instâncias responsáveis em cada unidade gestora vinculada à Empresa; coordenar as demandas e articular junto às setoriais dos órgãos superiores envolvidos, as ações necessárias ao tratamento das questões relativas ao planejamento e a	Coordenador de Planejamento e Execução Orçamentária	Rodrigo Souza Dittz	De 03/08/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	<p>execução do orçamento da Ebserh, dos Hospitais Universitários Federais vinculados ao Rehuf e demais programas sob a gestão da Empresa; coordenar a elaboração, revisão e o monitoramento do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) no que se refere aos programas e ações governamentais sob a gestão da Ebserh; coordenar, analisar e acompanhar a execução orçamentária no âmbito da Ebserh, resguardados os limites de alçada das instâncias responsáveis de cada unidade gestora vinculada à Empresa; coordenar, promover e controlar a execução orçamentária e financeira no âmbito da Sede da Ebserh, conforme as demandas e despesas ordenadas; coordenar e orientar as filiais e demais unidades gestoras vinculadas à Ebserh ou aos programas sob sua gestão, resguardados os respectivos limites de alçada, quanto aos assuntos afetos ao planejamento, revisão e execução orçamentária; prestar informações para subsidiar à Diretoria Executiva, o Comitê Gestor Interno do Rehuf e à Presidência da Ebserh, por intermédio da Diretoria de Orçamento e Finanças, no que se refere as propostas de alocação e planejamento do orçamento da Empresa e dos programas sob sua gestão; acompanhar e acatar, bem como fazer divulgar, orientar e promover ações de incentivo às demais unidades gestoras vinculadas à Ebserh e aos programas sob sua gestão, com vistas ao cumprimento das determinações, recomendações e orientações emanadas pelos órgãos de controle e órgãos setorial e central dos Sistemas de Planejamento, Orçamento e de Administração Financeira Federal, no que se refere à sua área de competência; coordenar e orientar a elaboração de documentos técnicos, gerenciais e normativos afetos a sua área de competência e relacionados ao planejamento e a execução orçamentária da Ebserh e dos programas sob sua gestão; apoiar a Diretoria de Orçamento e Finanças na realização de suas atribuições e exercer outras atividades determinadas pelo Diretor.</p>			
Serviço de Planejamento Orçamentário	<p>Articular e receber as demandas, orientar a elaboração e consolidar a programação e reprogramação dos orçamentos anuais e plurianuais no âmbito da Ebserh; propor, construir e implementar instrumentos, ferramentas e relatórios para o planejamento, programação e acompanhamento da execução orçamentária no âmbito da Ebserh, resguardados os devidos limites de alçada das instâncias responsáveis em cada unidade gestora vinculada à Empresa; realizar consultas, processar dados e preparar documentos técnicos e gerenciais com informações relativas ao planejamento e ao desempenho do orçamento da Ebserh, dos Hospitais Universitários Federais vinculados ao Rehuf e demais programas sob a gestão da Empresa; apurar e acompanhar a execução orçamentária da Ebserh, do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - Rehuf e demais programas sob a gestão da Empresa; orientar e avaliar as demandas, justificar e elaborar a proposta, realizar o acompanhamento, monitoramento e as</p>	Chefe de Serviço de Planejamento Orçamentário	Ésio Moreira Leal	De 03/08/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	<p>revisões do PPA do Governo Federal no que se refere aos programas e ações governamentais sob a gestão da Ebserh; orientar e avaliar as demandas, justificar e elaborar a proposta da LDO e da LOA no que se refere aos programas e ações governamentais sob a gestão da Ebserh; receber, organizar e avaliar demandas, bem como promover interlocuções junto às setoriais dos órgãos superiores envolvidos, para a orientação e tratamento de questões relativas ao planejamento e a execução do orçamento da Ebserh, dos Hospitais Universitários Federais vinculados ao Rehuf e demais programas sob a gestão da Empresa; propor normativos, orientar as filiais e demais unidades gestoras vinculadas à Ebserh ou aos programas sob sua gestão, resguardados os respectivos limites de alçada, quanto aos assuntos afetos ao planejamento, revisão e execução orçamentária; avaliar e propor ações que visem o aperfeiçoamento do processo de planejamento e otimização dos resultados de execução orçamentária no âmbito da Ebserh; acompanhar e acatar, bem como fazer divulgar, orientar e promover ações de incentivo às demais unidades gestoras vinculadas à Ebserh e aos programas sob sua gestão, com vistas ao cumprimento das determinações, recomendações e orientações emanadas pelos órgãos de controle e órgãos setorial e central dos Sistemas de Planejamento, Orçamento e de Administração Financeira Federal, no que se refere à sua área de competência; apoiar a Coordenadoria de Planejamento e Execução Orçamentária na realização de suas atribuições e exercer outras atividades determinadas por esta.</p>			
Serviço de Gestão Orçamentária	<p>Acompanhar e orientar a execução orçamentária no âmbito da Ebserh, em todas as suas etapas; propor, construir e implementar instrumentos, ferramentas e relatórios para o acompanhamento e controle da execução orçamentária no âmbito da Ebserh, resguardados os devidos limites de alçada das instâncias responsáveis em cada unidade gestora vinculada à Empresa; realizar consultas, processar dados e preparar documentos técnicos e gerenciais com informações relativas a execução orçamentária da Ebserh, do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - Rehuf e demais programas sob a gestão da Empresa; receber, avaliar e orientar as demandas, justificar e elaborar as propostas, realizar o acompanhamento e as revisões dos pedidos de suplementação, cancelamento e movimentação de créditos e de reestimativa das receitas no âmbito da Ebserh e dos programas sob a gestão da Empresa, articulando com as demais unidades gestoras envolvidas em cada caso; organizar as demandas, promover a classificação e descentralização de créditos orçamentários às unidades gestoras vinculadas à Ebserh, ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - Rehuf e demais programas sob a gestão da Empresa, observando a programação aprovada e os limites orçamentários disponíveis; organizar as demandas, articular com as demais áreas da Empresa, classificar o</p>	Chefe de Serviço de Gestão Orçamentária	Raquel Pereira Tavares	De 10/09/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	<p>orçamento e emitir pré-empenhos para as operações que visem a assunção de despesas no âmbito da Sede da Ebserh, observando a programação aprovada e os limites orçamentários disponíveis; receber e avaliar as demandas, detalhar o orçamento e conceder disponibilidade orçamentária para subsidiar a consecução de demandas dos Hospitais Universitários Federais filiados à Ebserh, sempre que motivado, observando a programação aprovada e os limites orçamentários disponíveis; acompanhar e controlar a movimentação orçamentária de receitas no âmbito da Ebserh; promover interlocuções junto às setoriais dos órgãos superiores envolvidos, para a orientação e tratamento de demandas relativas à execução do orçamento da Ebserh, do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - Rehuf e demais programas sob a gestão da Empresa; propor normativos, orientar as filiais e demais unidades gestoras vinculadas à Ebserh ou aos programas sob sua gestão, resguardados os respectivos limites de alçada, quanto aos assuntos afetos a execução orçamentária; acompanhar e acatar, bem como fazer divulgar, orientar e promover ações de incentivo às demais unidades gestoras vinculadas à Ebserh e aos programas sob sua gestão, com vistas ao cumprimento das determinações, recomendações e orientações emanadas pelos órgãos de controle e órgãos setorial e central dos Sistemas de Planejamento, Orçamento e de Administração Financeira Federal, no que se refere à sua área de competência; avaliar e propor ações que visem o aperfeiçoamento do processo de execução orçamentária no âmbito da Ebserh; apoiar a Coordenadoria de Planejamento e Execução Orçamentária na realização de suas atribuições e exercer outras atividades determinadas por esta.</p>			
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira	<p>Controlar e realizar as execuções orçamentária e financeiras da Sede da Ebserh, em todas as suas etapas; propor, construir e implementar instrumentos, ferramentas e relatórios para o acompanhamento, orientação e controle da execução orçamentária e financeira da Sede da Ebserh; organizar as demandas, emitir relatório e solicitar a liberação de limite financeiro para os pagamentos em curso na Sede da Ebserh; receber, avaliar e organizar as demandas, articular com as demais áreas da Empresa, e emitir notas de empenho para as despesas no âmbito da Sede da Ebserh, de acordo com a programação aprovada e os limites disponibilizados; receber, avaliar e organizar as demandas, articular com as demais áreas da Empresa, e executar os pagamentos das despesas ordenadas no âmbito da Sede da Ebserh, de acordo com a programação aprovada e os limites disponibilizados; acompanhar o resultado dos pagamentos executados, manter interlocuções com as entidades bancárias, notificar as áreas demandantes e providenciar a regularização das situações de estorno, reemissões ou cancelamento de pagamentos, conforme orientação; propor normativos e orientar as filiais da Ebserh, resguardados os respectivos limites de alçada, quanto aos assuntos afetos</p>	Chefe de Serviço de Execução Orçamentária e Financeira	Gina Cláudia Loubach	De 11/08/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	a sua área de competência; acompanhar e cumprir as determinações, recomendações e orientações emanadas pelos órgãos de controle e órgãos setorial e central dos Sistemas de Planejamento, Orçamento e de Administração Financeira Federal, no que se refere à sua área de competência; organizar e controlar o arquivamento dos documentos relacionados a execução orçamentária e financeira mantidos sob a guarda da Diretoria; avaliar e propor ações que visem o aperfeiçoamento do processo de execução orçamentária e financeira no âmbito da Ebserh; apoiar a Coordenadoria de Planejamento e Execução Orçamentária na realização de suas atribuições e exercer outras atividades determinadas por esta.			
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças	Coordenar, supervisionar, avaliar, bem como propor melhorias às atividades relacionadas à contabilidade, finanças e controle de custos; elaborar relatórios afetos às atividades dos seus Serviços para subsidiar a tomada de decisão da diretoria e alta gestão; acompanhar e sistematizar as atividades de orientação às filiais acerca das normas de programação financeira, de realização da receita, execução da despesa, monitoramento de custos e registros contábeis; coordenar o atendimento às demandas de recursos financeiros das filiais; coordenar ações para obtenção dos limites de pagamento e liberação das cotas financeiras necessárias à execução da programação financeira; supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas à programação financeira; coordenar e acompanhar a execução financeira das descentralizações de crédito das ações da Ebserh; coordenar o desenvolvimento e manutenção de sistema de custos; coordenar e supervisionar a geração de indicadores de custos que permitam a avaliação e o acompanhamento satisfatório da gestão orçamentária e financeira da Sede e suas filiais; promover, por intermédio de seus Serviços, as ações relacionadas à execução e análise contábil, fiscal e tributária; ao controle da documentação e das garantias contratuais e ao acompanhamento dos resultados econômicos e registro das conformidades contábeis; planejar, supervisionar e orientar as atividades relativas à contabilidade da Ebserh e à concessão de suprimento de fundos a servidores da Empresa; coordenar e garantir o atendimento às demandas dos órgãos de controle afetas aos seus Serviços; exercer outras atividades determinadas pelo Diretor.	Coordenador de Contabilidade e Finanças	Daniel Godoy de Jesus Miranda Cristian de Oliveira Lima	De 08/09/2015 até 10/06/2016 Desde 17/08/2016 até o momento
Serviço de Contabilidade	Escriturar os livros comerciais e fiscais requeridos pela legislação bem como providenciar os registros dos livros nos órgãos pertinentes; providenciar os registros dos livros fiscais no órgão de registro do comércio e na Secretaria da Fazenda do Distrito Federal; requerer e controlar documentos de regularidade fiscal, tributária e previdenciária da Ebserh nas repartições públicas; proceder à apropriação contábil da folha de pagamento e às respectivas provisões; registrar os bens patrimoniais da Empresa e acompanhar sua movimentação contábil; proceder aos registros contábeis de atualização de direitos e obrigações da	Chefe de Serviço de Contabilidade	Afonso Marques de Sousa	De 03/11/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	<p>Empresa, relativos a convênios, empréstimos e outros; habilitar senhas para o acesso de usuários ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), efetuando conformidade de operadores e manter atualizado o Rol de Responsáveis. elaborar as declarações do Imposto de Renda, de contribuições de tributos federais e de Imposto de Renda Retido na Fonte, referentes aos serviços prestados no âmbito da Empresa; acompanhar as publicações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e sugerir a adequação dos registros contábeis, inclusive às normas internacionais de contabilidade (IFRS); representar a Ebserh junto aos órgãos de administração tributária, nos assuntos inerentes à escrituração contábil; planejar, supervisionar e orientar as atividades relativas à contabilidade da Ebserh e à concessão de suprimento de fundos a servidores da Empresa; diligenciar os responsáveis pela omissão na prestação de contas ou pela prática de irregularidades e/ou impropriedades na aplicação dos recursos repassados pela Ebserh e na concessão de suprimentos de fundos a servidores/empregados; auxiliar a elaboração do Relatório Anual de Gestão da Ebserh; subsidiar e assistir os processos de planejamento, coordenação, execução e supervisão das atividades afetas à Coordenação de Contabilidade e Finanças; coordenar e acompanhar a análise das contas, balancetes, balanços e demonstrações contábeis da Ebserh e efetuar a regularização de eventuais inconsistências; propor a edição de normas com vistas à regular os prazos e procedimentos para o encerramento de exercício financeiro; gerar, enviar e garantir a consistência dos arquivos eletrônicos afeitos ao Sistema Público de Escrituração Eletrônica; realizar a conformidade de registro de gestão da administração da Sede e registrar a conformidade de operadores da unidade gestora da Setorial de Contabilidade (Sede) no SIAFI; realizar a conformidade prévia, conformidade contábil da unidade gestora Sede e a conformidade de órgão das unidades gestoras filiais referente aos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; definir, acompanhar, avaliar e controlar as conformidades diárias das atividades dos serviços de contabilidade financeira das unidades hospitalares; preparar informações, demonstrativos contábeis e periódicos para atender aos órgãos colegiados, bem como outras instâncias demandantes; elaborar as demonstrações financeiras e contábeis de acordo com a Lei 6.404/76, conciliada com as demonstrações extraídas do SIAFI; acompanhar e analisar a consistência dos balanços, balancetes, auditores contábeis e demais demonstrações contábeis no SIAFI, tanto da Sede, quanto das filiais; apresentar ao Conselho Fiscal, trimestral e anualmente, as demonstrações financeiras do exercício social, de acordo com a Lei 6.404/76; consolidar as demonstrações contábeis das filiais e da Sede. elaborar e transmitir, mensalmente, à SEST, dados solicitados referente à execução orçamentária, financeira e do endividamento da Empresa; elaborar e transmitir,</p>			

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	<p>anualmente, à SEST, as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76; subsidiar a Coordenadoria na proposição e disseminação de normas, modelos e procedimentos operacionais padrão que disciplinem as atividades de competência do Serviço de Contabilidade Financeira no âmbito da Empresa; formular e orientar quanto a políticas contábeis no âmbito da Ebserh e de suas filiais; elaborar e manter atualizado Manual de Padronização dos Registros Contábeis de forma a uniformizar os registros junto às filiais, propor aos setores responsáveis pela execução orçamentária e financeira, na Sede e nas filiais, procedimentos que garantam a fidedignidade dos dados de lançamentos e demais registros contábeis ocorridos no SIAFI; orientar as Unidades de Contabilidade Financeira das filiais quanto às boas práticas, processos organizacionais e administrativos a adotar na realização das atividades afetas a sua área de atuação; orientar e acompanhar o cumprimento das normas e procedimentos instituídos pela Ebserh para disciplinar as atividades relacionadas à contabilidade financeira no âmbito de suas filiais; orientar as filiais quanto aos cálculos judiciais, em sua área de atuação. Orientar e acompanhar o cumprimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle interno e externo, quando das auditorias ou fiscalizações realizadas na Ebserh, relativas à sua área de atuação; fornecer dados requeridos para compor o processo de tomada de contas anual da Ebserh; zelar pela guarda do acervo documental sob a responsabilidade do Serviço de Mensuração e Controle de Custos; desenvolver outras atividades típicas do Serviço de Contabilidade.</p>			
Serviço de Gestão Financeira	<p>Controlar as disponibilidades financeiras e provisionar os recursos necessários para os pagamentos de despesas da Ebserh; executar as operações de aplicação e de resgate financeiro, bem como consolidar os rendimentos auferidos; apurar a liquidação da despesa e saldos financeiros das filiais a fim de liberação de recursos, de acordo com a programação financeira; monitorar os desembolsos financeiros efetuados pelo órgão central; acompanhar e controlar os dispêndios financeiros de modo a garantir o cumprimento da programação financeira aprovada; controlar as solicitações de recursos financeiros e verificar necessidades financeiras através de relatórios de apuração; elaborar a programação financeira mensal e anual, fixando os limites de pagamento em consonância com as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional; realizar transferências de recursos financeiras; acolher as demandas de recursos financeiros das filiais; monitorar o recebimento de receitas financeiras pertinentes às filiais e à Sede; elaborar relatórios gerenciais com informações que subsidiem a estimativa de arrecadação de receitas próprias; elaborar o fluxo de caixa da Ebserh e acompanhar a sua execução; monitorar as necessidades de recursos financeiros referentes aos restos a pagar; divulgar e acompanhar a correta aplicação da legislação, normativos e rotinas afetas ao</p>	Chefe de Serviço de Gestão Financeira	Arlington da Silva Oliveira	De 01/09/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	Serviço de Gestão Financeira; subsidiar a Coordenadoria na proposição e disseminação de normas, modelos e procedimentos operacionais padrão que disciplinem as atividades de competência do Serviço de Gestão Financeira no âmbito da Empresa; zelar pela guarda do acervo documental sob a responsabilidade do Serviço de Gestão Financeira; desenvolver outras atividades típicas do Serviço de Gestão Financeira.			
Serviço de Mensuração e Controle de Custos	Definir, implantar e aperfeiçoar metodologia de apuração de custos na Sede e nas filiais; definir procedimentos de registro, visando à melhor apuração das informações de custos; apurar os custos diretos e indiretos das áreas e serviços; especificar e homologar rotinas de apuração de custos nos aplicativos sob sua gestão; estabelecer rotinas de qualificação e consistência das informações de custos e aderência aos números registrados nos demonstrativos contábeis da Ebserh; estabelecer rotina contínua de mensuração, acompanhamento e avaliação dos custos da Sede e de suas filiais. realizar estudos e gerar relatórios analíticos comparativos pertinentes às informações de custos das unidades hospitalares, sugerindo ações para melhorar os desempenhos individuais e coletivo; prestar apoio e orientação às demais áreas da Ebserh sobre aspectos relacionados ao tema; orientar e acompanhar as unidades de custos das filiais quanto às práticas, processos organizacionais e administrativos a adotar na realização das atividades afetas a sua área de atuação; orientar e estabelecer juntamente com as filiais indicadores de custos pertinentes aos serviços prestados e seus processos internos; acompanhar, quantitativamente e qualitativamente, as informações de custos geradas pelas filiais; subsidiar a Coordenadoria na proposição e disseminação de normas, modelos e procedimentos operacionais padrão que disciplinem as atividades de competência do Serviço de Mensuração e Controle de Custos no âmbito da Empresa; divulgar e acompanhar a correta aplicação da legislação, normativos e rotinas afetas ao Serviço de Mensuração e Controle de Custos; zelar pela guarda do acervo documental sob a responsabilidade do Serviço de Mensuração e Controle de Custos; desenvolver outras atividades típicas do Serviço de Mensuração e Controle de Custos.	Chefe de Serviço de Mensuração e Controle de Custos	Alexandre dos Santos Silva	De 27/09/2013 até o momento
Diretoria de Administração e Infraestrutura	Planeja, implementa e controla as políticas e diretrizes de gestão administrativa, patrimonial e de infraestrutura no âmbito da Sede da Ebserh, filiais e unidades descentralizadas; planeja, estabelece diretrizes e normas, em articulação com as demais Diretorias, para as atividades de compras, aquisições e contratações de bens e serviços necessários ao pleno funcionamento da Sede da Ebserh, filiais e unidades descentralizadas, assim como executar os procedimentos para a consecução dessas atividades; planeja, estabelece diretrizes e normas de gerenciamento e fiscalização de contratos e convênios no âmbito da Sede da Ebserh, filiais e unidades descentralizadas; gerencia o patrimônio da Sede da	Diretor de Administração e Infraestrutura	Garibaldi José Cordeiro de Albuquerque Eduardo Jorge Valadares Oliveira Jaime Gregório dos Santos Filho	De 13/04/2012 a 15/03/2016 De 22/03/2016 até Desde 08/08/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	Ebserh e monitora sua manutenção nas filiais e unidades descentralizadas; gerencia o almoxarifado, a infraestrutura física e os serviços administrativos da Sede da Ebserh; planeja, estabelece diretrizes e normas, avalia e controla a emissão de passagens e diárias necessárias para a realização de trabalhos no âmbito da Sede da Ebserh, filiais e unidades descentralizadas; articula com a DGPTI o desenvolvimento e a implantação do Sistema Informatizado de Gestão Hospitalar da Ebserh, no tocante a processos e procedimentos, infraestrutura, tecnologias da informação e serviços, assim como indicadores para monitoramento; planeja, coordena e implementa, em conjunto com as Diretorias da Ebserh, o processo de especificação técnica para o provimento de infraestrutura física da Sede, filiais e unidades descentralizadas, de acordo com normas e legislação vigentes; monitora e avalia a gestão de infraestrutura física da Sede, filiais e unidades descentralizadas, de forma orientada para a qualificação das áreas físicas e instalações prediais.			
Assessoria de Planejamento - DAI	-	Assessora de Planejamento	Jane Teresinha da Costa Diehl Henrique Albuquerque Figueiredo	10/08/2015 até 21/07/2016 Desde 21/07/2016 até o momento
Coordenadoria de Administração	Planejamento e implementação das políticas de gestão de compras, contratos e patrimônio.	Coordenadora de Administração	Leilane Mendes Barradas Vânia Suzi Marques Guedes Leite	De 17/04/2015 até 07/07/2016 08/07/2016 até o momento
Serviço de Compras e Contratos	Instrução das contratações direta; gestão de contratos administrativos; e apoio à transição de gestão das filiais com supervisão dos procedimentos de sub-rogação contratual.	Chefe de Serviço de Compras e Contratos	Andressa Maria Rodrigues Klosovski Carlos Vinicius de Souza Motta	De 17/04/2015 até 15/08/2016 Desde 24/10/2016 até o momento
Serviço de Licitações	Condução dos procedimentos licitatórios; e gestão das atas de registro de preços.	Chefe de Serviço de Licitações	Catarina Simão Silva	Desde 21/08/2015 até o momento
Serviço de Logística Administrativa	Provimento da estrutura física e dos serviços essenciais ao funcionamento da Sede Emissão de passagens e concessão de diárias; e coordenação da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Sede.	Chefe de Serviço de Logística Administrativa	Felippe Vilaça Loureiro Santos	Desde 12/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Serviço de Patrimônio e Almoxarifado Administrativo	Gestão de materiais e patrimonial; supervisão dos procedimentos de regularização patrimonial das unidades hospitalares.	Chefe de Serviço de Patrimônio e Almoxarifado Administrativo	Áureo Queiroz Severo Junior	Desde 12/2014 até o momento
Coordenadoria de Infraestrutura Física e Tecnológica	Coordena o estabelecimento e a implementação de diretrizes de infraestrutura física; de avaliação, manutenção, atualização, substituição e descarte do parque tecnológico; e dos serviços afetos à área de hotelaria hospitalar; articula com as demais áreas da Ebserh a otimização dos processos relacionados à qualificação e adequação da infraestrutura física, do parque tecnológico e dos serviços afetos à hotelaria hospitalar nos HUF; propõe e promove a melhoria contínua dos processos de trabalho, por meio de ferramentas gerenciais; define formas para acompanhamento da gestão de infraestrutura física, do parque tecnológico e da hotelaria hospitalar dos HUF.	Coordenadora de Infraestrutura Física e Tecnológica	Regina Maria Gonçalves Barcellos Eduardo Jorge Valadares Oliveira	De 03/12/2014 até 09/08/2016 Desde 09/08/2016 até o momento
Serviço de Apoio à Manutenção Predial e Obras	Propõe e apoia a implementação das diretrizes de infraestrutura física para os HUF; apoia tecnicamente as equipes dos Setores de Infraestrutura Física e de Engenharia Clínica dos HUF no monitoramento e controle das obras novas, obras de reformas e ampliações e instalações de equipamentos médico-assistenciais nos HUF, de acordo com as diretrizes estabelecidas; apoia estudos de viabilidade para fins de elaboração dos Planos Diretores Físico-Funcionais dos HUF; propõe e realiza estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, em conjunto com as demais áreas da Ebserh, visando à atualização e modernização de sistemas, instalações prediais e equipamentos de infraestrutura física dos HUF; acompanha a evolução e resultados das equipes dos Setores de Infraestrutura Física dos HUF.	Chefe de Serviço de Apoio à Manutenção Predial e Obras	Sandro Martins Dolghi	Desde 01/2014 até o momento
Serviço de Infraestrutura Tecnológica	Propõe as diretrizes de gestão do parque tecnológico dos HUF, no que se refere a avaliação, manutenção, substituição e descarte de equipamentos, e apoia sua elaboração e implementação; apoia tecnicamente as equipes dos Setores de Engenharia Clínica dos HUF na gestão do parque tecnológico; apoia iniciativas que visem a aquisição e incorporação de novas tecnologias médico-assistenciais; acompanha a evolução e resultados das equipes dos Setores de Engenharia Clínica dos HUF na gestão do parque tecnológico.	Chefe de Serviço de Infraestrutura Tecnológica	Fernanda Vieira Frondana	Desde 02/03/2015 até o momento
Serviço de Apoio à Hotelaria Hospitalar	Propõe e apoia a implementação das diretrizes e premissas para o funcionamento dos serviços afetos à área nos HUF; apoia tecnicamente as equipes de hotelaria hospitalar dos HUF no gerenciamento e aprimoramento contínuo dos serviços afetos à área, assim como no acompanhamento da execução contratual; monitora a evolução de práticas dos serviços de hotelaria hospitalar dos HUF; propõe e realiza estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, em conjunto com os HUF e as demais áreas da Ebserh, visando à atualização e modernização de tecnologias utilizadas nos serviços de hotelaria hospitalar; estuda e promove mapeamentos locais sistemáticos do mercado de serviços afetos à área, para a	Serviço de Apoio à Hotelaria Hospitalar	Sandra Satiko Kuwada	Desde 01/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	contratação de serviços que mais se adequem à realidade local e que representem melhor custo-efetividade para a Administração, considerando inclusive a possibilidade de agrupamentos de hospitais em um mesmo processo licitatório; realiza encontros de Câmara Técnica.			
Diretoria de Gestão e Processos e Tecnologia da Informação	Propor e gerir a Política de Gestão de Processos, Segurança e Tecnologia da Informação da Ebserh, em articulação com as demais Diretorias e órgãos de assessoramento; elaborar e submeter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o PDTIC à aprovação da Diretoria Executiva da Ebserh, em consonância com o planejamento institucional; implementar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar as características e a execução do PETI e do PDTIC na Ebserh, de acordo com o planejamento institucional; mapear, propor, avaliar e aperfeiçoar os fluxos de processos de atenção à saúde e administrativos, em articulação com as respectivas Diretorias e demais unidades descentralizadas da Ebserh; coordenar, planejar, desenvolver ou propor a contratação de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação necessários para auxiliar os processos de trabalho na Ebserh; coordenar o desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas informatizados com foco nos processos de atenção à saúde, de ensino e pesquisa e de gestão para o campo da saúde; avaliar e autorizar a aquisição e implantação de soluções tecnológicas, equipamentos ou sistemas informatizados, no âmbito da Ebserh, que atendam às necessidades das unidades descentralizadas; desenvolver procedimentos operacionais informatizados na Ebserh, para o monitoramento prévio e efetivo dos serviços e da gestão da instituição; propor e implementar soluções informatizadas para o monitoramento e avaliação dos estágios de execução dos contratos realizados entre a Ebserh e as universidades; propor e implementar, nas unidades descentralizadas da Ebserh, soluções informatizadas que possibilitem monitorar e avaliar, pelas várias instâncias de gestão da instituição, os serviços de saúde prestados por essas unidades à população, por meio dos contratos firmados com o SUS; integrar as redes de dados e sistemas de telecomunicações entre unidades descentralizadas e a Sede da Ebserh; integrar os sistemas informatizados das filiais e unidades descentralizadas com a Sede da Ebserh; integrar, quando couber, os sistemas de informações da Ebserh com os sistemas de informações congêneres federais, de forma a qualificar os sistemas internos da instituição; assessorar e prestar suporte nas questões tecnológicas que envolverem telessaúde e telemedicina, no âmbito da Ebserh; planejar, implementar e monitorar a logística de equipamentos de informática, a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, as tecnologias das redes e os sistemas de informação da Ebserh; assessorar o desenvolvimento e a capacitação de pessoal para a implementação de mudanças ou aperfeiçoamentos necessários nos meios e processos de informatização da Ebserh; desenvolver, implantar e	Diretor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação	Cristiano Cabral Anderson Chaves dos Santos	De 09/11/2012 até 07/07/2016 De 09/08/2016 até 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	sustentar os Sistemas de Gestão Hospitalar da Empresa, com as Diretorias envolvidas, no que tange às responsabilidades de negócio envolvidas; realizar estudos, em conjunto com a Coordenadoria de Gestão Integrada, com a Assessoria de Planejamento e Relações Institucionais e com representantes das Diretorias pertinentes, a respeito de processos ou procedimentos existentes ou necessários à Sede, às filiais ou unidades descentralizadas da Ebserh, que tenham que ser implantados, corrigidos ou aperfeiçoados; consolidar e submeter à Diretoria Executiva os dados, indicadores e sinalizadores para o monitoramento e avaliação contínuos das unidades e órgãos componentes da Ebserh, em conjunto com a Coordenadoria de Gestão Integrada, a partir de propostas das demais Diretorias da instituição ou em articulação e avaliação conjunta com elas; e exercer outras atribuições determinadas pela Presidência.			
Assessoria de Planejamento	Planejar as ações da diretoria alinhado com o diretor; Suporte ao diretor para respostas de documentos internos e externos (Ofícios, memorandos, despachos, etc) demandados para a diretoria; Monitoramento das metas da diretoria vinculadas ao planejamento estratégico da Empresa; Monitorar a execução do orçamento dessa diretoria vinculada com os projetos atrelados ao planejamento estratégico; Reuniões de alinhamento com as demais diretorias visando a execução dos trabalhos em conjunto; Elaborar, implementar e monitorar o PETI, o PDTIC e a Política de Segurança da Informação e Comunicação da Empresa alinhada com as demais diretorias; Mapear, implantar e acompanhar ferramentas de apoio à tomada de decisão do diretor; Planejar e propor a contratação de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação necessários para atingimento das metas; Integrar as coordenações da diretoria para execução das metas.	Assessor de Planejamento	Henrique Xavier Couto Gustavo Marques Gaspar	De 11/2012 até 06/09/2016 Desde 15/09/2016 até o momento
Coordenadoria de Gestão de Processos	Planejar as ações relacionadas à gestão de processos para a Empresa; coordenar a implantação e o desenvolvimento permanente de modelos de gestão padronizados e unificados; apoiar o desenvolvimento e implantação de sistemas de informação para sustentar os modelos de gestão padronizados e unificados, nas unidades hospitalares administradas pela Ebserh; coordenar o mapeamento, a avaliação e a otimização dos fluxos e dos processos assistenciais e administrativos da Sede e das unidades hospitalares vinculadas, também associado ao trabalho de implantação de sistemas como o AGHU; Apoiar as unidades hospitalares administradas na estruturação de suas unidades de processos internas; propor ferramentas informatizadas que permitam monitorar e avaliar os indicadores e metas de desempenho baseando-se nas necessidades de monitoramento apontadas pelas demais diretorias e unidades hospitalares administradas; exercer outras atribuições determinadas pelo Diretor.	Coordenador de Gestão de Processos	Davison Ferreira Andreas Cauê Cabral Magalhães	De 12/2012 até 06/10/2016 Desde 05/10/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Serviço de Apoio Estratégico de Processos de TIC	Elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o planejamento institucional; implementar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar as características e a execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) na Ebserh, de acordo com o planejamento institucional; apoiar a elaboração e revisão da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), bem como suas normas e procedimentos decorrentes; coordenar a elaboração e revisão da Estratégia de Continuidade de Negócio (ECN) da Ebserh, bem como de suas normas e procedimentos decorrentes; apoiar tecnicamente e administrativamente o funcionamento dos Comitês Gestores de Segurança da Informação e Comunicações (CGTIC); apoiar os projetos estratégicos nos quais a DGPTI esteja inserida.	Chefe de Serviço de Apoio Estratégico de Processos de TIC	Halisson Souza Gomides Fábio Campelo Santos da Fonseca	De 03/11/2014 a 03/08/2015 Desde 28/10/2015 até o momento
Serviço de Mapeamento e Análise de Processos	Identificar e mapear permanentemente o modelo de gestão padronizados e unificados, dos processos assistencial e administrativo em conjunto com as demais diretorias; mapear e manter os fluxos e os processos administrativos e assistenciais das unidades hospitalares vinculadas, também associados ao trabalho de implantação de sistemas como o AGHU; Apoiar as unidades hospitalares administradas na estruturação de suas unidades de processos internas; propor e participar da implementação de ferramentas informatizadas que permitam monitorar e avaliar os indicadores e metas de desempenho baseando-se nas necessidades de monitoramento apontadas pelas demais diretorias e unidades hospitalares administradas; e exercer outras atribuições determinadas pelo Coordenador.	Chefe de serviço de mapeamento e análise de processos	Pedro Costa Ferreira	Desde 03/2013 até o momento
Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas de Informações	Planejar as ações relacionadas aos sistemas de informação para a Empresa; Especificar os serviços a serem contratados pela DGPTI referentes ao desenvolvimento de sistemas, assim como coordenar, acompanhar e avaliar os serviços prestados pelas Empresas contratadas; Apoiar na implantação e no desenvolvimento permanente de modelos de gestão padronizados e unificados, com foco no processo assistencial e de formação de recursos humanos para a saúde; Apoiar na implementação de procedimentos operacionais padrão para a Ebserh e unidades hospitalares vinculadas, que auxiliem na gestão e monitoramento das ações permitindo um controle interno prévio e efetivo; Coordenar, planejar, desenvolver ou contratar sistemas de informação, em análise conjunta com as demais diretorias, visando a automatização dos fluxos e processos de trabalhos da Ebserh; Planejar, implementar e avaliar os aplicativos de gestão e sistemas de informação a serem utilizados pelas unidades hospitalares; Realizar a gestão dos dados dos sistemas de informação utilizados na atividades da Ebserh, visando a integração com as unidades hospitalares; Implementar as integrações de	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas de Informação	Bruno Souza de Oliveira Américo Fernandes de Souza Filho	De 12/2012 até 04/08/2016 Desde 04/08/2016 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	sistemas de informações da Ebserh com os sistemas de informação congêneres da Esfera Federal, visando a qualificação dos sistemas internos e automatização de rotinas; Atuar na elaboração do planejamento, implementação e manutenção da política de segurança da informação, com foco na gestão da informação da Ebserh; Implementar ferramentas informatizadas que permitam o monitoramento e avaliação dos indicadores e metas de desempenho dos contratos de prestação de serviços firmados entre a Ebserh e as universidades e instituições congêneres, em parceria com as demais diretorias; Implementar ferramentas informatizadas que permitam o monitoramento e avaliação dos indicadores de desempenho dos contratos de prestação de serviços de saúde firmados entre os hospitais e os gestores do SUS; promover o desenvolvimento, acompanhar a modelagem, implantar e disponibilizar sistemas de informações afetos aos processos, dados e controle, em consonância com a utilização e o grau de segurança requerido, por perfil e nível de acesso de cada usuário; definir, desenvolver e gerenciar a utilização de ferramentas de apoio à administração de dados e promover a capacitação dos usuários na operação dos sistemas; Pesquisar e disseminar novas tecnologias de equipamentos e programas de computador, demonstrando as novas perspectivas de uso e o impacto sobre o ambiente de sistemas da Ebserh; definir o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas, internos e de atendimentos hospitalares, visando desenvolver e manter documentação pertinente aos sistemas desenvolvidos.			
Serviço de Sistemas Hospitalares	Especificar os serviços a serem contratados pela DGPTI referentes ao desenvolvimento de sistemas de Hospitais Universitários, assim como coordenar, acompanhar e avaliar os serviços prestados pelas Empresas contratadas; Implementar e avaliar os aplicativos de gestão e sistemas de informação a serem utilizados pelas unidades hospitalares; Realizar a gestão dos dados dos sistemas de informação utilizados na atividades da Ebserh, visando a integração com as unidades hospitalares; Pesquisar e disseminar novas tecnologias de equipamentos e programas de computador, demonstrando as novas perspectivas de uso e o impacto sobre o ambiente de sistemas hospitalares; Exercer outras atribuições determinadas pelo Coordenador;.	Chefe de Serviços de Sistemas Hospitalares	Romeu Eduardo Kreutz	Desde 06/2013 até o momento
Serviço de Sistemas de Gestão Corporativa	Especificar os serviços a serem contratados pela DGPTI referentes ao desenvolvimento de sistemas de gestão corporativa, assim como coordenar, acompanhar e avaliar os serviços prestados pelas Empresas contratadas; Implementar as integrações de sistemas de informações da Ebserh com os sistemas de informação congêneres da Esfera Federal, visando a qualificação dos sistemas internos e automatização de rotinas; Pesquisar e disseminar novas tecnologias de equipamentos e programas de computador, demonstrando as novas perspectivas	Chefe de Serviços de Sistemas de Gestão Corporativa	Gustavo Galvão de Oliveira Ávila	Desde 01/14 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
	de uso e o impacto sobre o ambiente de sistemas internos da Ebserh; Exercer outras atribuições determinadas pelo Coordenador.			
Coordenadoria de Infraestrutura de Segurança de TI	<p>Planejar, coordenar, medir, controlar e manter a infraestrutura de TIC e a segurança de TI no ambiente tecnológico da empresa, e prover diretrizes e apoio na composição e manutenção de infraestruturas de TI no âmbito das unidades hospitalares que compõem a Rede Ebserh.</p> <p>Garantir a otimização do desempenho da infraestrutura de TI de forma a assegurar a eficiência das operações dos sistemas que viabilizam os processos de negócio.</p> <p>Identificar e recomendar as melhores oportunidades de uso de tecnologia dentro do cenário de negócios numa visão baseada em tendências, aplicabilidade e custo/benefício, alinhado com as melhores práticas de arquitetura corporativa.</p> <p>Especificar os serviços a serem contratados pela DGPTI referentes a infraestrutura de TIC, assim como coordenar, acompanhar e avaliar os serviços prestados; Apoiar na implantação e no desenvolvimento permanente de métodos e boas práticas que visem otimizar o papel das TICs no desempenho da missão institucional da empresa.</p>	Coordenador de Infraestrutura e Segurança de TI	Halisson Souza Gomides	Desde 03/08/2015 até 03/10/2016
Serviços Orientados aos Usuários	Gestão e execução de contratos, suporte ao usuário, solução de videoconferência, licenciamento de software, solução de Impressão corporativa e finalística, infraestrutura de TI Hospitalar, capacitação da tecnologia da informação, software, CFTV, adequação lógica, certificado digital, notas técnicas para elaboração de termos de referências, prospectar tecnologias.	Chefe de Serviço Serviços Orientados ao Usuário	Fabiano Francisco Noetzold Saldanha	Desde 01/2014 até o momento
Serviços Orientados às Soluções	Gerir e executar contratos, prover infraestrutura de TI aos sistemas, prover soluções de: infraestrutura tecnológica; infraestrutura de telecomunicações; equipamentos de tecnologia; serviço de monitoramento; infraestrutura de rede; armazenamento de dados; backup de dados; banco de dados; telefonia e; licenciamento de software. Prospectar tecnologias de informação e comunicação	Chefe de Serviço Serviços Orientados às Soluções	Gustavo Sousa Matias	Desde 07/2014 até o momento

1.5. Macroprocessos finalísticos

Apesar desta unidade ter apresentado no relatório de 2015 o conjunto dos seus macroprocessos finalísticos, o conjunto de macroprocessos apresentados para a prestação de contas do exercício anterior, por se tratar de uma proposta ainda bastante segmentada por setores desta unidade, não se confirmam como macroprocessos finalísticos. Esta empresa ainda não realizou o mapeamento de seus processos em sua completude. Por isso, nesta seção apresentamos as informações acerca dos produtos e serviços gerados com a execução de suas atividades, insumos, fornecedores, clientes e parceiros, de forma geral (Quadro 4).

Quadro 4 - Produtos e serviços gerados com a execução das atividades das Empresa, insumos, fornecedores, clientes e parceiros

Produtos e Serviços	Principais Insumos e Fornecedores	Principais Clientes e parceiros
Melhoria no desempenho da Contratualização SUS	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos Bases de dados nacionais (MS) Instrumentos formais de contratualização firmados anteriormente, incluídos os respectivos documentos descritivos 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh Gestores Municipais, Estaduais e Federal do SUS
Melhoria na qualidade da atenção à saúde	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh; e Gestores SUS
Melhoria nas condições dos HUFs como um cenário de prática para o ensino e a pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos qualificados Videoconferências e reuniões realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh Coordenação Geral de Residências em Saúde/ Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde/Secretaria de Educação Superior/MEC; Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/MS; Gerência de Ensino e Pesquisa e da Comissão de Residências Médicas (COREME), e Comissão de Residências Multiprofissional (COREMU), do Hospital Escola de Pelotas (HE-UFPEL) Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Hospital Alemão Oswaldo Cruz; Hospital de Clínicas de Porto Alegre/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (HCPA/UFRN); Hospital Universitário Onofre Lopes/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (HUOL/UFRN)
Acesso e integralidade do cuidado na atenção hospitalar	<ul style="list-style-type: none"> Recursos Humanos qualificados Videoconferências e reuniões realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh MEC MS; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Conselho de Desenvolvimento Científico e

Produtos e Serviços	Principais Insumos e Fornecedores	Principais Clientes e parceiros
		Tecnológico (CNPq); Hospital Alemão Oswaldo Cruz; Hospital de Clínicas de Porto Alegre/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (HCPA-UFRGS); Hospital Universitário Onofre Lopes/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (HUOL/UFRN)
Provimento e desenvolvimento da força de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Dimensionamento de Serviços dos HUFs; quadro de Pessoal dos HUFs; organograma dos HUFs; listagens: dos colaboradores com vínculo precário e terceirizados dos HUFs, e dos colaboradores RJU no SIAPE; dados da estrutura físico-funcional e de produção dos HUFs; pesquisa salarial e de benefícios; Acordo Coletivo de Trabalho (ACT); benchmarking com empresas públicas e privadas; resultado da avaliação de desempenho período de experiência e Anula como insumo básico para construção do plano de desenvolvimento de competências; demanda dos empregados entradas pelo Canal de Relações de Trabalho (CRT); relação de empregados convocados em concurso; relatórios de satisfação dos empregados 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh; e empregados da Ebserh Equipe dos HUFs (Governança e equipes técnicas); Diretoria de Atenção à Saúde (DAS); Diretoria de Administração e Infraestrutura (DAI); Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF); Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE); Banca Organizadora do Concurso Público; empresas realizadoras de Pesquisa Salarial; Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas – CDP/DGP; Consultoria Jurídica; Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI); Divisão de Gestão de Pessoas (DivGP) dos HUFs; Presidência da Ebserh; entidades Sindicais; Consultoria Jurídica; TCU, Escola de Administração Fazendária (ESAF), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Unidades Federativas e instituições específicas voltadas para capacitação na área assistencial e de gestão
Gestão de recursos orçamentários e financeiros necessários à Ebserh	<ul style="list-style-type: none"> Recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do MS, MEC e Ebserh 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh Gestores estaduais e municipais de Saúde, MEC, MS e Tesouro Nacional
Viabilização da infraestrutura física e tecnológica para o funcionamento dos HUFs	<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos médico-assistencial instalados; informações das obras em todos os níveis, local e gerencial; e infraestrutura física predial Empresas contratadas como fornecedoras de serviços e materiais de equipamentos médico-assistenciais; e empresas contratadas como fornecedoras de serviços e materiais de infraestrutura predial 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh
Viabilização de insumos e medicamentos necessários para o funcionamento dos HUFs	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos (Sede, HUFs), Anvisa, Internet (Comprasnet e DW), fornecedores e fabricantes 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh
Implementação de soluções de tecnologia da informação para gestão da Ebserh	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos; infraestrutura tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

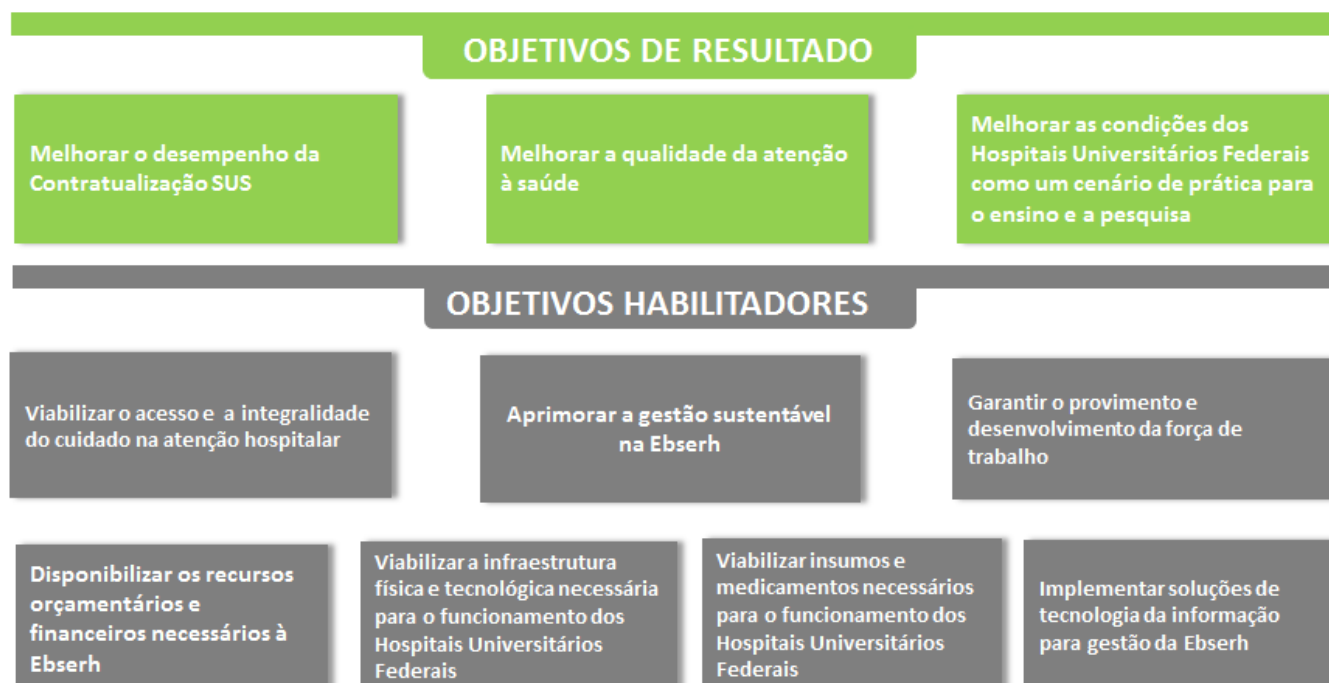
2.1. Planejamento organizacional

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, e determina a aprovação da estratégia de longo prazo da Empresa para, no mínimo, cinco anos, o Conselho de Administração da Ebserh aprovou os objetivos estratégicos da Empresa, para o período de 2017 a 2021.

Os referidos objetivos do planejamento organizacional encontram-se dispostos no Mapa Estratégico da Ebserh, totalizando 10 objetivos estratégicos, segmentados em três objetivos de resultado, cuja consecução é suportada por sete objetivos habilitadores, conforme apresentado na Figura 5.

Figura 5 - Mapa Estratégico da Ebserh 2017-2021



Foram também revisitadas e aprovadas a missão, visão e os clientes da Empresa (Figura 6), a saber:

Missão: Aprimorar a gestão dos Hospitais Universitários Federais e congêneres, prestar atenção à saúde de excelência e fornecer um cenário de prática adequado ao ensino e pesquisa para docentes e discentes

Visão: Ser referência na gestão de Hospitais Universitários Federais

Figura 6 - Clientes da Ebserh



2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

Integrando o escopo das ações do Planejamento Estratégico, após a definição dos clientes da Empresa, missão, visão e objetivos estratégicos, que irão nortear os próximos cinco anos de atuação da Estatal, buscou-se realizar um alinhamento do Plano com a disponibilidade orçamentária, de forma a tornar exequíveis as ações propostas.

Deste modo, foi estruturado o Planejamento Estratégico de Investimento (PEI), que teve sua fase inicial constituída de um diagnóstico situacional dos hospitais da Rede Ebserh, materializada na aplicação, às 39 filiais, de um instrumento composto de 559 questões, com o objetivo de avaliar a aderência dos hospitais às boas práticas em gestão hospitalar.

O referido documento foi estruturado com base nas três dimensões que nortearam a criação da Ebserh, dispostas em seu Mapa Estratégico – Atenção à Saúde, Formação Profissional, Pesquisa e Inovação Tecnológica e Gestão – e segmentado em 18 eixos.

A assunção dos Hospitais Universitários pela Ebserh vem acompanhada do desafio de gerir uma Rede em formação, robusta, composta por filiais de diferentes vocações, níveis de abrangência e de oferta de serviços assistenciais e educacionais, assim como dotada de uma dinâmica organizacional de complexidade considerável.

A consolidação do instrumento será adensada de levantamentos realizados em oficinas com as áreas da empresa e fóruns com a alta gestão dos hospitais, de modo a ter um panorama sólido e confiável da situação da Rede Ebserh, capaz de subsidiar a eleição das diretrizes e respectivas ações a serem desenvolvidas no próximo quinquênio.

2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

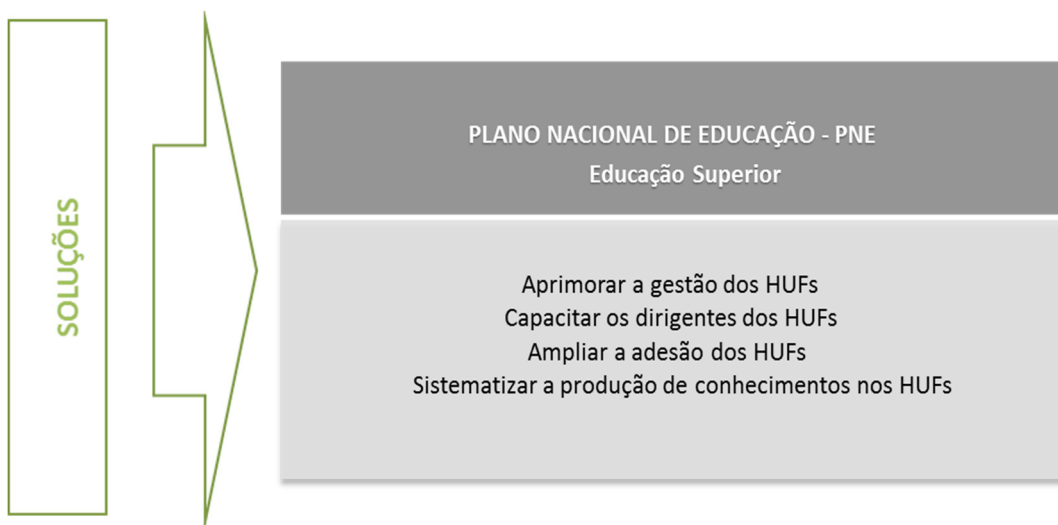
Os objetivos do Mapa Estratégico traduzem os três eixos estratégicos de atuação da Ebserh, consoantes à finalidade e competências da Empresa, evidenciadas na sua lei de criação, conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7 - Eixos estratégicos de atuação da Ebserh

	Atenção à Saúde	Ensino e Pesquisa	Gestão Hospitalar
LEI Nº 12.550/2011	<p>Art.3º “ A EBSEH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade (...)”</p> <p>Art. 4º “I – administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;”</p>	<p>Art.3º “ A EBSEH terá por finalidade a (...) prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública (...)”</p> <p>Art. 4º “II – prestar (...) serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;”</p>	<p>Art.4º “Compete à EBSEH: I – administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico – hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS; (...) V – prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas.”</p>
	Objetivos de Resultado		Objetivos Habilitadores

Ademais, o Planejamento da Empresa encontra-se também referenciado no Plano Nacional de Educação (PNE), em estratégias e ações definidas no âmbito da educação superior, conforme demonstra a Figura 8.

Figura 8 - Planejamento Estratégico da Ebserh e o Plano Nacional de Educação



2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Em decorrência da mudança de gestão e da substituição da alta governança da Empresa foi proposto o realinhamento das ações de planejamento, incluindo as metodologias utilizadas, além de um novo modelo e novas diretrizes definidas, de forma a garantir a consecução do plano estratégico e a promoção da melhoria contínua dos processos.

Após a realização do referido alinhamento e harmonizados à legislação das empresas estatais (Lei nº 13.303 e Decreto nº 8.945, ambos de 2016), foram construídos novos indicadores e estabelecidas as metas para o exercício de 2017, explicitadas no item 2.5.1 deste relatório.

Para o monitoramento da execução da estratégia definida foram propostas reuniões periódicas com as áreas envolvidas e também com a Diretoria Executiva da Empresa, de forma a verificar o cumprimento das metas pactuadas, assim como avaliar e, caso necessário, realizar os ajustes demandados por eventuais mudanças no cenário interno ou externo.

2.3. Desempenho orçamentário

Esta seção descreve o desempenho da Ebserh em relação ao orçamento autorizado para o exercício de 2016, com ênfase principalmente na execução física e financeira das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual 2016 por Ação Orçamentária e na execução das despesas por elemento de despesa.

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A Ebserh é responsável apenas por subtítulos específicos de Ações Orçamentárias componentes do Programa Temático 2080, não sendo responsável como órgão federal pela integralidade de uma Ação ou Programa Orçamentário no âmbito dos Programas Temáticos. As tabelas abaixo relacionam as Ações utilizadas no exercício de 2016 para a execução do orçamento da Ebserh, seguidas individualmente do descritivo da execução física e financeira de cada Ação. O acompanhamento da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual é realizado pela Ebserh conforme os procedimentos estabelecidos pelo

Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC⁴) do Ministério da Educação, através do Módulo “SPO - Acompanhamento Orçamentário”, constantes no “Manual para acompanhamento das ações orçamentárias 2015”, disponibilizado no próprio Módulo. As informações de caráter orçamentário apresentadas nas tabelas abaixo foram extraídas do Tesouro Gerencial⁵.

Tabela 1 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0022			Tipo: Operações Especiais			
Descrição	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica			
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
	Código: 0901		Tipo: Operações Especiais				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	160.000,00	160.000,00	99.624,45	99.624,45	99.624,45	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Não se aplica							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	-	-	-	Não se aplica			

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 0022 (dados incluídos na Tabela 1) é uma ação padronizada da União aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista e sua dotação é estimada na proposta orçamentária da Ebserh para fins de cumprimento de eventual despesa com sentenças judiciais, caso ocorra

⁴ Disponível em <http://simec.mec.gov.br/>.

⁵ Disponível em <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb?pg=login>.

esse tipo de despesa enquadrada no escopo da Ação. No exercício de 2016, aproximadamente 62% das dotações orçamentárias consignadas para esta Ação foram empenhadas.

As despesas destinadas ao cumprimento de sentenças judiciais apresentam baixa previsibilidade; em especial, no atual cenário da Ebserh, em que a composição crescente do quadro de empregados por meio da realização de concursos públicos em todo o país acarreta diversas ações trabalhistas. Ocorre que a realização das despesas desta Ação depende do trânsito em julgado dos processos, e o transcurso de tempo, quando alongado, impacta diretamente a realização das estimativas. Dadas essas condições, o percentual de utilização dos recursos denota uma estimativa equilibrada entre a expectativa de despesas nessa rubrica e uma margem de reserva orçamentária para despesas de difícil previsão.

Tabela 2 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0EAO			Tipo: Operações Especiais			
Descrição	Participação em Capital Social - EBSEH Subsidiárias - Nacional						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
	Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Não se aplica							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	-	-	-	Não se aplica		

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 0EA0 (dados incluídos na Tabela 2) reservou dotação de inversões financeiras para constituição de subsidiária da Ebserh, cujo projeto permaneceu no aguardo de aprovação do Governo Federal, não havendo execução no exercício de 2016.

Tabela 3 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20TP			Tipo: Atividade			
Descrição	Pessoal Ativo da União						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
	Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	2.195.372.652,00	2.418.438.192,00	2.418.436.701,46	2.332.027.885,51	2.331.976.459,80	102.122,47	54.338.692,57
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Não se aplica							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	4.212.605,78	-	-	Não se aplica		

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 20TP (dados incluídos na Tabela 3) destina-se ao pagamento da folha de pessoal e encargos sociais da Ebserh, incluindo o quadro de pessoal da Sede da Empresa e suas Filiais. Consiste em Ação padronizada da União para remuneração de servidores e empregados ativos civis nos órgãos vinculados ao Ministério da Educação, com base na Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e no Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

Compete à Ebserh, dentre suas atribuições, a reestruturação da força de trabalho dos hospitais universitários federais filiados, de modo a substituir a força de trabalho contratada sob vínculos empregatícios precários, recompondo o quadro de pessoal das unidades, por meio da contratação de profissionais admitidos em concursos públicos. Em 2016, o cumprimento das convocações previstas para o exercício resultou em uma necessidade orçamentária superior ao orçamento consignado em LOA. O quadro de empregados concursados da Empresa passou de aproximadamente 18.300 funcionários em janeiro para mais de 22.000 em dezembro. A demanda orçamentária foi também impactada pela aprovação de reajuste salarial de aproximadamente 9% por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, com data-base em março/2016. Nessas condições, houve necessidade de suplementação de créditos no montante de R\$ 223,1 milhões para fazer face às despesas com folha salarial, cuja dotação atualizada resultante apresentou 100% de execução. Dos valores inscritos em Restos a Pagar Não-processados, a maior parcela era relativa ao pagamento de guias de FGTS e INSS, executados no mês de janeiro de 2017.

É importante ressaltar que as dotações das Ações de pagamento de pessoal, encargos sociais e benefícios consignadas à Ebserh por meio da LOA 2016 foram inferiores às estimativas e solicitações de orçamento encaminhadas aos órgãos competentes à época do planejamento orçamentário realizado em 2015, portanto houve necessidade de reestimativa do orçamento e das atividades durante o exercício de 2016.

Tabela 4 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	2004 Tipo: Atividade
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						Código: Não se aplica
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	48.000.000,00	27.000.000,00	25.818.911,41	25.725.478,41	25.725.478,41	-	2.177,43
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Não se aplica							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	-	-	-	Não se aplica			

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 2004 (dados incluídos na Tabela 4) consiste em Ação padronizada da União com finalidade de fornecer assistência médica e odontológica aos colaboradores da Empresa. O subsídio disponibilizado depende de adesão por parte do funcionário e sua dotação atualizada foi inferior ao montante estabelecido inicialmente pela LOA: ao longo do exercício foram revisadas as previsões em consonância com os respectivos momentos de alteração de créditos do governo federal, resultando em cancelamento de dotação no total de R\$ 21,0 milhões. A execução dos recursos resultantes da dotação atualizada atingiu o patamar de 96%, considerado adequado.

Tabela 5 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2010			Tipo: Atividade			
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	12.000.000,00	13.000.000,00	12.016.792,63	12.013.297,41	12.013.297,41	-	9.123,37
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Não se aplica							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	464,00	-	-	Não se aplica			

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 2010 (dados incluídos na Tabela 5) consiste em Ação padronizada da União com finalidade de fornecer assistência pré-escolar aos dependentes dos funcionários da Ebserh que solicitarem o benefício. A estimativa de necessidade orçamentária desta Ação é realizada com base na expectativa de contratações para o exercício, porém não é possível prever com precisão a quantidade de novos contratados que irão requerer o benefício, podendo ocasionar uma execução diferente daquela prevista. A execução dos recursos atingiu o patamar de 92%, com aporte de crédito suplementar no montante de R\$ 1,0 milhão.

Tabela 6 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2011			Tipo: Atividade			
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	12.000.000,00	10.000.000,00	8.099.385,37	8.099.385,37	8.099.385,37	-	466.212,76
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Não se aplica							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	-	-	-	Não se aplica			

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 2011 (dados incluídos na Tabela 6) consiste em Ação padronizada da União com finalidade de conceder auxílio-transporte aos funcionários da Ebserh que solicitarem o benefício. A estimativa de necessidade orçamentária desta Ação é realizada com base na expectativa de contratações para o exercício, porém não é possível prever com precisão a quantidade de novos contratados que irão requerer o benefício, podendo ocasionar uma execução inferior àquela prevista. Com base nos recursos executados ao longo do exercício, foi realizado o cancelamento de R\$ 2,0 milhões do orçamento inicial consignado na LOA

para esta Ação. O orçamento resultante foi suficiente para a realização das despesas, ficando sua execução no patamar de 81%.

Tabela 7 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica		Código: Não se aplica				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	108.000.000,00	135.554.448,00	132.543.931,79	132.443.335,21	132.443.335,21	2.367,00	156.363,13
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Não se aplica							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	-	-	-	Não se aplica			

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 2012 (dados incluídos na Tabela 7) consiste em Ação padronizada da União com finalidade de conceder auxílio-alimentação aos funcionários da Ebserh. Dado que a concessão do auxílio-alimentação abrange todos os empregados da Empresa, esta variável acompanha diretamente a tendência de

crescimento da folha de pagamentos. Houve necessidade de suplementação de créditos no montante de R\$ 27,6 milhões para a realização das despesas do exercício, justificada pelos mesmos motivos de acréscimo informados para a Ação 20TP. A execução de sua dotação atualizada atingiu o patamar de 98%.

Tabela 8 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20GK		Tipo: Atividade				
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	062A - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais (HUFs), com fortalecimento da formação de recursos humanos na área da saúde.						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	124.560.000,00	113.959.646,00	113.947.290,00	103.028.703,94	103.028.703,94	-	12.638.517,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Iniciativa Apoiada		Unidade	2.416	2.416	2.079	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	958.388,00	2.031,00	-	Iniciativa Apoiada	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 20GK (dados incluídos na Tabela 8) da Unidade Orçamentária da Ebserh possui a finalidade de financiar bolsas de preceptoría e tutoria para profissionais no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil - PMMB e da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas - CAMEM, além do financiamento dos módulos de monitoramento e avaliação do Programa Mais Médicos em cooperação firmada com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cumprindo o disposto no Art. 26, da Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013. A meta física vinculada a Ação Orçamentária foi atribuída em função do quantitativo de bolsas financiadas (iniciativa apoiada), atingindo no final do exercício o quantitativo de 2.079 bolsistas no mês. A expectativa da expansão dos projetos no período contava com a concessão de 2.461 bolsas ao mês, conforme a estimativa realizada pela Secretaria de Ensino Superior - SESu/MEC, unidade responsável pela gestão das bolsas financiadas no âmbito dos projetos. Porém, devido ao cenário de restrição orçamentária e transição de governo perpassado em 2016, não se concretizaram as expectativas do início do exercício, resultando em execução física e financeira levemente inferior ao exercício de 2015, quando se atingiu o patamar de 2.083 bolsas concedidas ao mês e o montante de R\$ 118,9 milhões em despesas empenhadas.

Esta Ação Orçamentária contou com dotação atualizada de aproximadamente R\$ 113,9 milhões e sua execução atingiu 100% do volume de créditos consignados. O volume de Restos a Pagar inscritos foi utilizado para cobrir as despesas com as bolsas apuradas na competência dezembro/2016, cujo pagamento ocorreu no exercício seguinte.

Tabela 9 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	20RX Tipo: Atividade
Descrição	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais
Iniciativa	062A - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais (HUFs), com fortalecimento da formação de recursos humanos na área da saúde.
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária Anual do exercício	

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	248.839.697,00	322.839.697,00	321.499.728,77	164.342.903,73	115.048.796,45	20.808.438,65	84.480.584,02
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Unidade Apoiada		Unidade	46	46	46	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	13.441.165,50	5.378.064,61	3.581.150,46	Unidade Apoiada	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação Orçamentária 20RX (dados incluídos na Tabela 9) possui participação importante no orçamento e no desenvolvimento das finalidades institucionais da Ebserh, pois está vinculada ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - Rehuf, instituído pelo Decreto nº 7.082/2010. O exercício de 2016 representa um cenário de recuperação do programa em relação aos exercícios anteriores, conforme o histórico orçamentário apresentado na tabela abaixo.

Tabela 10 - Histórico orçamentário

Exercício	PLOA (A)	LOA+Créditos (B)	Empenhado (C)	% Emp. (C/B)
2012	0,00	43.707.888,00	0,00	0%
2013	210.367.600,00	210.367.600,00	150.082.418,88	71%
2014	210.367.600,00	280.701.100,00	177.938.707,54	63%
2015	208.702.180,00	259.319.326,00	251.924.757,15	97%
2016	248.839.697,00	322.839.697,00	321.499.728,77	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nos exercícios anteriores, a liberação de limite orçamentário para a execução do Rehuf restou inferior à necessidade representada pela LOA + Créditos de cada ano, permanecendo inclusive abaixo do

montante solicitado no PLOA nos exercícios anteriores a 2015, devido às restrições orçamentárias enfrentadas pelos órgãos superiores à Ebserh:

- 2012: não houve previsão no PLOA, pois a Ebserh havia sido recém constituída no exercício anterior e não possuía equipe gestora completa. Durante o exercício foram solicitados Créditos Extraordinários da ordem de R\$ 43,7 milhões para a execução das atividades do programa pela Empresa, porém o limite orçamentário não foi liberado e a totalidade desse montante permaneceu inscrita na conta contábil de Crédito Indisponível;
- 2013: foi estabelecido contingenciamento do limite orçamentário pelo Ministério da Educação da ordem de R\$ 60,0 milhões, inviabilizando a execução integral do orçamento;
- 2014: também neste exercício houve contingenciamento orçamentário dos recursos do MEC, em dois momentos distintos do ano, totalizando uma restrição de aproximadamente R\$ 100,0 milhões em relação ao orçamento disponível;
- 2015: apesar da concessão das suplementações de crédito solicitadas ao longo do exercício para a continuidade do programa, não houve liberação de limite orçamentário ou financeiro que viabilizasse a execução de montante na ordem de R\$ 7,0 milhões, proveniente de crédito de superávit financeiro de exercícios anteriores.
- 2016: O aumento da dotação autorizada da Ação 20RX para R\$ 322,8 milhões no exercício de 2016 deve ser contextualizado como recomposição da sequência de restrições orçamentárias observada nos exercícios precedentes, além de reflexo do aumento no quantitativo de unidades integrantes do programa que passou de 46 unidades hospitalares para 50. A execução dos recursos desse exercício foi de aproximadamente 100% das dotações consignadas, denotando que há demanda por projetos, iniciativas e aquisições que contribuam para o cumprimento das diretrizes do Rehuf estabelecidas pelo Decreto 7.082/2010. Porém, é importante ressaltar que devido aos contingenciamentos sofridos pelo Governo Federal ao longo do exercício e ao momento peculiar de transição atípica de governo, refletida na composição da equipe de gestão da própria Empresa, restou prejudicado o cronograma de repasses do Rehuf, com considerável concentração das descentralizações no final do exercício.

A meta física estabelecida consiste na apuração do quantitativo de hospitais beneficiados pelo programa por meio de descentralização direta de créditos. Em 2016, foram assistidos diretamente 46 HUFs com os recursos desta Ação, totalizando R\$ 307,2 milhões de créditos descentralizados. Não há acréscimo de execução física por liquidação de Restos a Pagar Não processados de exercícios anteriores, pois os hospitais beneficiados dessa forma também foram beneficiados por recursos do exercício corrente. Além das

descentralizações realizadas, a gestão do REHUF contou com a realização de compras centralizadas e a contratação de serviços pela Sede da Ebserh em benefício dos hospitais. Os empenhos decorrentes dessas compras e serviços somaram o montante de R\$ 14,9 milhões, sendo destinados a despesas de custeio e investimentos, como a aquisição de insumos para procedimentos em saúde, materiais médico-hospitalares, materiais de consumo, reformas, equipamentos e produtos e serviços de tecnologia da informação.

Tabela 11 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	4086			Tipo: Atividade			
Descrição	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais						
Iniciativa	062A - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais (HUFs), com fortalecimento da formação de recursos humanos na área da saúde.						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	230.933.469,00	170.586.776,00	141.376.070,10	77.723.088,71	71.193.933,97	2.937.474,15	54.212.645,43
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Instituição beneficiada		Unidade	7	7	17	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	10.112.204,25	14.535,93	1.255.022,48	Instituição beneficiada	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

O objetivo da Ação Orçamentária 4086 (dados incluídos na Tabela 11), no âmbito da Unidade Orçamentária 26443, é o financiamento e manutenção das atividades das Unidades Gestoras filiadas e pertencentes ao Órgão da Ebserh. Até meados do exercício de 2015, parte considerável do orçamento consignado à Ação 4086 era classificada na Fonte de Recursos “0250 - Recursos Próprios Não Financeiros” e utilizada como lastro orçamentário para a execução dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS como contrapartida de remuneração pelos serviços de média e alta complexidade prestados pelos hospitais no âmbito do SUS. Ainda em 2015, houve alteração dos mecanismos de repasse desses recursos por motivos operacionais, visto que o procedimento adotado até então onerava duplamente os limites orçamentários do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Durante todo o exercício de 2016 foi adotado o novo procedimento de repasse, no qual o Fundo Nacional de Saúde descentraliza recursos do seu orçamento para a Unidade Gestora da Sede da Ebserh, que realiza ações de controle e executa a transferência dos créditos orçamentários referentes à remuneração dos serviços de média e alta complexidade prestados no âmbito do SUS para as unidades hospitalares filiadas.

A partir desse novo fluxo, a remuneração dos serviços prestados no âmbito do SUS passou a onerar apenas o limite orçamentário do Ministério da Saúde, de modo que parte do orçamento consignado à Ação 4086 na Fonte 250 por meio da LOA deixou de ser utilizado, sendo indicado o seu cancelamento. Assim, a dotação orçamentária consignada à Ação 4086 no exercício de 2016 variou de um valor inicial de R\$ 230,9 milhões para o valor final de R\$ 170,6 milhões, resultando em um saldo de cancelamento de créditos da ordem de R\$ 60,3 milhões. Além disso, o montante aproximado de R\$ 17,7 milhões foi contingenciado na conta contábil de Crédito Indisponível por solicitação do Ministério da Educação. Diante desse cenário, a execução dos recursos situou-se no patamar de 83% da dotação autorizada, atingindo o total de R\$ 141,4 milhões em despesas empenhadas. Desse montante, R\$ 37,4 milhões foram executados na Fonte 0250, com lastro em receitas arrecadas; destas, 51% (R\$ 18,9 milhões) destinaram-se a realização de concursos públicos para composição do quadro de pessoal da Ebserh nos HUFs, 28% (R\$ 10,5 milhões) destinaram-se à aquisição de material hospitalar e farmacológico e contratação de serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, e o restante em outras rubricas foram destinadas às demais atividades dos hospitais filiados.

Tabela 12 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo: Atividade			
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	7.300.000,00	5.840.000,00	1.425.315,09	999.856,12	782.251,80	-	676.394,96
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Servidor Capacitado		Unidade	11.300	11.300	1.000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	10.235,28	-	3.220,00	Servidor Capacitado	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

A Ação 4572 (dados incluídos na Tabela 12) é uma ação padronizada da União que visa o financiamento de capacitação aos funcionários públicos federais. Apesar do substancial acréscimo no quantitativo de pessoal ao quadro da Ebserh em 2016, a Empresa ainda apresenta dificuldades para o cumprimento efetivo da meta da Ação. O quantitativo físico realizado no exercício apresenta-se inferior à meta estabelecida, a execução restou prejudicada por diversos fatores: em um primeiro momento pela desaceleração do ritmo de convocações dos concursos realizados pela Ebserh, devido à restrição orçamentária

enfrentada pelo Governo Federal, que reduziu consideravelmente o quantitativo de ingresso de novos colaboradores previstos para participar das capacitações em 2016, o que somente veio a ser revertido ao fim do 2º semestre do ano.

Também foram fatores que influenciaram o baixo resultado a instabilidade do cenário político observada no primeiro semestre e a transição atípica de gestão na esfera Federal que inviabilizaram a realização do cronograma de aprovação e execução dos projetos de capacitação no ano. Não obstante as dificuldades enfrentadas, mais de 1.000 (mil) servidores foram capacitados no exercício de 2016, resultando em uma execução de R\$ 1,4 milhões. Cumpre ressaltar que a Ebserh realiza um quantitativo considerável de capacitações por cursos disponibilizados gratuitamente ou com obtenção de isenção dos custos, alcançado mais de 10.000 (dez mil) capacitações em 2016 nesse enquadramento.

Tabela 13 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	216H			Tipo: Atividade			
Descrição	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
	Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	21.600,00	21.600,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0001	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.	Unidade	Não se aplica				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	-	-	-	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.	Não se aplica	

A Ação 216H (dados incluídos na Tabela 13) foi disponibilizada para a Unidade Orçamentária da Ebserh em 2016 por recomendação dos órgãos superiores, porém não houve despesa no exercício que se configurasse no escopo da Ação.

Tabela 14 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	4641			Tipo: Atividade			
Descrição	Publicidade de Utilidade Pública						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica			Código: Não se aplica			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
	Código: 2109		Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Não se aplica							

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	-	-	-	Não se aplica		

O orçamento da Ação 4641 (dados incluídos na Tabela 14) foi solicitado para viabilizar projeto específico de publicidade de utilidade pública, porém não houve aprovação para a execução do mesmo durante o exercício.

Tabela 15 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
Não houve execuções de despesa que se enquadrem nesta classificação					

Não houve execução de recursos em Ações não previstas na LOA do exercício em Restos a Pagar, conforme demonstra a Tabela 15.

Tabela 16 - Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Não houve execuções de despesa que se enquadrem nesta classificação							

As informações referentes ao Orçamento de Investimento (dados incluídos na Tabela 16), assim entendido nos termos do Inciso II, § 5º do Art. 165 da Constituição Federal, não se aplicam a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh no exercício de 2016.

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Alguns dos principais fatores intervenientes já foram relacionados de forma mais detalhada e específica nos quadros individualizados das Ações Orçamentárias executadas em 2016, constantes no item anterior. Acrescidos a esses fatores, existem outros de caráter mais abrangente e geral.

Apesar do cenário orçamentário da Ebserh ter se mostrado mais favorável do que aquele enfrentado em 2015, os contingenciamentos sofridos pelo Governo Federal impactaram a execução de projetos previstos para 2016. Podemos destacar, por exemplo, os recursos destinados às despesas de pessoal, encargos e benefícios, cujo orçamento aprovado pela Secretaria de Orçamento Federal foi bastante inferior àquele solicitado como demanda para o exercício, pautado no cumprimento das convocações previstas em concursos homologados e em realização, determinações dos Ministérios Públicos regionais e do Ministério do Trabalho e Emprego e resoluções de sentenças judiciais. Foram necessários diversos cálculos para ajuste de créditos ao longo do exercício para atingir uma situação minimamente adequada à realidade da Empresa quanto à remuneração do quadro efetivo e realização das novas contratações necessárias.

Prevaleceu também a mesma dificuldade enfrentada no exercício anterior, de incerteza quanto aos montantes e prazos de liberação dos limites orçamentários por parte dos Ministérios da Educação e da Saúde, que dificultaram o cronograma de execução das despesas e o cumprimento de metas estabelecidas para o exercício.

Porém, o principal entrave para a execução dos recursos orçamentários no exercício de 2016 foi de caráter institucional, associado à mudança de gestão no Governo Federal e consequente mudança da equipe de governança da própria Ebserh. O prazo de apropriação do novo corpo diretivo das atribuições, informações e fluxo de funcionamento da Empresa foi demasiado longo, o que ocasionou travamento das deliberações necessárias ao atendimento das demandas para o exercício. Além disso, houve da significativa readequação dos processos de trabalho, provocado por decisões pela descontinuidade de projetos e contratações vigentes ou pela substituição dos mesmos por novos termos firmados.

2.3.3. Obrigações assumidas sem crédito autorizado no orçamento

Não se aplica à Ebserh no exercício de 2016, pois não houve obrigações assumidas sem crédito autorizado no orçamento neste exercício.

2.3.4. Execução descentralizada com transferência de recursos

As execuções descentralizadas com transferência de recursos realizadas pela Ebserh para outras unidades beneficiadas se deram por instrumento de Termo de Execução Descentralizada - TED, sendo utilizados recursos provenientes das Ações Orçamentárias “20RX - Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - Rehuf”, “4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais”, “20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão” e “4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”. No quadro abaixo consta o resumo do quantitativo de instrumentos de transferência utilizados.

Os extratos dos Termos de Execução Descentralizado-TED firmados em 2016 estão disponíveis para consulta pública por meio do site da Ebserh pelo link <http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/termo-execucao-descentralizada>.

Tabela 17 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh					
UG/GESTÃO:	155007/26443					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	403	99	37	262.942.656,07	115.127.037,74	55.320.238,58
Totais	403	99	37	262.942.656,07	115.127.037,74	55.320.238,58

Fonte: Sistema de Transferência de Arquivos - STA/STN, Tesouro Gerencial e SIAFI

Na tabela, é possível verificar o crescimento da quantidade de Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados e volume de créditos descentralizados, no curso dos exercícios de 2014 a 2016. Dentre os fatores passíveis de correlação ao comportamento da referida série cabe destacar:

- A implantação do Módulo de Descentralização de Créditos no Sistema de Informações Gerenciais – SIG, viabilizando o fluxo integrado de procedimentos como a proposição por parte das unidades

beneficiadas, em sua maioria Hospitais Universitários Federais, a análise técnica e posteriores atos relacionados a descentralização dos Créditos por parte da Ebserh.

- O incremento de 24% no orçamento da ação 20RX, destinado a reestruturação e modernização dos Hospitais Universitários Federais, observado entre os exercícios de 2015 e 2016.
- A utilização dos recursos da ação 4086, funcionamento e gestão de instituições hospitalares federais, de forma complementar, para atender às demandas dos Hospitais Universitários Federais.

Tabela 18 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh					
UG/GESTÃO: 155007/26443					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	101
		Montante Repassado	-	-	173.215.830,50
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	195
		Montante Repassado	-	-	181.020.843,89

Fonte: Sistema de Transferência de Arquivos - STA/STN e Tesouro Gerencial.

Tabela 19 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh				
UG/GESTÃO: 155007/26443				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	150
	Montante repassado (R\$)	-	-	170.325.830,49

Fonte: Sistema de Transferência de Arquivos - STA/STN e Tesouro Gerencial.

Tabela 20 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh					
UG/GESTÃO: 155007/26443					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	3	1	2	3	141
Fonte: Sistema de Transferência de Arquivos - STA/STN e Tesouro Gerencial.					

Os Termos de Execução Descentralizada (TED) foram firmados, principalmente, entre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh e os Hospitais Universitários Federais, para o financiamento de despesas relacionadas ao seu funcionamento e para a criação de condições materiais e institucionais necessárias ao desempenho de suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, em sentido comum aderente ao objetivo precípua do próprio Rehuf.

Para aprimorar as operações relacionadas aos Termos de Execução Descentralizada (TED) e em atendimento à legislação vigente, no âmbito da Empresa está em funcionamento o Módulo Descentralizações no Sistema de Informações Gerenciais - SIG/Ebserh. O acesso ao Módulo Descentralizações no Sistema de Informações Gerenciais - SIG/Ebserh é realizado por meio de perfis vinculados às respectivas unidades orçamentárias para registro em histórico próprio das tramitações, responsáveis por cada ação, datas de inclusão do TED, vigência, execução, documentos anexos, encerramento e análise do cumprimento do objeto.

Durante o preenchimento da “Tabela 1 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios”, foram atualizados os dados relativos aos exercícios de 2014 e 2015, considerando as informações de devolução integral de recursos de alguns Termos de Execução Descentralizada - TED apresentadas nos Relatórios de Cumprimento de Objeto, e seu respectivo cancelamento, bem como em virtude da identificação de algumas inconsistências em consultas anteriores no sistema Tesouro Gerencial.

Quanto aos Relatórios de Cumprimento de Objeto, informo que esta Ebserh vem envidando esforços no sentido de promover a adequada regularização do estoque de Termos de Execução Descentralizada com prazo de execução expirados. Nesse contexto, foram adotadas ações junto aos Hospitais Universitários Federais beneficiados, com a formalização de várias solicitações de apresentação de Relatórios de Cumprimento de Objeto. Internamente foram realizadas reuniões de alinhamento com as áreas técnicas para conscientização sobre o tema e definição de procedimentos de análise. Também foram tomadas ações junto a

área de tecnologia da informação da Empresa para a elaboração de fluxo de processo, manuais e desenvolvimento de aba no Módulo de Descentralização de Créditos no Sistema de Informações Gerenciais - SIG, destinada aos procedimentos de inclusão e análise dos Relatórios de Cumprimento de Objeto.

Assim, os Termo de Execução Descentralizada firmados a partir do exercício de 2016, a apresentação dos Relatórios de Cumprimento de Objeto proceder-se-á no Módulo Descentralizações de Crédito do Sistema de Informações Gerenciais - SIG.

Os recursos foram descentralizados para atender a resolução de demandas com o apoio das unidades beneficiadas, em especial os Hospitais Universitários Federais que compõem a rede alcançada pelo programa Rehuf, buscando adequar e modernizar a infraestrutura tecnológica dos referidos hospitais, bem como, manter e melhorar a qualidade dos serviços, permitindo, com isso, a continuidade da prestação de serviços aos setores mais sensíveis da sociedade.

2.3.5. Informações sobre a realização das receitas

Conforme relatado no texto descritivo associado à Tabela 11 (Ação Orçamentária 4086), o fluxo de arrecadação de receitas pela Ebserh enquanto órgão federal foi modificado em 2016 em relação ao exercício de 2015, em especial no que concerne à remuneração dos serviços prestados no âmbito do SUS pelas Unidades Gestoras inscritas sob a Empresa. A redução abrupta da arrecadação observada na Tabela 21 na rubrica de serviços hospitalares (Natureza de Receita 16000501 em 2015; Natureza de Receita 16300111 em 2016) se deve a essa mudança no fluxo de financiamento e classificação, e não a uma efetiva redução de arrecadação. Essa prestação de serviços está sendo paga via repasse e não mais com pagamento de GRU em nome da Ebserh (Receita Própria). Essa mudança se deu em razão de que a modalidade anterior exigia dupla conta de limite de movimentação e empenho, o que não havia possibilidade de atendimento pelo MEC. As receitas de taxas de inscrição apresentaram volumes superiores em 2016 comparado a 2015, devido à homologação de novos concursos e ao aumento do número de filiais.

Tabela 21 - Receita líquida diretamente arrecadada Ebserh - exercício 2016

Em R\$ 1,00

Unidade Gestora				
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh				
UG/GESTÃO: 155007/26443				
Fonte SOF	Natureza da Receita 2016	Rec. Líquida 2016	Natureza da Receita 2015	Rec. Líquida 2015
Fonte 0250 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	13100111 - Aluguéis e arrendamentos - Principal	13.060,14	13153000 - Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	13.230,74
	16100111 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	33.437,73	16001300 - Serviços Administrativos	235.138,72
	16100211 - Inscrições em Concursos e Processos Seletivos - Principal	17.839.456,00	16005000 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	13.148.426,01
	16300111 - Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	16.245.877,67	16000501 - Serviços Hospitalares	143.701.278,48
	-	-	19192700 - Multas e Juros previstos em Contratos	14.771,00
	Subtotal Fonte 0250	34.131.831,54	Subtotal Fonte 0250	157.112.844,95
Fonte 0280 - Recursos financeiros diretamente arrecadados	13250000 - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.182.118,37	13250000 - Remuneração de Depósitos Bancários	5.853.943,66
	Subtotal Fonte 0280	3.182.118,37	Subtotal Fonte 0280	5.853.943,66
	Total 2016	37.313.949,91	Total 2015	162.966.788,61

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Gerencial.

Atualmente, os serviços de saúde de média e alta complexidade prestados pelos HUFs no âmbito do SUS não se enquadram nesse contexto como uma arrecadação direta, pois ele é resultado de transferência fundo a fundo entre o Fundo Nacional de Saúde e os Fundos Municipais ou Estaduais de Saúde, a depender do tipo de contrato firmado entre essas entidades e o FNS. Os repasses orçamentários e financeiros realizados aos HUFs por essa prestação de serviços são provenientes do limite do FNS e ocorrem de forma indireta, onde os créditos orçamentários e programações financeiras são repassados à Sede da Ebserh, para que essa transfira a suas unidades filiadas. A Tabela 22 apresenta os valores financeiros recebidos por cada Unidade Gestora da Ebserh pela prestação de serviços de saúde financiados por esse fluxo de repasse.

Tabela 22 - Valores financeiros recebidos por cada UG da Ebserh pela prestação de serviços de saúde provenientes do limite do FNS

Estado	UG	Descritor UG	Valor
Distrito Federal	155009	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA	37.705.084,60
Mato Grosso	155019	HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MULLER	16.737.953,49
Minas Gerais	155903	HU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	14.629.083,71
Paraíba	155023	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY	18.137.816,05
Piauí	155008	HOSPITAL UNIVERSITARIO DO PIAUÍ	30.401.595,59
Rio Grande do Norte	155013	HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES	49.999.810,43
Rio Grande do Norte	155014	HOSPITAL UNIVERSITARIO ANA BEZERRA HUAB	3.470.319,84
Rio Grande do Norte	155015	MATERNIDADE ESCOLA JANUARIO CICCO	15.614.831,36

Estado	UG	Descritor UG	Valor
Rio Grande do Sul	155125	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA	57.872.597,67
São Paulo	155900	HU-UFSCAR	8.400.000,00
Sergipe	155017	HU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	25.404.291,42
Total Geral			278.373.384,16

Em R\$ 1,00

2.3.6. Informações sobre a execução das despesas

Conforme consta nas tabelas sugeridas no relatório de gestão, a Tabela 23 demonstra as despesas realizadas por modalidade de contratação. Cumpre destacar a variação expressiva de 66% das despesas com pessoal, cujo crescimento decorreu do volume de contratações realizadas no período para a constituição de quadros de pessoal próprio, empregados públicos celetistas, nos hospitais universitários federais filiados à Empresa, além do reajuste de 9% de salários e benefícios obtidos por meio do Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

A aparente redução das despesas por outras modalidades de contratação decorre da alteração no fluxo de ingresso da receita de produção hospitalar das unidades, já mencionada anteriormente, de modo que as despesas decorrentes dessa fonte de financiamento deixaram de onerar o orçamento da Ebserh e passaram a provir diretamente do orçamento do Ministério da Saúde. Para permitir uma visualização mais clara das variações reais ocorridas por modalidade, a Tabela recomendada pelo TCU para apresentação dessas informações foi dividida em outros dois quadros que demonstram separadamente as despesas da Fonte 0250, que era composta principalmente pela receita de produção hospitalar em 2015, e das demais Fontes SOF que compuseram o orçamento da Empresa nesses exercícios.

Tabela 23 - Despesas por modalidade de contratação: Total da UO 26443

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	180.921.701	261.366.235	131.912.936	244.121.602
a) Convite		-		-
b) Tomada de Preços		77.391		77.391
c) Concorrência	2.204.389	947.864	1.575.082	568.512
d) Pregão	178.717.312	260.340.979	130.337.853	243.475.699
e) Concurso		-		-
f) Consulta		-		-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		-		-
2. Contratações Diretas (h+i)	54.631.125	75.170.967	49.143.957	71.221.228
h) Dispensa	39.627.212	57.917.499	36.910.258	54.464.939

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
i) Inexigibilidade	15.003.913	17.253.467	12.233.699	16.756.289
3. Regime de Execução Especial	286.300	168.809	286.300	168.809
j) Suprimento de Fundos	286.300	168.809	286.300	168.809
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.327.407.336	1.402.433.012	2.327.355.910	1.402.330.889
k) Pagamento em Folha	2.325.421.593	1.400.360.120	2.325.370.168	1.400.257.997
l) Diárias	1.985.743	2.072.892	1.985.743	2.072.892
5. Outros	293.257.097	234.531.440	291.712.164	232.949.349
6. Total (1+2+3+4+5)	2.856.503.559	1.973.670.462	2.800.411.267	1.950.791.878

Fonte: Tesouro Gerencial.

Tabela 23.1 - Despesas por modalidade de contratação: UO 26443 - Fonte SOF 0250

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.098.674	108.382.714	11.019.610	106.373.595
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	159.419	-	159.419
d) Pregão	12.098.674	108.223.295	11.019.610	106.214.176
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	10.470.135	21.961.404	10.340.693	21.629.315
h) Dispensa	10.281.758	18.172.023	10.164.284	17.853.034
i) Inexigibilidade	188.377	3.789.381	176.409	3.776.281
3. Regime de Execução Especial	264.751	165.665	264.751	165.665
j) Suprimento de Fundos	264.751	165.665	264.751	165.665
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	7.133.487	-	7.133.487
k) Pagamento em Folha	-	7.126.769	-	7.126.769
l) Diárias	-	6.718	-	6.718
5. Outros	412.966	5.707.459	325.340	5.684.999
6. Total (1+2+3+4+5)	23.246.527	143.350.729	21.950.394	140.987.061

Tabela 23.2 - Despesas por modalidade de contratação: UO 26443 - Exceto Fonte SOF 0250

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	168.823.027	152.983.520	120.893.325	137.748.007
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	77.391	-	77.391
c) Concorrência	2.204.389	788.445	1.575.082	409.093
d) Pregão	166.618.638	152.117.684	119.318.243	137.261.523
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
2. Contratações Diretas (h+i)	44.160.990	53.209.562	38.803.264	49.591.913
h) Dispensa	29.345.454	39.745.476	26.745.974	36.611.905
i) Inexigibilidade	14.815.536	13.464.086	12.057.290	12.980.008
3. Regime de Execução Especial	21.549	3.144	21.549	3.144
j) Suprimento de Fundos	21.549	3.144	21.549	3.144
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.327.407.336	1.395.299.525	2.327.355.910	1.395.197.402
k) Pagamento em Folha	2.325.421.593	1.393.233.351	2.325.370.168	1.393.131.228
l) Diárias	1.985.743	2.066.174	1.985.743	2.066.174
5. Outros	292.844.131	228.823.981	291.386.824	227.264.350
6. Total (1+2+3+4+5)	2.833.257.032	1.830.319.732	2.778.460.873	1.809.804.816

A Tabela 24 demonstra as despesas realizadas por elemento de despesa, agregados em relação aos elementos com maior volume dentro dos grupos de despesa.

Tabela 24 - Despesas por grupo e elemento de despesa: Total da UO 26443

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercício	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal		2.418.536.325,91	1.454.698.812,45	2.332.127.509,96	1.400.360.119,88	86.408.815,95	54.338.692,57	2.332.076.084,25	1.400.257.997,41
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.664.111.804,59		1.071.976.014,11	1.663.543.881,37	1.068.440.907,31	567.923,22	3.535.106,80	1.663.492.455,66	1.068.369.455,65
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	586.730.743,35		360.494.019,34	503.910.180,34	310.981.708,56	82.820.563,01	49.512.310,78	503.910.180,34	310.981.708,56
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	167.693.777,97		22.228.779,00	164.673.448,25	20.937.504,01	3.020.329,72	1.291.274,99	164.673.448,25	20.906.833,20
2. Juros e Encargos da Dívida	-		-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes		691.574.936,75	665.798.607,46	508.179.707,25	547.954.147,12	183.395.229,50	117.844.460,34	454.157.518,45	526.318.876,97
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC	165.038.757,45		212.582.305,71	95.693.742,80	163.812.831,75	69.345.014,65	48.769.473,96	81.925.253,17	154.218.228,49
30 - MATERIAL DE CONSUMO	156.293.019,53		134.391.330,02	80.688.339,60	93.766.347,47	75.604.679,93	40.624.982,55	53.703.180,61	86.208.713,08
46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	132.369.231,79		86.455.631,62	132.369.231,79	86.351.983,45	-	103.648,17	132.369.231,79	86.351.983,45
48 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	104.014.368,90		108.866.942,00	93.102.000,00	96.259.000,00	10.912.368,90	12.607.942,00	93.102.000,00	96.259.000,00
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	133.859.559,08		123.502.398,11	106.326.393,06	107.763.984,45	27.533.166,02	15.738.413,66	93.057.852,88	103.280.951,95
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercício	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos		64.507.488,41	60.153.701,80	16.196.341,65	25.356.195,26	48.311.146,76	34.797.506,54	14.177.664,11	24.215.003,67

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	48.517.183,98	17.298.631,98	5.330.077,36	8.556.416,92	43.187.106,62	8.742.215,06	3.699.941,82	7.415.225,33
51 - OBRAS E INSTALACOES	11.907.107,42	19.947.969,34	7.520.042,00	1.560.401,79	4.387.065,42	18.387.567,55	7.131.500,00	1.560.401,79
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	4.083.197,01	22.907.100,48	3.346.222,29	15.239.376,55	736.974,72	7.667.723,93	3.346.222,29	15.239.376,55
5. Inversões Financeiras	645.000,00	-	-	-	645.000,00	-	-	-
461 - AQUISICAO DE IMOVEIS	645.000,00	-	-	-	645.000,00	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos	
Exercício	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
TOTAL GERAL	3.175.263.751,07	2.180.651.121,71	2.856.503.558,86	1.973.670.462,26	318.760.192,21	206.980.659,45	2.800.411.266,81	1.950.791.878,05

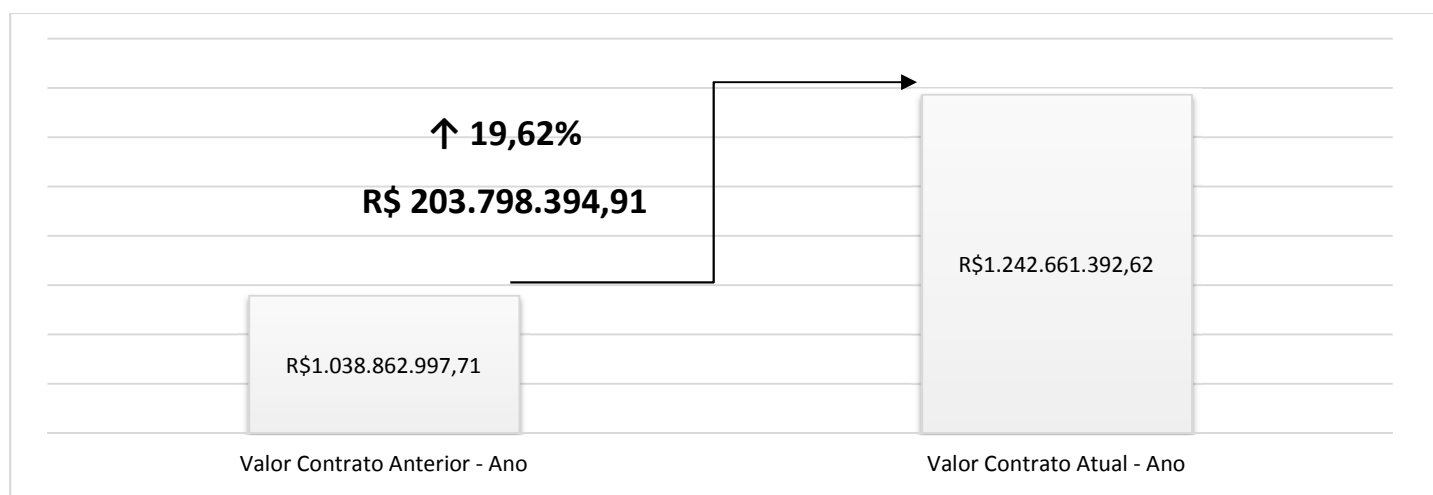
Fonte: Tesouro Gerencial.

2.4. Desempenho operacional

O desempenho operacional apresentado pela Rede Ebserh, no ano de 2016, pode ser verificado nos eixos estratégicos de sua atuação, consoantes à finalidade e competências da Empresa, evidenciadas na sua Lei de criação.

Quanto ao eixo Atenção à Saúde, ressalta-se que no exercício de 2016, 13 filiais Ebserh tiveram seus contratos (re)pactuados com o gestor do SUS, resultando em um impacto financeiro potencial de R\$ 85.869.911,65 por ano. Assim, nesse conjunto de hospitais, o acréscimo médio de recursos financeiros foi de 25,35% em relação aos valores dos contratos anteriores. Convém esclarecer que na análise do percentual de acréscimo ou redução do valor do contrato, não foi considerado o valor do IGH (Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar), visto que este não está sendo repassado para nenhum hospital. Além disso, o referido percentual deve ser entendido como potencial de ganho ou perda, pois existe um componente variável no contrato – componente pós-fixado, cujo repasse está vinculado à produção, ou seja, o hospital só recebe se produzir e o gestor aprovar. O Gráfico 1 demonstra o impacto financeiro decorrente da pactuação dos instrumentos formais de contratualização, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2016. Dados acumulados, obteve-se ampliação de valores no montante de quase R\$ 203,8 milhões, um aumento de 19,62%.

Gráfico 1 - Comparação entre a soma dos valores anuais dos contratos anteriores e a soma dos valores anuais dos contratos (re)pactuados das Filiais Ebserh, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2016



Fonte: DAS. Referência: dezembro de 2016.

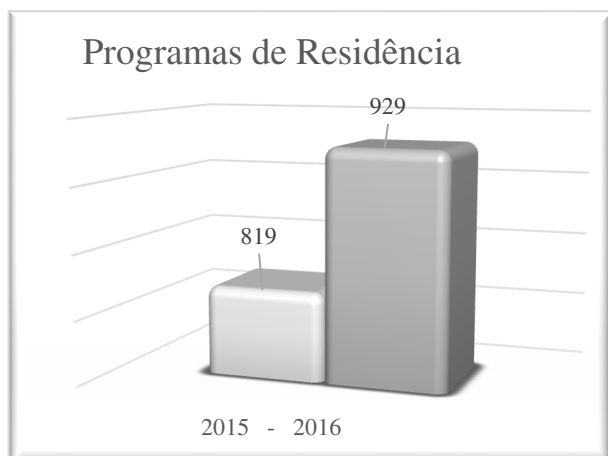
Foram realizadas 641.772 consultas a mais em 2016, o que representa um crescimento de 11,14% em relação a 2015. As internações, por sua vez, tiveram um crescimento aproximado de 11.541, perfazendo cerca de 4,3% de crescimento em relação à 2015. Juntas, as produções ambulatorial e hospitalar cresceram cerca de 4,15%.

Tendo a consolidação de um cenário de desempenho operacional positivo em 2016, tanto considerando a contratualização SUS quanto a produção assistencial, é importante salientar que a produção do hospital não tem relação direta com a totalidade do recurso SUS contratualizado, pois o mesmo contempla incentivos (rede de atenção à saúde – Rede de Urgências e Emergências, Cegonha, Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa etc.) e a média complexidade (pré-fixado). Já a alta complexidade apresenta relação direta com o valor do contrato SUS, pois embora o hospital tenha o recurso contratualizado, ele só recebe com base em sua produção. Assim, somando-se os acréscimos percentuais dos números de consultas e de internações (correspondente a 15,44%, que não representam o acréscimo global – ambulatorial e hospitalar de 4,15%), não há correspondência direta com o crescimento médio dos recursos financeiros dos contratos SUS (de 25,35%), isto porque o acréscimo de recursos aos contratos tem razões diversas. Por fim, é relevante mencionar que o aumento do número de filiais não é uma justificativa para o aumento dos recursos da contratualização, pois, além de somente ter havido apenas a entrada de duas novas filiais na Rede em 2016, HU-UFSC e HUAP-UFF, estes hospitais ainda não tiveram seus contratos renovados com o gestor do SUS.

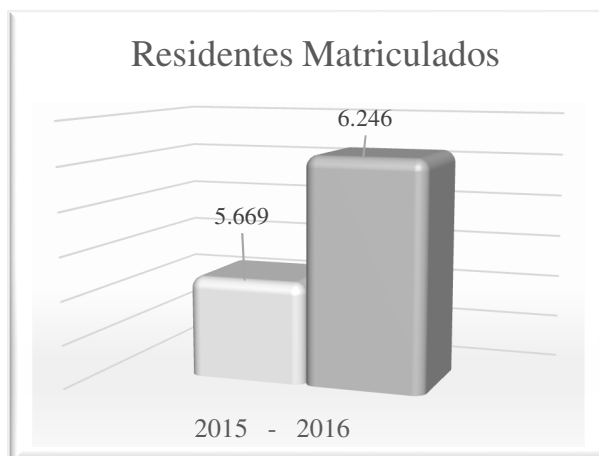
No âmbito das Pesquisas e Inovação Tecnológica, pode-se destacar que, no período de janeiro a dezembro de 2016, foram cadastradas 2.020 pesquisas no Módulo Projetos de Pesquisa do SIG-Ebserh, sendo 87% pesquisas acadêmicas, 3% desenvolvimento tecnológico e 10% classificadas em outras pesquisas, incluindo as pesquisas epidemiológicas. Destaca-se também em 2016, a aprovação pela CAPES do Mestrado Profissional em Gestão e Inovação em Saúde, uma parceria da Ebserh com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para delineamento do Programa foi realizado extenso levantamento na plataforma Lattes, que permitiu o mapeamento do perfil acadêmico e científico e a identificação das potencialidades do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL-UFRN) para sediar o Mestrado. Ancorado no HUOL que abriga o Laboratório de Inovação em Saúde (LAIS), primeiro laboratório instalado em Hospital Universitário brasileiro com a proposta de promover a inovação tecnológica em saúde, o Mestrado de Gestão e Inovação em Saúde da Ebserh está alicerçado na combinação entre os saberes da saúde, das engenharias e das tecnologias da informação e comunicação, visando além de qualificar nossos profissionais da rede, estimular iniciativas em inovação de produtos e processos, em prol da qualidade do cuidado em saúde. Em 2017, os critérios de seleção deverão ser definidos em conjunto com o HUOL e a UFRN e será publicado o edital que ofertará 15 vagas para a Rede Ebserh.

Por fim, no eixo Formação Profissional, constatou-se uma evolução do número de programas de residência médica e em área profissional da saúde da ordem de 13% entre os anos de 2015 e 2016. Na mesma direção, ampliou-se em 10% o número de residentes médicos e em área profissional da saúde no mesmo período. Este desempenho está representado nos gráficos a seguir.

Gráfico 2 - Evolução dos programas de residência e residentes matriculados



Fonte: Gerências de Ensino e Pesquisa/HUFs



Fonte: Gerências de Ensino e Pesquisa/HUFs

2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.5.1. Informações e indicadores sobre o desempenho operacional

Conforme menção feita no item 2.1.2, referente ao estágio atual do planejamento da Empresa, cumprindo as premissas definidas na lei que dispõe sobre o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, a Tabela 25 explicita os indicadores e metas definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, para mensuração dos resultados do Plano Estratégico:

Tabela 25 - Indicadores e metas Estratégicas da Ebserh

Área	Indicador Estratégico	Meta 2017
Atenção à Saúde	Percentual de ampliação de leitos ativos	1%
Formação Profissional	Razão de residentes por leito ativo da Rede Ebserh	0,81%
Gestão de Pessoas	Percentual de fixação de empregados contratados da Rede Ebserh	75%
Orçamento e Finanças	Taxa de execução orçamentária da Ebserh	82%
Administração e Infraestrutura	Percentual de valor de dispensas de licitação realizadas na Rede Ebserh	1%
Gestão de Processos e Tecnologia da Informação	Percentual de hospitais da Rede Ebserh com módulo(s) do AGHU implantado(s)	15,39%
Gestão Estratégica	Percentual de hospitais da Rede Ebserh em gestão plena orçamentária e financeira	7%

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. Descrição das estruturas de governança

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, possui estrutura de governança conforme Regimento Interno aprovado na 49ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 10 de maio de 2016. Abaixo é demonstrada a estrutura de governança vigente com base no Regimento Interno:

Capítulo II - DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E REGIMENTAIS

Seção I - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 3º. Para cumprimento das suas competências legais, a Ebserh apresenta a seguinte estrutura de governança:

§ 1º Órgãos de administração:

- I – Conselho de Administração;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Consultivo.

§ 2º Órgãos de fiscalização:

- I – Conselho Fiscal;
- II – Auditoria Interna.

§ 3º Comissões e Comitês:

- I – Comissão de Ética;
- II – Comitê Interno de Gestão do Rehuf;
- III – Comissão de Controle Interno;
- IV – Comitê de Gestão de Riscos e Crises;
- V – Comitê Permanente de Desenvolvimento de Pessoas da Sede;
- VI – Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação;

VII – Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;

VIII – Comitê de Governança do Aplicativo para Gestão dos Hospitais Universitários; e

IX – Outras Comissões e Comitês constituídos pela Presidência ou pela Diretoria Executiva

3.1.1. Atendimento à Lei das Estatais

Tendo em vista a publicação da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, e considerando a relevância dos assuntos suscitados a partir destas publicações, tal como transparência da gestão, prevenção e combate à corrupção, controle interno, auditoria pública, correição e profissionalização da gestão das estatais, a Ebserh vem desenvolvendo as seguintes iniciativas:

1. Proposta em análise de criação de grupo de trabalho para elaboração de plano de ação de implementação da Lei das Estatais no âmbito da Ebserh, com a participação de técnicos das áreas envolvidas, para que seja possível planejar a internalização das regras de governança corporativa, práticas de gestão de riscos e de controle interno, dentre outros mecanismos de transparência e eficiência estabelecidos na Lei e no Decreto supracitados, e promover, inclusive, as devidas alterações no Estatuto Social e outros regimentos da Ebserh;
2. Instituição do Comitê Interno de Elegibilidade, pelo Conselho de Administração, com a participação de 05 (cinco) empregados, composição aprovada em 07/03/2017;
3. Elaboração do Plano de Gestão de Riscos e Integridade pelo Comitê de Gestão de Riscos e Integridade, que contempla 70 ações a serem executadas em um horizonte de 1,5 ano.

3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

Seção II - DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 4º. Os órgãos de administração da Ebserh serão integrados por brasileiros, residentes no País, dotados de notório saber, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo.

Parágrafo Único. Os membros da Diretoria Executiva deverão ter experiência profissional mínima de 10 anos em suas respectivas áreas de atuação, comprovada por meio de documentação pertinente.

Artigo 5º. Não podem participar dos órgãos de administração da Ebserh os impedidos por lei e pelo Estatuto Social.

Subseção I - Do Conselho de Administração

Artigo 6º. O órgão de orientação superior da Ebserh é o Conselho de Administração, composto por nove membros, nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, obedecendo a seguinte composição:

I – três membros indicados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo que um será o Presidente do Conselho e outro será seu substituto, nas suas ausências e impedimentos;

II – o Presidente da Ebserh, que não poderá exercer a Presidência do Conselho, ainda que interinamente;

III – um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV – dois membros indicados pelo Ministro de Estado da Saúde;

V – um representante dos empregados, e respectivo suplente, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010; e

VI – um membro indicado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), sendo reitor de universidade federal ou superintendente de hospital universitário federal.

§ 1º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração será de dois anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 2º O representante dos empregados, de que trata o inciso V deste artigo, e seu respectivo suplente serão escolhidos dentre os empregados ativos da Ebserh, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, na forma da Lei nº 12.353/10 e sua regulamentação.

§ 3º O representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive assistenciais ou de previdência complementar, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesses, sendo estes assuntos deliberados em reunião separada e exclusiva para tais fins.

§ 4º A investidura dos membros do Conselho de Administração será feita mediante assinatura em livro de termo de posse.

§ 5º Na hipótese de recondução, o prazo de nova gestão conta-se a partir da data do término do prazo de gestão anterior.

§ 6º Findo o prazo de gestão, o membro do Conselho de Administração permanecerá no exercício da função até a investidura de substituto.

§ 7º No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a designação do novo representante, exceto no caso do representante dos empregados.

§ 8º O suplente do representante dos empregados exercerá suas funções apenas no caso de vacância do titular.

§ 9º Salvo impedimento legal, os membros do Conselho de Administração farão jus a honorários mensais correspondentes a dez por cento da remuneração média mensal dos Diretores da Ebserh, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função.

§ 10 Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, considerar-se-á vaga a função do membro do Conselho de Administração que, sem causa formalmente justificada, não comparecer a duas reuniões consecutivas ou três alternadas, no intervalo de um ano, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.

Artigo 7º. O Conselho de Administração aprovará, em ato próprio, seu Regimento Interno.

Artigo 8º. Compete ao Conselho de Administração:

I – fixar as orientações gerais das atividades da Ebserh;

- II** – examinar e aprovar, por proposta do Presidente da Ebserh, as políticas gerais e programas de atuação da Empresa, a curto, médio e longo prazos, em consonância com as políticas de educação; de saúde; e econômico-financeira do Governo Federal;
- III** – aprovar o Regimento Interno da Ebserh e suas alterações supervenientes, o qual deverá conter, dentre outros aspectos, a estrutura básica da Empresa e os níveis de alçada decisória das Diretorias e do Presidente;
- IV** – aprovar o orçamento e o programa de investimentos propostos pela Presidência e acompanhar a sua execução;
- V** – aprovar os contratos previstos no art. 6º da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011;
- VI** – apreciar e aprovar o Relatório Anual de Gestão apresentado pela Administração da Ebserh;
- VII** – apreciar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), nos termos da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010;
- VIII** – autorizar a contratação de auditores independentes;
- IX** – opinar e submeter à aprovação do Ministro de Estado da Fazenda, por intermédio do Ministro de Estado da Educação:
- a) relatórios de administração e demonstrações contábeis anuais da Ebserh;
 - b) propostas de destinação de resultados e eventuais lucros;
 - c) propostas de criação de subsidiárias; e
 - d) propostas de dissolução, cisão, fusão ou incorporação que envolvam a Ebserh;
- X** – deliberar sobre propostas de alteração do capital e do Estatuto Social da Ebserh;
- XI** – deliberar, mediante proposta da Diretoria Executiva, sobre:
- a) o regulamento de licitações;
 - b) o regulamento de pessoal, incluindo o regime disciplinar e as normas sobre apuração de responsabilidade;
 - c) o quadro de pessoal, com a indicação do total de vagas autorizadas; e
 - d) o Plano de Cargos, Carreiras e Salários; o Plano de Benefícios; e o Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;
- XII** – autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e valores mobiliários;
- XIII** – autorizar a contratação de empréstimos no interesse da Ebserh;
- XIV** – designar e destituir o titular da Auditoria Interna, após aprovação da Controladoria Geral da União;
- e
- XV** – aprovar a criação de escritórios, representações, dependências e filiais da Empresa.

Artigo 9º. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, quatro de seus membros.

§ 1º O Conselho somente deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º As deliberações do Conselho serão realizadas por maioria simples de votos dos presentes, respeitado o quórum do § 1º, e serão registradas em ata, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

§ 3º Deliberar sobre matérias não previstas pelo Estatuto Social da Empresa ou por este Regimento.

§ 4º Admite-se a decisão *ad referendum*, pelo Presidente, em casos de comprovada urgência, devendo ser ela submetida à aprovação do colegiado, na primeira reunião subsequente do Conselho.

Subseção II - Da Diretoria Executiva

Artigo 10. A Ebserh será administrada por uma Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e até seis Diretores, todos nomeados e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Educação.

§ 1º. Os componentes da Diretoria Executiva são:

I – o Presidente da Ebserh;

II - o Diretor Vice-Presidente Executivo (DVPE);

III – o Diretor de Atenção à Saúde (DAS);

IV – o Diretor de Gestão de Pessoas (DGP);

V – o Diretor de Administração e Infraestrutura (DAI);

VI – o Diretor de Orçamento e Finanças (DOF); e **VII** – o Diretor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI).

§ 2º. A investidura dos membros da Diretoria far-se-á mediante assinatura em livro de termo de posse.

§ 3º. O Presidente e os Diretores da Ebserh serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – idoneidade moral e reputação ilibada;

II – notórios conhecimentos na área de gestão, de atenção hospitalar e de ensino em saúde;

III – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Artigo 11. Compete à Diretoria Executiva:

I – administrar e dirigir os bens, serviços e negócios da Ebserh, e decidir, por proposta das áreas competentes, sobre operações de responsabilidade situadas no respectivo nível de alçada 8 decisória estabelecido pelo Conselho de Administração;

II – propor os valores dos regimes de alçada para as várias instâncias de gestão da Ebserh;

III – aprovar os dados, indicadores e sinalizadores para o monitoramento e avaliação contínuos das unidades e órgãos componentes da Ebserh, consolidados e apresentados pela Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação, em conjunto com a Coordenadoria de Gestão Estratégica, a partir de propostas das Diretorias ou em articulação e avaliação conjunta com elas;

IV – monitorar e avaliar continuamente os processos de serviços e de gestão, assim como as condições para o funcionamento adequado da Sede, das filiais ou outras unidades descentralizadas;

V – propor e implementar as linhas orientadoras das ações da Ebserh;

VI – aprovar os regulamentos internos das Diretorias da Ebserh e demais órgãos da Sede;

VII - aprovar alterações no desenho organizacional, organograma e distribuição do quadro de pessoal na Sede;

VIII – aprovar os planos e relatórios anuais de cada Diretoria da Ebserh;

IX – aprovar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento e o programa de investimentos da Ebserh;

X – deliberar sobre operações situadas no respectivo nível de alçada decisória estabelecido pelo Conselho de Administração;

XI – autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens móveis, exceto valores mobiliários;

XII – analisar e submeter à aprovação do Conselho de Administração propostas de aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e valores mobiliários;

XIII – estabelecer normas e delegar poderes, no âmbito de suas competências;

- XIV** – elaborar as demonstrações financeiras de encerramento de exercício;
- XV** – autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Ebserh, exceto os constantes do art. 6º da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011;
- XVI** – pronunciar-se em relação às matérias que devam ser submetidas ao Conselho de Administração;
- XVII** – fornecer todas e quaisquer informações solicitadas pelos Conselhos;
- XVIII** – fornecer ao Conselho de Administração os recursos necessários ao seu funcionamento;
- XIX** – aprovar o Plano Estratégico da Ebserh para ações com períodos definidos;
- XX** – aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e a Política de Segurança da Informação (PSI), elaborados pela Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação; e
- XXI** – propor ao Conselho de Administração a criação de escritórios, representações, dependências e filiais.

Parágrafo Único. Admite-se a decisão ad referendum, pelo Presidente, em caso de comprovada necessidade, devendo ela ser submetida à votação, na primeira reunião subsequente da Diretoria Executiva.

Subseção III - Do Conselho Consultivo

Artigo 12. O Conselho Consultivo é o órgão permanente da Ebserh que tem a finalidade de oferecer consultoria e apoio à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, além de avaliar e fazer sugestões em relação ao papel social da Ebserh, de acordo com seus objetivos específicos na sociedade, sendo constituído pelos seguintes membros:

- I** – o Presidente da Ebserh, que o preside;
- II** – dois representantes do MEC;
- III** – um representante do MS;
- IV** – um representante dos usuários dos serviços de saúde dos Hospitais Universitários Federais, filiais da Ebserh, indicado pelo Conselho Nacional de Saúde;
- V** – um representante dos residentes em saúde dos Hospitais Universitários Federais, indicado pelo conjunto de entidades representativas;
- VI** – um reitor ou superintendente de hospital universitário, indicado pela Andifes; e
- VII** – um representante dos trabalhadores dos Hospitais Universitários Federais administrados pela Ebserh, indicado pela respectiva entidade representativa.

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo serão indicados bienalmente, pelos respectivos órgãos ou entidades, e designados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo suas investiduras feitas mediante registro na ata da primeira reunião de que participarem.

§ 2º A atuação de membros da sociedade civil no Conselho Consultivo não será remunerada e será considerada como função socialmente relevante, assegurada a indenização das despesas com locomoção, estadia e alimentação necessárias ao desempenho da função.

Artigo 13. Compete ao Conselho Consultivo:

I – opinar a respeito das linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias da Ebserh, indicando propostas de melhoria ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva;

II – propor linhas de ação, programas, estudos, projetos, formas de atuação ou outras medidas, para que a Ebserh atinja os objetivos para os quais foi criada;

III – acompanhar periodicamente o desempenho da Ebserh;

IV – assistir a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração em suas funções, sobretudo na formulação, implementação e avaliação de estratégias de ação da Ebserh.

Artigo 14. O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez por ano e, extraordinariamente, a pedido de um terço dos seus membros ou sempre que convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou por solicitação do Conselho de Administração.

SEÇÃO III - DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

Artigo 15. São órgãos de fiscalização da Ebserh o Conselho Fiscal e a Auditoria Interna.

Subseção I - Do Conselho Fiscal

Artigo 16. O Conselho Fiscal, como órgão permanente da Ebserh, é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo:

I – um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação, que exercerá a presidência;

II – um membro indicado pelo Ministro de Estado da Saúde; e

III – um membro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

§ 1º A investidura dos membros do Conselho Fiscal far-se-á mediante registro na ata da primeira reunião de que participarem.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de dois anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 3º Em caso de renúncia, falecimento ou impedimento, os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos pelos seus suplentes, até a nomeação de novo membro.

§ 4º Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, considerar-se-á vaga a função do membro do Conselho Fiscal que, sem causa formalmente justificada, não comparecer a duas reuniões consecutivas ou três alternadas, no intervalo de um ano, salvo em caso de força maior.

§ 5º Salvo impedimento legal, os membros do Conselho Fiscal farão jus a honorários mensais correspondentes a dez por cento da remuneração média mensal dos Diretores da Ebserh, além da indenização obrigatória para as despesas de locomoção, alimentação e estada necessárias ao desempenho da função.

Artigo 17. Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores da Ebserh e verificar o cumprimento de seus deveres legais, estatutários e regimentais;

II – denunciar, por qualquer de seus membros, erros, fraudes ou crimes que identificarem no âmbito da Ebserh, e propor providências corretivas e saneadoras para o que for identificado;

III – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Ebserh;

IV – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e quaisquer outros documentos e requisitar informações para essa finalidade;

V – opinar sobre o Relatório Anual de Gestão e as demonstrações financeiras de cada exercício social;

VI – opinar sobre a modificação do capital social, orçamento, planos de investimento, transformação, incorporação, fusão ou cisão.

§ 1º A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração são obrigados a disponibilizar, por meio de comunicação formal, aos membros em exercício do Conselho Fiscal, em até dez dias, cópia das atas de suas reuniões e, em até quinze dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente.

Subseção II - Da Auditoria Interna

Artigo 18. O órgão de Auditoria Interna da Ebserh vincula-se diretamente ao Conselho de Administração, nos termos do art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e terá suporte administrativo da Presidência da Ebserh, que proverá os meios e condições necessários à execução das suas competências.

§ 1º A Auditoria Interna da Ebserh é uma atividade independente, de avaliação e assessoramento aos gestores da entidade, no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o cumprimento das metas, o alcance dos objetivos e a adequação da gestão.

§ 2º A Auditoria Interna recebe orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de acordo com o caput do art. 15 do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000.

§ 3º A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Auditor Geral, titular da Auditoria Interna da Sede será submetida, pelo Presidente da Ebserh, à aprovação do Conselho de Administração e, subsequentemente, à aprovação da Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 15, §5º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

§ 4º É vedada a atuação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão, conforme determina o art. 1º, alínea “d” da Resolução/ CGPAR/ nº 2, de 31 de dezembro de 2010.

Artigo 19. Compete à Auditoria Interna:

- I** – estabelecer estratégias com o objetivo de avaliar a legalidade e acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos da Sede e filiais;
- II** – definir metas e procedimentos para auditoria e fiscalização, por meio de ações preventivas e corretivas;
- III** – definir estratégias para a execução de ações de controle nas entidades públicas e privadas sob Contrato de Gestão com a Sede e filiais;
- IV** – elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), de acordo com o disposto na legislação;
- V** – elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), e apresentá-lo ao Conselho de Administração, de acordo com o disposto na legislação;
- VI** – examinar e emitir Parecer quanto à Prestação de Contas anual, e tomada de contas especial, nos termos da legislação em vigor.
- VII** – elaborar e encaminhar, ao Conselho de Administração e ao Presidente da Ebserh, relatórios gerenciais e operacionais das auditorias realizadas;
- VIII** – instituir, em conjunto com os demais setores da Ebserh, instrumentos internos de controle administrativo de desempenho, de aplicação dos recursos públicos e da guarda dos bens públicos, sua área de atuação, nos termos do art. 17, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000;
- IX** – prestar apoio aos Conselhos de Administração e Fiscal, dentro do limite de suas competências.

Artigo 20. Todos os servidores e empregados da Ebserh prestarão o apoio necessário para a realização das Ações de Controle da Auditoria Interna.

Parágrafo Único. Quando se fizer necessário, a Auditoria Interna poderá solicitar a assistência de especialistas e de outros profissionais, internos ou externos à instituição.

Artigo 21. A Auditoria Interna possui autorização para acesso a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas ações de controle.

Parágrafo Único. A Auditoria Interna poderá solicitar às áreas da Sede ou das filiais da Ebserh, ou a unidades a ela vinculadas, quando necessário ou pertinente, informações que deverão ser apresentadas tempestiva e obrigatoriamente pelos seus respectivos gestores.

SEÇÃO IV - DAS COMISSÕES E COMITÊS

Artigo 22. Sem prejuízo de outras que possam ser criadas, são comissões e comitês da Ebserh:

- I** - a Comissão de Ética;
- II** - o Comitê Interno de Gestão do Rehuf;
- III** - a Comissão de Controle Interno; **IV** – o Comitê de Gestão Riscos e Crises;
- V** – o Comitê Permanente de Desenvolvimento de Pessoas da Sede;
- VI** – o Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação;
- VII** – o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação; e
- VIII** – o Comitê de Governança do Aplicativo para Gestão dos Hospitais Universitários.

Subseção I - Da Comissão de Ética

Artigo 23. O Presidente da Ebserh constituirá Comissão de Ética composta por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente, e seus respectivos suplentes, conforme Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

Artigo 24. É finalidade da Comissão de Ética zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional da Ebserh.

§ 1º Os membros da Comissão serão designados pelo Presidente para mandatos não coincidentes de três anos.

§ 2º A atuação no âmbito da Comissão de Ética não enseja qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos nela desenvolvidos são considerados prestação de relevante serviço público.

§ 3º A Comissão de Ética da Ebserh será administrativamente vinculada à Presidência, que proverá o apoio técnico e material para suas atividades, após aprovação do seu plano de trabalho, nos termos do § 1º do art. 7º do Decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.

Artigo 25. Compete à Comissão de Ética:

- I** – dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas éticas a que estão subordinados os empregados da Ebserh, e deliberar em relação a casos omissos;
- II** – apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;

III – disseminar informações e desenvolver capacitação, junto às unidades e setores da Ebserh, em relação a orientações de ética profissional no âmbito da instituição;

IV – representar a Ebserh na Rede de Ética do Poder Executivo Federal, conforme previsto no art. 9º do Decreto nº 6029, de 1º de fevereiro de 2007;

V – elaborar e aprovar seu regulamento interno;

VI – escolher seu Presidente;

VII – exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

Parágrafo Único. Aos dirigentes da Ebserh aplicam-se as disposições contidas no Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Subseção II - Do Comitê Interno de Gestão do Rehuf

Artigo 26. Compete ao Comitê Interno de Gestão do Rehuf, vinculado à Presidência:

I – definir critérios para aprovação de pleitos dos hospitais;

II – acompanhar a execução do orçamento aprovado pelo Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais;

III – definir as prioridades para a aplicação dos recursos do Programa; e

IV - acompanhar e monitorar a execução dos recursos do Programa.

§ 1º O Comitê submeterá à aprovação do Presidente da Ebserh suas recomendações.

§ 2º As definições estabelecidas pelo Comitê deverão contemplar as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf).

§ 3º O Comitê de que trata o caput deverá enviar ao Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, propostas para atualização dos critérios para a descentralização de recursos do Programa, de acordo com o perfil assistencial e de ensino dos Hospitais Universitários e com as diretrizes estabelecidas pelo MS.

Artigo 27. O presidente da Ebserh constituirá o Comitê Interno de Gestão do Rehuf com a seguinte composição:

- I** – Diretor Vice-Presidente Executivo, que o presidirá;
- II** – Diretor de Gestão de Pessoas; **III** – Diretor de Atenção à Saúde;
- IV** – Diretor de Administração e Infraestrutura; **V** – Diretor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação;
- VI** – Diretor de Orçamento e Finanças;
- VII** – Coordenador de Gestão Estratégica; e
- VIII** - Supervisores Regionais, da Coordenadoria de Gestão Estratégica, responsáveis pelo acompanhamento dos Hospitais Universitários Federais.

§ 1º O Coordenador de Gestão Estratégica substituirá o Diretor Vice-Presidente Executivo, na Presidência do Comitê, em suas ausências e impedimentos.

§ 2º A critério do Presidente do Comitê, poderão participar das reuniões, como convidados, gestores, empregados e/ou assessores das Diretorias.

Subseção III – Das demais Comissões e Comitês

Artigo 29. As demais comissões enumeradas no caput do artigo 22 serão nomeadas pelo Presidente da Ebserh e terão seus regulamentos aprovados por ato próprio.

3.3. Atuação da unidade de auditoria interna

A unidade de Auditoria Interna da Ebserh atua com vinculação hierárquica ao Conselho de Administração, conforme o art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000, e tem suporte administrativo da Presidência da Ebserh que deve prover os meios e condições necessárias à execução das suas competências.

Os trabalhos são realizados segundo as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, e possuem caráter orientativo à gestão, por meio de suporte técnico, quando do exame da conformidade dos atos administrativos, e visam prevenir a ocorrência e/ou reincidência de impropriedades/irregularidades que possam comprometer os objetivos organizacionais.

No que concerne à atuação da unidade de Auditoria Interna, seguem os tópicos contendo as informações alusivas aos temas a seguir:

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna.

As atividades desenvolvidas pela auditoria interna, estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em conformidade com o disposto no art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 06/09/2000.

Nesse sentido, o planejamento dos trabalhos da unidade de Auditoria Interna é elaborado em observância aos ditames da Instrução Normativa (IN) da CGU nº 24, de 17/11/2015, a qual dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT).

Outrossim, a unidade de Auditoria Interna da Ebserh atua, também, em observância às competências estabelecidas no art. 19 do Regimento Interno da Empresa, aprovado pelo Conselho de Administração, em conformidade com a legislação federal em vigor, cabendo-lhe:

- I – estabelecer estratégias com o objetivo de avaliar a legalidade e acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos da Sede e filiais;
- II – definir metas e procedimentos para auditoria e fiscalização, por meio de ações preventivas e corretivas;
- III – definir estratégias para a execução de ações de controle nas entidades públicas e privadas sob Contrato de Gestão com a Sede e filiais;
- IV – elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), de acordo com o disposto na legislação;
- V – elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), e apresentá-lo ao Conselho de Administração, de acordo com o disposto na legislação;
- VI – examinar e emitir Parecer quanto à Prestação de Contas anual, e tomada de contas especial, nos termos da legislação em vigor.
- VII – elaborar e encaminhar, ao Conselho de Administração e ao Presidente da Ebserh, relatórios gerenciais e operacionais das auditorias realizadas;
- VIII – instituir, em conjunto com os demais setores da Ebserh, instrumentos internos de controle administrativo de desempenho, de aplicação dos recursos públicos e da guarda dos bens

públicos, sua área de atuação, nos termos do art. 17, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000;

IX – prestar apoio aos Conselhos de Administração e Fiscal, dentro do limite de suas competências.

Os normativos especificados podem ser acessados por intermédio dos endereços eletrônicos a seguir:

➤ Decreto n.º 3.591, de 06 de setembro de 2000.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3591.htm

➤ Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.

http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf

➤ Regimento Interno da Ebserh

<http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/regimento-interno>

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna.

Consoante os termos do art. 15 do Regimento Interno da Empresa, a unidade de Auditoria Interna da Ebserh atua com vinculação hierárquica ao Conselho de Administração, e tem suporte administrativo da Presidência da Ebserh que deve prover os meios e condições necessárias à execução das suas competências.

Constitui-se em uma atividade independente, de avaliação e assessoramento aos gestores da Empresa, no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação da gestão, que recebe orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de acordo com o caput do artigo 15, do Decreto nº 3.591/2000.

Vale mencionar que as ações desenvolvidas pela Auditoria Interna têm por finalidade verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística da Empresa. Estes trabalhos têm foco na melhoria dos processos administrativos, sendo buscadas, como resultado, recomendações que venham a fortalecer os atos administrativos da empresa.

Os relatórios da Auditoria Interna são encaminhados aos gestores responsáveis para conhecimento e para implementação de correções/melhorias nos processos de sua responsabilidade, quando necessárias.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver

A Auditoria Interna tem suas competências e organização definidas no Regimento Interno da Empresa, aprovado pelo Conselho de Administração, em estrita consonância à legislação federal em vigor, cabendo-lhe: acompanhar, assessorar, avaliar e contribuir para o fortalecimento da gestão da Ebserh, especialmente pelo aprimoramento e apoio dos seus controles internos, identificando e reduzindo os riscos existentes a níveis aceitáveis.

A estratégia de atuação da Auditoria Interna da Ebserh é estabelecida a partir do PAINT que, após apreciado e aprovado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU, órgão central do Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo Federal, é apresentado ao Conselho de Administração da Ebserh.

Após o pronunciamento do Conselho, são iniciadas as ações de controle, que alcançam a Auditoria Interna da Sede (AUDIN), situada na Sede em Brasília, e as Auditorias Internas em cada filial da Empresa (AUDIRs).

Cabe mencionar que o planejamento das ações a serem desenvolvidas pela unidade de Auditoria Interna, são formuladas por meio do dimensionamento da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e materiais.

Com o implemento dessas ações, pretende-se a realização de testes que permitam contribuir para mitigar os riscos que possam comprometer os objetivos organizacionais, bem assim identificar se os processos internos (administrativos e operacionais), guardam conformidade com os princípios básicos da Administração Pública Federal.

Até dezembro de 2016, foram implantadas unidades de Auditoria Interna em 27 filiais de 30 Hospitais Universitários, conforme segue:

Quadro 5 - Lista de Hospitais Universitários Federal da Rede Ebserh com Unidade de Auditoria Interna

ITEM	LOCAIS ONDE FORAM IMPLANTADAS UNIDADES DE AUDITORIA INTERNA
1	Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí
2	Hospital Universitário de Brasília da Universidade de Brasília
3	Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão
4	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes da Universidade do Espírito Santo
5	Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
6	Hospital Universitário da Universidade Federal de Grande Dourados
7	Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
8	Maternidade Escola Januário Cicco da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
9	Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe
10	Hospital Universitário Júlio Müller da Universidade Federal do Mato Grosso
11	Hospital Universitário Walter Cantídio e Maternidade Escola Assis Chateaubriand da Universidade Federal do Ceará
12	Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco
13	Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba
14	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
15	Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria
16	Maternidade Climério de Oliveira da Universidade Federal da Bahia
17	Hospital Universitário Professor Edgar Santos da Universidade Federal da Bahia
18	Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais
19	Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco
20	Hospital Universitário Getúlio Vargas da Universidade Federal do Amazonas
21	Hospital de Clínicas e Maternidade Vitor Ferreira do Amaral da Universidade Federal do Paraná
22	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas
23	Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
24	Hospital Universitário João de Barros Barreto e Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza da Universidade Federal do Pará
25	Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior da Universidade Federal do Rio Grande
26	Hospital Universitário Ana Bezerra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

No exercício de 2016, o Projeto de Mensuração de Maturidade no Ambiente de Governança (MMAG) foi concluído em 17 Hospitais Universitários, cujo resultado é consolidado numa informação gerencial entregue ao Superintendente de cada hospital, a fim de ser empregada como ferramenta de auxílio à decisão, permitindo que sejam adotadas medidas de correção nas falhas, eventualmente identificadas, permitindo otimizar as ações gerenciais nas áreas de menor grau de maturidade.

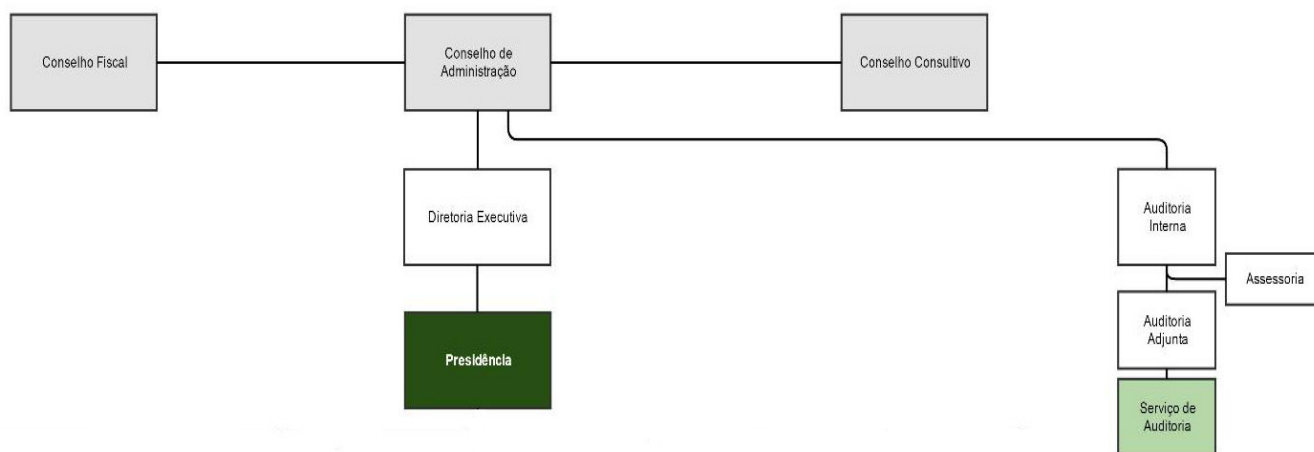
Em cada Hospital, após um intervalo de oito a 10 meses, a Auditoria Interna retorna para a efetivação do Projeto de Avaliação da Maturidade no Ambiente de Governança (AMAG), quando que é realizada uma auditoria efetiva, resultando na emissão de relatórios na formalística consagrada. Neste passo, o tratamento das informações possui um caráter mais voltado à ação específica de controle, avaliando efetivamente os atos de gestão. Em 2016, o AMAG foi concluído em dois Hospitais Universitários.

Cabe mencionar que a Auditoria Interna foi vencedora do 4º Concurso de Boas Práticas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (MTFCGU), com a prática “A Auditoria Interna como fomentadora de atividades de Controle Interno em Empresas Públicas” na categoria Aprimoramento das Auditorias Internas.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC)

A AUDIT é um órgão de fiscalização da Empresa, que atua com vinculação hierárquica ao Conselho de Administração, nos termos do art. 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000, e tem por competência, entre outras, examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais da Empresa. No Organograma a seguir (Figura 9), está demonstrada a localização da Auditoria Interna na Estrutura da Ebserh.

Figura 9 - A Auditoria Interna no Organograma da Ebserh



A estrutura da Auditoria Interna, na Sede da Empresa, foi proposta a seus gestores e ao Conselho de Administração por meio da Nota Técnica nº 03/2012 – Auditor Geral (AUGE)/Ebserh/MEC, de 12/09/2012, e do Regulamento Interno da Auditoria da Ebserh, os quais preveem um total de 28 integrantes, com o objetivo de atuarem em auditorias operacionais e de conformidade, nos seguintes setores da Sede e das filiais: contábil, obras e infraestrutura, gestão, tecnologia da informação, gestão hospitalar, análise de riscos e prevenção a fraudes.

Até dezembro de 2016, estavam lotados na Auditoria Interna da Sede: o Auditor Geral, a Auditora Geral Adjunta, o Auditor Assessor, o Chefe de Serviço de Auditoria, além de cinco empregados selecionados pelo concurso público da Sede da Ebserh, totalizando nove integrantes.

Com relação a estrutura de controle nas filiais, a AUGE emitiu a Nota Técnica nº 10/2015-AUGE/Ebserh/MEC, de 11/12/2015, contendo a análise e dimensionamento, objetivando, a reestruturação do quadro de pessoal da Unidade de Auditoria Interna, a fim de atender minimamente as suas necessidades atuais.

As deficiências estruturais da Auditoria Interna, tanto na Sede, quanto em suas filiais, bem como aos eventuais comprometimentos operacionais decorrentes da mesma, vêm sendo alertadas e apresentadas anualmente, inclusive com propostas de soluções, aos gestores da Empresa.

Quanto a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Auditor Geral, titular da Auditoria Interna da Sede é submetida, pelo Presidente da Ebserh, à aprovação do Conselho de Administração e, subsequentemente, à aprovação da Controladoria-Geral da União, consoante disposto no art. 15, § 5º, do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações:

Após a realização da Ação de Controle, o relatório preliminar de auditoria é encaminhado ao gestor responsável, para conhecimento das questões nele tratadas. Em seguida, a Auditoria Interna realiza reunião com o gestor denominada “reunião de busca conjunta de soluções”, ocasião em que são discutidas as falhas detectadas, com vistas à manutenção ou reforma das recomendações apresentadas no relatório.

O monitoramento dos resultados é realizado de forma sistemática por meio de verificação e de confirmação das providências implementadas pelas áreas responsáveis. Para tanto, foi desenvolvido no sistema corporativo SIG-Ebserh, o módulo denominado “Módulo Auditoria”, que tem como objetivo realizar o monitoramento das manifestações dos gestores quanto às providências relacionadas às recomendações ou às determinações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo, pela Auditoria Interna e pelos Conselhos de Administração e Fiscal da Ebserh, bem como destinadas à Ebserh - Sede e Hospitais Universitários.

Como resultado destas ações de controle, os gestores revisam rotinas, sistemáticas e processos, de modo a aprimorar as atividades realizadas, mantendo aderências aos princípios da efetividade, da eficiência e da economicidade.

O não atendimento, parcial ou total, bem como os riscos decorrentes são informados aos gestores e membros do Conselho de Administração, via relatório gerencial do SIG.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

Os relatórios de auditoria encaminhados às áreas responsáveis, com cópia para seus respectivos Diretores, apresentam destacadas as não-conformidades e as respectivas recomendações para os assuntos abordados.

Ao final do ano, é elaborado o RAINTE, onde são consolidados os trabalhos realizados ao longo do ano conforme definido no PAINT, bem como o acompanhamento da implementação das recomendações da Auditoria Interna, e das determinações do TCU e do MTFCGU.

Ademais, conforme determinação do Conselho de Administração, o Auditor Geral é convidado para participar de todas as reuniões mensais do Conselho, ocasião que tem autonomia para emitir suas opiniões e considerações sobre as atividades da Empresa, bem como alertar sobre eventuais riscos considerados elevados.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

Quando optou pela gestão dos HUFs por meio de Empresa Pública, o gestor buscou modelos de excelência na administração pública e privada, que proporcionassem agilidade e efetividade nas contratações, através de salários competitivos e reconhecimento profissional, bem como através da avaliação rigorosa de desempenho, o que possibilita impor o ritmo e as transformações necessárias para a estruturação dos HUFs.

Neste sentido, optou-se, à época, por eleger o Hospital das Clínicas de Porto Alegre, também Empresa Pública há 40 anos, como *benchmarking*, assim, sua estrutura, gestão e metodologia foram replicados para a estruturação da Ebserh, inclusive no que concerne à Unidade de Auditoria interna, isto é, utilizou-se a estrutura de auditoria para um único HUF como modelo para a auditoria geral de mais de 50 HUFs, razão pela qual a necessidade de ajuste é premente.

Com o aumento gradativo de adesão dos HUFs à Ebserh, há a necessidade de reestruturação da unidade de Auditoria Interna aumentando o quantitativo de empregados, cujo número insuficiente interfere na execução das ações de controle, tendo em vista que a estrutura de controle foi dimensionada para um único hospital e não para uma Empresa que administrará vários HUFs.

Nesse sentido, a capacidade operacional da Auditoria Interna da Ebserh é um fator que continua impactando nas ações da unidade, uma vez que carece de profissionais em quantidades e em qualificação técnica suficientes para atendimento das demandas atuais. Destaca-se, por exemplo, a não realização de Auditoria no Controle de Obras, que não ocorreu devido à ausência de profissional qualificado para a função no quadro da Auditoria Interna.

Considerando a necessidade de ampliação da estrutura de auditoria interna, foram emitidas as Notas Técnicas nºs 03/2012 - AUGE/Ebserh/MEC, de 12/09/2012; 02/2013 - AUGE/Ebserh/MEC, de 12/06/2013; 05/2014 - AUGE/Ebserh/MEC, de 06/11/2014 e 10/2015-AUGE/Ebserh/MEC, de 11/12/2015, nas quais é apresentada a estrutura adequada para a sua atuação.

3.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A atividade de correção da Ebserh está regulamentada pela Norma Disciplinar Ebserh, a qual prevê que a apuração de fato irregular deva acontecer por meio de análise preliminar ou por meio da instauração de Processo Disciplinar e Cível. A primeira acontecerá quando houver indícios de participação de empregado, ex-empregado, empregado aposentado ou servidores públicos cedidos à Ebserh, mas com fragilidade de elementos fáticos comprobatórios da existência de irregularidade. Já o segundo destina-se à apuração de irregularidades com autoria de empregado, ex-empregado ou empregado aposentado da Ebserh, da qual possa resultar aplicação de penalidade disciplinar e/ou imputação de responsabilidade cível.

Isto posto, temos a informar os seguintes dados relativos a procedimentos instaurados no exercício de 2016: constatação de 147 procedimentos instaurados nos seguintes HUFs: HUPAA-UFAL; HUPES-UFBA; CHU-UFC; HUB-UNB; HUCAM-UFES; HU-UFMA; HC-UFGM; HU-UFJF; HC-UFTM; HUMAP-UFMS; HU-UFGD; HUJM-UFMT; HULW-UFPB; HC-UFPE; HU-UNIVASF; HU-UFPI; HU-UFSM; e HU-UFS.

Foram realizadas as seguintes aplicações de penalidades disciplinares ao fim dos respectivos processos disciplinares: suspensão de 10 dias no MEAC-UFC e rescisão por justa causa no HUPI-UFPI, HUAB-UFRN, MEJC-UFRN, HUMAP-UFMS e HU-UFMA.

Importa esclarecer que não foram registradas prescrições quanto à possibilidade de instauração de procedimentos disciplinares ou de aplicação de penalidade por infrações disciplinares comprovadas em processo disciplinar e cível.

3.5. Gestão de riscos e controles internos

Considerando a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016), foi instituído o Comitê de Gestão de Riscos e Integridade, por meio da Portaria Ebserh nº 259, de 08 de novembro de 2016, sendo que os objetivos do comitê são: elaborar propostas de ações e procedimentos para implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos da Ebserh, visando a gestão de continuidade corporativa; elaborar propostas de ações e procedimentos para implementação de Programa de Integridade; e elaborar propostas de ações e procedimentos para instalação de Gabinete de Gerenciamento de Crises, para o atendimento tempestivo a situações de crise iminente ou instalada, com vistas a subsidiar as decisões da Diretoria Executiva.

Tais objetivos foram definidos considerando-se a importância da identificação de riscos, ameaças e impactos potenciais à empresa de forma a criar resiliência e capacidade de resposta eficaz, salvaguardando interesses, reputação, marca e atividades da organização; e considerando a importância de se promover a boa governança, de iniciativas corporativas relacionadas à ética e integridade, que se destinem à prevenção, detecção e correção de atos de corrupção, fraude, desvios de conduta e de atos ilícitos, de modo a proteger a sua missão institucional, imagem e o patrimônio público.

As informações sobre Gestão de Riscos e Controles Internos estão estruturadas conforme o quadro a seguir, que contém diversas afirmativas classificadas em cinco elementos do sistema de controles internos da UPC que foram avaliadas, a saber: ambiente de controle; avaliação de risco; procedimentos e controle; informação e comunicação; e monitoramento.

A avaliação do sistema de controles internos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, no âmbito do Relatório de Gestão 2016, foi elaborada pelo seu Comitê de Gestão de Riscos e Integridade, que possui representantes da Presidência e das Diretorias da Empresa – Diretoria Vice-Presidência Executiva (DVPE); Diretoria de Atenção à Saúde (DAS); Diretoria de Administração e Infraestrutura (DAI); Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP); Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF); e Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI), bem como conta com a assessoria de representantes da Auditoria-Geral e da Consultoria Jurídica.

Como nos anos anteriores, manteve-se a avaliação considerando tão somente a Sede da Ebserh, e contou com a participação da Auditoria Interna, que não interferiu no processo avaliativo, mas contribuiu para esclarecimentos conceituais relativos aos controles internos. A seguir apresenta-se o Quadro 6 com os resultados da avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC.

Quadro 6 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

Elementos do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			

Elementos do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.		X			
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Em que pese repetir conceitos em vários dos quesitos, faz-se importante registrar as melhorias obtidas nos seguintes itens constantes do Quadro 7.

Quadro 7 - Melhorias obtidas

Ambiente de Controle
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.
Avaliação de Risco
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.
Procedimentos de Controle
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.
Monitoramento
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.

Em alguns quesitos, verificaram-se avaliações que não revelaram percepções equivalentes ou melhores do que aquelas apresentadas no exercício de 2015. Em relação ao item 4, cabe salientar que a Comissão de Ética já preparou a minuta do Código de Ética, porém, após as mudanças ocorridas no contexto político e as decorrentes mudanças de gestão, no exercício de 2016, não houve recomposição da comissão para a continuidade dos procedimentos para aprovação do Código de Ética da Ebserh. Após as recomendações à Ebserh por parte do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) em avaliação da integridade nas Empresas Estatais, planejaram-se, para 2017, as seguintes ações: recompor a Comissão de Ética da Ebserh; realizar consulta à Rede Ebserh sobre Código de Ética próprio; aprovar e publicar o Código de Ética. Por isso, acredita-se que a avaliação do item 4, revelou-se pior do que no exercício anterior, apesar das ações propostas para 2017.

Tendo em vista que as avaliações deram-se por parte de um grupo de representantes completamente distinto daquele que realizou a avaliação no exercício de 2015, justifica-se a discrepância em relação à percepção sobre os seguintes quesitos: 5. os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais; 6. há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta; 8. existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ; 9. os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ; 16. não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam

decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade; 17. na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos; e 23. a informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.

Em relação ao quesito 16, vale destacar que a avaliação pior para o exercício em epígrafe ganhou peso, principalmente, no caso das perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Entende-se que processos mais frágeis estão associados à incipiência de controles e repercutem em situações adversas. A avaliação do item 17 também revelou-se pior do que no exercício de 2015, de acordo com a percepção do conjunto de avaliadores. Porém, já é possível verificar uma trilha de fortalecimento deste quesito, a partir de algumas iniciativas realizadas no exercício de 2016, tais como o início da revisão da Norma Disciplinar da Ebserh, com consulta aos empregados públicos; início da utilização do sistema de gestão de processos disciplinares CGU-PAD; planejamento das atividades de supervisão para 2017; e planejamento do programa de capacitação em atividade disciplinar dos empregados públicos para 2017.

3.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Tabela 26 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Janayna Percy Costa Pessoa	27/04/2013	...	2.940,53	35.090,52
Dulce Maria Tristão	24/06/2015	...	2.940,53	19.898,27
Jesualdo Pereira Farias	03/06/2015	01/08/2016	2.940,53	19.063,42
Lenir dos Santos	24/02/2016	...	0,00	0,00
Luiz Claudio Costa	10/03/2014	...	2.940,53	18.714,92
Lumena Almeida Castro Furtado	27/04/2015	04/01/2016	2.704,23	2.704,23
Margareth de Fatima Formiga Melo Diniz	25/11/2015	...	2.940,53	35.090,52
Maria Abadia da Silva Alves	26/08/2015	01/08/2016	2.940,53	20.094,11
Maria Helena Guimarães de Castro	27/07/2016	...	2.940,53	14.702,65
Mauricio Eliseu Costa Romao	27/07/2016	...	2.940,53	14.702,65
Nadia Maria Ferreira de Araujo	27/07/2016	...	2.940,53	14.702,65
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	

	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Bruno Moretti	29/09/2015	...	2.940,53	34.894,68
Luiz Antonio de Mello Rebello	01/06/2012	...	2.940,53	34.405,08
Stela Maris Monteiro Simao	01/06/2012	...	2.940,53	34.405,08

Tabela 27 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão				
Órgão: (Diretoria Estatutária, Conselheiros de Administração e Conselho Fiscal)				
Remuneração dos Membros	Diretores		Conselheiros	
	2016	2015	2016	2015
Número de membros:	7	7	12	12
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	R\$ 1.751.084,62	R\$ 1.860.515,66	R\$ 298.468,78	R\$ 367.652,45
<i>a) salário ou pró-labore</i>	R\$ 1.751.084,62	R\$ 1.860.515,66	0	R\$ 0,00
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	0	0	0	0
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0	0	R\$ 298.468,78	R\$ 367.652,45
<i>d) outros</i>	0	0	0	0
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0	0
<i>e) bônus</i>	0	0	0	0
<i>f) participação nos resultados</i>	0	0	0	0
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	0	0	0	0
<i>h) comissões</i>	0	0	0	0
<i>i) outros</i>	0	0	0	0
III – Total da Remuneração (I + II)	R\$ 1.751.084,62	R\$ 1.860.515,66	R\$ 298.468,78	R\$ 367.652,45
IV – Benefícios pós-emprego	0	0	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0	0	0

Para o presente relatório, na Tabela 27 com a síntese da remuneração dos administradores da Ebserh, estão demonstrados os valores totais pagos à Diretoria Estatutária (Presidente e Diretores) e aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, separadamente, no exercício de referência e no anterior.

Tabela 28 - Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à Ebserh

3.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Em atendimento à Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) nº 06, de 29 de setembro de 2015, bem como às recomendações da Auditoria Interna e do Conselho Fiscal, foi contratada empresa especializada na prestação de serviços profissionais de auditoria independente, constituído por um conjunto de procedimentos técnicos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis, referentes ao exercício de 2016, da Sede da Ebserh e suas filiais, consoante aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas brasileiras de contabilidade e, no que for pertinente, à legislação específica, e análise e avaliação dos controles internos da Ebserh.

A contratação se deu por meio da Dispensa de Licitação nº 04/2017 e do Contrato nº 01/2017, sendo empenhado o serviço em favor da contratada AGUIAR FERES - AUDITORES -INDEPENDENTES S/S - EPP, CRC-2SP 022486/O-4, com início da vigência em 16/02/2017 e término da vigência em 19/04/2017. Trata-se de uma empresa de auditoria independente e consultoria empresarial, com matriz situada na cidade de Ribeirão Preto. O valor total do Contrato nº 01/2017 é de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quintos reais).

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Gestão de pessoas

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

O dimensionamento da força de trabalho necessária ao funcionamento das unidades hospitalares vinculadas à Ebserh é realizado por uma equipe técnica a partir de visita *in locu* e com base nos dados assistenciais dos serviços habilitados, serviços dimensionados e estrutura física do hospital.

Para viabilizar cada serviço habilitado, a legislação exige uma equipe mínima, seguindo padrões diversos: número de pacientes, número de leitos, sítios funcionais (estrutura física + atividade + período de tempo), clientela atendida, produção, dentre outros.

Nos casos em que a legislação se silencia no que tange ao quantitativo de pessoas necessárias para o serviço, utiliza-se a literatura, a analogia com a lei e os índices obtidos através do *benchmarking* realizado com o HCPA-UFRGS. Associado à base teórica construída, coloca-se a experiência prática do hospital, que traz à mesa o desenho do funcionamento atual do hospital para que seja considerado e contribua no dimensionamento de pessoas.

A Ebserh se preocupa em dimensionar quadro e serviços de forma adequada e responsável, contemplando as necessidades da população-alvo, sem margem para desperdício de mão-de-obra ou ociosidade profissional.

Os dados provenientes da visita técnica são analisados e consolidados, buscando quantificar os profissionais para o funcionamento ideal e pleno do hospital, respeitando a legislação pertinente e a importância da atuação de cada profissional no âmbito da saúde. Isto posto, é primordial que se disponha da força de trabalho com o melhor aproveitamento possível desta.

O produto do trabalho realizado é submetido à SEST que, após análises de sua competência, autoriza um limite de quadro para o hospital, considerando dentro deste limite os servidores estatutários, as novas vagas autorizadas e as funções gratificadas/cargos em comissão.

O limite de quadro autorizado pela SEST geralmente diverge do quantitativo solicitado pela Ebserh, pois a análise lá realizada é baseada em parâmetros diferentes. Dessa forma, após a autorização do

limite de quadro de pessoal, a Ebserh em conjunto com o hospital precisa realizar uma adaptação do planejamento inicial de funcionamento do hospital, com o objetivo de adequá-lo à força de trabalho autorizada, uma vez que há uma redução do quadro com relação ao quantitativo que é solicitado.

A partir desta adequação, é realizado o planejamento dos concursos públicos para a recomposição do quadro de pessoal do hospital. A entrada dos profissionais é realizada em paralelo à substituição dos profissionais com vínculo precário no hospital, considerando os serviços em funcionamento e a abertura dos serviços planejados no dimensionamento.

Considerando este cenário, a Ebserh está trabalhando no sentido de monitorar, através do contrato e do plano de reestruturação, o pleno cumprimento das metas estabelecidas que balizem o dimensionamento dos serviços, da força de trabalho e dos investimentos em infraestrutura física e tecnológica, dentre outros.

A seguir apresentam-se as tabelas com a força de trabalho da Ebserh, distribuição da lotação efetiva e detalhamento da estrutura de cargos e funções gratificadas da Ebserh.

Tabela 29 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
		Área meio	Área fim		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	57.290	4.357	19.142	6.098	917
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	57.017	4.357	19.142	6.098	917
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2.944	19.142	5.663	725
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1.342	0	435	192
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	273	71	0	36	22
4. Total de Servidores (1+2+3)	57.290	4.357	19.142	6.134	939

Fonte: SIGP.

Tabela 30 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	4.357	19.142
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.357	19.142
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.944	19.142
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1.342	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	71	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	4.357	19.142

Fonte: SIGP

Tabela 31 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	273	230	89	63
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	273	230	89	63
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		6	3	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		153	54	34
1.2.4. Sem Vínculo		71	32	25
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	2.476	1.666	721	303
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		496	307	79
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1170	414	224
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	2.749	1.896	810	366

Fonte: Ofícios da SEST-MP.
SIGP.

4.1.1.1. Política de capacitação da Força de Trabalho

A Política de capacitação e treinamento de pessoal é estabelecida nas normas operacionais e no Programa Crescer com Competências, onde, após a avaliação de desempenho, são identificadas as lacunas de competências e necessidades de desenvolvimento.

O Plano de Desenvolvimento de Competências (PDC) 2016, em razão do contingenciamento do orçamento foi executado em 73% do previsto. Das ações executadas, 90% foi realizada mediante instrutoria interna ou de servidores/empregados públicos de outros órgãos e em cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância da Escola Ebserh de Educação Corporativa (3EC). Foram capacitados, na modalidade presencial 22.166 colaboradores, em carga horária média de 22h/a cada, na Sede e em 33 HUFs. Os percentuais de execução do PDC 2016 estão identificados na Tabela 32.

Tabela 32 - Execução do PDC 2016

EIXO DE CONHECIMENTO	% DE EXECUÇÃO DO PLANEJADO	VALOR INVESTIDO
Administração Pública, Planejamento e Logística	85%	R\$ 124.297,85
Gestão de Pessoas	60%	R\$ 10.429,70
Direito	80%	R\$ 26.460,68
Saúde	90%	R\$ 915.842,56
Gestão e Tecnologia da Informação	60%	R\$ 43.951,93
Orçamento, Contabilidade e Finanças	65%	R\$ 14.200,00
Comunicação	70%	R\$ 6.355,00
Percentual do PDC 2016 executado/Valor total de investimento	73%	R\$ 1.141.537,72

Embora o percentual de execução do PDC em cursos presenciais não tenha sido muito significativo, a participação dos colaboradores na plataforma de ensino a distância foi expressiva. Dos 23.197 colaboradores cadastrados na plataforma de ensino a distância da 3EC, foram realizadas 35.068 inscrições nos 27 cursos oferecidos, conforme apresenta a Tabela 33. O total de colaboradores capacitados (presencial e em Educação a Distância – EAD) foi de 57.234.

Tabela 33 - Cursos e capacitações na plataforma de ensino a distância da 3EC

Curso AGHU	Nº de Capacitações
Módulo Ambulatorial Administrativo	392
Módulo Ambulatorial Assistencial	400
Módulo controle do paciente	246
Módulo Farmácia	241
Módulo Internação	428
Módulo Pacientes	444
Módulo Prescrição em enfermagem	337
Curso assistência à saúde	Nº de Capacitações
Procedimentos Operacionais Padrão Gerais de Enfermagem do HUSM-UFSM (TURMA PILOTO)	20
Sessões clínicas	32
Boas práticas de medicação em UTI- Enfermagem Univasf (INDISPONÍVEL NO MOMENTO)	43
Gestão de Pessoas	Nº de Capacitações
Liderança Transformadora: novo perfil de gestor do HU-UFMA	37
NR32	13
Sistema de Acompanhamento e Controle e Desenvolvimento de Competências	14
Curso Progressão Horizontal	12.228
Gestão do Desempenho por Competências	13.667
Instrumentos da Gestão do Desempenho por Competências	4.613
SIG Protocolo	645
Tutoriais de Gestão do Moodle	109
Cursos ENAP	Nº de Capacitações
Atendimento ao Cidadão	215
Gestão da Estratégia com uso do BSC	109
Gestão de Processos	277
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	214
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	74
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos	207
Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	Nº de Capacitações
Treinamento de Segurança e Saúde no Manuseio de Produtos Químicos Hospitalares	5
Cursos SIG	Nº de Capacitações
Ouvidoria	10
Cursos Tecnologia da Informação	Nº de Capacitações
Introdução à Modelagem de Processos utilizando o software Bizagi	48
TOTAL DE PARTICIPANTES	35.068

4.1.1.2. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Os indicadores do eixo de Gestão de Pessoas são:

1. Percentual de aderência à convocação de profissionais médicos pela Ebserh: refere-se à razão entre os médicos contratados e convocados;
2. Número de empregados desligados por mês: refere-se à quantidade de empregados desligados em cada mês;
3. Número de novos empregados contratados, por mês, na Rede Ebserh: refere-se à quantidade de empregados contratados em cada mês;
4. Quadro de Pessoal autorizado pela SEST: refere-se à quantidade de vagas autorizadas pela SEST;
5. Quadro de Pessoal atual da Rede Ebserh: refere-se à quantidade de vagas atualmente ocupadas na Empresa;
6. Vagas disponíveis para convocação: refere-se à razão entre as vagas autorizadas pela SEST e as vagas atualmente ocupadas na Empresa;
7. Quadro de Profissionais Médicos autorizado pela SEST: refere-se ao número de vagas autorizadas pela SEST para profissionais médicos;
8. Quadro de Profissionais Médicos atual da Rede Ebserh: refere-se ao número de vagas ocupadas atualmente por profissionais médicos na Ebserh;
9. Quadro de pessoal efetivo em atividade na Rede Ebserh: refere-se à soma dos empregados com vínculo CLT e servidores RJU.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 34 - Despesas do pessoal (em R\$)

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	1.090.431.342,27	20.140.861,76	124.747.863,92	341.757.892,27	147.011.457,60	25.792.447,52	3.794.276,13	101.034.568,94	29.256,62	1.854.739.967,03
	2015	190.021.121,10	3.632.021,87	18.807.846,79	27.146.719,83	25.395.153,48	2.591.331,39	355.925,67	0,00	0,00	267.950.120,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0,00	78.635.201,05	7.372.109,09	7.257.021,64	5.878.749,11	170.161,21	1.183.661,01	5.687.176,73	0,00	105.797.465,17
	2015	8.365,27	34.853.840,54	3.335.115,96	1.168.751,75	2.325.964,55	59.567,92	14.896,14	0,00	0,00	41.766.502,13
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	11.462.954,61	999.332,65	946.691,99	419.756,59	79.836,02	40.002,30	646.113,97	0,00	14.447.489,20
	2015	12.703,86	7.443.483,29	663.649,55	114.331,28	375.953,40	43.963,31	35.809,72	0,00	0,00	8.689.894,41

Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	448.427,10	0,00	46.466,77	75.019,61	39.759,79	8.965,63	0,00	35.363,90	0,00	654.002,80
	2015	183.285,38	0,00	16.720,39	46.111,20	57.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.721,97
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	262.041,00	74.698,05	32.405,53	7.005,19	27.639,19	5.379,57	5.194,52	0,00	0,00	414.363,05

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Principais riscos relacionados à gestão de pessoas na Ebserh:

- 1. Necessidade de ferramentas de gestão mais efetivas:** para fins de suprir a necessidade de ferramentas que possam dar suporte ao alcance de resultados mais efetivos na área de gestão de pessoas, a Ebserh investiu esforços no desenvolvimento e aprimoramento de sistemas informatizados, como é o caso do Cadastro Web e do Sistema de Gestão de Pessoas, assim como na elaboração e publicação de diversos atos normativos relacionados à operacionalização dos processos de trabalho.
- 2. Baixo alinhamento entre as DivGPs, nas filiais:** O alinhamento entre as DivGPs, unidades organizacionais que operacionalizam as políticas de gestão de pessoas nos Hospitais Universitários Federais - HUFs, é de suma importância para o alcance dos objetivos institucionais.

A Diretoria de Gestão de Pessoas vem acompanhando as nomeações dos Chefes das DivGPs que, a despeito de passarem por processo seletivo nos HUFs, em alguns casos, são nomeados com lacunas de conhecimentos, habilidades e atitudes para ocupação da Função Gratificada e pouca capacidade de articulação que o trabalho em rede necessita.

Nesse sentido, com o objetivo de capacitar e alinhar conhecimento dos gestores, foram elaborados e publicados diversos atos normativos relacionados aos processos de trabalho na área de gestão de pessoas; promovidos encontros com os Superintendentes e Gerentes Administrativos, nos quais a Diretoria de Gestão de Pessoas participou no tratamento de diversos temas relacionados à gestão de pessoas; assim como foram promovidos e planejados, eventos de capacitação os para Chefes das DivGPs.

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários

O Programa de Estágio da Ebserh na Sede visa “ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”, conforme previsto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Por meio da contratação de estagiário(a)s, a Ebserh pode proporcionar ao educando aprendizagem e oferecer vivências que promovam seu amadurecimento emocional e intelectual, sua criatividade e curiosidade, contribuindo dessa forma para a formação de profissionais mais bem preparados e comprometidos.

O Serviço de Provedimento de Pessoal, da Diretoria de Gestão de Pessoas, é responsável por coordenar e monitorar os procedimentos referentes ao Programa de Estágio. Para auxiliar na seleção e acompanhamento administrativo do(a)s estagiário(a)s, a Ebserh contratou empresa que presta serviços de agente de integração.

Também, foi publicada Norma Operacional DGP nº 11/2016, que estabelece os procedimentos a serem adotados na concessão de estágio supervisionado não obrigatório para estudantes que estejam matriculados e frequentando o ensino regular em instituições de Ensino Superior.

Para participar do Programa de Estágio, 1.668 estudantes se inscreveram no processo seletivo, dos quais 1.378 fizeram as provas objetiva e discursiva. Aproximadamente 120 participaram da etapa de Avaliação de Competência, composta por dinâmicas e entrevista, e 16 foram selecionados(as).

Foram selecionados estagiário(a)s do curso de: Direito, Administração, Enfermagem, Ciências Contábeis, Economia e Tecnologia da Informação. Os(as) selecionado(as) foram distribuídos nas Diretorias de acordo com o perfil e necessidade das áreas.

4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A empresa possui um imóvel da União sob sua responsabilidade. Trata-se do imóvel utilizado pelo Hospital Universitário de Brasília, cedido pela UnB em 2015 à Ebserh. Quanto aos demais imóveis ocupados pelas filiais de gestão plena, ainda não concluíram os respectivos processos de cessão de bens imóveis à empresa.

4.2.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas, **não se aplica à Ebserh**. A Sede da empresa e as filiais com gestão plena não cederam espaços físicos ou imóveis para terceiros no exercício de 2016.

4.2.3. Informações sobre imóveis locados de terceiros

O imóvel no qual se localiza a Sede da Ebserh em Brasília/DF é locado, trata-se de três pavimentos em edifício comercial com aproximadamente 6.000 m² de área útil. O imóvel locado destina-se exclusivamente à instalação da Sede da Ebserh com o intuito de possibilitar o cumprimento das missões estabelecidas para esta instituição. Está situado no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 9, lote C, 1º, 2º e 3º andares da Torre C do Complexo Parque Cidade Corporate. Diante da crescente expansão das atividades da Empresa, os espaços privativos estão sendo redefinidos de forma a abrigar adequadamente as equipes de trabalho.

O custo anual da locação é de R\$ 7.200.000,00, resultado de negociação a partir da qual foram reduzidos R\$ 1.917.784,80 por ano. As despesas com adaptações de leiaute e manutenção predial da área privativa são custeadas pela Ebserh, restando ao condomínio do edifício comercial a assunção do custo de manutenção da área comum. Tendo em vista a recente idade do imóvel locado e seu ótimo estado de conservação, os custos de manutenção são reduzidos.

4.3. Gestão da tecnologia da informação

4.3.1. Principais sistemas de informações

4.3.1.1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)

Apesar de todos os esforços empreendidos pela Sede da Ebserh na tentativa de elaborar o PDTIC da Ebserh no ano de 2016, não foi possível sequer criar a Equipe de Elaboração do PDTIC, conforme determina o Manual de Elaboração de PDTIC do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), versão 2.0.

Isso ocorreu basicamente devido às mudanças na governança institucional, de ordem externa e de ordem interna, que acabaram gerando uma situação indesejável no que diz respeito às atividades anteriormente previstas para execução.

O primeiro problema ocorreu em decorrência das mudanças na gestão do Executivo Federal, em maio de 2016. Pouco tempo antes dessa mudança, em abril de 2016, a área de TIC da Ebserh havia encaminhado um memorando a todas as outras áreas da Empresa solicitando indicações de membros para compor a Equipe de Elaboração do PDTIC. Entretanto, não houve tempo hábil para que a Equipe fosse efetivamente formada. Logo no mês seguinte, a antiga governança da Ebserh foi sendo integralmente modificada em nível estratégico e tático. Como vários dos membros indicados eram quadros pertencentes a esses níveis de governança, a estruturação do grupo não avançou.

Além disso, é importante citar que, durante quase dois meses, a Ebserh ficou sem um Presidente e sem Diretores nomeados de forma definitiva, sendo gerida por dirigentes interinos nesse ínterim. Somente em julho a nova governança assumiu a Empresa, incluindo-se aí a nova governança interna da área de TIC.

A partir desse momento, até o fim do ano, devido tanto à existência de outras prioridades por parte da nova governança da Empresa quanto na demora de recomposição dos quadros dirigentes em nível tático e operacional, a área de TIC não conseguiu instituir nova Equipe de Elaboração do PDTIC, até o mês de dezembro de 2016.

Apesar disso, a perspectiva é de que em 2017, restabelecida a normalidade institucional e consolidada a equipe que assumiu a governança da Ebserh em 2016, consiga-se instituir a Equipe de Elaboração do PDTIC e elaborar novo Plano de Trabalho para criação desse fundamental instrumento de Planejamento exigido pelas Boas Práticas de Governança de TI do TCU.

4.3.1.2. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações (CGTIC)

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações da Sede da Ebserh (CGTIC) foi criado por meio da Portaria nº 42, de 21 de março de 2016. De acordo com a norma que o criou, o objetivo é definir e orientar as políticas, estratégias e diretrizes que envolvem a governança de Tecnologia de Informação e Comunicação da Ebserh.

A composição atual do CGTIC, de acordo com essa Portaria, está da seguinte forma:

I - Presidente, que também preside o Comitê;

II - Diretor Vice-Presidente Executivo;

III - Diretor de Orçamento e Finanças;

IV - Diretor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação;

V - Diretor de Atenção à Saúde;

VI - Diretor de Administração e Infraestrutura;

VII - Diretor de Gestão de Pessoas;

VIII – Coordenador de Formação Profissional;

IX - Coordenador de Pesquisa e Inovação Tecnológica; e

X - 6 (seis) superintendentes das filiais da Ebserh, escolhidos a cada 12 (doze) meses, por meio de ato do Presidente da Ebserh. Esses superintendentes foram nomeados como membros por meio da Portaria nº 65, de 13 de abril de 2016.

Ao longo de todo o ano de 2016, ocorreu apenas uma reunião, em 28 de abril de 2016, com a participação do Presidente, de todos os diretores e de quatro dos seis superintendentes. Nessa única reunião, foram aprovadas as seguintes ações:

I - Modelo de Governança do CGTIC;

II - Criação do Grupo de Trabalho (GT) para Elaboração do PDTIC;

III - Adoção do módulo administrativo do Sistema Integrado de Gestão (SIG) como sendo o sistema administrativo da Ebserh;

IV - Constituição do Núcleo de Informática em Saúde (NIS) e do Serviço de Implantação de Sistemas (SIS) nas filiais da Ebserh;

V - A priorização dos investimentos em TIC na Ebserh deverá ser feita pelo CGTIC.

No restante do ano, não aconteceram mais reuniões do Comitê, pelas mesmas razões já expostas no item sobre PDTIC.

Quadro 8 - Principais sistemas de informação desenvolvidos ou sustentados pela DGPTI da Ebserh

Módulo	Objetivos	Principais funcionalidades	Resp. técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade para a unidade
Sistema de Gestão de Convocações	O Sistema de Gestão de Convocações (SGC) é	Garantir o gerenciamento das etapas do processo de gestão de contratos,	Rodrigo Rezende	Lara Macedo Aguiar	Média

Módulo	Objetivos	Principais funcionalidades	Resp. técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade para a unidade
	responsável pelo processo de gestão de convocações, contribuindo para agilizar a realização da contratação de novos funcionários, desde o surgimento do cargo vago, passando pela etapa de seleção por meio de concurso, até a contratação do candidato aprovado.	desde a observação da necessidade de preenchimento de novas vagas até a contratação dos funcionários.			
AGHU - Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários	O objetivo do aplicativo é apoiar a padronização das práticas assistenciais e administrativas dos Hospitais Universitários Federais e permitir a criação de indicadores nacionais, o que facilitará a adoção de projetos de melhorias comuns para esses hospitais.	Controle de Admissão de Pacientes e Geração de Prontuário Eletrônico. Gestão da Internação. Gestão de Marcação de Consultas e Grades e Agendamento. Gestão da Consulta. Gestão da Prescrição Médica. Gestão da Prescrição de Enfermagem. Controlar sinais vitais dos pacientes. Gestão da Farmácia. Gestão do Estoque. Solicitação, agendamento e laudagem de Exames. Gestão Bloco Cirúrgico. Apresentação do Histórico do Prontuário	Romeu Eduardo Kreutz	Diretoria de Atenção à Saúde	Alta
Software de Gestão de Riscos e Segurança do Paciente	Sistema para notificação de incidentes e realização da devida investigação e facilitando a tomada de providências pelo Serviço de Vigilância em Saúde e Segurança do Paciente instalado em cada unidade, para melhoria na qualidade dos serviços prestados aos pacientes.	Detectar e sanar incidentes ocorridos nos hospitais, que de qualquer forma venham a interferir no bom atendimento aos pacientes. Assim, surge a necessidade de que estes incidentes possam ser notificados, sempre que possível em tempo real, para que seja realizada a devida avaliação e tomada de providências pelo Serviço de Vigilância em Saúde e Segurança do Paciente instalado em cada unidade.	Natalícia Bueno	Helaine Carneiro Capucho	Alta
Sistema de Gestão de Processos	O SGP auxilia a execução e maturação de processos mapeados, para assim realizar o acompanhamento e avaliação desses processos continuamente, podendo até suprir algumas soluções de TI para áreas que possuam processos pouco complexos.	Incluir, excluir e alterar áreas e projetos. Gerar demanda e solicitar abertura de OS.	Natalícia Bueno	Pedro Ferreira	Média
Sistema de Descentralização de Crédito	Gerir os planos de trabalho, de modo que seja possível à Ebserh avaliar as solicitações de pleitos enviadas pelos hospitais, facilitando a tomada de decisão pela Ebserh referentes aos pleitos.	Capacidade de registro, armazenamento e análise de diversos dados que envolvam a prestação de serviços aos diversos Hospitais Universitários do Brasil cadastrados como EAD (Estabelecimento Assistencial de Saúde), inclusive os	Natalícia Bueno	Raquel Pereira Tavares	Alta

Módulo	Objetivos	Principais funcionalidades	Resp. técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade para a unidade
		dados de solicitações de verbas feitas pelos hospitais e os dados de verbas disponibilizadas pelo Rehuf.			
Sistema Jurídico	O SISJUR foi criado para permitir o cadastro, acompanhamento e monitoramento de todos os processos jurídicos da Rede Ebserh.	Automação do gerenciamento dos processos jurídicos da Ebserh, no momento todos os acompanhamentos são estáticos sendo feitos em planilhas Excel., a automação das informações permitirá maior agilidade e controle dos processos para o departamento jurídico.	Natalícia Bueno	Wesley Cardoso dos Santos	Média
Sistema de Gestão de Patrimônio	Este projeto foi criado para incluir novas funcionalidades no Sistema de Patrimônio para atender a Ebserh Sede e as Unidades Gestoras dos Hospitais Universitários, na gestão dos bens permanentes e na prestação mensal de contas para a contabilidade sobre os bens pertencentes a Ebserh.	A modernização e automação dos processos de trabalho da área de gestão patrimonial aderentes ao modelo de Excelência em Gestão Pública, com incorporação de conceitos de gestão com foco na qualidade dos resultados, economicidade e eficiência, será fundamental uma solução informatizada capaz de auxiliar na realização das atividades necessárias à gestão patrimonial de bens móveis próprios e/ou de terceiros utilizados e administrados pela Ebserh. Possibilidade de cadastro, atualização e consulta de dados, acesso via intranet e extranet, ser modular, permitindo a integração com os demais sistemas em uso na Empresa.	Natalícia Bueno	Aureo Queiroz Severo Junior	Alta
Sistema de Gestão de Telefonia	O sistema de Telefonia controla e acompanha como se dá a distribuição de cada serviço e produto contratado, de maneira que é possível identificar e rastrear cada produto, quais serviços estão vinculados a este, quem os fornece e ainda para qual servidor o mesmo foi locado, controlar os produtos e itens que estão em defeito e manutenção.	Para viabilizar a coleta e tratamentos das informações sobre os produtos e serviços de telefonia a Ebserh necessita de um Sistema de Gestão de Telefonia que possibilite controlar e acompanhar como se dá a distribuição de cada serviço e produto contratado, de maneira que seja possível identificar e rastrear cada produto, quais serviços estão vinculados a este, quem os fornece e ainda para qual servidor o mesmo foi locado, controlar os produtos e itens que estão em defeito e manutenção. Bem como uma ferramenta que possa dar ao gestor do sistema telefonia informações proativas para tomadas de decisão.	Natalícia Bueno	Wilton Cândido dos Santos	Baixa
Monitoramento de Hotelaria	O sistema de monitoramento de hotelaria é uma ferramenta de gestão dos serviços ligados à Hotelaria Hospitalar tanto na matriz como nas filiais. Oferece melhorias nas atividades de gerenciamento de resíduos,	Atividades de gerenciamento de resíduos, higienização hospitalar, lavanderia hospitalar e nutrição.	Natalícia Bueno	Gisela da Mota Leitão	Média

Módulo	Objetivos	Principais funcionalidades	Resp. técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade para a unidade
	higienização hospitalar, lavanderia hospitalar e nutrição.				
Gestão de Portfólio de Projetos	O GPP tem o objetivo de realizar a priorização de projetos solicitados por todas as áreas da instituição, levando em consideração as criticidades e impactos envolvidos para a solicitação do projeto, a complexidade de execução do mesmo, importância política e determinações legais. Através de indicadores de complexidade e criticidade os projetos são priorizados, seguindo ordem de importância.	Consultar solicitação de projeto. Realizar pesquisa avançada. Inserir dados do projeto. Visualizar o impacto e o valor estratégico do projeto.	Natalícia Bueno	Gustavo Galvao de Oliveira Avila	Baixa
Monitoramento de Obras	Este sistema possibilita o controle, planejamento, contratação e execução das obras realizadas nos Hospitais Universitários administrados pela Ebserh. Esta solução proporciona o gerenciamento de todas as fases da obra, permitindo a inserção/controle de etapas da obra juntamente com os detalhes, planos de trabalhos e regras necessários para sua execução.	Visualizar lista de obras com as informações detalhadas por situação, valor do contrato, porcentagem executada e data da última medição. Visualizar obras através de mapa.	Diego Sousa Silva Almeida	Tiago Lippold Radunz	Alta
Ouvidoria	A Ouvidoria da Ebserh é um canal de comunicação direto com a Empresa, um espaço de participação social, que permite a cooperação ativa dos cidadãos no controle da qualidade dos serviços públicos, podendo realizar reclamações, sugestões, elogios, solicitações e denúncias através do sistema.	No Módulo Ouvidoria é possível registrar reclamações, críticas, sugestões, denúncias, solicitações de atendimento, bem como auxilia em uma melhor avaliação das ocorrências abertas. Neste módulo, há a criação de relatórios gerenciais permitindo uma melhor avaliação das ocorrências abertas, bem como auxilia na tomada de decisões.	Natalícia Bueno	Abilio da Cruz Ramos Neto	Média
Auditoria	Sistema que permite o monitoramento das recomendações e determinações oriundas dos órgãos de controle e auditoria interna.	Realizar pesquisa e inclusão de apontamento. Pesquisa de manifestação.	Natalícia Bueno	Antônia Danielle Pierote de Araujo	Baixa
Protocolo	O sistema de protocolo permite o cadastramento e trâmite de diversos documentos/processos pelas áreas interessadas.	Ele possui como principal funcionalidade um mecanismo avançado de pesquisa que permite rastrear e localizar os documentos e Processos que tramitam ou que forma arquivados pela Empresa.	Natalícia Bueno	Karen Tiemi Ueda	Alta
Módulo de Contratos Continuados de Dedicção	Atender à necessidade inicial de permitir construir o cadastro com informações básicas que possibilitem lançar pessoas e	Viabilizar o controle das informações sobre os Contratos continuados de dedicação exclusiva de mão de obra da Ebserh. Necessidade de um	Rodrigo Rezende	Felippe Vilaça Santos	Baixa

Módulo	Objetivos	Principais funcionalidades	Resp. técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade para a unidade
Exclusiva de Mão de Obra (CEDEM)	postos de trabalho, assim como seus respectivos vínculos. Também será possível visualizar a movimentação mensal referente aos contratos vinculados aos postos e os movimentos de conta vinculada e corrente dos contratos.	Sistema que possibilite controlar e acompanhar o cadastramento dos colaboradores, dos postos de trabalho e das ocupações dos postos pelos colaboradores de cada contrato continuados de dedicação exclusiva de mão de obra contratado, de maneira que seja possível identificar e rastrear as ocupações, quais pessoas estão vinculadas aos postos, quem são os contratos e ainda para qual unidade Ebserh o mesmo foi locado.			
Contratos	Gestão da Execução Financeira dos Contratos firmados entre a Sede e/ou filiais com fornecedores. O sistema de contratos foi concebido para auxiliar os gestores e fiscais no controle da execução e pagamento dos contratos, contemplando diversas modalidades de contrato.	O sistema também faz o registro e tratativas relacionadas à garantia, termos aditivos, designação de fiscais e gestores, cronograma desembolso, repositório de documentos e execução financeira. De modo a se manter um status report para os órgãos de controle o sistema permite ainda a anexação de diversos tipos de documentos anexos, o registro das restrições ocorridas e as providências tomadas para garantir o bom andamento da contratação. Com base nos dados lançados será possível emitir relatórios personalizáveis e criar painéis para a alta gestão da Ebserh.	Gustavo Ávila	Andressa Klosowski	Alta
Organograma Corporativo	Fazer a gestão da estrutura organizacional para que esses dados sejam utilizados nos demais módulos	Pesquisa organograma através da Unidade e Categoria. Possibilidade de solicitação de mudança no organograma.	Gustavo Ávila	Leandro Ambrosio Costa	Alta
Sistema de Indicadores e Dashboards	Promover o acompanhamento dos planos de ações e projetos por meio de indicadores quantitativos e possibilitar a visão de dados estratégicos para a alta gestão por meio de painéis e <i>dashboards</i> específicos.	Pesquisa de indicadores. Relatório de indicadores e atualização dos dados.	Gustavo Ávila	Paula Branco de Mello	Alta
Sistema de Gestão de Pessoas	Aquisição de uma Solução Integrada de Gestão de Pessoas, que contempla aplicativo, sistema gerenciador de banco de dados, plataforma de integração e BI (Inteligência de Negócio), para automatizar a princípio, os processos da Diretoria de Gestão de Pessoas da Ebserh, em um modelo integrado e web nativa, conforme especificações da área demandante alinhadas aos objetivos estratégicos da empresa, que incorpore funcionalidades de operação e gestão	O sistema atende diferentes categorias de funcionários, distribuídos nos seguintes módulos: Gestão de Cargos; Gestão de Cargo Comissionado e Função Gratificada; Gestão de Unidades Administrativas; Gestão de Escolaridade/Capacitações; Gestão Financeira; Gestão de Afastamentos; Gestão da Saúde Ocupacional; Gestão de Recursos Humanos; Controle de Benefícios; Gestão da Folha de Pagamento; Gestão da Segurança do Trabalho; Prevenção de Riscos Ambientais;	Rodrigo Rezende	Ademar Gregório (Coordenador de Administração de Pessoal)	Alta

Módulo	Objetivos	Principais funcionalidades	Resp. técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade para a unidade
		Controle de Ocorrências de Acidentes;			
Portais	Melhorar a efetividade da comunicação Ebserh, de forma a construir uma visão consolidada e estruturada de informações de toda Rede de HUFs. Fomentando assim a consciência de rede de hospitais.	Portal de Internet Ebserh; 39 Portais de Internet de Hospitais Ebserh; Portal de Intranet; Portal do AGHU; Portal de Sistemas; Portal do SIG;	Romeu Eduardo Kreutz	Coordenação de Comunicação	Alta

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas de Informação – Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistema de Informações (CDSI)/DGPTI/Ebserh

4.3.1.3. Plano de Capacitação do Pessoal de TI

Segue a relação de cursos e capacitações realizadas pelos empregados da Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação, ao longo do ano de 2016.

Quadro 9 - Cursos realizados por empregados da Ebserh lotados na DGPTI, durante o ano de 2016

CURSO	EMPREGADO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Puppet Fundamentals	Diego Souza Silva Almeida Carlos Alessandro Melo Noce Daniel da Silva Farias Marcello Silva Coutinho	01/03/2016 a 03/03/2016	24 horas
I Workshop Puppet	Diego Souza Silva Almeida Anderson Fonseca da Costa Carlos Alessandro Melo Noce Douglas da Silva Bezerra Emerson Dezordi de Almeida Marcello Silva Coutinho	22/02/2016 a 26/02/2016	10 horas
Capacitação de gestores e profissionais de saúde em VIGIPOS	Diego Souza Silva Almeida	07/06/2016 a 08/06/2016	16 horas
Como evitar as principais falhas de contagem de Pontos de Função nos contratos de software	Natalicia Batista Bueno Igor De Andrade Marrocos Rodrigo de Souza Rezende	17/06/2016	4 horas
Especialização em Informática em Saúde	Fábio Campelo Santos da Fonseca	01/02/2015 a 28/02/2016	360 horas
Planejamento de Tecnologia da Informação	Fábio Campelo Santos da Fonseca	11/04/2016 a 15/04/2016	35 horas

CURSO	EMPREGADO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Introdução ao Big Data e Suas Aplicações em Saúde	Fabio Campelo Santos da Fonseca	27/11/2016	3 horas
XV Congresso Brasileiro de Informática em Saúde	Fábio Campelo Santos da Fonseca	27/11/2016 a 30/11/2016	24 horas
Elaboração de Projetos	Bruno Luiz Hahn Barreto dos Santos	11/07/2016 a 15/07/2016	35 horas
Gestão Integrada na Administração Pública	Bruno Luiz Hahn Barreto dos Santos	22/08/2016 a 26/08/2016	20 horas
Seminário Governança em TI	Bruno Luiz Hahn Barreto dos Santos	18/11/2016	7 horas
Administração de Produto Ensemble	Anderson Fonseca da Costa	07/01/2016 a 08/01/2016	16 horas
Metodologias Ágeis com Foco em Scrum	Anderson Fonseca da Costa Carlos Alessandro Melo Noce Daniel da Silva Farias Douglas da Silva Bezerra Emerson Dezordi de Almeida Marcello Silva Coutinho	19/02/2016	4 horas
Symantec EndPoint Protection 12.x: Manage and Administer	Carlos Alessandro Melo Noce	16/06/2016 a 17/06/2016	16 horas
Symantec EndPoint Protection 12.x: Install, Configure, Deploy	Carlos Alessandro Melo Noce	13/06/2016 a 15/06/2016	24 horas
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	Telmo Nunes Costa	07/12/2016 a 09/12/2016	20 horas
Symantec EndPoint Protection	Carlos Alessandro Melo Noce Marcello Silva Coutinho	22/02/2016 a 26/02/2016	20 horas
Installing and configuring Windows Server	Telmo Nunes Costa	29/02/2016 a 11/03/2016	40 horas
Curso Preparatório de Scrum - Preparatório para Exame PSM I	Telmo Nunes Costa	20/05/2016 a 21/05/2016	8 horas

Fonte: Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação – DGPTI/Ebserh

4.3.1.4. Força de Trabalho de TI

Segue abaixo o detalhamento do quantitativo de profissionais vinculados à DGPTI, distribuídos de acordo com as suas Coordenadorias e especificações das colunas, conforme Tabela 35; e do quantitativo de profissionais do Setor de Gestão de Processos e TI dos hospitais que já realizaram concurso público para cargos efetivos, distribuídos de acordo com a Tabela 36.

Tabela 35 - Quantitativo de profissionais vinculados à Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (até dezembro de 2016)

Área da DGPTI	Empregados ocupantes do cargo efetivo de Analista de Tecnologia da Informação da Ebserh, em exercício no Setor	Empregados ocupantes de demais cargos efetivos da Ebserh, em exercício no Setor	Servidores ou empregados de outros órgãos/entidades, ocupantes de cargo efetivo da área de TI, em exercício no Setor	Servidores ou empregados de outros órgãos/entidades, ocupantes de cargos efetivos diversos, em exercício no Setor
Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistema de Informações	14	0	1	0
Coordenadoria de Infraestrutura e Segurança de TI	22	4	0	0
Coordenadoria de Gestão de Processos	4	1	0	2
TOTAL	40	5	1	2

Fonte: DGPTI/Ebserh

Tabela 36 - Quantitativo de profissionais vinculados ao Setor de Gestão de Processos e TI dos hospitais que já realizaram concurso público para cargos efetivos (até dezembro de 2016)

Empregados ocupantes do cargo efetivo de Analista de Tecnologia da Informação da Ebserh, em exercício no Setor	Empregados ocupantes de demais cargos efetivos da Ebserh, em exercício no Setor	Servidores ou empregados de outros órgãos/entidades, ocupantes de cargo efetivo da área de TI, em exercício no Setor	Servidores ou empregados de outros órgãos/entidades, ocupantes de cargos efetivos diversos, em exercício no Setor
130	149	51	23

Fonte: DGPTI/Ebserh, por meio de levantamento realizado junto aos chefes dos Setores de Gestão de Processos e TI. Cabe validação pela Diretoria de Gestão de Pessoas

4.3.1.5. Processos de Gerenciamento de Serviços de TI

Ao longo de 2016, a Ebserh utilizou das práticas do *framework Information Technology Infrastructure Library (ITIL®)* para realizar os processos de gerenciamento de serviço. O sistema utilizado (CITSMART) possui certificação de nove processos pela *PinkVerify*, sendo que sete deles foram implementados na Ebserh. Segue a lista: Gerenciamento de Catálogo de Serviço; Gerenciamento de Nível de Serviço; Gerenciamento de Conhecimento; Gerenciamento de Incidente; Cumprimento de Requisições; Gerenciamento de Problemas; e Gerenciamento de Mudanças.

4.3.1.6. Projetos de TI desenvolvidos em 2016

Tabela 37 - Projetos desenvolvidos pela DGPTI/Ebserh durante o ano de 2016.

Projeto	Resultados esperados	Objetivo estratégico	Valor orçado (R\$ 1,00)	Valor despendido (R\$ 1,00)	Prazo de conclusão
Implantação da Gestão por Processos na Ebserh	Trabalhar processos relacionados à Hotelaria Hospitalar, Engenharia Clínica, Residência Médica e Multiprofissional, Processos Administrativos, Farmácia, criação de e-mails institucionais, Planejamento de Contratações em TIC, Apoio ao serviço de Dimensionamento de Pessoal, Gestão de Videoconferências, Descentralização de Créditos, Gestão de Impressão Corporativa, Protocolo, Gestão de Telefonia Móvel, Rescisão de Contrato de Trabalho e Formalização de denúncias de assédio no trabalho	Aprimoramento da Gestão Sustentável na Ebserh	5.820.000	1.110.167	31/12/2017
Serviço de Fábrica de Software	Prestação de Serviço de desenvolvimento de sistemas, utilizando a técnica de Pontos de Função	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	6.203.358	4.173.454	27/11/2016
Serviço de Fábrica de Métricas	Prestação de serviço de metrificação de sistemas utilizando a técnica de Pontos de Função - PF	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	260.182	162.027	27/11/2016
Implantação, Suporte e Manutenção do Sistema de Gestão de Pessoas	Prestação de serviço de Implantação, Suporte e Manutenção Evolutiva para o Sistema MentoRH/SIGP	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	3.112.116	3.112.116	31/12/2016
Implantação, Sustentação e Manutenção do AGHU	Prestação de Serviços de Implantação, Sustentação e Manutenção evolutiva do AGHU	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	15.222.831	9.644.806	31/12/2016
Impressão Corporativa nos HUs	Prestação de serviços continuados de impressão corporativa, compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos novos e de primeiro uso, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e consumíveis necessários (exceto papel), incluindo serviços de operacionalização da solução.	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	15.600.000	8.208.434	31/12/2016

Projeto	Resultados esperados	Objetivo estratégico	Valor orçado (R\$ 1,00)	Valor despendido (R\$ 1,00)	Prazo de conclusão
Serviço de Help Desk e Service Desk	Serviço de suporte tecnológico a usuários	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	9.762.897	7.187.840	19/11/2016
Implantação de Solução de Data Center	Prover uma infraestrutura sólida (estabilidade da rede elétrica, estrutura de cabeamento de rede com tecnologia de ponta e estável, segurança dos equipamentos de TIC, controle de acesso, redundância dos links e sistemas, integração das redes físicas e lógicas, interação entre os próprios hospitais e a Sede, monitoramento direto de servidores e ambientes e a prevenção à ocorrência de desastres) capaz de fornecer aos HUs uma sustentação contínua e a plena operação do AGHU e de todos os outros sistemas informatizados que façam parte do cotidiano das instituições.	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	9.918.800	0	31/12/2016
Elaboração de Projetos para Solução de Data Center	Elaboração de Projetos para Solução de Data Center	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	2.000.000	37.710	31/12/2016
Serviço de suporte especializado para ambiente Microsoft	Prestação de Serviços Técnicos de consultoria especializada e atendimento de Suporte Técnico ao ambiente Microsoft	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	1.500.000	0	31/12/2016
Capacitação em ambiente Microsoft	Serviço de capacitação de técnicos da Ebserh contemplando as tecnologias de produtos de fabricação da MICROSOFT	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	148.950	0	31/12/2016
Licenciamento de produtos Microsoft	Fornecimento de licenças Microsoft (Windows, Office, Project, etc. de uso na modalidade Educacional para a Sede e HUFs.	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	5.703.583	0	31/12/2016
Implantação de Solução de Antivírus e Anti-spam	Expansão da solução de Antivírus e Antispam	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	4.749.019	0	31/12/2016
Aquisição de Certificados Digitais para Pessoas Físicas e Jurídicas	Aquisição de solução de certificação digital	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	138.096	0	31/12/2016

Projeto	Resultados esperados	Objetivo estratégico	Valor orçado (R\$ 1,00)	Valor despendido (R\$ 1,00)	Prazo de conclusão
Aquisição de Certificados Digitais para Servidores (Equipamentos)	Aquisição de solução de certificação digital	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	83.318	0	31/12/2016
Aquisição de Microcomputadores, Notebooks e Workstations	Aquisição de Microcomputadores, Notebooks e Workstations	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	156.950	0	31/12/2016
Manutenção da Solução de Firewall para a Ebserh Sede	Garantir a manutenção da solução de firewall para a Ebserh Sede	Implementar Soluções de Tecnologia da Informação para gestão da Ebserh	138.471	97.640	31/12/2016

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Ouvidoria é um canal de comunicação com o cidadão e instrumento de participação e exercício de cidadania, é também, uma importante ferramenta qualificadora da gestão pública. As demandas do cidadão-usuário devem ser entendidas como um rico material para Programa de Integridade o alcance do papel institucional desta Empresa, matéria-prima para o aprimoramento e qualificação das políticas públicas desenvolvidas pela Pasta. A Ebserh presta um serviço público voltado ao cidadão. A atenção àquilo que o ‘cliente’ diz e percebe sobre a Ebserh é de fundamental importância para o amadurecimento e fortalecimento institucional que se quer.

5.1. Canais de acesso ao cidadão

A Ouvidoria atua no diálogo entre o cidadão e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados. A Ouvidoria Geral é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação. As manifestações podem ser feitas pelo Sistema SIG/Ebserh: <http://sig.Ebserh.gov.br/login.php>, por e-mail: ouvidoria@Ebserh.gov.br, por correspondência para a Ouvidoria SCS, Quadra 09, Lote "C", Ed. Parque Cidade Corporate, Bloco "C", 1º pavimento, Brasília - DF - 70308-200 ou, ainda, presencialmente, na sala da Ouvidoria. A Tabela 38 apresenta o registro de dados gerenciais e estatístico sobre quantidade de solicitações.

Tabela 38 - Registro de dados gerenciais e estatístico sobre quantidade de solicitações

Classificação	2016
	Demanda Finalizada
Denuncia	77
Elogio	5
Reclamação	199
Solicitação de Informação	776
Sugestão	6
TOTAIS	1.063

5.2. Cartas de Serviços ao Cidadão

As Cartas de Serviços aos Cidadãos dos Hospitais Universitários Federais foram concluídas em 60% dos HUFs (30 HUFs) e 18% estão em elaboração (nove HUFs). Ainda há 13 hospitais sem contrato, considerando que um deles é uma Empresa pública (20%). As Cartas de Serviços são divulgadas através de impressos e no *site* dos HUFs. Abaixo segue a lista dos Hospitais que concluíram no ano de 2016.

1. MCO-UFBA – Maternidade Climério de Oliveira da Universidade de Federal da Bahia
2. HUCAM-UFES – Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes da Universidade de Federal do Espírito Santo
3. HC-UFMG – Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais
4. CHC-UFPR – Complexo Hospitalar de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
5. MEJC-UFRN – Maternidade Escola Januário Cicco da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
6. HC-UFTM – Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

No ano de 2016, foram aplicados dois ciclos da Pesquisa de Satisfação aos Cidadãos, em 33 hospitais cuja gestão passou à responsabilidade da Ebserh. Considerando estes hospitais, foram cerca de 42 mil participações, distribuídas de acordo com as categorias: conforto no local de recepção; higiene, limpeza e organização do hospital; conforto nas instalações dos consultórios e locais de espera; atendimento da recepção: gentileza, atenção e informações recebidas; atendimento da equipe de saúde: gentileza e tratamento de saúde recebidos; tempo de espera pelo atendimento/internação; satisfação geral: infraestrutura e atendimento; e indicaria o hospital. O público-alvo desta pesquisa foram pacientes, acompanhantes ou familiares de pacientes do ambulatório e das alas de internação. Quanto aos mecanismos utilizados na pesquisa verificaram-se a aplicação de questionário de sete questões, por meio de *tablet* e quanto à aplicação dos resultados da pesquisa, os resultados foram apresentados por meio de relatórios aos colegiados Executivo e Ampliado dos HUFs. Os dados apontados nas pesquisas norteiam o desenvolvimento de ações de melhorias em infraestrutura, recepção e atendimento em saúde.

Gráfico 3 - Pesquisa de satisfação dos usuários dos hospitais filiados a Ebserh – 2016

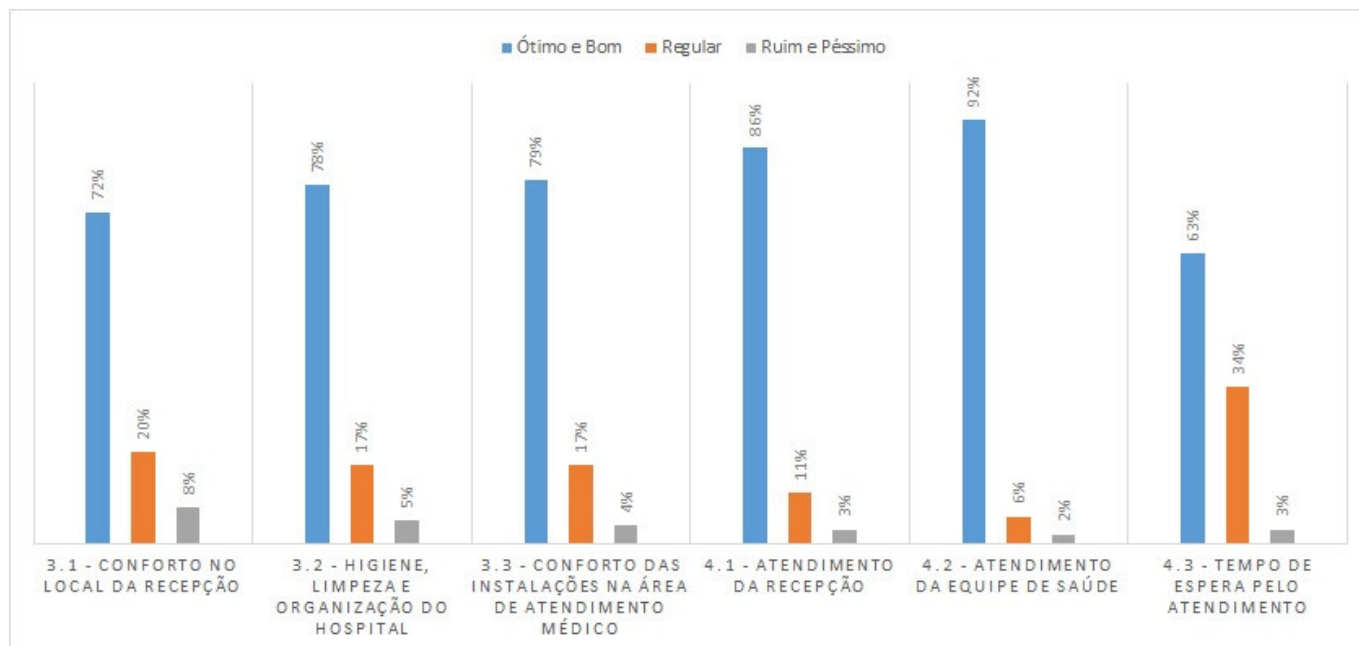
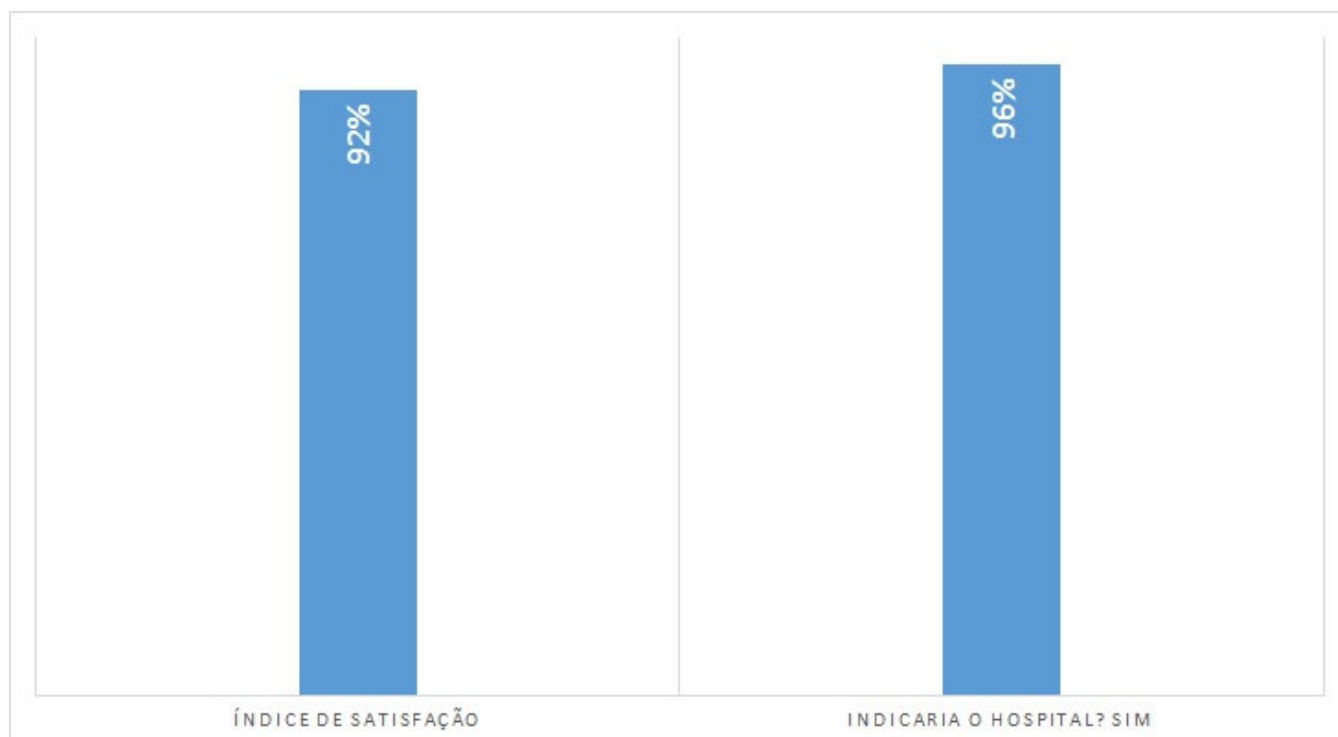


Gráfico 4 - Índice de Satisfação e Indicação



5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal eletrônico da Empresa, estão disponíveis diversas áreas que mostram os mecanismos de transparência das informações. A sala de imprensa disponibiliza uma área para notícias - <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/noticias> – que traz os principais acontecimentos e ações envolvendo toda a Rede Ebserh (Sede e filiais), além dos contatos com a Coordenadoria de Comunicação Social da estatal.

A área reservada aos Hospitais Universitários Federais – <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/apresentacao1> – possui a relação de todas as unidades, filiadas ou não, além dos contratos com as universidades que optaram pelo modelo de gestão da Ebserh (basta navegar pelo menu à direita). Em Concursos e Seleções – <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/editais-e-processos-seletivos> – estão disponíveis os editais dos concursos e processos seletivos simplificados dos hospitais geridos pela estatal.

O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) dispõe de diversas áreas de informação ao cidadão, como portarias, decretos e acessos ao sistema informatizado SisRehuf, sistema. Basta acessar o link <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/apresentacao> e navegar no menu à direita.

Uma área reservada para informações institucionais é encontrada no *link* <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/historia>, podendo o cidadão navegar utilizando os menus disponíveis. Nesse local, podem ser encontradas informações sobre a história da estatal, missão e visão, mapa estratégico 2017-2021, competências, estrutura organizacional, organograma, conselhos, Diretoria Executiva, agenda dos do presidente e diretores, relação dos dirigente e gestores da Sede.

As licitações estão em <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/pregao-eletronico>, sendo necessário navegar no menu para acessar os subitens “em andamento”, “encerradas”, “Regime Diferenciado de Contratações”, “Atas de Registro de Preço”, “Contratações”, “sub-rogadas”. Audiências, consultas e chamadas públicas estão em <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/audiencias-consultas-e-chamadas-publicas>.

Legislação e documentos institucionais diversos – como portarias, normas, boletins, decretos, etc – são disponibilizados por meio do *link* <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/leis>, sendo necessária a navegação por meio do menu à direita.

A auditoria interna tem espaço reservado no portal – <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/apresentacao2> – e mostra relatórios, plano anual, legislação específica, código de ética, prestação de contas e sites relacionados. Para acessar cada área, o cidadão deve navegar pelo menu à direita.

A Ouvidoria-Geral da Ebserh disponibiliza regulamento, relatórios e andamento de demandas por meio do *link*: <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/ouvidoria-geral-Ebserh>. Há também acesso para o e-SIC, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, conforme link <http://www.acaoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>.

Os processos de contas anuais estão em <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/processos-de-contas-anuais>. Informações referente a recursos humanos, como quadro de pessoal e remuneração, plano de cargos, benefícios, de saúde, descrição das atividades, regulamento de pessoal, acordos coletivos de trabalho, etc. estão disponíveis em <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/empregados>.

A relação dos prestadores de serviço da Sede está em <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/prestadores-de-servico>. Em <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/informacoes-classificadas> estão as informações classificadas. No espaço <http://www.Ebserh.gov.br/web/portal-Ebserh/institucional/contato> encontram-se as perguntas mais frequentes além do formulário eletrônico do “Fale conosco”, em que o cidadão pode manifestar seus questionamentos.

5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Na implantação da Sede da Ebserh foram atendidos todos os marcos regulatórios relacionados à área física e ao mobiliário, propiciando, assim, a aplicação da norma referente a acessibilidade. A escolha do imóvel a ser locado levou em consideração o cumprimento das diretrizes de acessibilidade, tendo sido exigido do locador possuir ou adequar, em até 30 dias corridos contados da assinatura do Contrato de Locação de Imóvel, a infraestrutura, equipamentos, o dimensionamento dos espaços, circulações e sinalização para o adequado e suficiente atendimento dos dispositivos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBR) 9.050, para garantir a plena acessibilidade, utilização e universalização dos espaços.

Além disso, as eventuais alterações de layout e readequações de arranjos físicos, inclusive ampliação de portas de acesso, foram projetadas com base nessas mesmas disposições. Por fim, é importante salientar que a Sede desta Empresa possui uma estrutura que respeita as seguintes normas

técnicas: ABNT NBR 9.050 (acessibilidade), ABNT NBR 13.967 (estações de trabalho), ABNT NBR 13.966 (mesas de reunião), ABNT NBR 13.961 (armários e gaveteiros), MTE NR 17 (ergonomia), MTE NR 24 (condições sanitárias e conforto nos locais de trabalho).

Em relação ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade física das edificações, a Diretoria de Administração e Infraestrutura da Ebserh atua por meio das avaliações dos projetos e obras, seguindo a regulamentação pertinente, “Regime Diferenciado de Contratações (RDC) Anvisa nº 50/2012 – Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde”, a qual define que todos os projetos de estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) deverão obrigatoriamente ser elaborados em conformidade com as disposições desta norma. Devem ainda atender a todas as outras prescrições pertinentes ao objeto. De forma específica, o Capítulo 4. Circulações externas e internas, da citada regulamentação, determina que: “As circulações externas e internas do EAS são seus acessos, estacionamentos e circulações horizontais e verticais, caracterizadas a seguir e em conformidade com a norma NBR-9.050 da ABNT, acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbano”.

O Portal Ebserh e os Sites dos Hospitais Universitários seguem o modelo de identidade digital padrão do governo federal, que atende às principais recomendações de acessibilidade indicadas para web.

Na internet, acessibilidade refere-se principalmente às recomendações do WCAG (World Content Accessibility Guide), do W3C (World Wide Web Consortium) e, no caso do Governo Brasileiro, ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). O e-MAG está alinhado as recomendações internacionais e estabelece padrões de comportamento acessível para os sites governamentais brasileiros.

Na parte superior do Portal Ebserh existe uma barra de acessibilidade onde se encontram os atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste. Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal.

Os padrões de atalhos do governo federal são:

- Teclando-se Alt + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página.
- Teclando-se Alt + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal.
- Teclando-se Alt + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna.
- No caso do Firefox, em vez de Alt + número, tecle simultaneamente Alt + Shift + número.

- Sendo Firefox no Mac OS, em vez de Alt + Shift + número, tecle simultaneamente Ctrl + Alt + número.
- No Opera, as teclas são Shift + Escape + número. Ao teclar apenas Shift + Escape, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de ACCESSKEY da página.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

No exercício de 2016 o ingresso de recursos financeiros foi da ordem de R\$ 3.136.919.244,23. A maior parte desse valor é relativa aos repasses do Ministério da Educação para pagamento de pessoal da Ebserh (R\$ 2.332.076.084,25) e atendimento das demais despesas de Custeio e Investimento da Empresa e de suas filiais (R\$ 468.335.182,56). Foram arrecadados como receita de serviços Hospitalares e Administrativos o valor de R\$ 16.255.433,40. Além disso, foram arrecadados a soma de R\$ 17.839.456,00 como receita de Taxa de inscrição de concursos públicos. No período compreendido entre Jan/2016 e Dez/2016 o saldo acumulado de rendimentos oriundos das aplicações financeiras atingiu o montante de R\$ 3,1 Milhões enquanto o estoque de aplicações reduziu 33% no período. Esses valores e suas médias podem ser verificados na Tabela 39, Tabela 40 e Gráfico 5.

Tabela 39 - Aplicações financeiras em 2016

Em R\$1

Aplicações/Resgates e Rendimentos - Recursos da Conta Única Aplicados

Descrição	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	MÉDIA
Principal (P)	34.302.393	33.138.764	31.418.946	29.108.983	26.559.599	22.222.566	20.941.836	20.967.598	19.739.417	20.619.966	26.257.486	26.559.266	25.986.402
Aplicações (A)	1.212.113	4.515.542	341.689	155.593	2.875	4.944	460.226	2.441.404	1.627.420	6.692.230	4.323.907	1.447.213	1.935.430
Rendimentos (B)	382.126	379.843	354.324	263.872	257.014	244.706	197.171	233.814	196.767	185.278	243.561	234.074	264.379
Resgates (C)	1.466.493	7.534.575	3.009.574	3.359.563	4.577.030	1.549.102	639.603	3.889.507	950.756	1.597.514	3.480.274	5.170.743	3.102.061
Saldo Total (P+A+B-C)	34.430.138	30.499.574	29.105.385	26.168.885	22.242.458	20.923.115	20.959.630	19.753.309	20.612.849	25.899.960	27.344.681	23.069.810	25.084.150

Tabela 40 - Valores Arrecadados por GRU em 2016

Valores Arrecadados por GRU - Exercício 2016

Em R\$1,00

Código	Descrição	Valor R\$
18806	STN-REC.DESP.EXE.ANT-F100	110.363,36
18818	STN OUTRAS RESTIT.(FOLHA)	439.353,81
18831	STN MULT/JUROS PREV CONTR	33.130,02
28804	TAXA DE USO DE IMOVEIS	13.060,14
28824	SERVIÇOS HOSPITALARES	16.245.877,67
28883	TX.INSCR.CONCURSO PUBLICO	17.839.456,00
28897	SF/SRUG SERV ADMINISTRAT	9.555,73
28904	SF/SRUG SERV HOSPED/ALIM	23.882,00

Valores Arrecadados por GRU - Exercício 2016

Em R\$1,00

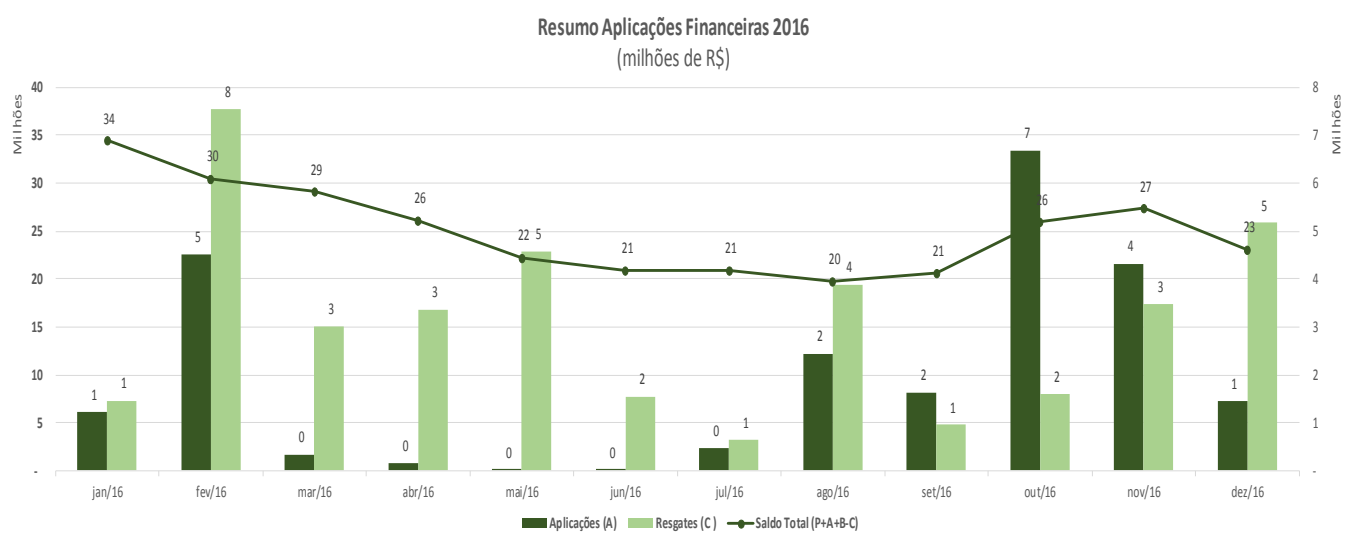
Código	Descritor	Valor R\$
68802	DEVOL.DIARIAS-EXERCICIO	28.169,90
68806	DEVOLUCAO DE SALARIOS	701.180,59
68808	DEV SUPRI FUNDO-EXERCICIO	24,00
68888	ANUL.DESPESA NO EXERCICIO	596.775,41

TOTAL	36.040.828,63
--------------	----------------------

Fonte SIAFI 2016

Gráfico 5 - Aplicações financeiras em 2016

Em R\$ 1



O montante de R\$ 115.048.796,45 foi repassado às unidades a fim de atender despesas do exercício de REHUF, ação 20RX (Reestruturação dos Hospitais Universitários), enquanto R\$ 90.107.369,84 de recursos financeiros foram utilizados para atender o pagamento de despesas de exercícios anteriores inscritas em Restos a Pagar. Outros R\$ 9.900.645,38 foram destinadas a FIOCRUZ para atender despesas provenientes da ação 20GK (Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão) a fim de atender ao Programa de Nivelamento Acolhimento e Avaliação de Médicos Inter cambistas do Programa Mais Médicos. Para essa mesma ação foram destinados ainda R\$ 101.020.219,84 de recursos financeiros para pagamento de bolsas do Programa Mais Médicos do Brasil e bolsas da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas - CAMEM.

Para a ação 4086 (Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais) foram destinados o montante de R\$ 71.193.933,97, para atender despesas do exercício. Ação 4086

(Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais) está relacionado à manutenção de uma parcela significativa das atividades administrativas da Ebserh e de suas filiais.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A depreciação/amortização foi calculada pelo método linear das cotas constantes, mediante a utilização de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 162/98.

Quanto ao *Impairment* - avaliação e mensuração de ativos não financeiros, a administração da Ebserh revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para a venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

Não foram encontradas evidências na data do Balanço Patrimonial, de desvalorização de ativo imobilizado. Diante disso, a Ebserh não identificou necessidade de constituição de provisão para *Impairment*, previsto no § 3 do art. 183 da Lei 6.404/1976, e CPC 01.

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Para auxiliar a Ebserh na missão de desenvolver um sistema de identificação e mensuração de custos para os Hospitais Universitários Federais, foi contratada a consultoria da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi), órgão de apoio ao Departamento de Contabilidade

e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo (EAC/FEA/USP).

O Contrato nº 28/2014 firmado com a Fipecafi foi assinado em 05/06/2014, cuja vigência inicial, estipulada em 12 meses, passou por duas prorrogações por iguais períodos. O 1º Termo Aditivo, assinado em 01/6/2015, prorrogou a vigência de 05/6/2015 a 03/6/2016, e o 2º Termo Aditivo, assinado em 02/6/2016, prorrogou a vigência de 04/6/2016 a 03/6/2017.

O objeto contemplou cinco fases principais, inicialmente planejadas para serem desenvolvidas no prazo de 12 meses, em um total de 2.768 horas de consultoria, quais sejam:

- i. Diagnóstico da Situação Atual;
- ii. Desenvolvimento do Modelo Conceitual;
- iii. Desenvolvimento do Modelo Operacional;
- iv. Implantação, e;
- v. Treinamento.

Relativamente à Primeira Fase, intitulada “Diagnóstico da Situação Atual”, já encerrada, havia o propósito de identificar as principais necessidades dos gestores e demais usuários do sistema de custos no que diz respeito às informações para controle e tomada de decisões. Além disso, esta etapa também buscou identificar as principais entidades objeto de custeio a serem consideradas na elaboração do sistema de custos.

Outro ponto fundamental desta primeira etapa foi a compreensão dos processos necessários para a identificação, mensuração, registro e reporte dos custos e resultados no contexto de cada um dos 10 hospitais que compuseram esta fase, além da análise crítica de eventuais métodos e critérios de custeio existentes.

Conforme definido na metodologia de trabalho e no plano de atividades proposto, foram realizadas visitas técnicas aos 10 hospitais definidos no escopo inicial do projeto. Assim, entre julho de 2014 e fevereiro de 2015, foram realizadas visitas aos seguintes hospitais, a fim de se obter dados para elaboração do modelo conceitual do sistema de informações de custos: Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFTM), Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA), Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG), Hospital Universitário de Brasília (HUB-UNB), Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL-UFRN), Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC-UFRN), Hospital Universitário Júlio Müller (HU-UFMT),

Hospital Universitário de Santa Maria (HU-UFSM), Maternidade Climério de Oliveira (MCO-UFBA), Hospital Universitário Getúlio Vargas (HU-UFAM).

Também, foram realizadas visitas adicionais a três hospitais de referência, conforme definido no cronograma de trabalho, a saber: Hospital Sírio Libanês (HSL) e Hospital Dante Pazzanese de Cardiologia, ambos em São Paulo, e HCPA, no Rio Grande do Sul. Os referidos hospitais foram selecionados em razão das suas excelentes reputações em termos de qualidade de atenção à saúde e gestão.

Como produtos desse processo, foram elaborados relatórios das visitas, descrevendo os trabalhos realizados e os achados verificados ao longo das atividades. A primeira fase do Projeto de Custos consistiu, portanto, na identificação da situação atual dos 10 hospitais objeto de estudo, por meio de visitas presenciais, bem como a definição das entidades a serem custeadas e os respectivos propósitos de uso das informações de custos.

As principais ações desta etapa se resumiram em:

- i. Identificação pormenorizada das necessidades dos hospitais e da Ebserh, bem como das informações requeridas pelos diversos gestores, para fins de controle e tomada de decisão, assim como dos relatórios gerenciais que podem ser gerados pelo sistema de custos;
- ii. Compreensão, por meio de visitas presenciais, da situação atual quanto ao processo de identificação, mensuração, registro e reporte dos custos e resultados no contexto de cada um dos 10 hospitais;
- iii. Análise crítica dos sistemas de acumulação de custos, dos métodos de custeio e dos critérios de valoração dos custos em uso e possíveis de serem utilizados nos hospitais;
- iv. Elaboração do rol das entidades que poderão ser objeto de apuração de custos, tais como centros de responsabilidade, procedimentos, processos, pacientes etc.;
- v. Discussão e validação (homologação) das entidades objeto de custeio e dos propósitos de uso das informações de custos, em conjunto com os profissionais gestores responsáveis pelo projeto.

À luz do que foi percebido nas visitas, em reuniões realizadas com diversos gestores dos diversos níveis hierárquicos dos hospitais, no que diz respeito aos “principais propósitos de usos das informações de custos”, foram identificados inúmeros e diversificados itens. Esses “propósitos de uso” foram agrupados com o intuito de facilitar o processo de análise e classificação. Os seguintes grupos foram selecionados para representar os principais propósitos mencionados pelos usuários:

- a) Gestão das áreas e da eficiência

- b) Gestão dos recursos (insumos)
- c) Gestão de produtos e serviços
- d) Processo de planejamento e orçamento
- e) Gestão pela Ebserh
- f) Outros propósitos

Por sua vez, no que se refere às “entidades objeto de custeio e eventos objeto de controle e decisão”, não foram identificadas diferenças significativas entre os hospitais visitados. Sendo assim, o plano de entidades contempla os seguintes objetos:

- a) Unidades organizacionais, conforme organograma padrão estabelecido pela Ebserh. Essas unidades organizacionais constituem as subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados. Estas unidades são denominadas, no sistema de custos, Centros de Responsabilidade, e corresponderão, em linhas gerais, às áreas e agrupamentos correspondentes ao organograma do hospital, conforme definido pela Ebserh;
- b) Procedimentos realizados pelos hospitais, conforme Tabela SUS (e/ou kits de procedimentos);
- c) Macroprocessos realizados pelo hospital (ensino, pesquisa, assistência à saúde, apoio diagnóstico e terapêutico, administração financeira e recursos humanos, e logística e infraestrutura);
- d) Pacientes (atendimento e internação);
- e) Produtos e serviços internos (lavanderia, serviços de nutrição e dietética, análises laboratoriais etc.);
- f) Recursos (fatores econômicos) utilizados (elementos de custos).

Em termos gerais, as entidades objeto de custeio foram definidas de modo a contemplar a maior parte dos itens cujo custo deseja-se conhecer, conforme mencionado pelos colaboradores dos hospitais e da Ebserh que participaram das discussões. Estas entidades objeto de custeio, da forma como definida no projeto, são as seguintes:

- a. **Entidades Primárias:** recursos utilizados segregados conforme a responsabilidade pela assunção dos gastos (incorridos pelo próprio hospital, por terceiros ou inexistente);
- b. **Entidades Intermediárias:**

- b.1. Unidades organizacionais refletidas no organograma;
- b.2. Unidades homogêneas em que os recursos são consumidos;
- b.3. Bens e serviços gerados pelos centros de custos das áreas de apoio à produção, tais como Nutrição, Laboratório, Lavanderia, Farmácia etc.;
- b.4. Serviços gerados pelos centros de custos das áreas de assistência à saúde (áreas de produção), tais como ambulatórios, centros cirúrgicos etc.;
- b.5. Serviços gerados pelas áreas administrativas.

c. Entidades Finais:

- c.1. Procedimentos realizados pelos hospitais;
- c.2. Pacientes atendidos pelo hospital (atendimento, consulta, internação etc.);
- c.3. Macroprocessos existentes nos hospitais (Assistência à Saúde, Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Ensino, Pesquisa, Administrativo Financeiro e Recursos Humanos, Logística e Infraestrutura.
 - c.3.1. Assistência à Saúde: Composto pelos processos realizados na assistência médica aos pacientes e na realização de procedimentos médicos. Inclui a gestão da saúde, enfermagem e divisão médica, entre outros;
 - c.3.2. Apoio diagnóstico e terapêutico: Composto pelos processos de suporte à assistência médica e aos procedimentos, como a realização de exames, serviços de nutrição e dietética, lavanderia, farmácia etc.;
 - c.3.3. Ensino: Composto pelos processos de ensino, que são realizados tanto na prática, durante a realização de procedimentos médicos, quanto em aulas, palestras etc.;
 - c.3.4. Pesquisa: Composto pelos processos de pesquisa que ocorrem no ambiente hospitalar, conduzidos por pesquisadores associados aos hospitais e utilizando-se de recursos destes;
 - c.3.5. Administrativo, Financeiro e Recursos Humanos: Composto pelos processos de gestão administrativa, financeira e de recursos humanos dos hospitais. Inclui as áreas de contabilidade, finanças, controladoria, compras, faturamento, contas a pagar, recursos humanos etc.;
 - c.3.6. Logística e Infraestrutura Hospitalar: Inclui as áreas que dão suporte ao funcionamento dos hospitais como um todo. Inclui atividades como manutenção, transporte, comunicação etc.

Esta relação de entidades objeto de custeio reflete as informações dos hospitais cujos gestores demonstraram interesse em conhecer ao longo das visitas realizadas, e que são plenamente viáveis de serem atingidas pelo sistema de custos em desenvolvimento.

No que se refere à 2ª Fase, intitulada “Desenvolvimento do Modelo Conceitual”, também já finalizada, consistiu na elaboração do desenho do sistema de custos a ser construído, tendo em vista a literatura sobre o assunto, os propósitos de uso das informações de custos e as entidades objeto de custeio, conforme diagnóstico realizado na etapa precedente.

Como descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos, o modelo utiliza conceitos do Custeio Pleno, também conhecido por Custeio por Absorção Total ou Integral. Ele se caracteriza pela apropriação de todos os custos e despesas às entidades finais objeto de custeio, ou seja, são apropriados aos bens e serviços todos os custos e despesas diretos e indiretos, fixos e variáveis, incluindo os relativos à administração geral e financeira.

O processo de custeio se fará por meio de uma sequência de 10 *estágios*, que se referem às práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos, a saber:

Primeiro: os recursos utilizados (fatores econômicos) serão agrupados de acordo com a função a que se destinam. Trata-se da atribuição de valores monetários de custos para as contas que representam os recursos utilizados pelos hospitais, independentemente de eles arcarem, ou não, com esses custos.

Segundo: os custos dos recursos serão apropriados aos centros de responsabilidade. Cada item de recurso deve ser associado e registrado em apenas uma unidade organizacional, de acordo com critérios-padrão a serem definidos pela Ebserh juntamente com a Fipecafi, em alinhamento com os organogramas dos hospitais;

Terceiro: os custos serão distribuídos dos centros de responsabilidade para os centros de atividades e entre estes de forma hierarquizada e sequencial, a partir dos que mais prestam e menos recebem bens e serviços para os que mais recebem e menos prestam, de forma que aquele que tiver seus custos distribuídos não receba rateio de nenhum outro. Isso significa que não haverá alocação recíproca nem reflexiva. Os centros de atividades são agrupados em três grandes categorias: centros de atividades de apoio administrativo; centros de atividades de apoio à atenção à saúde; e centros de atividades de atenção à saúde (assistência propriamente dita).

Quarto: atribuição do custo dos centros de atividades de apoio administrativo aos serviços administrativos gerados por eles;

Quinto: atribuição do custo dos centros de atividades de apoio à atenção à saúde aos bens e serviços intermediários gerados por eles;

Sexto: atribuição do custo dos bens e serviços intermediários gerados pelos centros de atividades de apoio à atenção à saúde para os centros de atividades de atenção à saúde, de acordo com a sua utilização por estes últimos;

Sétimo: atribuição do custo dos centros de atividades de atenção à saúde aos bens e serviços finais por estes gerados;

Oitavo: atribuição do custo dos bens e serviços das áreas de atenção à saúde às entidades finais objeto de custeio: procedimentos, atendimentos e pacientes;

Nono: atribuição do custo dos serviços administrativos às entidades finais de custeio: procedimentos, atendimentos e pacientes.

Décimo: atribuição do custo de todos os centros de atividades para os seis macroprocessos.

Ao longo de todo o processo de custeamento a soma dos custos deverá se manter constante em todos os estágios; isso quer dizer que o valor total de custos acumulados nas entidades primárias objeto de custeio tem que ser o mesmo daquele acumulado nas entidades intermediárias, assim como nas finais e nos macroprocessos.

O modelo conceitual de apuração de custos criado após a fase de diagnóstico possibilitará aos gestores dos diversos níveis da hierarquia, múltiplos usos para as informações que serão geradas pelo sistema, isto é, contempla inúmeras e diversificadas necessidades que foram identificadas ao desenvolvimento das complexas atividades de planejamento, controle e tomada de decisões sobre os recursos utilizados pelos hospitais.

Dito em outras palavras, o modelo de apuração de custos que está sendo criado proporciona uma visão “caleidoscópica” dos custos, significando que, tal qual aquele dispositivo, o sistema apresentará conjuntos distintos de informações, possibilitando sua visualização por diferentes perspectivas e para propósitos diversos. Isso não quer dizer que o valor total dos custos da entidade se altere, mas sim a forma como se enxerga este custo, considerando as possibilidades de agrupamento e classificação (por responsabilidade, por bens e serviços, por procedimento, por macroprocesso, com e sem gastos por parte do hospital e etc.)

Impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada

A adoção do modelo deverá gerar uma série de consequências positivas para a gestão dos hospitais; entre elas destacam-se:

a) Melhoria do processo de gestão

As informações a serem geradas pelo sistema de custos permitirão aos gestores conhecer melhor o consumo de recursos das atividades realizadas no hospital; isso é importante para direcionar os esforços de gestão em busca de maior produtividade, eficiência e eficácia. O sistema de custos proporcionará aos gestores a possibilidade de exercer controles e tomar decisões com base em informações econômicas, financeiras e patrimoniais mais objetivas. A partir daí, poderão ser melhoradas ou implementadas práticas de gestão em benefício dos próprios hospitais, dos estudantes e da população atendida.

b) Mudança de cultura

Com a implementação do sistema será incentivada uma mudança geral da cultura da instituição. Esta mudança deverá ser percebida em maior ênfase na prática de controles internos, acompanhamento e gerenciamento das operações, além de fomentar uma cultura de racionalização no uso dos recursos necessários para a realização das atividades, levando a ganhos de produtividade, eficiência, eficácia e efetividade.

c) Uniformização de processos e de linguagem

Tendo em vista que o modelo conceitual do sistema de informações de custos será único para todos os hospitais, será possível utilizar-se de um padrão de linguagem e de mensuração de custos, permitindo criar *benchmarking* entre unidades e entre hospitais. Com isso, os gestores dos diversos hospitais poderão intercambiar soluções para melhoria de processos e otimização de recursos tendo como base subsídios uniformes.

Atual estágio de desenvolvimento do sistema de custos

Concluída a 2ª fase, correspondente ao desenvolvimento do modelo conceitual do sistema de informações de custos a ser implementado nos hospitais da Ebserh, iniciaram-se os trabalhos da 3ª fase, intitulada “Desenvolvimento do Modelo Operacional”, que consiste na definição do funcionamento de cada estágio do processo de custeamento, os direcionadores de custos, os modelos dos relatórios etc.

Entretanto, em razão de determinação da presidência da Ebserh, no sentido de que a implementação do módulo de custos devesse ocorrer apenas no Hospital Universitário de Brasília, ao invés de nos 10 Hospitais Universitários Federais originalmente constantes do Contrato nº 28/2014, verificou-se

a necessidade de redefinição do cronograma das etapas e subetapas remanescentes do Projeto de Custos com a Fipecafi. Tal decisão teve por objetivo ampliar o foco na construção do sistema.

A nova metodologia de trabalho adotada conjuntamente entre a Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI) e Fipecafi, previu que o sistema de custos fosse desenvolvido, a partir daquele momento, em três partes, nessa ordem: (i) medicamentos, material médico e materiais diversos; (ii) força de trabalho; e, (iii) demais recursos. Pela nova metodologia de trabalho adotada a implantação do sistema **não** ocorrerá de uma única vez e somente após o término do desenvolvimento das três partes do protótipo. A implantação do sistema no Hospital Universitário de Brasília também ocorrerá em três partes, ou seja, na exata medida e na mesma ordem em que o desenvolvimento de cada uma das partes for sendo concluída pela DGPTI.

Tendo em vista a nova metodologia adotada, o desenvolvimento da primeira parte do sistema de custos no AGHU, relativamente ao grupo de recursos “medicamentos, materiais médicos e materiais diversos”, já está concluído, e encontra-se instalado no Hospital Universitário de Brasília, em fase de homologação. Tão logo a homologação dessa primeira parte do sistema seja concluída no HUB-UnB, qualquer hospital universitário administrado pela Ebserh poderá recebe-la, desde que possua os demais módulos do AGHU que dão suporte ao sistema de custos, bem como que tenha definido e cadastrado seus centros de atividades.

Paralelamente à implantação da primeira parte do sistema de custos no HUB-UnB, está em desenvolvimento, pela DGPTI, a segunda parte, relativa ao grupo de recursos “força de trabalho”, cuja implantação no HUB-UnB será iniciada tão logo o desenvolvimento esteja completado. A exemplo da metodologia que está sendo seguida no HUB-UnB em relação à primeira parte do sistema, após a implantação da segunda parte sobrevirá a etapa de homologação e a posterior distribuição aos demais hospitais da Rede Ebserh.

O desenvolvimento da terceira parte do sistema de custos, relativo ao grupo de recursos “demais serviços”, será iniciado pela Ebserh tão logo a DGPTI disponha de condições para fazê-lo, isto é, depende do gerenciamento dos recursos humanos de TI em consonância acordo com suas prioridades. É consabido que as inúmeras demandas que recaem sobre a área de tecnologia da informação da Ebserh, seja por parte dos Hospitais Universitários Federais ou no âmbito da própria Sede da empresa, muitas vezes impede que seja possível avançar no desenvolvimento do sistema de custos conforme o planejamento inicial.

Frise-se que o desenvolvimento de cada uma das três partes que compõem o sistema de custos no AGHU é realizado por técnicos da DGPTI da Ebserh, a partir do modelo operacional desenvolvido e entregue pela contratada.

Por fim, é importante mencionar que pela nova metodologia de trabalho adotada o sistema de custos poderá ser implementado em qualquer hospital da Rede Ebserh, na exata medida em que cada uma das três partes do sistema estiver concluída, implantada e homologada no HUB-UnB, e desde que cada um dos hospitais disponha dos sistemas que dão suporte ao módulo de custos. Dito de outra maneira, a nova metodologia permitirá a implantação do módulo de custos do AGHU, pela DGPTI, não apenas nos 10 hospitais inicialmente constantes do contrato, que foram visitados por ocasião da primeira fase (diagnóstico), mas em todos os hospitais da rede que suportem tecnologicamente o módulo de custos.

De todo o trabalho realizado até a presente data, verifica-se a enorme carência de ferramentas de gestão nos Hospitais Universitários Federais, bem como de sistemas de informações que auxiliem os gestores no processo decisório e nas atividades de controle gerencial.

Programa de Racionalização, Disciplina e Eficiência do Gasto - PRADEG

Paralelamente ao desenvolvimento do sistema de custos para os Hospitais Universitários Federais, a Ebserh adotou uma metodologia criada pelo Consorci de Salut i Social de Catalunya (CHC), relativa à alocação de recursos aos hospitais, visando à promoção do uso eficiente dos recursos públicos.

Para tanto, a Ebserh contatou a empresa CHC – Brasil Consultoria e Gestão Ltda (Contrato nº 51/2014), cujo objeto consistia na prestação de serviços técnicos especializados de consultoria visando o desenvolvimento implantação de modelo de gestão da oferta e dispositivos de regulação assistencial em 03 (três) Hospitais Universitários Federais filiados à Ebserh, bem como, desenvolver iniciativas e instrumentos para a geração e gestão do conhecimento, no âmbito da Sede, além do compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de mecanismos e instrumentos para o aprimoramento da gestão econômico-financeira dos HUFs.

O PRADEG representa apenas uma parte do supramencionado contrato, especificamente no que se refere ao “desenvolvimento de mecanismos e instrumentos para o aprimoramento da gestão econômico financeira dos HUFs”. No caso, este item constituiu o componente 4 do contrato, que visou à realização do “Estudo comparativo do gasto vinculado à produção assistencial entre os HUFs da Ebserh, utilizando o conceito de “Unidade de Produto Assistencial (UPA)”.

Para a implementação do programa, o CHC, estruturou a mesma metodologia que adotou durante décadas nos diversos hospitais que gerencia na região da Catalunha, na Espanha. Ademais, consoante informações passadas pela própria empresa, a metodologia também foi adotada em diversos hospitais ao redor mundo, notadamente localizados em países da América Central.

O trabalho consistiu basicamente na definição de um método/modelo de alocação de recursos aos hospitais, de maneira que tentar atender as particularidades da realidade de cada um deles, intencionando a promoção do uso eficiente dos recursos públicos.

O PRADEG, representa o título criado para o método que possibilitará a comparação entre os hospitais a partir do indicador que foi desenvolvido para sintetizar, em apenas uma dimensão, toda a produção hospitalar. A partir da replicação, ano após ano, do modelo desenvolvido e repassado pelo CHC, será possível comparar o gasto dos hospitais da Rede Ebserh a partir de uma metodologia já consagrada e implementada em diversos países, conforme mencionado.

Como objetivo geral o PRADEG visa possibilitar a análise do consumo de recursos financeiros de cada um dos Hospitais Universitários integrantes da Rede Ebserh, em função da produção que cada um deles realiza, de forma a permitir compará-los entre si, bem como realizar uma análise de eficiência relativa.

Também, o PRADEG visa projetar um sistema progressivo e transitório de atribuição de recursos aos HU da Ebserh, de forma a facilitar a implantação futura de um sistema definitivo, no momento em que se disponha da informação necessária levando em conta as particularidades de cada hospital da Rede.

Como objetivos específicos deste componente do contrato, intencionou-se incorporar a cultura do pagamento prospectivo vinculado à produção e a prestação de contas, incentivar o desenvolvimento da capacidade gestora e o desenvolvimento do registro de informação com qualidade.

Com base nos dados das despesas liquidadas dos hospitais, ano após ano, a Ebserh desenvolverá o cálculo do valor que comporá o numerador do indicador de desempenho, que consiste na divisão do total de despesas do hospital, em reais, pela Unidade de Produto Assistencial (UPA).

O PRADEG possibilitará a contínua comparação regular entre o desempenho dos hospitais, tanto em termos de gastos totais pela produção assistencial, bem como em termos de gastos específicos (lavanderia, alimentação, insumos médico-hospitalares, materiais farmacológicos, serviços de utilidade pública e serviços de apoio administrativo).

Por fim, é importante frisar que a metodologia desenvolvida pelo CHC e adotada pela Ebserh, não substitui o desenvolvimento do sistema de custos. Trata-se de uma iniciativa paralela que agregará mais informações de qualidade visando o aperfeiçoamento do processo de gestão dos Hospitais Universitários Federais administrados pela Ebserh.

Razões para a não adoção do SIC como principal sistema de apuração de custos no exercício de referência do relatório de gestão

A criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares teve por objetivo, fundamentalmente, o aperfeiçoamento da gestão dos Hospitais Universitários visando orientá-los ao alcance da eficácia e eficiência organizacionais, requisitos essenciais à agregação de valor aos serviços prestados ao público, à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento de tecnologia na área da saúde, os quais correspondem aos seus objetivos permanentes.

De fato, os incisos I e IV, do artigo 4º, da Lei nº 12.550, de 15/12/2011, que autorizou a criação da Ebserh, expressam claramente que lhe compete administrar unidades hospitalares e prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos Hospitais Universitários e federais, *in verbis*:

Art. 4º Compete à Ebserh:

[...]

V - prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos Hospitais Universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; (BRASIL, 2013a) (grifamos)

É inequívoco que a administração e a prestação de serviços de apoio ao processo de gestão dos Hospitais Universitários e federais, envolve, necessariamente, o desenvolvimento de artefatos gerenciais que permitam o cumprimento de tal objetivo, eis que a gestão eficaz e eficiente de qualquer organização exige informações relevantes ao processo decisório.

No caso, desde a sua implantação, a Ebserh tem dotado os Hospitais Universitários Federais sob sua administração com o software intitulado AGHU. Como o próprio nome indica, o referido software possui dezenas de módulos especificamente desenhados para a gestão operacional desse tipo de entidade.

Reconhecidamente, o funcionamento ideal para um sistema de custos é que este seja alimentado automaticamente com base nos dados e informações gerados por outros sistemas. Tendo em vista que o AGHU é o software estruturante no que se refere ao registro das operações assistenciais realizadas pelos hospitais, isto é, que contempla boa parte das informações que serão consumidas pelo sistema de apuração de custos, optou-se pelo seu desenvolvimento dentro do próprio AGHU. Dito em outras palavras, o sistema de custos hospitalares que está em desenvolvimento pela Ebserh constitui um dos módulos do AGHU.

Ademais, a reconhecida complexidade operacional das organizações de saúde, materializadas pela (i) oferta de múltiplos serviços; (ii) grande diversidade e interdependência de seus processos de trabalho, que muitas vezes incorporam custos e produtos conjuntos; (iii) o aumento acelerado uso da tecnologia (melhoria da qualidade); (iv) a formação de recursos humanos (treinamento e qualificação); (v) o crescente atendimento à população; e, (vi) a realização de pesquisa; dentre outros fatores, exige a concepção de sistemas de informações contábeis gerenciais bastante específicos, isto é, desenhados visando o atendimento dessa particular realidade.

Um sistema de informações sobre custos para uma unidade hospitalar, portanto, deve ser capaz de fornecer aos gerentes dos diversos níveis hierárquicos informações bastante detalhadas e sinais precisos sobre a eficiência, eficácia e efetividade na alocação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos nas operações internas, de modo a não comprometer o equilíbrio e a sustentabilidade financeira da organização. Por essas razões, optou-se pelo desenvolvimento de um sistema de custos específico, ao invés da utilização de um sistema geral.

6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

Apresentam-se nesta seção as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com o objetivo de atender ao disposto no Art. 22, inciso V do Estatuto Social da Ebserh, aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, e demais normas em vigor. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Lei 6.404/76.

Conforme dispõe a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, de criação desta Empresa, a Ebserh é constituída como uma empresa pública dependente, de direito privado, vinculada ao MEC, com Sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional. Desta forma, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto às de direito privado. No caso específico das demonstrações contábeis, é posta a observância da Legislação Societária, Lei 6.404/76 e suas alterações, bem como a Legislação aplicada ao Setor Público, Lei 4.320/64, além da legislação fiscal vigente.

As demonstrações contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas pelo Serviço de Contabilidade, sob a coordenação da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças, de forma consolidada, considerando as características de constituição da Ebserh e os atos e fatos que ensejaram os lançamentos seguem os resultados alcançados por cada unidade, Sede e filiais, sendo responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Dessa forma, sempre que necessário, as demonstrações devem ser analisadas em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores responsáveis pela execução e lançamento dos eventos contabilizados.

Nota 1 – Contexto Operacional Normas e Procedimentos Contábeis Adotados

A Ebserh, conforme a legislação em vigor, rege-se pela Lei nº 12.550/11, e pela Lei nº 6.404/76, bem como por seu Estatuto Social, instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.661/11, e pelas

demais normas vigentes que lhe sejam aplicáveis. Por se tratar de uma empresa pública dependente de direito privado, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto de direito privado. Assim, para o registro e avaliação das demonstrações contábeis deve ser observada a Legislação Societária, Lei 6.404/76 e suas alterações, a Legislação aplicada ao Setor Público, Lei 4.320/64, além da legislação fiscal de âmbito Federal, Estadual e Municipal, e as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil. Para a adequada orientação dos trabalhos também foram observadas as novas práticas aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.128/2008, suas atualizações, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC) T 16.

No contexto de avaliação das demonstrações contábeis, cumpre esclarecer que Ebserh, constituída nos termos da Lei nº 12.550/2011, é uma empresa pública dependente, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao MEC, com capital social totalmente subscrito e integralizado exclusivamente público (100% da União), sendo integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) e estando sujeita ao arcabouço legal, sistemas e controles postos para Administração Pública Federal Indireta.

A Ebserh foi criada em 2011, como resposta do Governo Federal às questões e deficiências de gestão dos Hospitais Universitários Federais, apontadas nos Acórdãos nº 1.520/2006, 2.681/2011, 2.813/2009 e 2.681/2011, do Tribunal de Contas da União (TCU). Dentre estas, constam os apontamentos relativos a necessidade de substituição vínculos precários por funcionários públicos concursados, a necessidade de reestruturação física e tecnológica, desvinculação administrativa das fundações de apoio, necessidade de adoção de controle de custos, necessidade de revisão da contratualização de serviços junto ao SUS e da adoção de soluções informatizadas de apoio à gestão.

A assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais com a Ebserh é firmada por meio da celebração de contrato de gestão com as Universidades Federais a que estão vinculadas as unidades hospitalares. Atualmente, a Ebserh possui contratos firmados para a gestão de 39 Hospitais Universitários Federais, de 31 Ifes. Na Figura 10, constam identificadas as Universidades Federais que assinaram contrato com a Ebserh para a gestão das respectivas unidades hospitalares:

Uma vez assinado o contrato de gestão, inicia-se o processo de transição orçamentária e financeira que, necessariamente, perpassa pelas etapas abaixo de forma a garantir um ambiente administrativo adequado para que a Diretoria de Orçamento e Finanças repasse ao HUF a gestão orçamentária e financeira. Tal processo é delicado e tem se mostrado complexo, já que envolve um conjunto diverso de atores necessários ao sucesso da transição. Os requisitos básicos da Gestão Financeira e Orçamentária são:

- Substituição total do pessoal com vínculos precários por pessoal concursado;
- Sub-rogação de contratos administrativos;
- Execução total no SIAFI, e exclusivamente na UG filial Ebserh; e
- Revisão do Contrato SUS para que a filial Ebserh (e não a Universidade) seja parte Contratada.

O processo de transição ao qual o HUF deve se submeter até que se torne gestão plena Ebserh é determinado por meio do contrato de adesão à Rede e envolve, de uma maneira geral:

- i. Assinatura do contrato de adesão
- ii. Registros cadastrais pertinentes (CNPJ, UG e Unidade Administrativa de Serviços Gerais (UASG));
- iii. Nomeação de equipe de governança;
- iv. Realização de concurso público;
- v. Desligamento de vínculos precários;
- vi. Sub-rogação de contratos;
- vii. Revisão e alteração do contrato SUS;
- viii. Cessão dos ativos mobiliário e imobiliário.

É imperioso notar que este processo é delicado e deve ser coordenado uma vez que os itens (iv), (v) e (vi) devem ser temporalmente alinhados. Outro ponto importante é que são muitos os *stakeholders* deste processo, fornecedores, universidade, junta comercial dos estados, fundações de apoio, gestor local SUS, trabalhadores terceirizados, servidores e gestores do hospital. Essa profusão de interessados dificulta o processo pois muitas vezes existem interesses diversos e até mesmo divergentes.

Os procedimentos indicados acima refletem os pré-requisitos contratuais aos quais os HUFs devem atender, até que isso aconteça o hospital está em processo de transição. Assim, não é o prazo

determinado no contrato enquanto período de transição que determina tal período, mas a consecução desses procedimentos que determina o encerramento do período de transição. O prazo contratual deve se adequar ao tempo necessário para que o hospital se prepare para que a Ebserh o assuma, até mesmo porque, caso haja algum obstáculo ao longo do processo, inevitavelmente, haverá incidência e violação de algum princípio legal.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Ebserh foram elaboradas e estão sendo apresentadas, de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC e normas brasileiras de contabilidade aplicado ao setor público. Os relatórios contábeis foram emitidos por intermédio do sistema ERP Alterdata. Além desse sistema, a Ebserh como entidade da Administração Pública Federal Indireta, integra o Balanço Geral da União e utiliza o SIAFI, na modalidade total, e em 2016 realizou suas execuções com base no calendário de fechamento do SIAFI, nos termos do Art. 5º da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (LDO), que dispôs dentre outros, sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, e assim estabeleceu:

“Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

Nota 3 - principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na Ebserh tem como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards - IFRS), implantados no Brasil pelo CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Desta forma, as demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os valores foram obtidos com base nos documentos extraídos no SIAFI pelas

Unidades Gestoras da Sede e das filiais, e conciliados as Notas Fiscais de Entrada por intermédio da Escrita Fiscal pelo programa Enterprise Resource Planning (ERP) Alterdata.

As demonstrações contábeis são mensuradas utilizando a moeda do país, ou seja, para fins de apresentação, estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais.

A Empresa realiza registros contábeis de acordo com as seguintes definições:

Ativo circulante: são os bens e direitos que a empresa possui realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento”.

Estoques: são registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo da Sede e de cada filial da Ebserh, restando à contabilidade a evidenciação dos valores levantados em cada local, informados nos Relatórios Mensais de Almoxarifado - RMA e registrados no SIAFI.

Ativo não circulante: é composto pelos subgrupos bens móveis, imóveis e intangível.

Depreciação: é calculada pelo método linear, mediante a utilização de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99, e na Instrução Normativa SRF nº 162/98.

Passivo circulante: obrigações a serem liquidadas até o encerramento do exercício social seguinte. É composto pelos subgrupos e respectivas contas contábeis demonstradas no Balanço Patrimonial e referem-se às contas a pagar, obrigações com fornecedores, retenções, pagamento de pessoal e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da empresa.

Passivo não circulante: o passivo deve ser classificado como não circulante quando a sua exigibilidade for, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Patrimônio líquido: representa aquilo que, de fato, a pessoa jurídica tem. Isto é, sua riqueza efetiva, o que lhe sobra depois de pagar todas as suas dívidas. O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União.

O regime de tributação adotado para fins de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é o Lucro Real Trimestral.

a) **Balço Patrimonial (BP)**

Tabela 41 - Balço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL (BP) - EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76			
DESCRIÇÃO	Nota	ANO	
		2016	2015
ATIVO			
CIRCULANTE	3.1	137.438.749,81	93.295.614,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.1.1	75.325.558,62	55.840.027,74
Conta Única - Subconta do Tesouro		23.484.932,86	34.302.392,77
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLI	3.1.1.1	23.484.932,86	34.302.392,77
Bancos Conta Movimento - Demais Contas		35.241,29	-
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FE	3.1.1.2	35.241,29	-
Recursos Liberados pelo Tesouro		51.805.384,47	21.537.634,97
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE	3.1.1.3	51.805.384,47	21.537.634,97
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.1.2	28.037,22	3.999.481,08
Adiantamento Concedidos a Pessoal e Terceiros		20.209,44	-
RECEBIMENTO INDEVIDO DE SALÁRIOS		20.209,44	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo		7.827,78	3.999.481,08
SUB-REPASSE CONCEDIDO DIFERIDO		-	3.999.481,08
CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRAÇÃO		7.827,78	-
Estoques	3.1.3	62.085.153,97	33.445.452,41
Almoxarifado		60.713.392,19	32.134.169,42
MATERIAIS DE CONSUMO		10.874.409,65	4.387.105,66
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.757.675,55	376.271,38
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		824.589,04	-
AUTOPEÇAS		18.181,90	-
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES		51.080.565,42	26.965.322,14
MATERIAIS DE EXPEDIENTE		866.355,58	405.470,24
AJUSTE SALDO DE ESTOQUES	3.1.4	(4.708.384,95)	-
Outros Estoques		1.371.761,78	1.311.282,99
MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM		33.998,34	39.259,50
MEDICAMENTO -ESTOQ INTERNO- PARA DISTRIBUIÇÃO		1.337.763,44	1.272.023,49
Variação Patrimonial Diminutiva Pagas		-	10.653,36
VPD DE SERVIÇOS PAGOS ANTECIPADAMENTE		-	10.653,36
NÃO CIRCULANTE	3.2	103.940.962,88	72.005.773,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.2.1	634.605,02	40.314,98
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS		542.965,72	40.314,98
DEPOSITO EFETUADO P/INTERPOSICAO D		91.639,30	-
Imobilizado	3.2.2	66.188.605,61	50.627.335,46
Bens Móveis	3.2.2.1	65.753.867,80	50.307.873,07
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO		70.393,05	43.582,46
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO		3.119.767,99	3.106.949,59
EQUIP/UTENSÍLIOS MÉDIC. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	3.2.2.1.2	23.801.556,95	9.763.612,02
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS		8.695,29	-
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO		237.628,71	101.434,21
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICO		1.089.111,98	192.345,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS		-	120.248,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS		-	949.503,55
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS		445.888,99	267.154,36
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.2.2.1.1	51.972.979,14	41.980.248,55
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		897.925,81	256.085,00
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO		105.397,71	86.124,00
MOBILIÁRIO EM GERAL		5.902.067,15	4.118.613,89
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO		10.450,00	9.135,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO		738.288,86	397.550,90
BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO		516.900,00	-
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS		2.063.063,50	2.061.115,25
Depreciação Acumulada - Bens Móveis	3.2.2.2	(25.226.247,33)	(13.145.828,71)
Bens Imóveis	3.2.2.4	434.737,81	319.462,39
INSTALAÇÕES		503.300,00	321.800,00
BENEFITÓRIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS		36.335,00	36.335,00
Amortização Acumulada - Bens Imóveis		(104.897,19)	(38.672,61)
Intangível	3.2.3	37.117.752,25	21.338.122,76
SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO		-	25.974.292,63
SOFTWARES		35.958.269,90	-
SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMEN		1.159.482,35	-
Amortização Acumulada - Softwares		-	(4.636.169,87)
TOTAL DO ATIVO		241.379.712,69	165.301.387,79

Tabela 42 - Balanço Patrimonial

DESCRIÇÃO	Nota	ANO	
		2016	2015
PASSIVO			
CIRCULANTE	4.1	182.195.308,22	87.566.422,27
Obr. Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais	4.2	119.257.077,36	59.091.218,55
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS		-	23.532,86
FÉRIAS A PAGAR		119.256.917,36	59.067.685,69
INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEI		160,00	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.3	51.734.547,88	19.191.881,81
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		51.705.184,81	19.136.611,51
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - INTRA OFSS		29.363,07	55.270,30
Provisões a Curto Prazo	4.4	8.662.679,05	2.056.952,34
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		8.662.679,05	2.056.952,34
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.5	2.541.003,93	7.226.369,57
Consignações		2.495.467,54	845.384,32
INSS		260.090,05	163.713,17
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS DEVIDOS		1.207.855,88	308.753,46
ISS		194.733,62	143.273,73
DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	4.6	781.362,28	120.047,93
DEPÓSITOS A EFETUAR POR DETERMINAÇÃO		51.425,71	109.596,03
Depósitos Não Judiciais		35.241,29	-
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS		35.241,29	-
Outras Obrigações a Curto Prazo		10.295,10	6.380.985,25
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES		-	12.940,58
SAQUE - CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL		4.634,75	350,14
FATURA - CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL		5.660,35	3.072,00
REPASSE RECEBIDO DIFERIDO		-	2.365.141,45
SUB-REPASSE RECEBIDO DIFERIDO		-	3.999.481,08
NÃO CIRCULANTE	4.7	129.933.104,34	83.966.185,90
Demais Obrigações a Longo Prazo		129.933.104,34	83.966.185,90
ADIANT. FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	4.7.1	129.933.104,34	83.966.185,90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	(70.748.699,87)	(6.231.220,38)
Capital Social Realizado		5.000.000,00	5.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	5.1	5.000.000,00	5.000.000,00
Resultados Acumulados (6.404/76)		(75.748.699,87)	(11.231.220,38)
RESULTADO DE EXERC. ANTERIORES (LEI 6.404/76)	5.2	(11.231.220,38)	(3.323.710,79)
DO EXERCÍCIO	5.3	(64.517.479,49)	(7.907.509,59)
TOTAL DO PASSIVO		241.379.712,69	165.301.387,79

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Tabela 43 - Demonstração do resultado do exercício

Em R\$

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76			
DESCRIÇÃO	Nota	ANO	
		2016	2015
Receitas Operacionais		3.133.707.125,96	1.911.292.155,04
Repasses Recebidos	6.1	3.099.575.294,42	1.755.821.163,29
Repasses de Contratos	6.2	34.131.831,54	157.098.073,95
Despesas Operacionais	6.4	(3.088.571.404,03)	(1.854.439.642,34)
Despesa com Pessoal e Encargos	6.5	(2.617.664.225,20)	(1.556.581.327,13)
Remuneração a Pessoal		(1.870.905.895,75)	(1.123.171.648,46)
VENCIMENTOS E SALÁRIOS		-	(729.585.701,89)
VENCIMENTOS E SALÁRIOS		(1.075.663.248,47)	-
ABONOS		(19.899,66)	(5.716,27)
ADICIONAIS		(271.752.882,41)	(163.970.803,69)
GRATIFICAÇÕES		(111.155.437,74)	(84.912.172,18)
FÉRIAS - RGPS		(171.570.421,21)	(62.301.946,91)
PROVISÃO DE FÉRIAS		-	-
13º SALÁRIO - RGPS		-	-
13º SALÁRIO - RGPS		(240.709.833,39)	(81.947.073,95)
PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO		-	-
INDENIZAÇÕES - RPPS		-	(5.926,35)
INDENIZAÇÕES - RGPS		(4.916,25)	(442.307,22)
SENTENÇAS JUDICIAIS - ATIVO CIVIL		(29.256,62)	-
Encargos Patronais		(556.926.729,54)	(314.121.626,14)
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS		(779.535,72)	(641.688,50)
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS		(429.936.402,73)	(241.530.275,86)
FGTS		(126.209.900,31)	(71.949.661,78)
ENCARGOS PATRONAIS		(890,78)	-
Benefícios a Pessoal		(178.177.658,43)	(111.535.967,97)
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - RPPS		(2.800,00)	-
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		(132.369.231,79)	(86.355.287,29)
AUXÍLIO TRANSPORTE		(8.099.385,37)	(3.994.962,15)
AJUDA DE CUSTO		(1.037,23)	(27.978,33)
PLANO DE SAÚDE		(25.697.011,41)	(13.698.537,23)
AUXÍLIO CRECHE		(11.692.429,48)	(7.309.647,04)
AUXÍLIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO		(315.763,15)	(149.555,93)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos		(11.653.941,48)	(7.752.084,56)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		(7.756.835,40)	(5.219.308,59)
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS		(1.634.716,58)	(1.830.220,57)
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS - INTRA		(410.827,87)	(285.262,40)
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES - ESTADOS		(1.521.788,05)	(279.244,84)
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES - MUNICÍPIOS		(329.773,58)	(138.048,16)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(470.605.873,69)	(297.497.666,84)
Uso de Material de Consumo	6.6	(149.434.369,64)	(85.560.401,99)
CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - ALMOXARIFADO	6.6.1	(26.628.741,25)	(44.913.330,82)
CONSUMO DE SOFTWARES DE BASE		(48.953,11)	(3.368,05)
CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		(1.625.012,61)	(1.105.218,14)
CONSUMO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	6.6.2	(9.056.305,92)	(4.136.269,26)
CONSUMO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS		(259.637,62)	(49.886,81)
CONSUMO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO		(47.763.361,22)	(14.356.646,60)
CONSUMO DE MATERIAL HOSPITALAR		(55.670.665,86)	(20.128.177,09)
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO		(2.160.034,79)	(169.592,00)
CONSUMO DE OUTROS MATERIAIS		(1.513.272,31)	(694.873,22)
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO		-	(3.040,00)
PROVISÃO DE AJUSTE DE ESTOQUES		(4.708.384,95)	-

Tabela 44 - Demonstração do resultado do exercício

DESCRIÇÃO	Nota	Em R\$	
		ANO	
		2016	2015
Serviços	6.7	(309.024.860,85)	(198.255.995,16)
DIÁRIAS		(1.986.154,80)	(2.047.867,56)
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PF	6.7.1	(96.020,00)	(67.320,00)
SERV. DE APOIO ADM., TECNICO E OPE		(62.967,44)	-
LOCACOES E ARRENDAMENTOS - PF		(120.395,51)	(70.782,20)
SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PF		(110.899,03)	(163.628,66)
SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVICIOS TER		(1.800,00)	-
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS		(69.112.469,62)	(48.900.494,11)
SERV. DE APOIO ADM., TÉCNICO E OPERACIONAL	6.7.2	(157.609.737,76)	(82.202.218,30)
SERV.COMUNICAÇÃO, GRÁFICOS E AUDIOVISUAL		(806.652,71)	(479.331,66)
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOÇÃO E HOSPEDAGEM - PJ		(4.786.069,95)	(4.446.843,66)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ		(1.538.000,88)	(2.117.338,69)
SERVIÇOS ASSISTENCIAIS - PJ		(111.907,60)	(707.560,03)
SERVIÇOS DE CONFECÇÕES - PJ		(6.150,34)	(27.132,40)
SERV.ÁGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GÁS E OUTROS - PJ		(19.034.420,77)	(9.827.700,28)
LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS MERCANTIL OPERACIONAL		(23.557.719,79)	(16.439.271,57)
SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PJ		(5.066.817,84)	(14.187.792,99)
SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS		(25,00)	(69.111,94)
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO		(11.454.151,00)	(6.808.174,80)
CONSERVACAO/MANUTENCAO ATIVOS INFR		(75.437,17)	(59.889,94)
SERVIÇOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ		(3.402.618,36)	(296.059,28)
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PJ - INTRA		(1.658.473,63)	(26.963,58)
SERV.APOIO ADM,TÉCNICO E OPERACIONAL		(19.282,65)	-
SERV.COMUNIC., GRÁFICOS E AUDIOVISUAL - PJ - INTRA		(1.010.297,27)	(1.184.611,13)
SERV.TRANSP.,PASSAG.,LOC.E HOSPEDAGEM - PJ INTRA		(26.365,59)	(7.744,05)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ - INTRA		-	(111.810,20)
SERV.ÁGUA ESG.,ENER.ELE.,GÁS E OUTROS - PJ - INTRA		(39.955,31)	(250.601,56)
SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PJ - INTRA		(2.816,94)	(6.231,00)
SERVIÇOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ - INTRA		(8.804,23)	(34.208,23)
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PJ - ESTADO		(556,00)	(509,26)
SERV. APOIO ADM, TECNICO E OPERACI		(1.600,00)	-
SERV.COMUNICACAO, GRAFICOS E AUDIO		(7.165,00)	(178,00)
SERV. TRANSP.,PASSAG.,LOC.E HOSP. - PJ - ESTADO		(115.298,93)	(109.133,97)
SERV.ÁGUA ESG.,ENER.ELE.,GÁS E OUTROS - PJ - ESTADO		(15.974,18)	(13.469,00)
LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS - PJ - ESTADO		(7.173.728,14)	(7.563.301,57)
SERVIÇOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ - ESTADO		(4.127,41)	(372,77)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ - MUNICÍPIO		-	-
SERV.ÁGUA ESGOTO,ENER.EL.,GÁS E OUTR. - PJ - MUNICÍ		-	(28.342,77)
CONTRATO DE TERC. POR SUBST. DE M.		-	-
Depreciação e Amortização		(12.146.643,20)	(13.681.269,69)
DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS		(12.080.418,62)	(9.912.884,71)
DEPRECIACÃO DE BENS IMÓVEIS		-	(2.910,73)
AMORTIZACÃO DE INTANGÍVEL		-	(3.737.144,57)
AMORTIZACÃO DE IMOBILIZADO		(66.224,58)	(28.329,68)
Despesa com Juros e Encargos de Mora	6.8	(230.740,46)	(217.620,23)
JUROS DE MORA		(23.139,02)	-
MULTAS DEDUTÍVEIS		(63.456,60)	(4.256,62)
MULTAS INDEDUTÍVEIS		(11.305,30)	(83.668,51)
JUROS		(2.179,75)	(3.269,04)
MULTAS DEDUTÍVEIS - INTER ESTADUAL		-	(8.163,12)
MULTAS DEDUTÍVEIS - CONSOLIDADO		(20.496,77)	(51.300,84)
MULTAS INDEDUTÍVEIS		(31.128,85)	(66.962,10)
MULTAS INDEDUTÍVEIS		(79.034,17)	-

DESCRIÇÃO	Nota	ANO	
		2016	2015
Despesas Tributárias		(70.564,68)	(143.028,14)
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL		-	(111.916,39)
IMPOSTO DE RENDA		-	(1.316,00)
TAXAS		(23.563,64)	(885,97)
TAXAS - INTRA OFSS		(3.891,08)	(5.292,23)
TAXAS - INTER OFSS - ESTADO		(822,54)	(737,28)
TAXAS		(3.725,20)	-
OBRIGAÇÕES PATRONAIS S/ SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS		(17.764,00)	(13.464,00)
CONTRIBUIÇÃO P/ SERVIÇO ILUMINAÇÃO		(14.433,22)	(6.033,60)
CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA		(6.365,00)	(3.382,67)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		45.135.721,93	56.852.512,70
DEMAIS RESULTADOS		(110.256.551,78)	(64.760.022,29)
RECEITAS FINANCEIRAS		3.182.118,37	5.853.943,66
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVA		2.531.970,95	5.853.943,66
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.3	3.182.118,37	5.853.943,66
OUTRAS RECEITAS		603.350,36	69.478.823,66
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		-	69.175.025,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		-	303.798,01
MULTAS ADMINISTRATIVAS		33.130,02	-
RESTITUIÇÕES		570.107,95	-
VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES		112,39	-
OUTRAS DESPESAS		(113.438.670,15)	(140.092.789,61)
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		-	(39.786.286,17)
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		-	(3.433.511,44)
INDENIZAÇÕES		(3.623.553,81)	
MULTAS ADMINISTRATIVAS		(61.557,63)	
PROVISÃO DE CONTINGENCIAS JURIDICAS		(6.605.726,71)	
BOLSA - MAIS MÉDICOS	6.9	(103.147.832,00)	(96.872.992,00)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		(64.517.479,49)	(7.907.509,59)
Provisão Contribuição Social		-	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		(64.517.479,49)	(7.907.509,59)
Provisão Imposto de Renda		-	-
RESULTADO DO PERÍODO	7	(64.517.479,49)	(7.907.509,59)

Fonte: dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, com adaptações em conformidade com a Lei 6.404/76.

c) **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**

Tabela 45 - Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
DESCRIÇÃO	ANO	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
Resultado do Exercício	(64.517.479,49)	(7.907.509,59)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	7.510.473,33	13.681.269,69
Contas a Receber	3.387.807,18	(3.335.145,57)
Estoques	(28.639.701,56)	(22.163.297,72)
Consignações	988.768,87	(3.239.747,26)
Fornecedores	33.203.980,42	8.503.529,90
Provisão de Pessoal	66.771.585,52	42.658.054,59
Repasses Recebidos a Compensar	(6.364.622,53)	(26.153.533,03)
Outras obrigações de curto prazo	29.173,67	16.362,72
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.369.985,41	2.059.983,73
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compras de Ativo Imobilizado	(27.707.913,35)	(32.627.920,24)
Compras de Ativo Intangível	(11.143.459,62)	(14.155.142,05)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(38.851.372,97)	(46.783.062,29)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Reserva de transferência para AFAC Curto Prazo	-	-
Reserva de transferência para AFAC Longo Prazo	45.966.918,44	46.819.974,18
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	45.966.918,44	46.819.974,18
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	19.485.530,88	2.096.895,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	55.840.027,74	53.743.132,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	75.325.558,62	55.840.027,74

d) **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Tabela 46 - Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - DVA		
Descrição	ANO	
	2016	2015
Geração de Valor Adicionado		
1 - Receitas	34.131.831,54	157.098.073,95
1.1 - Atividades Operacionais	34.131.831,54	157.098.073,95
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	427.607.387,05	259.743.041,81
2.1 - Materiais de Consumo	138.704.098,00	80.315.546,54
2.2 - Energia elétrica, Água e Esgoto, Gás	19.090.350,26	10.120.113,61
2.3 - Serviços de Terceiros	269.812.938,79	169.307.381,66
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(393.475.555,51)	(102.644.967,86)
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	12.146.643,20	13.681.269,69
4.1 - Depreciação do Período	12.080.418,62	9.915.795,44
4.2 - Amortização do Período	66.224,58	3.765.474,25
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(405.622.198,71)	(116.326.237,55)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.103.360.763,15	1.689.434.058,80
6.1 Repasses e Cotas Financeiras	3.099.575.294,42	1.755.821.163,29
6.2 Receitas Financeiras	3.182.118,37	5.853.943,66
6.3 Outras	603.350,36	(72.241.048,15)
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	2.697.738.564,44	1.573.107.821,25
8 - Distribuição do Valor Adicionado	2.697.738.564,44	1.573.107.821,25
8.1 - Remuneração do Trabalho	2.731.041.337,72	1.556.581.327,13
8.1.1 - Pessoal e Diárias	2.174.114.608,18	1.242.459.700,99
8.1.2 - Encargos	556.926.729,54	314.121.626,14
8.2 - Remuneração do Governo	362.862,77	360.648,37
8.2.1 - Impostos, Taxas e Contribuições	362.862,77	360.648,37
8.2.2 - Provisão p/ Imposto de Renda	-	-
8.2.3 - Provisão p/ CSLL	-	-
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	30.851.843,44	24.073.355,34
8.3.1 - Aluguéis	30.851.843,44	24.073.355,34
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(64.517.479,49)	(7.907.509,59)
8.4.1 Resultado do Exercício	(64.517.479,49)	(7.907.509,59)

e) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)**

Tabela 47 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
FINDO EM 31.12.016 EM (R\$)					
Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos Iniciais (referente a 01/01/2016)	5.000.000,00	0,00	0,00	(11.231.220,38)	(6.231.220,38)
Resultado Líquido do Exercício				(64.517.479,49)	(64.517.479,49)
Compensação do Prejuízo					-
Ajustes de Exercícios Anteriores				-	-
Ajuste Conciliação SIAFI				-	-
Lucros e Prejuízos Acumulados					-
Saldos Finais em 31/12/2016	5.000.000,00	0,00	0,00	(75.748.699,87)	(70.748.699,87)

f) **Declaração do Contador Atestando as Demonstrações Contábeis**

Quadro 10 - Declaração do Contador Atestando as Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – Ebserh			155007
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2016, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>- Relativo ao não Acompanhamento da Contagem Física do Inventário do estoque das filiais, conforme Norma Operacional 01/DOF-2016.</p> <p>Declaro, ainda, que as filiais tiveram seus registros contábeis avaliados por amostragem, tendo em vista que os dados são obtidos da execução via SIAFI, na Sede e nas filiais, permitindo assim, apenas uma visão estática dos demonstrativos contábeis.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	22 de fevereiro de 2017
Contador Responsável	AFONSO MARQUES DE SOUSA	CRC n.º	DF 020200/O-8

III - NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2016

Nota 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh integra um conjunto de projetos e programas criados pelo Governo Federal para apoiar a gestão e reestruturar os hospitais vinculados às Universidades Federais. A Ebserh foi criada em 2011, por meio da Lei nº 12.550, publicada no diário oficial da união, de 16 de dezembro de 2011. É constituída como empresa pública federal, de direito privado, vinculada ao MEC, com capital social totalmente integralizado e exclusivamente público (100% da União).

A finalidade da Ebserh, tratada no Art. 3º da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, foi regulamentada em seu Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, que define o Art. 3º :

“... prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública...”

As demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh foram elaboradas de acordo com o Art. 33 do Decreto 7.661/11 e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, com os pronunciamentos emitidos pelo CPC, e as NBC T 16. Além disso, a Ebserh integra a Administração Pública Federal, utiliza o SIAFI, na modalidade total para compor o Balanço Geral da União-BGU, e também está sujeita a observância da Legislação aplicada ao Setor Público, Lei 4.320/64, além das demais legislação fiscal de âmbito Federal, Estadual e Municipal, e as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil.

Em 2016, além da Sede da Ebserh as demonstrações financeiras do exercício evidenciam as atividades de execução das filiais da Empresa no Hospital Universitário do Piauí, Hospital Universitário de Brasília, Hospital Universitário Onofre Lopes, Hospital Universitário Ana Bezerra, Maternidade Escola Januário Cicco, Hospital Universitário de Sergipe, Hospital Universitário Lauro Wanderlei, Hospital

Universitário Maria Aparecida Pedrossian, Hospital Universitário de Santa Maria, Hospital Universitário do Maranhão, Hospital Universitário de São Carlos, Hospital Universitário de Juiz de Fora e Hospital de Doenças Tropicais.

Nota 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial consta apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos Setores Privado e Público, com base nos dados extraídos do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), no sistema ERP Alterdata, em Notas Fiscais de Entradas Registradas e Relatórios Mensais de Controle. Os Ativos e Passivos vencíveis até 31 de dezembro de 2017 foram classificados como circulante enquanto os vencíveis após essa data como Não Circulante.

2.2 REGIME DE ESCRITURAÇÃO

Foi adotado o regime de competência para o registro das variações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Nota 3. ATIVOS

São os bens e direitos que a Empresa possui e são demonstrados em ordem decrescente de realização. O ativo da Ebserh está registrado nas contas dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

3.1 ATIVO CIRCULANTE

São os bens e direitos que a empresa possui realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento”.

3.1.1 Caixa e equivalente de caixa: corresponde aos valores registrados nas contas de caixa e equivalentes de caixa, incluem Recursos da conta única aplicados e Limite de saque com vinculação de pagamento. Os Recursos da conta única aplicados advêm das receitas de concursos realizados durante o ano de 2016 e da contratualização com os hospitais em observância a contratos firmados com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde. Já o Limite de saque com vinculação de pagamento são recursos alocados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o fim de atender despesas de custeio e de investimento.

3.1.1.1 Conta Única do Tesouro - Recurso da Conta Única aplicados: ao final do exercício de 2016 as aplicações somaram o montante de R\$ 23.484.932,86. Nesta Conta Contábil consta registrada a movimentação financeira de recursos da conta única em processo de aplicação e resgate pela própria unidade gestora da Sede da Ebserh, para o pronto atendimento das demandas financeiras das filiais da Rede Ebserh.

3.1.1.2 Demais contas – Caixa Econômica Federal: ao final do exercício de 2016 o saldo dessas Contas Contábeis somava R\$ 35.241,29, sendo este valor referente aos depósitos realizados em virtude de caução pelos fornecedores para participação em Licitações Públicas, tais recursos são devolvidos aos depositantes no ato de homologação da licitação.

3.1.1.3 Limite de saque com vinculação de pagamento: o valor registrado na Conta Contábil ao final de 2016 somava R\$ 51.805.384,47, sendo referente ao limite de saque da conta única da entidade de forma consolidado, recebimentos por intermédio de programação financeira estabelecida pelo órgão central, para atender as despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

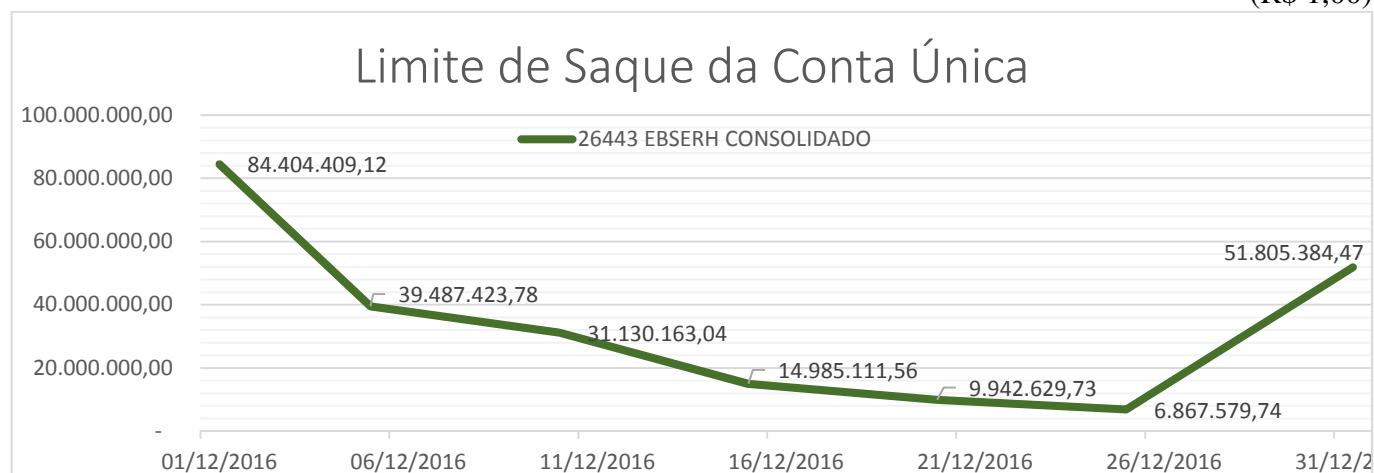
Tabela 48 - Valor registrado na Conta Contábil ao final de 2016

(R\$ 1,00)

1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE			31/12/2016
155007/26443	EBSERH	SEDE	40.513.115,52
155008/26443	EBSERH	HUPI	467.855,99
155009/26443	EBSERH	HUB-UNB	588.538,47
155010/26443	EBSERH	HU-UFMA	-
155013/26443	EBSERH	HUOL-UFRN	1.557.649,24
155014/26443	EBSERH	HUAB-UFRN	470.866,42
155015/26443	EBSERH	MEJC-UFRN	1.752.094,93
155017/26443	EBSERH	HU-UFS	458.428,22
155023/26443	EBSERH	HULW-UFPB	1.169.698,31
155124/26443	EBSERH	HUMAP-UFMS	244.647,23
155125/26443	EBSERH	HUSM-UFSM	3.909.960,66
155900/26443	EBSERH	HU-UFSCAR	33.581,69
155903/26443	EBSERH	HU-UFJF	638.947,79
155905/26443	EBSERH	HU-HDT	-
Total			51.805.384,47

Gráfico 6 - Limite de saque da Conta Única

(R\$ 1,00)

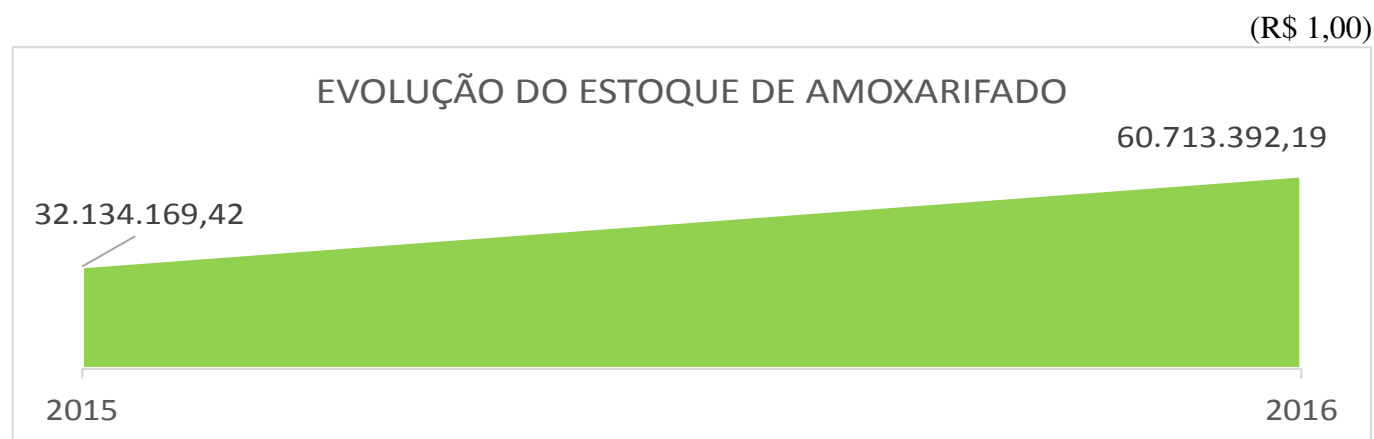


Verifica que o valor de aproximadamente R\$ 52 milhões no final do mês é devido o recebimento da contratualização FNS, o ciclo operacional da Ebserh é o mês subsequente da entrada do repasse, assim, inicia os pagamentos das despesas e a redução do valor da conta de limite de saque.

3.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo: o registro no valor de R\$ 20.209,44 trata-se de recebimento indevidamente por empregado da Ebserh, durante o período de 27/04/2014 e 31/07/2013 conforme processo 23477.005184/2014-15, e inscrito no Cadastro de Inadimplentes (Cadin) em 2016.

3.1.3 Estoques: são registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo da Sede e de cada filial da Ebserh, restando à contabilidade a evidenciação dos valores levantados em cada local, informados nos Relatórios Mensais de Almoxarifado (RMA) e registrados no SIAFI. No Gráfico 5, consta representada a evolução dos estoques da empresa no encerramento dos exercícios de 2015 e 2016.

Gráfico 7 - Evolução dos estoques da empresa no encerramento dos exercícios de 2015 e 2016

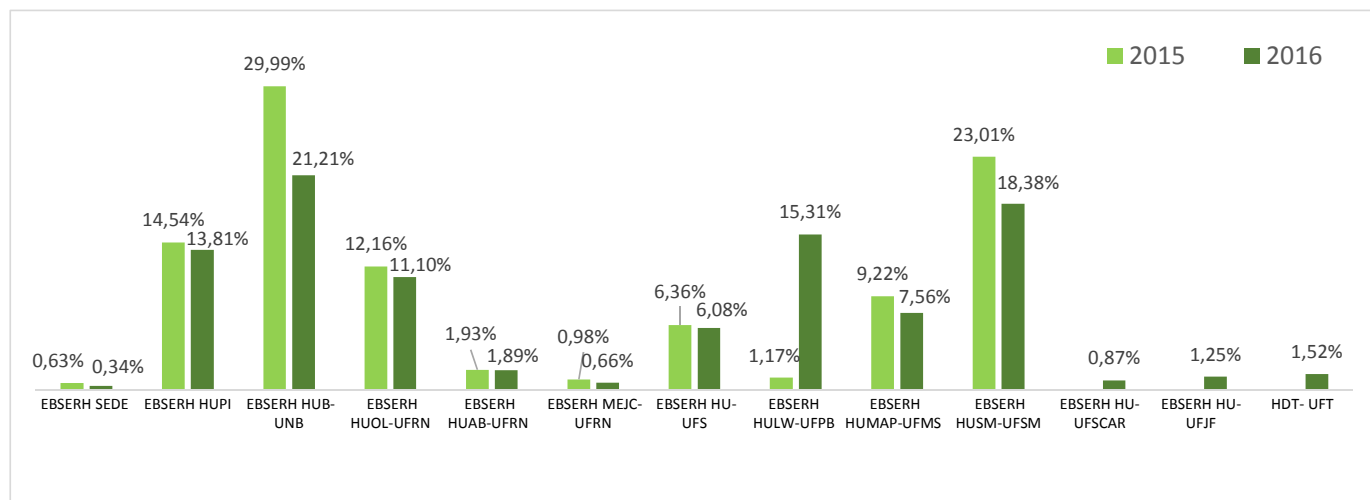


A variação contabilizada alcança quase 100% de aumento em relação ao volume registrado no exercício anterior. Deste aumento, 76% estão agregados na Conta Contábil de Medicamentos e Materiais Hospitalares, que registra as despesas com medicamentos e materiais de consumo utilizados em atendimentos hospitalares e ambulatoriais nas unidades hospitalares.

No geral, a composição de estoque no valor de R\$ 60.71.392,19, tem como maior relevância as contas analíticas do grupo almoxarifado, que representa 98% dos estoques.

O almoxarifado está segregado entre os Hospitais Universitários filiados à Ebserh com execução na UG Ebserh, vale ressaltar que três Hospitais Universitários iniciaram em 2016 a executar na UG filial Ebserh.

Gráfico 8 - Distribuição do estoque de almoxarifado por filial



O aumento do registro na Conta Contábil de Estoques verificado no encerramento do exercício de 2016 deve-se a dois fatores preponderantes:

- O aumento direto do número de unidades hospitalares filiadas à Empresa que passaram a realizar a efetiva operação de suas despesas com o CNPJ vinculado à Ebserh, que implica em um aumento de mais de 100% no número de unidades;
- A movimentação de repasse de grande volume de orçamento às unidades filiadas da Empresa ao fim do exercício de 2016, e a falta de regularidade desses ingressos ao longo do ano.

Os estoques registrados no balanço da Ebserh são destinados ao atendimento da atividade fim ou para atender as áreas administrativas e se subdividem em dois grupos, estoques de distribuição – formados principalmente pelos medicamentos, materiais hospitalares e produtos de saúde – e estoques internos almoxarifado, formados por material de consumo, gêneros alimentícios e material de expediente. Os estoques são registrados pelo valor das notas fiscais de entrada e seus saldos registrados no relatório mensal de almoxarifado.

Com o intuito de confirmar o registro do valor em estoque, no ano passado foi publicada a Norma Operacional DOF nº 01/2016, de junho de 2016, para normatizar os procedimentos de realização de inventário físico dos estoques na Sede e nas unidades hospitalares filiadas à Ebserh, objetivando melhorar os controles e corrigir falhas anteriormente detectadas. A publicação da referida norma buscou atender as orientações das Auditorias Interna e Independente nos seguintes aspectos:

- Verificação dos valores e quantidades contabilizados como estoques, correspondentes à existência física dos materiais de produção, produtos em elaboração e produtos acabados;
- Verificação da confiabilidade dos controles e métodos de armazenamento e movimentação dos materiais;
- Aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) - Estoque, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 2), no que diz respeito ao Tratamento contábil, valor do custo reconhecido como ativo, permanência dos ativos até o reconhecimento da receita, redução ao valor realizável líquido, e métodos e critérios utilizados para atribuir custos aos estoques; e
- Aplicabilidade da Resolução CFC N.º 1.137/08 que “Aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público e o Art. 106 da Lei 4.320/64 e o Art. 106 da Lei 4.320/64”.

3.1.4 Ajustes em saldos de estoque: devido ao prazo estabelecido no calendário de encerramento do exercício 2016 da STN, não foi possível a inclusão da provisão de ajuste de estoque entre os saldos existentes nos estoques em comparação ao saldo contábil do SIAFI, porém foram conciliados pela ótica da Lei 6.404/76, dos hospitais abaixo:

Tabela 49 - Saldos existentes nos estoques em comparação ao saldo contábil do SIAFI

(R\$ 1,00)

Local	SISTEMA CONTROLE	SIAFI 2016	DIFERENÇA
Sede	207.822,27	237.709,13	(29.886,86)
HUPI	8.384.555,36	8.386.981,66	(2.426,30)
HUB	12.874.636,62	10.218.500,69	2.656.135,93
HUOL	6.736.362,95	6.912.569,09	(176.206,14)
HUAB	1.149.766,22	1.149.766,22	0,00
MEJC	402.557,68	402.557,68	0,00
UFS	3.690.881,57	3.898.043,52	(207.161,95)
HULW	9.291.897,06	13.175.370,10	(3.883.473,04)
HUMAP	4.589.358,74	7.761.655,96	(3.172.297,22)
HUSM	11.151.209,72	11.151.209,72	0,00
UFSCAR	529.675,89	411.729,61	117.946,28
UFJF	761.033,91	761.033,91	0,00
HDT	925.452,30	936.467,95	(11.015,65)
Total	60.695.210,29	65.403.595,24	(4.708.384,95)

Nota 3.2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

São os bens (corpóreos ou intangíveis) destinados ao funcionamento da Empresa e que geram benefícios econômicos.

3.2.1 Demais créditos e valores a longo prazo: são valores referentes aos depósitos judiciais da Sede e unidades hospitalares filiadas à Ebserh, em virtude de processos judiciais em julgamento. A variação positiva se deve ao aumento do quadro de empregados públicos da Empresa e ao processo gradativo de incorporação de novas unidades filiadas que conseqüentemente tem aumentado o fluxo de demandas judiciais.

Tabela 50 - Valores referentes aos depósitos judiciais da Sede e Unidades da Rede Ebserh

			(R\$ 1,00)
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	2016	2015	VARIAÇÃO
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	502.650,74	40.314,98	1147%
DEPÓSITOS EFETUADOS P/INTERPOSIÇÃO DE RECURSO	91.639,30		
TOTAL	594.290,04	40.314,98	1374%

3.2.2 Imobilizado: são os bens móveis e imóveis destinados ao uso da empresa e que geram valor social e benefícios futuros, como a incorporação de novos equipamentos para melhoria dos serviços de saúde prestados à população no âmbito do SUS. O grupo de Bens Imóveis registra atualmente apenas o custo de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros para usufruto e funcionamento da Ebserh. Os demais itens que compõe a Conta Contábil de imobilizado constam agregados nos grupos de Bens Móveis e Bens Intangíveis e a apuração de valores foi realizada com base no custo de aquisição, deduzida a correspondente depreciação. Os gráficos demonstram que o grupo de maior representatividade é o de bens móveis e o grupo com maior crescimento no período em análise foi o intangível.

Gráfico 9 - Composição do imobilizado em 2016

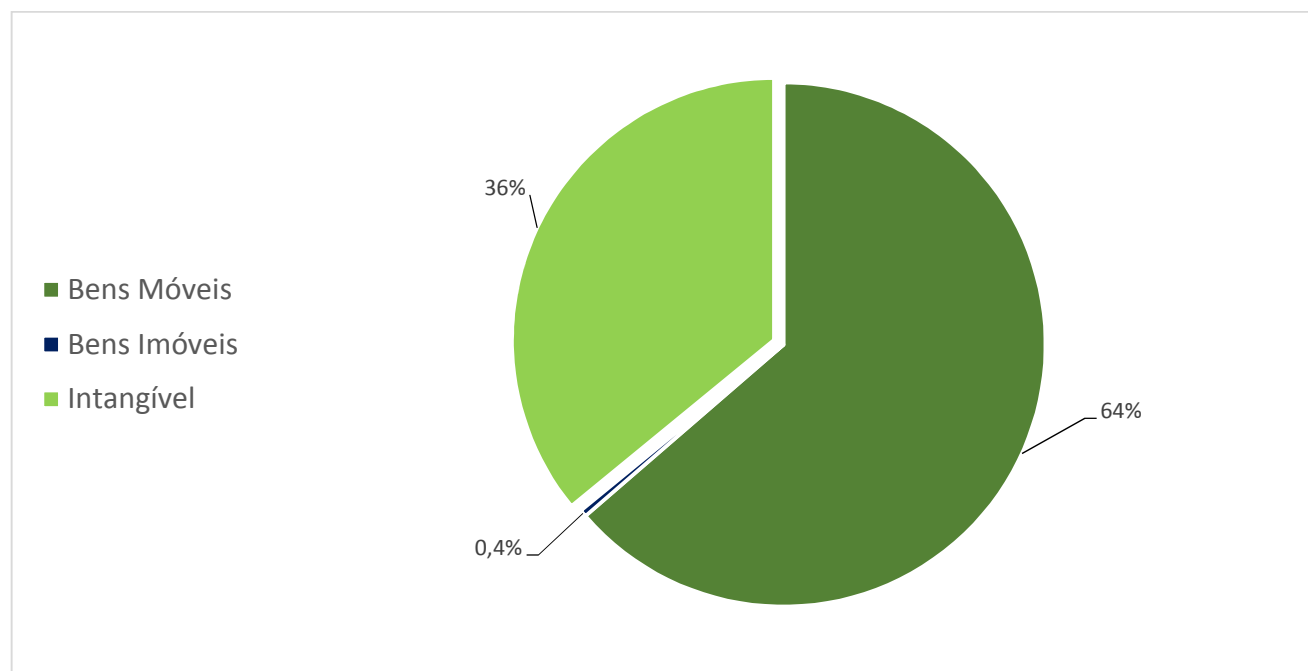
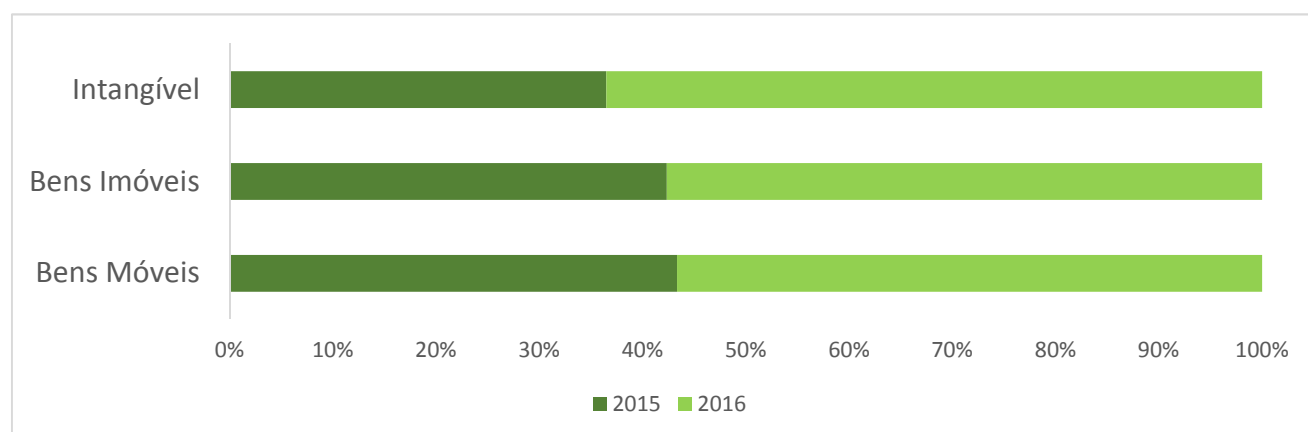


Gráfico 10 – Evolução do imobilizado de 2015 para 2016



3.2.2.1 Bens móveis: representa os investimentos em aparelhos médico-hospitalares, equipamentos para exames, máquinas de ar condicionado, geradores de energia elétrica, servidores de internet e mobiliário em geral. A Conta Contábil de Bens Móveis representa 64% do volume de imobilizado da Ebserh. A distribuição desse volume por unidades da Empresa consta demonstrada na Tabela 55.

Tabela 51 - Volume imobilizado da Ebsersh por unidades da Empresa comparando 2015 e 2016

(R\$ 1,00)

BENS MÓVEIS POR FILIAL	2016	2015
EBSERH/SEDE	54.343.424,43	50.087.970,68
EBSERH HUPI	12.923.647,99	9.320.965,63
EBSERH HUB-UNB	4.620.220,45	735.119,48
EBSERH HU-UFMA	14.400,00	-
EBSERH HUOL-UFRN	3.623.057,76	905.467,50
EBSERH HUAB-UFRN	3.197.508,33	616.996,36
EBSERH MEJC-UFRN	2.693.666,03	752.583,63
EBSERH HU-UFS	3.232.170,91	194.509,50
EBSERH HULW-UFPB	862.203,63	2.890,00
EBSERH HUMAP-UFMS	1.601.745,02	-
EBSERH HUSM-UFMS	2.805.418,25	837.199,00
EBSERH HU-UFSCAR	469.480,31	-
EBSERH HU-UFJF	5.985,00	-
EBSERH HDT -UFT	587.187,02	-
DEPRECIÇÃO ACUM.	(25.226.247,33)	(13.145.828,71)
Total	65.753.867,80	50.307.873,07

3.2.2.1.1 Equipamentos de processamento de dados: constitui a Conta Contábil mais representativa do ativo não circulante, correspondendo a 21% de todo o ativo da empresa, conforme a tabela:

Tabela 52 - Equipamentos de processamento de dados comparando 2015 e 2016

(R\$ 1,00)

EQUIP. DE PROC. DE DADOS POR FILIAL	2016	2015
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	44.626.268,49	41.009.251,01
EBSERH HUPI	412.577,14	382.613,35
HUB-UNB	1.879.530,48	286.399,48
HUOL-UFRN	1.662.448,03	6.149,75
HUAB-UFRN	1.555.836,62	166.357,66
EBSERH MEJC-UFRN	137.133,33	122.877,80
EBSERH HU-UFS	1.567.757,97	6.599,50
EBSERH HULW-UFPB	15.112,00	0,00
EBSERH HUSM-UFMS	6.639,00	0,00
EBSERH HU-UFSCAR	12.676,08	0,00
HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UFT	97.000,00	0,00
Total	51.972.979,14	41.980.248,55

Em comparação à 2015, houve em 2016 um aumento de 23,8% de bens desta natureza, aproximadamente 80% se referem a três tipos de equipamentos, quais sejam:

- Data Center Container com 58,40%;
- Solução de Storage com 19,07%;
- Firewall com 3% representando.

Para os demais 20%, temos outros equipamentos de TI, tais como:

- Servidores de rede;
- Racks
- Computadores;
- Notebooks;
- Tablets;
- Pontos de acesso;
- Painéis de controle etc.

3.2.2.1.2 Equipamento/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares: é uma das contas de grande representatividade, ela reflete 9,7% do ativo da empresa. A análise horizontal referente 2016 e 2015 aponta uma variação positiva de 144% decorrente da aquisição de aparelho, utensílio ou equipamento de uso médico, odontológico, laboratorial.

Tabela 53 – Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares comparando 2015 e 2016

(R\$ 1,00)

EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP POR FILIAL	2016	2015
EBSERH/SEDE	1.080.312,50	10.112,50
EBSERH/HUPI	10.970.618,24	7.738.326,98
EBSERH/HUB	2.668.153,18	429.805,00
EBSERH/HUOL-UFRN	289.269,02	272,00
EBSERH/HUAB-UFRN	719.466,46	182.719,81
EBSERH/MEJC- UFRN	1.585.176,34	377.266,73
EBSERH/HU-UFS	1.332.488,18	187.910,00
EBSERH/HULW-UFPB	422.078,67	
EBSERH/HUMAP-UFMS	1.490.076,81	
EBSERH/HUSM-UFSM	2.685.647,75	837.199,00
EBSERH/HU-UFSCAR	187.034,80	
EBSERH/HDT - UFT	371.235,00	
Total	23.801.556,95	9.763.612,02

Os equipamentos médicos compreendem todos os aparelhamentos de uso em saúde com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para

diagnóstico, terapia, reabilitação ou monitorização. Foram adquiridos equipamentos médicos para atender às necessidades de ampliação da oferta de serviços, modernização dos equipamentos e em virtude de atendimento à legislação em vigor ou complementação daqueles, cuja quantidade era insuficiente. Tais equipamentos são fundamentais para a qualificação assistencial, ou seja, a modernização do parque tecnológico instalado, a substituição de equipamentos obsoletos.

As contas “máquinas e equipamento gráficos” e “máquina e equipamento eletroeletrônico” foram reclassificadas, em conformidade com o com a art. 176, § 2º Lei 6.404/76, para as contas “máquinas e utensílios de escritório” e “Equipamentos/Utensílios Médicos, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar”.

Os Hospitais Universitários filiais, dentro do processo de transição para gestão, realizarão a cessão de seus bens móveis para a UG Ebserh. Informamos que estes bens estão registrados no patrimônio das Universidades Federais e a cessão deverá acontecer após o levantamento do Inventário Patrimonial, e sua avaliação conforme Termo de Referência do Pregão nº 01/2016 da UG 155007/26443, atualmente existem cinco hospitais com o inventário finalizado e outros cinco com o inventário em andamento, conforme estabelecido em Edital, após a assinatura do contrato, as Contratadas possuem o prazo de 120 para conclusão das atividades.

Abaixo uma tabela com os prazos previstos para finalização dos trabalhos nas filiais:

Tabela 54 - Prazos previstos para finalização dos trabalhos nas filiais

UF	Unidade Hospitalar	Prazo previsto de conclusão
CE	UFC – Hospital Edgar	31/05/2017
CE	UFC - Maternidade	31/05/2017
MS	HUMAP-UFMS	14/06/2017
PB	HULW-UFPB	17/05/2017
PE	HU-UNIVASF	23/05/2017

3.2.2.2 Depreciação: foi calculada pelo método linear das cotas constantes, mediante a utilização de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98.

3.2.2.3 Impairment de ativos não financeiros: a administração da Ebserh revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de

determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para a venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

Não foram encontradas evidências na data do Balanço Patrimonial, de desvalorização de ativo imobilizado. Diante disso, a Ebserh não identificou necessidade de constituição de provisão para *Impairment*, previsto no § 3 do art. 183 da Lei 6.404/1976, e CPC 01.

3.2.2.4 Bens imóveis: registrado no valor de R\$ 319.462,39 referente as instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros, basicamente são os bens registrado na Sede.

3.2.3 Intangível: são “*ativos não monetários identificáveis sem substância física*”. Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade. A Ebserh possui registrado os direitos de *software* de sua propriedade ao custo de aquisição de licenças deduzido dos valores amortizáveis. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de produção ou desenvolvimento, menos a respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis. A Ebserh tem registrado em seu intangível o montante abaixo demonstrado:

Tabela 55 - Ativos intangíveis comparando 2015 e 2016

			(R\$ 1,00)
INTANGÍVEL	2016	2015	VARIAÇÃO
SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO		25.974.292,63	
SOFTWARES	35.958.269,90		
SOFTWARES - EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	1.159.482,35		
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES		-4.636.169,87	
Total	37.117.752,25	25.974.292,63	43%

Segue a tabela descritiva de *softwares* e licenças da Ebserh responsáveis pelo montante de intangível registrado no balanço.

Tabela 56 - *Softwares* e licenças da Ebserh responsáveis pelo montante de intangível registrado no balanço

			(R\$ 1,00)
Inscrição Genérica	Nome	Saldo	
AGHU001	APLICATIVO DE GESTÃO PARA HOSP.UNIVERSITÁRIOS -	536.166,41	
ANTV001	LICENCIAMENTO ANTIVIRUS SYMANTEC 2014	617.652,00	
INTRNET	PORTAL INTERNET E INTRANET DA REDE EBSERH	627.500,00	
SIGP001	SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS	16.119.245,80	
SIG0001	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	11.782.619,24	
MSWI001	LICENCIAMENTO MICROSOFT 2013	1.946.070,90	
ANTV002	LICENCIAMENTO-ANTIVIRUS-SYMANTEC-2015	2.535.926,63	
CFTV001	LICENCIAMENTO-CFTV-DIGIFORTE-2013	8.497,32	
VOIP001	LICENCIAMENTO VOIP CISCO 2013	594.705,00	
WGOV001	LICENCIAMENTO-WEBGOV-2016	1.107.943,75	
PTEL001	LICENCIAMENTO-PONTO ELETRONICO-SURICATO-2013	3.570,66	
WIFI001	LICENCIAMENTO-WIFI-CISCO-2013	102.173,40	
SIGP001	SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS - EM DESENVOLVIMENTO	1.159.482,35	
Total		37.141.553,46	

Devido à observância da norma contábil (“Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto o ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado” NBC TSP 31, parágrafo 88) e orientação da STN, o intangível foi reclassificado para intangível com vida útil indefinida e a amortização acumulada foi estornada. A reclassificação aconteceu nas contas do ativo intangível, 1.2.4.1.1.01.00 – *Softwares* com vida útil definida, para a conta 1.2.4.1.1.02.00 – *Softwares* com vida útil indefinida, conforme a orientação da setorial de contabilidade do MEC, na data de 24/02/16, mensagem comunica nº 2016/0427734.

Nota 4. PASSIVOS

São os valores de obrigações que a Ebserh tem com terceiros, tais como fornecedores ou com empregados, são conhecidos ou calculáveis, e quando aplicáveis, podem ser acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São demonstrados em ordem crescente de exigibilidade.

Tabela 57 - Planilha de análise horizontal e vertical do passivo comparando 2015 e 2016

PASSIVO	(R\$ 1,00)		AH (%)	AV (%)
	2016	2015		
CIRCULANTE	182.195.308,22	87.566.422,27	108%	74%
NÃO CIRCULANTE	129.933.104,34	83.966.185,90	55%	53%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(66.040.314,92)	(6.231.220,38)	-960%	-27%
TOTAL DO PASSIVO	246.088.097,64	165.301.387,79	49%	100%

4.1 Passivo circulante: obrigações a serem liquidadas até o encerramento do exercício social seguinte. É composto pelos subgrupos e respectivas Contas Contábeis demonstradas no Balanço Patrimonial e refere-se às contas a pagar com empregados, provisões trabalhistas, fornecedores (aquisição de bens, serviços e outras compras realizadas no curso normal das atividades da empresa) e outras obrigações. A composição da variação refere-se as férias acumuladas a pagar e outros compromissos assumidos com fornecedores de materiais, bens e serviços, e decorre do acentuado aumento do quadro de pessoal da Empresa, contratado para a composição da força de trabalho em suas unidades hospitalares filiadas, e nesse sentido, decorre também do aumento no quantitativo de filiais que entraram em efetiva operação no exercício, o que alcança 100% em relação ao ano anterior.

4.2 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais: corresponde a obrigações com salários, remunerações e benefícios, férias a pagar. Como descrito anteriormente, é possível afirmar que esse grupo de obrigações é formado praticamente pelas despesas a pagar com férias.

Tabela 58 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais comparando 2015 e 2016

(R\$ 1,00)

Obr. Trabalhista, Previdenciárias e Assistências	2016	2015
Salários Remunerações e Benefícios		23.532,86
Férias a Pagar	119.256.917,36	59.067.658,69
INSS-Contrib.S/ Serviços de Terceiros	160,00	
Total	119.257.077,36	59.091.191,55

4.3 Fornecedores e contas a pagar a curto prazo: são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros, sendo classificadas como passivos circulantes uma vez que o pagamento é devido até o fim do exercício social seguinte. Na prática, são reconhecidas ao valor de Notas Fiscais e demais documentos de cobrança correspondentes que resultarão em futura execução financeira.

Tabela 59 - Fornecedores e contas a pagar a curto prazo comparando 2015 e 2016

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2016	2015	Varição
Contas a Pagar Credores Nacionais	R\$ 51.705.184,81	R\$ 19.136.611,51	170%

4.4 Provisões a curto prazo: a provisão para indenização trabalhista no valor de R\$ 8.662.679,05 registrado no Balanço Patrimonial é constituída a partir de informações obtidas da Consultoria Jurídica da Ebserh. Segundo a Consultoria, não se restringe as demandas trabalhistas, tendo em vista que inclui ações de natureza trabalhista e cível em geral, dentre as ações estão incluídas ações assistências, ações relativas aos concursos públicos, ações relacionadas a licitações e contratos, dentre outros. As que possuem valores são as que, efetivamente, referem-se aos requerimentos (pedidos) constantes nas ações; por exemplo: indenizações, responsabilidade civil. Os valores são estimados e segundo metodologia da referida assessoria, a classificação se dá de acordo com a possibilidade de sucesso do requerente na referida ação em remota, provável e possível. A classificação como remota geralmente é quando o pedido liminar foi indeferido; provável, deferido, e possível, sentença procedente (e pendente de recurso) conforme quadro demonstrativo:

Tabela 60 - Provisão de Contingências comparando 2015 e 2016

NATUREZA	EXPECTATIVA DE CONDENAÇÃO	2016 (R\$)	2015 (R\$)	Variação %
Trabalhista	Provável	7.212.874,39	934.836,68	672%
Cível	Provável	1.449.804,66	1.122.115,66	29%
TOTAL		8.662.679,05	2.056.962,34	321%

A constituição de provisões de contingências passivas, com vistas a atender ao regime de competência, bem como outras necessárias a **contingências tributárias, previdenciárias, cíveis e trabalhistas** são quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

A Consultoria Jurídica da Ebserh, utiliza o seguinte método de análise do prognóstico das ações judiciais:

Provável: ação que há maior probabilidade da Ebserh perder. A demanda será classificada como “provável” por exemplo quando houver decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa;

Possível: a chance de perder é menor que provável. A demanda será classificada como “possível” quando ainda não houver decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.

Remota: pequena chance da Ebserh perder. A demanda será classifica como “remota” quando há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou obrigação já tenha sido devidamente cumprida.

A Empresa tem contingências de natureza judiciais (trabalhista e cíveis), envolvendo riscos de perda classificados pela Consultoria Jurídica como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa apresentada a seguir:

Tabela 61 - Composição e estimativa das contingências de natureza judiciais (trabalhista e cíveis)

Natureza	Valor estimado em Reais (RS)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Trabalhistas		
Possíveis	R\$ 20.018.969,81	Ações Cíveis Públicas trabalhistas. Reclamações trabalhistas de empregados (PCCS, insalubridade, reintegração, dano moral coletivo, hora extra noturna, acúmulo de adicionais, transferências). Reconhecimento de vínculos de precarizados.
Cíveis		
Possíveis	R\$ 7.749.303,42	Ações referentes aos concursos públicos e indenizatórias. Ações coletivas, inclusive do MPF, para implementação de melhorias. Ações de fornecimento de medicamentos.
TOTAL	R\$ 27.768.273,23	

4.5 Demais obrigações a curto prazo: representa as consignações, depósitos não judiciais e outras obrigações a curto prazo.

Tabela 62 - Volume das consignações, depósitos não judiciais e outras obrigações a curto prazo comparando 2015 e 2016

	2016	2015	(R\$ 1,00) Variação
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.541.003,93	7.226.369,57	-65%
Consignações	2.495.467,54	845.384,32	195%
INSS	260.090,05	163.713,17	59%
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS DEVIDOS	1.207.855,88	308.753,46	291%
ISS	194.733,62	143.273,73	36%
DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	781.362,28	120.047,93	551%
DEPÓSITOS A EFETUAR POR DETERMINAÇÃO	51.425,71	109.596,03	-53%
Depósitos Não Judiciais	35.241,29	-	100%
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	35.241,29	-	100%
DEPOSITOS DE TERCEIROS	-	-	
Outras Obrigações a Curto Prazo	10.295,10	6.380.985,25	-100%
SAQUE - CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	4.634,75	350,14	1224%
FATURA - CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	5.660,35	3.072,00	84%

a) Consignações: nesta Conta Contábil constam demonstrados os valores de consignações retidas pela Ebserh no curso da execução de suas obrigações, representam valores de tributos Federais, Estaduais e Municipais retidos pela Ebserh e suas filiais. Esse passivo origina-se da execução da folha de pagamento

de pessoal e contratações diversas, bem como das aquisições de produtos e serviços de fornecedores sobre os quais a legislação fiscal exige a retenção por parte do contratante.

b) Depósitos não judiciais: são depósitos realizados como garantia para o cumprimento de obrigação. O montante registrado no passivo refere-se a garantias/caução para cumprimento de contrato nas filiais HU-UFPI e HU- UFS.

c) Outras obrigações a curto prazo: as obrigações registradas neste subgrupo referem a faturas em aberto de suprimentos de fundos.

4.6 Depósitos retidos de fornecedores: atende às determinações dos tribunais de contas para efetuar a retenção de valores, em conta específica.

Tabela 63 - Saldo dos depósitos retidos de fornecedores

(R\$ 1,00)

HU	NOME DO FORNECEDOR	SALDO EM 2016
HUPI	BELAZARTE - SERVICOS DE CONSULTORIA LTDA - ME	15.355,30
HULW	JMT SERVICOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA	754.110,62
	SL ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA	11.889,39
UFSCAR	NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	6,97
TOTAL		781.362,28

4.7 Passivos não circulantes: são as obrigações com terceiro, no que pese a sua classificação é feito no passivo não circulante tendo em vista que o prazo de exigibilidade ultrapassa o exercício seguinte.

4.7.1 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC): são os repasses recebidos na dotação orçamentária de investimentos. Ao receber tais recursos, deve-se registrar o recurso recebido, normalmente no ativo (no caso da Ebserh os recursos registrados no AFAC correspondem aos investimentos registrado no ativo não circulante) e a crédito na conta específica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” (passivo não circulante). Ressalta-se que o AFAC compreende todo passivo não circulante. O Serviço de Contabilidade já solicitou a autorização de integralização do AFAC ao Capital Social conforme Processos

23477.002646/2014-34 e 23477.019916/2016-16, desta forma, o AFAC permanecerá no passivo não circulante, até que seja editado e publicado decreto autorizativo expedido pelo Presidente da República.

Tabela 64 - Saldo do AFAC em 31/12/2015 registrado no SIAFI

Conta	Descrição	Valor (R\$)
2.2.9.1.0.00.00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC	83.966.185,90

Fonte: Consulta Tesouro Gerencial

Tabela 65 - Quadro de Evolução do AFAC 2016

Elemento Despesa			Conta Contábil	Valor R\$
INVESTIMENTOS	37	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	631400000	885.565,01
INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	631400000	5.005.104,38
INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALAÇÕES	631400000	12.121.601,04
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	622130400	257.644,03
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	631400000	5.309.899,61
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	632200000	351.748,67
INVESTIMENTOS	37	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	631400000	944.172,78
INVESTIMENTOS	37	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	622130400	83.600,00
INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	622130400	3.262.622,29
INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALAÇÕES	622130400	7.466.338,55
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	622130400	2.018.718,87
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	631400000	1.696.212,20
INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALAÇÕES	631400000	1.880.781,18
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	632200000	165.000,00
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	622130400	3.998.745,14
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	631400000	475.766,99
INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	632200000	43.397,70
Total				45.966.918,44

Fonte: Consulta Tesouro Gerencial

O AFAC registrado em 31/12/2016 no Balanço Patrimonial: é de R\$ 129.933.104,34.

NOTA 5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é formado pelas contas Capital Social, Resultado de Exercício Anteriores e Resultado do Exercício. O capital social está representado pelo valor inicialmente subscrito na constituição da empresa. O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União. Atualmente, todos os aportes feitos pelo Governo Federal destinado a investimentos estão registrados na

conta AFAC. A DOF está aguardando aprovação da proposta de transferências dos recursos registrados no AFAC para o aumento do Capital Social da empresa.

5.1 Capital Social Subscrito: é composto pelo valor inicial de R\$ 5.000.000,00 totalmente integralizado exclusivamente público (100% pela União). O capital social já subscrito e integralizado em 07 de março de 2012, conforme registro constante do SIAFI com o nº 2012RA000001, código de recolhimento tesouro nº 48816-0, no valor de R\$ 5.000.000,00.

5.2 Resultados de Exercícios anteriores – Lei 6.404/76: Compreende o resultado apurado nos exercícios anteriores no valor de R\$(11.231.220,38) negativo.

5.3 Resultados do Exercício: o prejuízo de R\$ (64.517.479,49) é o resultado da apuração das receitas e rendimentos ganhos no exercício financeiro de 2016, independentemente da sua realização em moeda versus os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos, está evidenciado na DRE e notas explicativa 7.

5.4 Evolução do passivo: é perceptível (vide quadro) o aumento do Passivo proveniente principalmente das obrigações trabalhistas (despesa com pessoal) que mensalmente são pagas; O aumento do passivo não circulante, representado exclusivamente pelo Adiantamento de para Futuro Aumento de Capital, representa o investimento; O declínio do Patrimônio Líquido é explicável pela natureza da empresa de prestação de serviço público 100% gratuito sem preocupação com geração de lucro.

Tabela 66 - Evolução do Passivo comparando 2015 e 2016

Passivo	2016 (R\$)	2015 (R\$)	Varição
Circulante	182.195.308,20	87.566.422,27	52%
Não circulante	129.933.104,30	83.966.185,90	35%
Patrimônio Líquido	(70.748.699,87)	(6.231.220,38)	1135%

Nota-se um aumento considerável do passivo. As justificativas para o circulante e não circulante são partes das notas explicativas 4.2 e 4.3. A maior variação, entres os grupos em análise, pertence ao

Patrimônio Líquido (PL), porém mesmo apresentando resultado do exercício negativo, entendemos que o cenário passa tornar-se equilibrado quando ocorrer a integralização do AFAC.

Nota 6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A Ebserh integrante do Orçamento Geral da União, recebe todos os seus repasses previsto na LOA, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 67 - Repasses previstos na LOA

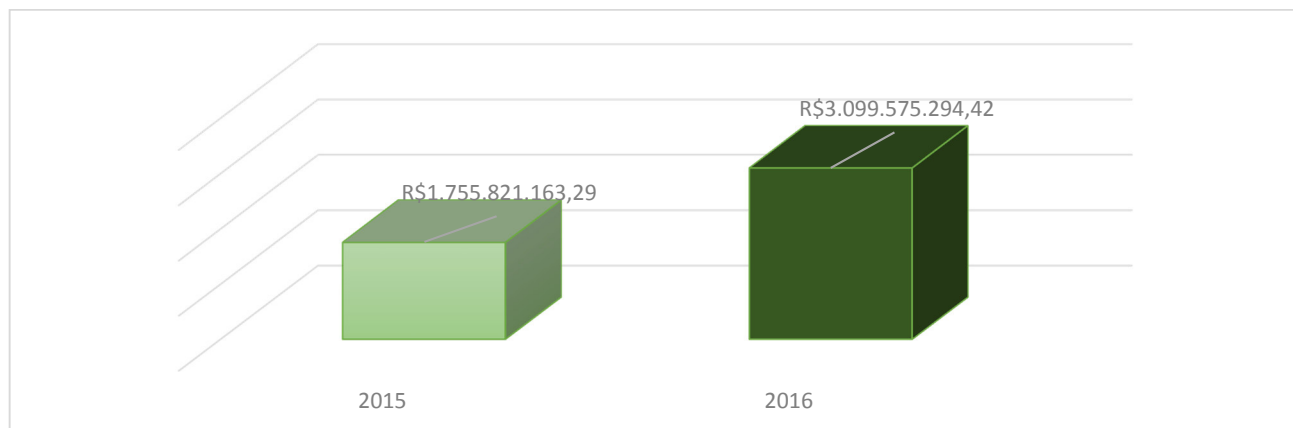
(R\$ 1,00)

Receitas	2016		2015	
Repasses Recebidos	3.099.575.294,42	98,8%	1.755.821.163,29	91,52%
Repasses de Contrato	34.161.831,54	1%	157.098.073,95	8,19%
Receita Financeira	<u>3.182.118,27</u>	0,10%	<u>5.583.943,66</u>	0,29%
Total	3.136.919.244,23	100%	1.918.503.180,90	100,00%

6.1 Repasses recebidos: foi de R\$ 3.099.575.294,42 no ano de 2016, analisando a composição dessas receitas, constata-se que as receitas vindas das subvenções governamentais representam quase que a totalidade dos ingressos. Subvenções por meio de repasses é a forma de descentralização de recursos financeiro utilizada pelo governo central para financiar as empresas públicas dependentes. Apresentou-se para a Ebserh como a principal fonte de receita.

6.2 Repasse de contratos: sendo a Ebserh uma empresa prestadora de serviço público gratuito, cabe explicar que o Repasse de Contrato refere se as receitas com taxa de inscrição em concurso público, mediante contrato entre a Ebserh e a Banca Examinadora sendo o maior montante, Contratos de Cessão de Espaço no Hospital Universitário, e demais, sendo que a diminuição de concursos públicos no exercício justifica a diminuição de receita desta natureza. O gráfico de Repasses do Orçamento Geral da União 2016/2015 reafirma o financiamento público da Ebserh, que recebeu por intermédio de descentralização financeira os repasses oriundos da administração direta (MEC/MS):

Gráfico 11 - Repasses do Orçamento Geral da União comparando 2015 e 2016



6.3 Remunerações de aplicações financeiras: as receitas financeiras, oriundas de recursos da conta única aplicados tiveram um incremento de 75%. Esses recursos e suas variações podem ser verificados na tabela e no gráfico a seguir:

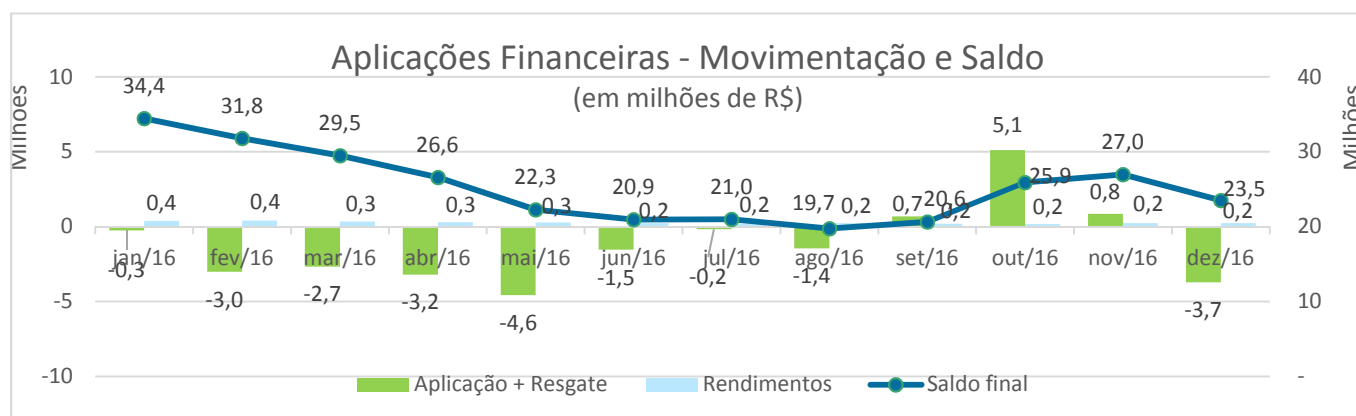
Tabela 68 - Receitas financeiras oriundas de recursos da conta única aplicados

Em R\$ 1

Aplicações/Resgates e Rendimentos - Recursos da Conta Única Aplicados

Descrição	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	Total
Principal	34.302.393	34.421.565	31.802.999	29.469.819	26.559.599	22.251.567	20.941.837	20.967.598	19.746.249	20.619.967	25.893.503	26.966.128	
Aplicação	1.212.113	4.515.542	341.689	155.593	2.875	4.944,39	460.225,74	2.441.403,99	1.627.420,00	6.692.229,92	4.323.907,21	1.447.212,66	23.225.155
Resgates	(1.466.493,28)	(7.534.575)	(3.009.574)	(3.359.563)	(4.577.030)	(1.549.102)	(639.603)	(3.889.507)	(950.756)	(1.597.514)	(3.480.274)	(5.170.743)	(37.224.733)
Rendimentos	373.553	400.468	334.705	293.750	266.123	234.427	205.139	226.753	197.054	178.820	228.991	242.336	3.182.118
Saldo	34.421.565	31.802.999	29.469.819	26.559.599	22.251.567	20.941.837	20.967.598	19.746.249	20.619.967	25.893.503	26.966.128	23.484.933	

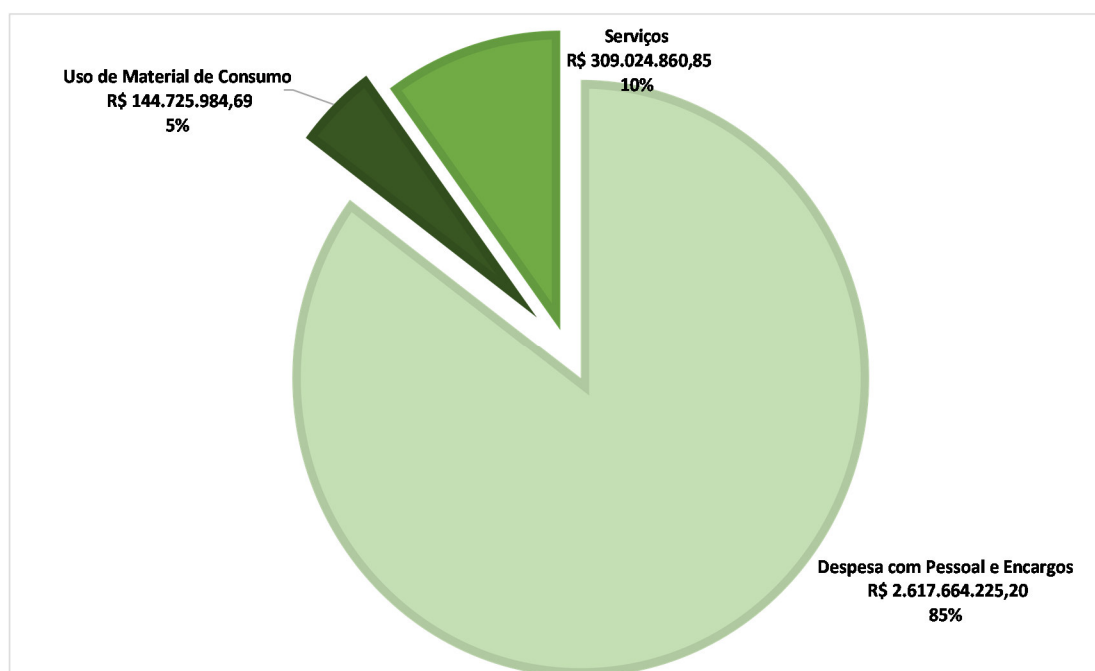
Gráfico 12 - Aplicações financeiras: movimentação e saldo



Destaca-se que a variação deve-se aos concursos públicos realizado pela bancas examinadoras e o recebido das inscrições pela Ebserh, que após finalizado as etapas prevista no edital do concurso são **efetuados** os pagamentos para as devidas bancas.

6.4 Despesas operacionais: são as despesas destinadas a operacionalização dos serviços de atenção à saúde, com foco no atendimento ao paciente nos hospitais universitário. Segue abaixo gráfico da composição das despesas de 2016.

Gráfico 13 - Composição das despesas de 2016



6.5 Despesa com Pessoal e Encargos: a maior parte das despesas da Ebserh, como nos diversos órgãos da administração pública, é com pessoal e encargos, tendo havido um aumento em relação ao ano de 2015 para 2016 da ordem de R\$ 1.061.082.898,07 um aumento de 68%.

Gráfico 14 - Número de empregados



Gráfico 15 - Distribuição dos empregados por hospital da Rede Ebserh

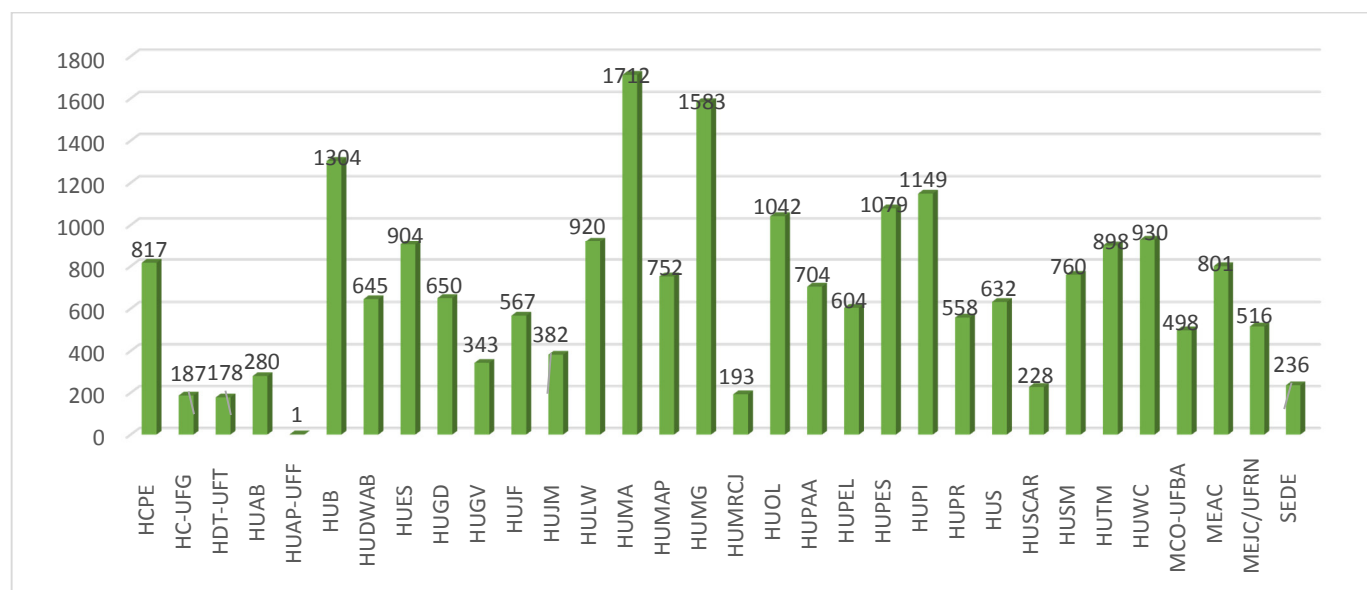


Gráfico 16 - Distribuição geral dos cargos comissionados

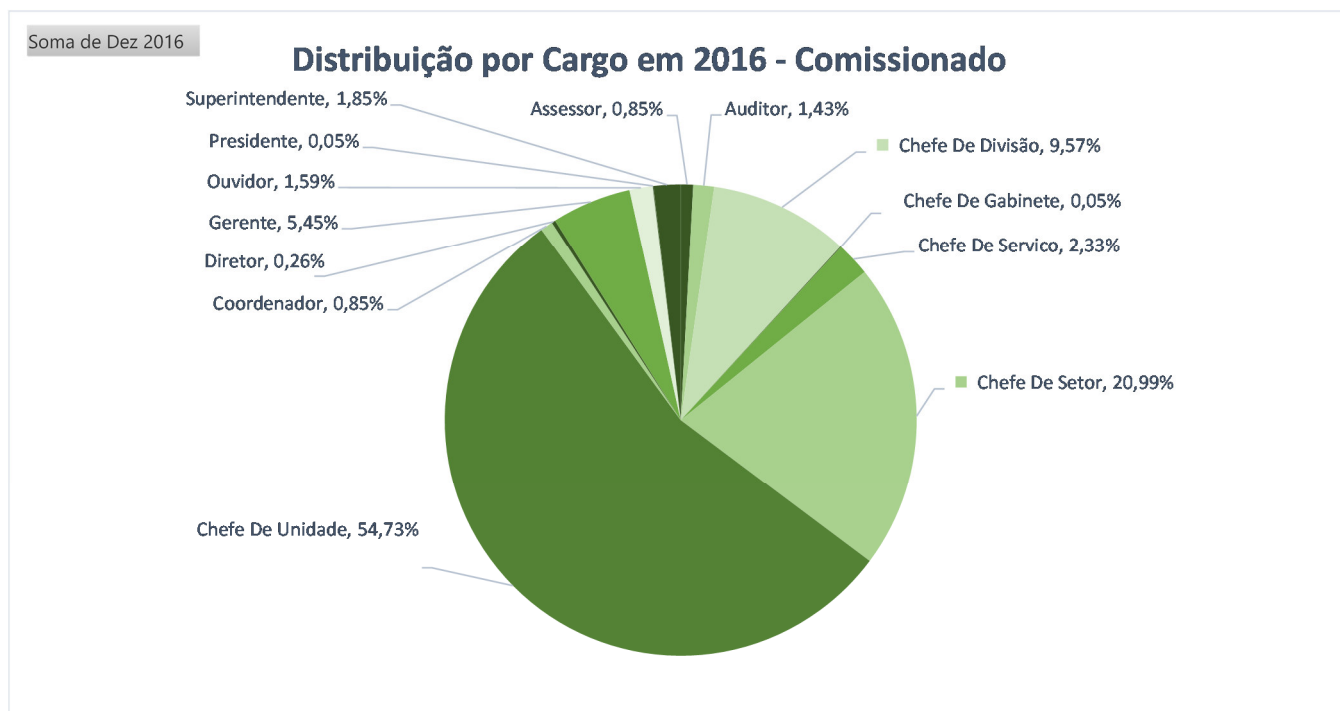
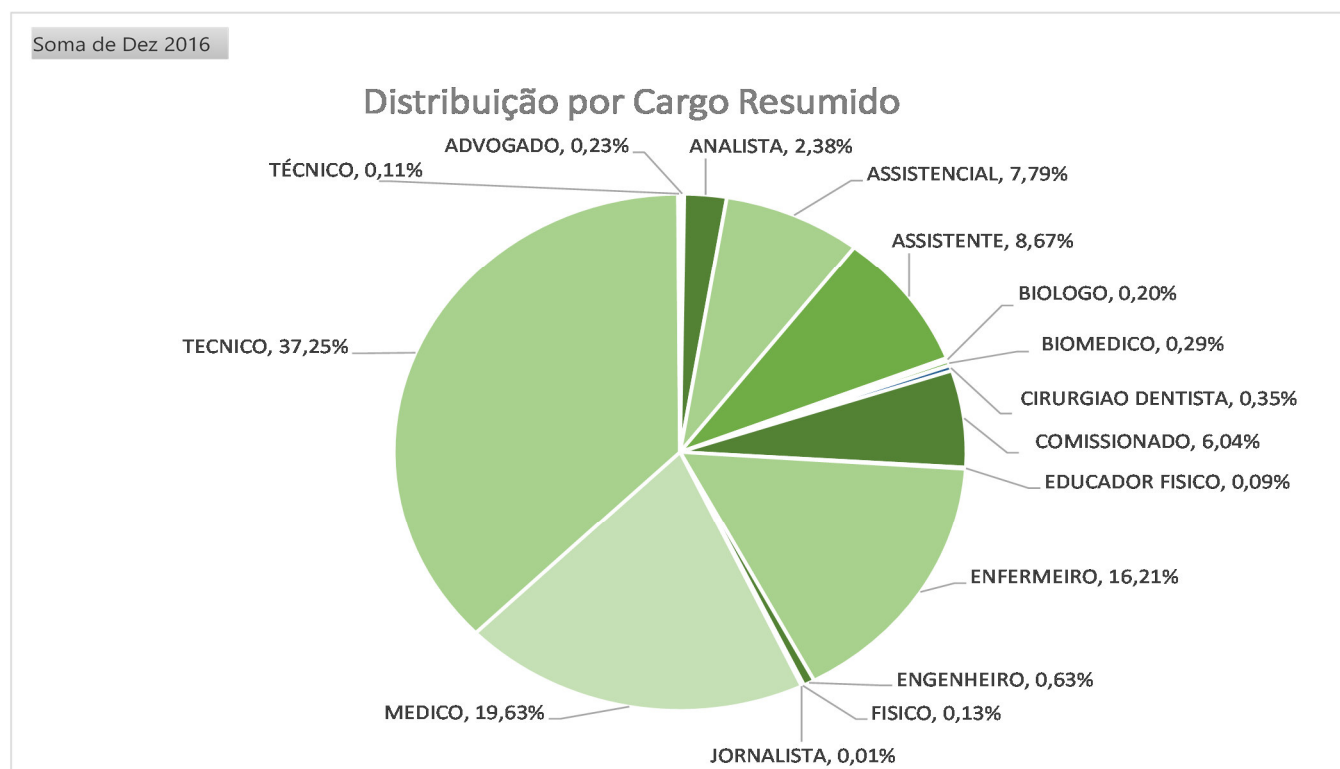


Gráfico 17 - Distribuição por cargo efetivo



O aumento da despesa com pessoal teve influência, principalmente, das despesas com “Vencimentos e Salários”, “13º Salário”, FGTS, “Contribuições Previdenciárias – INSS” e “Auxílio-alimentação Cívica” devido à contratação dos novos empregados ao longo do ano de 2016. Além do significativo incremento na força de trabalho, com a nomeação e posse de aprovados em concurso público, houve um aumento salarial em 9% (nove por cento) sobre a remuneração e benefício dos empregados conforme ACT/2016.

Foi requerida a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS-Saúde), baseada na lei 12.101/2009, com foco no fortalecimento da gestão do SUS e na potencialização das ações das entidades Beneficentes para a estruturação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), com consequente ampliação e melhoria da qualidade do acesso aos serviços de saúde, em caso de deferimento haverá a isenção de pagamento dos encargos patronais, reduzindo consideravelmente as despesas nesta rubrica.

6.5.1 Remuneração paga a empregados e administradores: de acordo com a Resolução nº 03, de 31 de dezembro de 2010, da CGPAR, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 28 de março de 2011, apresenta-se a tabela abaixo. Nos valores das remunerações, estão inclusos os adicionais fixos.

Tabela 69 - Remuneração paga a empregados e administradores

Administradores	Valor pago em 2016 (em R\$)
Maior	30.999,53
Menor	4.995,18
Média	19.590,10
Empregados	Valor pago em 2016 (em R\$)
Maior	13.489,32
Menor	2.031,19
Média	5.741,26

6.6 Uso de material de consumo: são os valores dos materiais hospitalares, administrativos e de almoxarifados efetivamente utilizados na prestação de serviços da Ebserh com destaque para o consumo de material farmacológico e consumo de material hospitalar nos valores de R\$ 47.763.361,22 e R\$ 55.670.665,86 respectivamente.

6.6.1 Grupo despesas operacionais, subgrupo consumo de materiais estocados: esse grupo foi influenciado pela aquisição de “material de consumo imediato” para a Sede, HUPI, HUOL, HUAB, MEJC, HULW, HUMAP, HUSM, HUSCAR, HUJF, HUMA e HDT tais como material de escritório, medicamentos e produtos hospitalares para o funcionamento a atenção a saúde dos pacientes no ciclo operacional do Hospital Universitário.

6.6.2 - Consumo de gêneros de alimentação no valor de R\$ 9.056.305,92: a alimentação e nutrição hospitalar é essencial ao funcionamento de uma unidade hospitalar uma vez que compõe a assistência integral dos pacientes, fornecendo nutrientes necessários à recuperação e/ou manutenção do estado de saúde da clientela, sendo relevante e necessário para a atividade hospitalar. Além disso, contribui para o fornecimento de uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias aos demais usuários.

6.7 Serviços: são os gastos com a manutenção da capacidade estratégica da Ebserh Sede e de suas filiais. O Aumento da despesa decorre principalmente das contas “Serviços Técnicos Profissionais” referente à contratação de consultoria para apoio à gestão e melhoria de processos de negócio e suporte a usuários, referente aos serviços de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação, contratados para a prestação de serviços à Sede e a contratação de Serv. de Apoio Adm., Técnico e Operacional, também incluso neste grupo a vigilância, a higienização. A cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem a finalidade de apoiar na criação de condições técnicas adequadas para a atenção, o ensino e a pesquisa na área da saúde, por meio de ações de definição e implementação de linhas de cuidado, auxílio à estruturação da regulação hospitalar, programas de qualificação das Divisões de Gestão de Pessoas dos HUFs, processos de certificação de hospitais de ensino e estruturação de cursos de pós-graduação *stricto-sensu*. O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) como entidade líder para as infraestruturas complexas veio ao encontro das necessidades de projetos de arquitetura e engenharia e transferência de conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento dos HUFs, além de contribuir com a Ebserh no que respeita ao desenvolvimento de suas próprias capacidades, e ainda os diversos serviços operacionais para o bom funcionamento da unidade.

Os serviços de apoio afetos à hotelaria hospitalar serviram de base para o início da implementação dos Cadernos de Processos e Práticas de processamento de roupas e gestão do enxoval, higienização, gerenciamento de resíduos, cuidados na produção e distribuição de dietas enterais. Importante ressaltar que o Caderno é o estabelecimento de um modus operandi padronizado para toda a Rede Ebserh nos diversos processos de trabalho que compõem os serviços citados, que foi construído consensualmente com as filiais e a partir da visão de futuro estabelecido pelo Modelo de Referência de Hotelaria Hospitalar da Ebserh.

O serviço de lavanderia hospitalar, por sua vez, proporciona roupa hospitalar em ideais condições de reuso e sob situações higiênico-sanitárias adequadas, contribuindo diretamente para o controle da infecção hospitalar e infestações, além de oferecer dignidade aos pacientes internados e externos.

Os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos dos grupos A, B, E e classe II A são essenciais para o cumprimento da RDC Anvisa nº 306/2004, que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, oferecendo controle de riscos sanitários a pacientes, demais usuários do hospital e comunidade do entorno hospitalar.

O serviço de higienização hospitalar promove adequada condição de salubridade e higiene das dependências médico-hospitalares incluindo limpeza, desinfecção e conservação das superfícies fixas; manejo e tratamento de resíduos até a deposição no respectivo abrigo externo; remoção, redução ou destruição de micro-organismos patogênicos; controle de disseminação de contaminação biológica, química, etc.

O serviço de transporte inter-hospitalar de pacientes torna possível deslocamentos necessários no Sistema de Saúde local para garantir o cuidado integral e seguro, de acordo com o grau de complexidade, a todos os pacientes.

Os serviços contratados na gestão de equipamentos médico-assistenciais quanto às necessidades de incorporação, aquisição, manutenção, uso e inativação desses equipamentos no hospital.

6.8 Despesas com juros e encargos de mora: são os valores referente aos pagamentos a órgãos públicos, devido ao poder de polícia do Estado, e ainda contém valores referente as multas administrativas decorrentes de atraso de pagamento, além das multas de auditoria do trabalho expedidos pelo MTE.

6.9 Bolsa Mais Médicos: além da gestão do Rehuf, a Ebserh também auxilia o MEC no pagamento das bolsas de tutoria, supervisão e coordenação do PMMB e CAMEM. O acompanhamento e controle dos

bolsistas se dá na Secretaria de Educação Superior - SESU do MEC, cabendo à Ebserh, conforme Lei nº 12.871/2013, realizar o pagamento de acordo com a lista disponibilizada pela área responsável pelas ações do PMMB e CAMEM. O orçamento anual dispendido para atender ao pagamento das bolsas desses dois programas é proveniente da ação 20GK – Fomento as ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (o montante de R\$ 103 milhões de reais. Atende ainda, ao pagamento de mais de 1900 bolsas mensalmente).

NOTA 7 – RESULTADO DO EXERCÍCIO APURADO

A demonstração do resultado evidencia o que é apurado pelo confronto das receitas e despesas do exercício de 2016. O resultado é o somatório das receitas de contratualização SUS, concursos e aplicações financeiras, dos repasses oriundos do orçamento geral da união, deduzindo-se as despesas operacionais, tais como pessoal, diárias, assessoria, aluguéis e serviços de terceiros.

O resultado do exercício negativo de 2016 reflete o impacto da constituição das provisões de pessoal, contingências passivas e da depreciação dos bens do ativo não circulante, que não são consignadas no orçamento da União por se tratar de despesas patrimoniais, além do reconhecimento de passivos. Os repasses orçamentários somente são reconhecidos no momento da transferência das programações financeiras.

O resultado do Exercício é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Ebserh, sobretudo, o resultado negativo apresentado possui influência direta de despesas reconhecidas pelo regime de competência, em especial as obrigações com folha de pagamento.

NOTA 8 – CONCILIAÇÃO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2016/2006 – TCU – PLENÁRIO

Em atenção ao Acórdão Nº 2016/2006 - TCU – Plenário deve-se promover a conciliação entre a contabilidade feita de acordo com a Lei 6.404/76 e aquela promovida conforme a Lei 4.320/64, apresentadas pelas empresas estatais dependentes, segue abaixo tabela comparativa:

Tabela 70 - Conciliação entre os grupos totais do ativo e passivo 2015 e 2016, conforme a Lei nº 6.404/76 e a Lei nº 4.320/64 extraído do SIAFI

Em R\$

Conciliação entre os grupos totais do ativo e do passivo - 2015 - 2016							
Balancos Patrimoniais conforme Lei 6.404/76 e Lei 4.320/64 extraído do SIAFI							
ATIVO	Lei 6.404/76 - BP		ATIVO	Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferença entre os totais do ativo da 6.404/76 (-) 4.320/64	
	2015	2016		2015	2016	2015	2016
Circulante	93.295.614,59	137.438.749,81	Circulante	93.295.614,59	142.147.134,76		
Não Circulante	72.005.773,20	103.940.962,88	Não Circulante	72.005.773,20	103.940.962,88	2015	2016
TOTAL DO ATIVO	165.301.387,79	241.379.712,69	TOTAL DO ATIVO	165.301.387,79	246.088.097,64	-	4.708.384,95
PASSIVO	Lei 6.404/76 - BP		PASSIVO	Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferença entre os totais do passivo da 6.404/76 (-) 4.320/64	
	2015	2016		2015	2016	2015	2016
Circulante	87.566.422,27	182.195.308,22	Circulante	87.566.422,27	182.195.308,22		
Não Circulante	83.966.185,90	129.933.104,34	Não Circulante	83.966.185,90	129.933.104,34	2015	2016
Patrimônio Líquido	(6.231.220,38)	(66.040.314,92)	Patrimônio Líquido	(6.231.220,38)	(66.040.314,92)		
TOTAL DO PASSIVO	165.301.387,79	246.088.097,64	TOTAL DO PASSIVO	165.301.387,79	246.088.097,64	-	-
DRE	Lei 6.404/76 - DRE		DVP	Lei 4.320/64 - DVP SIAFI		Diferença entre o resultado do período da 6.404/76 (-) 4.320/64	
	2015	2016		2015	2016	2015	2016
Resultado do Período	(7.907.509,59)	(64.517.479,49)	Resultado do Período	(7.907.509,59)	(59.809.094,54)	2015	2016
TOTAL	(7.907.509,59)	(64.517.479,49)	TOTAL	(7.907.509,59)	(59.809.094,54)	-	4.708.384,95

As notas explicativas complementares sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2016 constam do Anexo A. Informa-se que o balanço patrimonial de 2016 estará disponível no link no seguinte link: <http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/demonstracoes-de-contas-anuais>.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O acompanhamento das deliberações do TCU dispõe, atualmente, do Módulo de Monitoramento do Plano de Providências Permanente (MMPPP) disponível no SIG-Ebserh, instituído com base na Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2017. Este módulo tem como objetivo realizar o monitoramento das manifestações dos gestores quanto às providências relacionadas as recomendações ou determinações emitidas pelos órgãos de controle, dentre eles o TCU. Dada a mudança de gestão, ocorrida em meados do exercício de 2016, a maior parte dos usuários do módulo foi substituída, o que exigiu grande esforço para registro, capacitação e ambientação dos gestores. Soma-se a isso a revisão de competências para a consecução do processo de acompanhamento das demandas dos órgãos de controle.

Quadro 11 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.519/2014-1	436/2016 - PL	9.4.2.1	Ofício nº 120/2016-TCU	29/03/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Atenção à Saúde - DAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4.2.1 Formalizar adequadamente os instrumentos de contratualização com o SUS que se encontram fora da validade, afrontando as diretrizes estabelecidas na Portaria GM/MS 3.410/2013, situação que foi constatada nos Hospitais citados.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A contratualização hospitalar é um dos eixos estruturantes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), que tem como finalidade a formalização da relação entre gestores de saúde e os hospitais integrantes do SUS, promovendo a qualificação da assistência, da gestão hospitalar, da avaliação e do ensino e da pesquisa. Importa destacar que tão importante quanto possuir um bom instrumento formal de contratualização, é resgatar a relação dos HUFs com a gestão do SUS, o que pressupõe mudança de hábitos, culturas e paradigmas, investimento em formação, qualificação da assistência, ensino e pesquisa, dentre outras ações, por parte dos HUFs. Acredita-se que o resgate dessa relação proporcionará, gradativamente, uma efetiva e qualificada integração dos HUFs ao SUS, potencializando o seu papel na rede de atenção à saúde, respeitados				

o seu perfil e vocação assistencial e de formação, estabelecendo um novo patamar na relação dos HUFs com o respectivo gestor da saúde e impactando na melhoria do cuidado prestado aos seus usuários. A Portaria 3.410/2013 que regulamenta o processo de contratualização no âmbito do SUS, define em seu art. 3º: "Art. 3º Os entes federativos formalizarão a relação com os hospitais públicos e privados integrantes do SUS sob sua gestão, com ou sem fins lucrativos, por meio de instrumento formal de contratualização." "Parágrafo único. A contratualização tem como finalidade a formalização da relação entre gestores públicos de saúde e hospitais integrantes do SUS por meio do estabelecimento de compromissos entre as partes que promovam a qualificação da assistência e da gestão hospitalar de acordo com as diretrizes estabelecidas na PNHOSP." Assim, resta evidenciado que a assinatura do instrumento formal de contratualização está diretamente vinculada à pretensão do gestor local de saúde, não tendo a Ebserh, portanto, a governabilidade plena na condução e êxito deste processo. Lembra-se que os HUFs são a parte contratada, ou seja, os gestores do SUS - parte contratante, são quem efetivamente tem a governabilidade do processo. Cabe ao Serviço de Contratualização Hospitalar - SCH/CRACH/DAS, prestar apoio técnico na elaboração, negociação e formalização do instrumento formal de contratualização dos hospitais junto à gestão do SUS. Para tanto, o SCH obtém e fornece aos HUFs, informações estratégicas, tais como, série histórica da produção ambulatorial e hospitalar, repasses financeiros do Ministério da Saúde, procede estudos sobre a possibilidade de participação do hospital em políticas prioritárias do SUS, realiza reuniões técnicas, presenciais ou por videoconferência, elabora propostas de IFC e define em parceria com a instituição as estratégias de negociação com a gestão local de saúde. Passamos a discorrer sobre cada um dos hospitais que estão sob a gestão da Ebserh: HUB-UnB: contrato em vigência; MEAC e HUWC-UFC: contrato em vigência; HU-UFJF: contrato em vigência; HUIBB-UFPA: contrato em vigência; HUAC-UFCG: não há contrato vigente, aguardando posição da Secretaria Municipal; Hospitais e institutos da UFRJ: não estão sob gestão da Ebserh.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.519/2014-1	436/2016 - PL	9.4.2.2	Ofício nº 120/2016-TCU	29/03/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Atenção à Saúde - DAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4.2.2 constituir a Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) e/ou promover seu funcionamento adequado, em atendimento ao disposto no art. 32 da Portaria GM/MS 3.410/2013, com relação aos hospitais listados				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A contratualização hospitalar é um dos eixos estruturantes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), que tem como finalidade a formalização da relação entre gestores de saúde e os hospitais integrantes do SUS, promovendo a qualificação da assistência, da gestão hospitalar, da avaliação e do ensino e da pesquisa. Importa destacar que tão importante quanto possuir um bom instrumento formal de contratualização, é resgatar a relação dos HUFs com a gestão do SUS, o que pressupõe mudança de hábitos, culturas e paradigmas, investimento em formação, qualificação da assistência, ensino e pesquisa, dentre outras ações, por parte dos HUFs. Acredita-se que o resgate dessa relação proporcionará, gradativamente,				

uma efetiva e qualificada integração dos HUFs ao SUS, potencializando o seu papel na rede de atenção à saúde, respeitados o seu perfil e vocação assistencial e de formação, estabelecendo um novo patamar na relação dos HUFs com o respectivo gestor da saúde e impactando na melhoria do cuidado prestado aos seus usuários. A Portaria 3.410/13 que regulamenta o processo de contratualização no âmbito do SUS, define em seu art. 5º: "Art. 5º Compete aos entes federativos contratantes: VII - instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento da Contratualização de que trata o art. 32 Assim, resta evidenciado que é competência do contratante - o gestor local do SUS, instituir e operacionalizar a Comissão de Acompanhamento da Contratualização. Está prevista como nova etapa do apoio institucional às filiais, o fornecimento de suporte técnico para que estas atuem junto ao gestor local de saúde, a fim de que a Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) funcione plenamente, para tanto, além da minuta de contrato elaborada pelo SCH que prevê cláusula específica acerca da CAC e, a elaboração de uma minuta de regimento interno relativa ao seu funcionamento, está sendo construído um instrumento para obter o diagnóstico situacional sobre funcionamento da CAC em toda as filias, com vistas à intensificar e qualificar o apoio às mesmas.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.519/2014-1	2983/2015-PL	9.1.5.1	Ofício nº 0715/2015	28/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.5.1 Elaborar e apresentar a este Tribunal Plano de Ação, individualizado por hospital e contemplando todos os hospitais filiados, para substituição dos trabalhadores terceirizados que se encontrem em desacordo com o Decreto 2.271/1997, o qual deverá indicar as medidas a serem adotadas, bem como os responsáveis por tais medidas e prazos para implementação de cada uma delas, a fim de que haja a plena substituição dos terceirizados que desempenham atividades não previstas no Decreto 2.271/1997.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Dia 28/03/2016 foi protocolizada peça no TCU apresentando Plano de Ação, individualizado, por Hospital Universitário Federal, para substituição dos trabalhadores terceirizados que se encontrem em desacordo com o Decreto 2.271/1997. A DGP continuará acompanhando e executando o Plano de Ações.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.519/2014-1	436/2016-PL	9.4.4	Ofício nº 120/2016-TCU	29/03/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF
Descrição da determinação/recomendação
9.4.4 Determinar à Ebserh que promova a transferência total da gestão financeira de cada um dos hospitais filiados para a correspondente Unidade Gestora (UG) da Ebserh filial, com as respectivas sub-rogações dos contratos que se fizerem necessárias, no prazo previsto para tal no instrumento firmado com a respectiva universidade vinculadora e, nos casos em que esse prazo já esteja vencido, adote o prazo de 90 dias
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Consideram-se gestão financeira plena até 2016, os seguintes HUFs da Rede Ebserh: HU-UFPI; UFRN (HUOL, HUAB e MEJC); HU-UFS; HULW-UFPB; HU-UFSM; HU-UFJF; e HUMAP-UFMS.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.519/2014-1	436/2016-PL	9.2.1	Ofício nº 120/2016-TCU	29/03/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Atenção à Saúde - DAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4.5 Conferir nova redação do item 9.2.2.1, que passa a ser redigido da seguinte forma (itens 22 a 24 do voto): 9.2.2.1. Realize estudos com vistas a identificar os hospitais universitários federais sob sua gestão que estão com capacidade ociosa decorrente de problemas na regulação de acesso a assistência e, quando necessário, incentivar a articulação do hospital com os gestores do SUS no intuito de reduzir possíveis inconformidades detectadas (item 14 do voto), e informe a este Tribunal as providências adotadas nesse sentido.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi realizado estudo, no período do dia 14 ao dia 28 de abril de 2016, com dados de produção de 2015, de oito Hospitais da Rede Ebserh, que foram selecionados por serem gestão plena, à época. Após a realização dos estudos, oito HUFs, concluiu-se que: após análise em separado, dos dados dos serviços ofertados (leitos, consultas, exames e cirurgias) no ano de 2015, pode-se observar que a ociosidade da capacidade hospitalar é inexistente ou baixa. E, ainda, em metade desses, os serviços ofertados foram 100% regulados, em três houve regulação mista e em quatro a oferta de serviços não foi regulada pelo gestor. Ainda, foi informado que foram interpretados outros fatores, como: infraestrutura hospitalar inadequada, insuficiência de recursos humanos, desconhecimento do HUF da sua real capacidade operacional, insuficiência da capacidade do gestor de regular, tensionamento da Rede SUS, assim como contratualização do HUF desatualizada, ou seja, o fato de o HUF ser regulado ou não, parece não influenciar a ociosidade. Vale ressaltar que a Ebserh Sede tem envidado todos os esforços, no sentido de estruturar o Setor de Regulação e Avaliação em Saúde (SRAS). As estratégias e ações em curso relacionadas à estruturação do setor e implantação de dispositivos de regulação assistencial nos HUFs tem resultado no desenvolvimento de competências específicas das equipes relacionadas à temática, no uso crescente de ferramentas voltadas ao aprimoramento				

da regulação intra-hospitalar e sua relação com a RAS, constituindo-se, portanto, em ações indispensáveis para a transformação pretendida, dentre as quais, o desafio de implantação de um novo modelo de regulação assistencial. É de importância saber que o projeto de expansão da regulação assistencial está em fase de implantação em alguns HUFs selecionados. Ainda, caso este desenho de estudo atender plenamente às expectativas do órgão de controle, ele poderá ser estendido às demais unidades filiadas, caso contrário, deverá ser ajustado, nos termos das novas orientações do demandante, TCU. Resposta foi encaminhada ao órgão demandante, por meio do Ofício nº 175/2016-CONJUR-PRES/EBSERH/MEC, de 30 de setembro de 2016.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.550/2015-2 (monitoramento do Acórdão 1610/2013, proferido no 009.067/2012-4)	1610/2013-PL	9.3.1	Ofício 412/2015 (destinada ao MEC) e Ofício 838/2015 do Secretário Executivo do MEC	13/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.1 Institua norma geral, estabelecendo regras e critérios, obedecida a legislação aplicável, a serem observados nos processos de recrutamento e seleção dos profissionais a serem alocados no desenvolvimento das atividades dos Hospitais Universitários, especialmente para a área de licitações e contratos, buscando privilegiar a alocação de mão de obra capacitada.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em agosto de 2015, a Ebserh informou ao TCU que seleciona seus profissionais, conforme legislação vigente, através de concursos públicos.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.550/2015-2 (monitoramento do Acórdão 1610/2013, proferido no 009.067/2012-4)	1610/2013-PL	9.3.2	Ofício 412/2015 (destinada ao MEC) e Ofício 838/2015 do Secretário Executivo do MEC	13/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP
Descrição da determinação/recomendação
9.3.2 Oriente os Hospitais Universitários a realizar o acompanhamento do desempenho dos profissionais, instituindo sistema formal de avaliação de desempenho, com o intuito de melhorar os controles internos de cada unidade, estimular o alcance de metas organizacionais e a promoção do desenvolvimento dos seus recursos humanos;
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Em agosto de 2015, a Ebserh informou ao TCU sobre os processos de avaliação, destacando o Programa Crescer com Competências, e mencionando a Matriz de Competências Profissionais.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.550/2015-2 (monitoramento do Acórdão 1610/2013, proferido no 009.067/2012-4	1610/2013-PL	9.3.3	Ofício 412/2015 (destinada ao MEC) e Ofício 838/2015 do Secretário Executivo do MEC	13/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.3 institua política de capacitação, de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento dos servidores dos Hospitais Universitários na legislação e jurisprudência aplicáveis aos seus processos de trabalho, especialmente aqueles relacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, acompanhamento e fiscalização contratual e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços, bem como identificação de fraudes, conluíus e outros ilícitos relacionados às contratações da entidade;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em agosto de 2015, a Ebserh informou ao TCU as normas internas relacionadas à capacitação, ressaltando a NO nº 02/2014 e o Plano de Desenvolvimento de Competências.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

013.550/2015-2 (monitoramento do Acórdão 1610/2013, proferido no 009.067/2012-4	1610/2013-PL	9.3.4	Ofício 412/2015 (destinada ao MEC) e Ofício 838/2015 do Secretário Executivo do MEC	13/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.4 promova ações com vistas à capacitação dos gestores dos Hospitais Universitários em práticas de gestão de forma a permitir a implementação de filosofia gerencial que contemple a gestão de riscos e controles internos;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em agosto de 2015, a Ebserh informou ao TCU sobre a parceria firmada com o Hospital Sírio Libanês, com o objetivo de implementar um Programa de Desenvolvimento de Competência, bem como o contrato com a Associação Columbus, com o objetivo de realizar um Programa de Intercâmbio Internacional e Formação para Gestores de HUF. Mencionou-se, ainda, a trilha de aprendizagem para desenvolvimento das competências gerenciais mapeadas.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.550/2015-2 (monitoramento do Acórdão 1610/2013, proferido no 009.067/2012-4	1610/2013-PL	9.3.5	Ofício 412/2015 (destinada ao MEC) e Ofício 838/2015 do Secretário Executivo do MEC	13/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Atenção à Saúde - DAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3.5 avalie a possibilidade de contemplar mais Hospitais Universitários com o processo de Acreditação ou, alternativamente, caso a inclusão não seja considerada viável, que, na medida do possível, estimule a implementação das atividades consideradas de excelência nos Hospitais Universitários não contemplados no processo;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em agosto de 2015, a Ebserh informou ao TCU os programas de qualidade hospitalar realizados pelo Serviço de Qualidade Hospitalar no ano de 2014; mencionou o Programa Ebserh de Segurança do Paciente (PESP); o aplicativo de Vigilância em Saúde e Gestão de Riscos Assistenciais Hospitalares (VIGIHOSP); o 1º Congresso Internacional de Segurança do Paciente;				

o Curso de Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente e a 1ª Mostra Ebserh de Qualidade Assistencial e Segurança do Paciente.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.874/2013-3	1640/2015-SC	1.6.1.1.1	Não foi identificada comunicação oficial para o HUOL além da publicação do acórdão.	Data da publicação do acórdão – abril/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL-UFRN				
Descrição da determinação/recomendação				
1.6.1.1.1. Direcionar, de forma sistemática, parte da receita investida anualmente no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para utilização no auxílio à pesquisa, com vistas a aproveitar o desenvolvimento e o crescimento do potencial em pesquisa verificado naquele hospital e de modo a dar funcionalidade à previsão da Cláusula Sétima, inciso X, do Contrato 55/2013, firmado em 29/8/2013, entre a UFRN e a Ebserh;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
No âmbito da pesquisa clínica, no escopo do Programa Ebserh de Pesquisas Clínicas Estratégicas para o SUS (EpecSUS), houve publicação da Norma Operacional nº 01, de 29 de março de 2016, que trata sobre a orientação dos contratos de patrocínio de estudo clínico. Dispõe a referida norma que o contrato de pesquisa clínica deve, prever taxas à instituição de pesquisa prevendo taxa exclusivamente destinada para Gerência de Ensino e Pesquisa de, no mínimo, 3% do valor global do estudo. Em que pese o importante passo desta iniciativa, apenas 50% dos HUFs, filiais Ebserh, realizam pesquisa clínica patrocinada, desta forma, nem todos os hospitais estão sendo beneficiados pela taxa constante da referida Norma Operacional. Tendo isso em vista, foi proposta em 10 de outubro de 2016, o encaminhamento da recomendação, em conjunto com manifestação técnica, à Presidência da Ebserh para apreciação.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.874/2013-3	1640/2015-SC	1.6.1.1.2.	Não foi identificada comunicação oficial para o HUOL além da publicação do acórdão.	Data da publicação do acórdão – abril/2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação
Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL/UFRN
Descrição da determinação/recomendação
1.6.1.1.2. Efetivar a gestão plena do Hospital Universitário Onofre Lopes (Huol), ocupando os cargos vagos de chefia dos 3º (Chefe de Divisão - Função Comissionada FC), 4º (Chefe de Setor - FG) e 5º (Chefe de Sistemas - FG) escalões, com vistas a cumprir o estabelecido no Parágrafo Sexto da Cláusula Sexta e observando a Cláusula Nona do Contrato 55/2013
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Destaca-se que 86,9% dos cargos comissionados e funções gratificadas já foram efetivamente preenchidos. Resta assim, um percentual pendente de 13,1%, que está em processo de escolha, pela análise do melhor perfil ou aguardando procedimentos de cessão do servidor ou ainda a publicação da portaria de designação (informação prestada em agosto de 2016).

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.874/2013-3	1640/2015-SC	1.6.1.2	Não foi identificada comunicação oficial para o HUOL além da publicação do acórdão.	Data da publicação do acórdão – abril/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL-UFRN				
Descrição da determinação/recomendação				
1.6.1.2. à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ao Hospital Universitário Onofre Lopes (Huol), à Secretaria Municipal de Saúde de Natal (SMS/Natal) e à Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte/RN (Sesap/RN) que avaliem a conveniência e a oportunidade de criarem grupo de trabalho específico para promover e agilizar a habilitação do HUOL na realização de serviços de transplantes de medula óssea no âmbito do SUS, a fim de que seja interrompida a prestação de serviços pelo Natal Hospital Center (CNPJ 02.109.397/0001-80), que não possui situação de regularidade fiscal desde 8/8/2002.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Hospital Universitário Onofre Lopes esclareceu que ocorreram duas reuniões nos meses de agosto e outubro de 2015, com grupo de trabalho constituído por representantes da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) de Natal, do TCU/RN e do HUOL. Uma terceira reunião ficou agendada para fevereiro de 2016, mas não chegou a se realizar, até porque pouco ou quase nada mudaria em relação à situação posta em 2015, como explica a seguir. O Superintendente do HUOL, embora manifestando no grupo de trabalho o interesse na habilitação para o transplante de medula óssea, sempre deixou registrado que não havia as condições de infraestrutura física, de equipamentos e de pessoal para assumir de imediato esse compromisso. Ressalte-se, por oportuno, que a cogitação da possibilidade de o transplante de medula óssea (TMO) ser realizado no HUOL,				

deve-se às dificuldades que o gestor municipal de saúde de Natal tem encontrado para renovar a contratação com o prestador que efetuava o procedimento, o qual está em situação de irregularidade fiscal. A Secretaria Adjunta de Atenção Integral à Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Natal, em recente contato, informou que estava em estágio avançado de resolução do problema da renovação do contrato com o prestador, de forma que a solicitação para esta unidade hospitalar efetuar o TMO deve se atenuar, pelo menos temporariamente.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.718/2011-2	318/2013	9.5	Ofício nº 1999/2014-TCU- Secex-RS	08/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Comitê Gestor do AGHU e Ministério da Educação				
Descrição da determinação/recomendação				
9.5. Recomendar ao Ministério da Educação e ao Comitê Gestor do AGHU que envidem esforços no aumento na velocidade de implantação do sistema AGHU;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Com relação ao item 9.5, a Ebserh assinou, em 14 de maio de 2013, o Termo de Cooperação com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) que tem por objeto o estabelecimento dos projetos e ações conjuntas entre a Empresa e o HCPA para a implementação do AGHU aos demais entes da rede federal de hospitais universitários, possibilitando, dessa forma, a transferência do modelo de gestão praticado pelo HCPA que obedece a um cronograma visando o aumento na velocidade de implantação dos aplicativos. O TCU considerou a recomendação em implementação. Em março de 2015 havia 30 HUFs com algum módulo já implantado do sistema. Restam ainda muitos módulos a implantar no conjunto de HUFs (de um total de 10 módulos), porém há que ser considerado que a velocidade de implantação depende de muitos fatores complexos e difíceis de controlar, por envolver a mudança de processos e de culturas nos hospitais, restrições orçamentárias, conversão de sistemas legados, implantação de infraestrutura, e outros.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.718/2011-2	318/2013-PL	9.8.1	Ofício nº 1999/2014-TCU- Secex-RS	08/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Comitê Gestor do Rehus e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares				
Descrição da determinação/recomendação				

9.8.1. ao conduzir a política de reestruturação dos HUF, evidem esforços para aperfeiçoar, quando necessário, os mecanismos de articulação e de comunicação efetiva entre a coordenação e os HUF, divulgando tempestivamente: cronogramas atualizados sobre as ações empreendidas, que detalhem responsáveis e metas de cada etapa e responsabilidades dos Ministérios; boas práticas identificadas; diretrizes de padronização de rotinas; planos de capacitação de gestores; e mecanismos de incentivos à melhoria de eficiência dos HUF;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O programa de capacitação com o Hospital Sírio Libanês e com a construção dos Planos Diretores dos HUFs, um dos produtos finais do programa. Houve informação de que informou que foi firmado também contrato com a Columbus para capacitação de 33 gestores de HUFs. O TCU, por meio do Acórdão nº 324/2017-Plenário, considerou a recomendação em implementação, mencionando que com a estruturação da Ebserh como uma empresa com várias filiais, a comunicação tende a se aperfeiçoar e destacando as informações constantes do portal da Ebserh na Internet, o Curso de Especialização em Gestão de Hospitais Universitários Federais, realizado com o apoio do Hospital Sírio Libanês e a existência de oportunidade de melhoria no que tange a mecanismos de incentivos a melhorias da eficiência, o que será viabilizado com a implantação de um sistema de custos adequado.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.718/2011-2	318/2013-PL	9.8.2	Ofício nº 1999/2014-TCU- Secex-RS	08/12/2014

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Comitê Gestor do Rehuf e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Descrição da determinação/recomendação

9.8.2. Oriente os HUFs para que seja prevista, na definição dos comitês de pesquisa, a participação, preferencialmente paritária, de representantes da IFES e do HU, de modo a conciliar os interesses acadêmicos e da instituição de saúde;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

As diretrizes previstas no EpecSUS atendem ao recomendado.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.718/2011-2	318/2013	9.8.3	Ofício nº 1999/2014-TCU- Secex-RS	08/12/2014

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Comitê Gestor do Rehuf

Descrição da determinação/recomendação
9.8.3. Adotem medidas visando ao cumprimento, com maior celeridade, das competências elencadas no art. 3º do Decreto REHUF, em especial as ainda pendentes de início de implementação, relativas aos incisos I (ações acerca do Pacto Global de Desempenho), II (definir metas adicionais e monitorar resultados do Pacto Global), IV (avaliar, aprovar e monitorar os recursos transferidos no âmbito do financiamento global) e V (definir parâmetros de desempenho e diretrizes para negociação dos Pactos Global);
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
O TCU considerou parcialmente implementado, dado o seguinte: as normas sobre o Pacto Global de Desempenho estão sendo revisadas; os planos de reestruturação dos hospitais que adiram à Ebserh podem ser utilizados na definição e acompanhamento de metas, bem como as disposições estabelecidas na contratualização com os gestores locais do SUS; apesar da revisão do Pacto Global, o Comitê Gestor do Rehuf continua atuando e, a partir da pactuação entre os Ministérios, a Ebserh, os gestores estaduais e municipais, estabelece o orçamento a ser aplicado nos Hospitais, a exemplo da Portaria 831, de 26 de abril de 2016, a qual destinou R\$ 30 milhões às instituições nela mencionadas.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.718/2011-2	318/2013	9.8.4	Ofício nº 1999/2014-TCU- Secex-RS	08/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria de Orçamento e Finanças				
Descrição da determinação/recomendação				
9.8.4. sejam adotadas medidas, com certa urgência, visando ao aprimoramento do controle de gastos e de custos dos HUF, por meio da concepção e o desenvolvimento de um módulo de custos no sistema AGHU ou de ferramenta alternativa enquanto não houver a implantação desse módulo, adotando as medidas necessárias para que se possa obter, em prazo menor do que o previsto no projeto AGHU - em que esse módulo é um dos últimos a ser implantado -, informações mais confiáveis e ágeis dos custos envolvidos nos procedimentos e nas internações de todos os HUF da rede;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O gestor informou que a Diretoria de Orçamento e Finanças da Ebserh, está operacionalizando um modelo de gestão de custos a ser implantado nos hospitais. O TCU avaliou que está em andamento, na fase de diagnóstico em 10 HUFs selecionados, em projeto de desenvolvimento de um módulo de custos, com a ajuda de uma consultoria especializada, considerando, portanto, em implementação.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU
--

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.718/2011-2	318/2013	9.11	Ofício nº 1999/2014-TCU- Secex-RS	08/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério da Educação e Comitê Gestor do AGHU				
Descrição da determinação/recomendação				
9.11. Determinar ao Ministério da Educação e ao Comitê Gestor do AGHU que elabore e remeta a este TCU, a cada 6 (seis) meses, contados da publicação da presente deliberação até aquela que vier a ser tomada no próximo relatório de monitoramento, relatórios de atividades e cronograma atualizado de desenvolvimento e implantação do sistema AGHU, com o conhecimento amplo de todos os HU, gerando com essa medida maior transparência para com todos os envolvidos;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Ebserh encaminhou demonstrativo atualizado da implantação do AGHU. Ressaltam-se as limitações para as mudanças tecnológicas, críticas para os hospitais, demandando cautela e dependendo de fatores diversos como nomeação de novas equipes de governança (ainda não realizada em alguns HUFs), a necessidade de infraestrutura de TI implantada, as integrações com sistemas legados de cada instituição, e a dependência do quadro de pessoal (visto haver ainda concursos em andamento e já terem ocorrido inclusive greves). Embora não tenham sido enviadas as informações semestrais exigidas, elas constam de um portal específico sobre o AGHU na Internet, o que supre a determinação.				

7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O acompanhamento referente ao órgão de controle interno é comum às do tópico “7.1. Tratamento das determinações e recomendações do TCU”. Vale destacar que as recomendações da Auditoria Interna foram cadastradas no MMPPP nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017 e que todas elas já estão em análise pela gestão. Ao todo, são 83 recomendações cadastradas no módulo, sendo que a seguir é apresentada a lista de relatórios da Auditoria Interna, bem como a situação das recomendações constantes de cada um:

- Relatório de Auditoria Interna nº 058/2016 – Sede – Ouvidoria: 01 recomendação atendida; 04 recomendações parcialmente atendidas; 03 recomendações não atendidas
- Relatório de Auditoria Interna nº 059/2016 – AUGE/EBSERH/MEC: 04 recomendações não atendidas
- Relatório de Auditoria Interna nº 001/2016 – Sede: 08 recomendações não atendidas

- Relatório de Auditoria Interna nº 003/2016 – AUGÉ/EBSERH/MEC: 15 recomendações não atendidas
- Relatório de Auditoria Interna nº 060/2016 – PID – Sede: 08 recomendações não atendidas
- Relatório de Auditoria Interna nº 061/2016 – PID – Sede: 08 recomendações não atendidas
- Relatório de Auditoria Interna nº 062/2016 – PID – Sede: 18 recomendações não atendidas
- Relatório de Auditoria Interna nº 063/2016 – PID – Sede: 07 recomendações não atendidas
- Relatório de Auditoria Interna nº 064/2016 – PID – Sede: 06 recomendações não atendidas

7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Norma Disciplinar da Ebserh prevê no seu objetivo a regulamentação dos procedimentos de análise e investigação de fato irregular, ou assim configurado, com indício de participação de empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, do qual resulte ou não em prejuízo à Ebserh e que seja conhecido por qualquer meio lícito, inclusive denúncia ou representação, contra empregado ou filial da Ebserh, originária do público interno ou externo, a fim de proporcionar à Administração elementos para decidir quanto à atribuição e à responsabilidade disciplinar e cível, bem como para aplicar as consequências decorrentes.

Devido a tal previsão de apuração de fato do qual resulte prejuízo à Ebserh, está definido pelo item 4.20 e seguintes da Norma Disciplinar a possibilidade de instauração de procedimento denominado Tomada de Contas Especial (TCE), tendo como referência o disposto na Instrução Normativa/CGU nº 04/2009 e Instrução Normativa/TCU nº 71/2014, que tem por finalidade reunir elementos probatórios acerca da autoria e materialidade de dano causado à Ebserh por agente público para instrução encaminhamento ao TCU. Por se tratar de medida excepcional, somente deve ser instaurada após esgotadas as medidas administrativas internas de recuperação do dano sem sucesso.

Dada a excepcionalidade da medida, informamos que no exercício de 2016 não foi registrada a abertura de nenhuma TCE como medida administrativa para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

Suplementarmente aos esclarecimentos deste memorando, encaminhamos em anexo também o Relatório de instância ou área de correição o qual foi solicitado para compor a parte denominado “Outras informações” do Relatório de Gestão TCU 2016.

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Informa-se que desde o mês de agosto do exercício de 2015, a área responsável pelo gerenciamento dos contratos firmados pela Ebserh, qual seja o Serviço de Compras e Contratos – SCC/CAD/DAI (Sede) passou a fazer o acompanhamento físico-financeiro dos contratos vigentes. Dessa forma, foram aprimorados os controles referentes à execução contratual, conforme disposto a seguir:

1. Abertura de processos financeiros, relativos aos contratos sob gestão da Ebserh-Sede, contendo documentação referente à fiscalização da execução do objeto dos contratos, com vistas à comprovação da regularidade da prestação de serviços e/ou entrega de bens.
2. Designação de fiscais administrativos dos contratos, em atendimento à Resolução nº 198/2015 – Ebserh, que aprovou o Regulamento de Compras da Ebserh, conforme se segue:

“Art. 20 Constituem obrigações dos colaboradores designados a atuarem como:

(...)

III. Fiscal Administrativo:

a) Acompanhar administrativamente a execução do Contrato, supervisionando sua execução orçamentária;

b) Emitir as certidões de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, antes do envio da fatura para pagamento;

c) Atestar que a documentação de cobrança apresentada se encontra na forma estabelecida no contrato;

d) Efetuar a instrução processual para fins de pagamento, na forma convencionada no instrumento contratual;

e) Prestar orientações técnicas à unidade demandante e à Contratada, relativas à observância das condições pactuadas, no que diz respeito aos prazos de execução, faturamento e pagamento e outros esclarecimentos que venham a ser solicitados;

f) Recusar, com a devida justificativa qualquer documento ou nota fiscal encaminhados pelo fiscal do contrato que se encontre em desacordo com as condições estabelecidas no contrato.

g) Realizar toda e qualquer ação pertinente à alteração contratual;

IV. Fiscal técnico de Tecnologia da Informação (nos casos em que a unidade demandante não é a área de tecnologia da informação):

a) Intermediar a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA em questões técnicas referentes à infraestrutura de TI e de engenharia de software, quando couber;

b) Acompanhar a instalação dos softwares pela equipe da CONTRATADA;

c) Auxiliar a área técnica demandante, quando o contrato tenha por objeto equipamentos e serviços de TI, para execução das seguintes ações:

c.1) Certificação quanto à fiel comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados, atestando os documentos comprobatórios, e/ou registrando e justificando fatos que impeçam o cumprimento do objeto e dos prazos estabelecidos;

c.2) Emissão de parecer conclusivo, os documentos necessários à comprovação da aquisição e/ou execução dos serviços, rigorosamente, na forma exigida em Cláusula Contratual;

c.3) Recusa, com a devida justificativa, de qualquer material ou serviço prestado fora das especificações, bem como qualquer documento ou Nota Fiscal apresentados em desacordo com as condições estabelecidas no Edital, Projeto Básico/Termo de Referência e no Contrato;

c.4) Registro e proposição de toda e qualquer alteração na execução do contrato.

§ 1º Os fiscais e os gestores dos contratos e seus substitutos serão nomeados por meio de portaria de designação, publicada no Boletim de Serviço da Ebserh.

§ 2º Os fiscais e gestores dos contratos respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições do encargo.

Art. 21º Os demais procedimentos relativos à execução contratual serão previstos em norma operacional específica, publicada pela Ebserh.”

3. Implementação de controle de saldo de contratos e empenhos, que se encontra em andamento, conforme modelo de planilha, constante da Tabela 75.

4. Controle de pagamentos, com acompanhamento desde a chegada da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo Gestor do Contrato, instrução do processo de pagamento e envio à Diretoria de Orçamento e Finanças, para realização do pagamento, em que é possível respeitar a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme modelo de Tabela 76.

Tabela 72 - Modelo de planilha para implementação de controle de pagamentos dos contratos

CONTROLE DE PAGAMENTOS - SCC													
Sequência	Descrição	Nº do Contrato	Contratada	Nº do Processo Financeiro	Valor Bruto	Data de Venc.	Data de entrada (SCC)	Prazo para enviar à DOF (máximo 5 dias)	Data de saída	Destino	STATUS	Responsável	Observação

Diante do exposto, consideram-se atendidos os requisitos dispostos no art. 5º, da Lei 8.666/1993, quais sejam:

1. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações tem como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 da Lei 8.666/1993;
2. No pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, a Administração deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
3. Os créditos referentes ao cumprimento das obrigações contratuais terão seus valores corrigidos por critérios previstos no ato convocatório e que lhes preservem o valor, sendo o pagamento realizado junto com o principal, à conta das mesmas dotações orçamentárias que atenderam aos créditos a que se referem;
4. Os pagamentos de valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, são realizados dentro do prazo previsto na legislação.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A Ebserh foi criada pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, e teve o início de suas atividades efetivas apenas em meados de 2012, com assinatura dos primeiros contratos de prestação de serviços de tecnologia de informação somente em abril de 2013. O Plano Brasil Maior foi instituído pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012, que estabelece a desoneração da folha de pagamento das Empresas enquadradas nesse normativo.

Assim, todas as contratações de prestação de serviços realizadas pela Ebserh e enquadradas no supracitado Decreto foram efetivadas após a sua publicação, motivo pelo qual já contemplam a desoneração da folha de pagamento prevista no normativo.

7.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Não se aplica à Ebserh.

Notas Explicativas complementares sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016

Conselho Fiscal - Ebserh

Brasília/DF, 09 de maio de 2017.

Sumário

<u>Intangível</u>	260
<u>Despesas com Pessoal e Encargos</u>	263
<u>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais</u>	265
<u>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC</u>	268
<u>Repasses Recebidos e Repasses de Contratos (GRU)</u>	270
<u>Provisão de Ajustes de Estoques</u>	272
<u>Valorização e Ganhos com Ativos - Desvalorização e perdas de Ativos</u>	276
<u>Depreciação Acumulada - Bens Móveis</u>	279
<u>Teste de Recuperabilidade - <i>Impairment</i></u>	283
<u>Provisões de Curto Prazo</u>	286
<u>Anexo I</u>	288
<u>Ativo Não Circulante - Intangível</u>	288
<u>Anexo II</u>	292
<u>Norma Operacional 01-DOF/Ebserh/2016</u>	292
<u>Anexo III</u>	300
<u>Informações sobre Riscos Fiscais</u>	300
<u>Anexo IV</u>	303
<u>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC</u>	303
<u>Anexo V</u>	304
<u>Depreciação Acumulada - Bens Móveis</u>	304

Intangível

(Ativo Não Circulante)

Intangível - neste grupo de contas contábeis são registrados os ativos intangíveis da Empresa, circunstanciados como: ativos não monetários identificáveis sem substância física, registrados como bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software, de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Um ativo intangível somente deve ser registrado quando for reconhecido seu benefício econômico e mensurável o seu custo. O grupo de contas contábeis de intangíveis da Ebserh é composto pelos direitos de licenças e softwares de propriedade da Empresa. Os registros são realizados pelo custo de produção ou desenvolvimento dos bens, sendo deduzidas as respectivas amortizações, quando aplicáveis. O cálculo das amortizações é realizado por método linear, aplicado ao longo da vida útil dos bens. A Ebserh tem registrado em seu grupo de contas contábeis de ativos intangíveis os montantes abaixo relacionados:

INTANGÍVEL	2016	2015	VARIAÇÃO
SOFTWARES -CONSOLIDAÇÃO		25.974.292,63	
SOFTWARES	35.958.269,90		
SOFTWARES - EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	1.159.482,35		
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES		-4.636.169,87	
Total	37.117.752,25	21.338.122,76	74%

A variação observada nos registros entre os exercícios de 2015 e 2016 é influenciada por dois fatores distintos: a aquisição de novos softwares e licenças ao longo do ano; e a reclassificação contábil dos bens intangíveis da Empresa.

Em 2016, a Setorial de Contabilidade do Ministério da Educação - MEC, atendendo orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, expediu as mensagens comunica SIAFI nº 2016/0427734 e nº 2016/0433161, cópias anexas (pág. 38 a 41), orientando a reclassificação dos bens intangíveis no âmbito de suas unidades vinculadas, com o objetivo de adequar os lançamentos ao preconizado na Norma Contábil NBC TSP 31, parágrafo 88. Posto que, conforme o normativo, os ativos intangíveis com vida útil definida devem ser amortizados e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados.

A reclassificação foi executada, com a transferência de saldos da conta de ativo intangível nº 1.2.4.1.1.01.00 - Softwares com vida útil definida, para a conta nº 1.2.4.1.1.02.00 - Softwares com vida útil indefinida. As operações foram realizadas seguindo as avaliações e orientações da Diretoria de Gestão de

Processos e Tecnologia da Informação - DGPTI relativas a discriminação e identificação de registro dos bens.

Em virtude dessa nova classificação, a amortização anteriormente aplicada foi estornada em 2016, voltando os valores subtraídos a compor os saldos do grupo de contas contábeis de ativos intangíveis da Empresa.

Assim, após a reclassificação, a relação de softwares e licenças que compõem o grupo contas de bens intangíveis da Ebserh, detalhada por código de inscrição contábil, valor e objeto, passou a constar conforme detalhado no quadro abaixo:

Inscrição Genérica	Nome	Saldo	Descrição do bem
AGHU001	APLICATIVO DE GESTÃO PARA HOSP. UNIVERSITÁRIOS -	536.166,41	Software de gestão hospitalar que visa o aprimoramento dos processos de atendimento, gerenciamento e registro das atividades realizadas, com funcionalidades como prontuário eletrônico, marcação de consulta, prescrição, além de dispor de indicadores padronizados para todas as unidades integrantes da rede Ebserh, que permitem a comparação de dados, resultados e a divulgação transparente de informações à população.
ANTV001	LICENCIAMENTO ANTIVIRUS SYMANTEC 2014	617.652,00	Solução de Antivírus da SYMANTEC implantada na unidade Ebserh/Sede para proteção dos computadores.
ANTV002	LICENCIAMENTO-ANTIVIRUS-SYMANTEC-2015	2.512.125,42	Solução de Antivírus e AntiSpam da SYMANTEC implantada para complementação de demanda da unidade Ebserh/Sede e para outras 23 unidades filiadas, nos Hospitais Universitários Federais.
CFTV001	LICENCIAMENTO-CFTV-DIGIFORTE-2013	8.497,32	Licença de uso do Software de Monitoramento do Circuito Fechado de Televisão (CFTV) instalado na unidade Ebserh/Sede - DIGIFORT (32 Câmeras).
INTRNET	PORTAL INTERNET E INTRANET DA REDE EBSERH	627.500,00	Portal desenvolvido com o objetivo melhorar a efetividade da comunicação interna da Ebserh, para consolidação e estruturação de informações de todas as suas unidades, Sede e Hospitais Universitários Federais. Composto pelo Portal de Internet Ebserh, por 19 Portais de Internet de Hospitais Ebserh, pelo Portal

			de Intranet, Portal do AGHU, Portal de Sistemas e Portal do SIG.
MSWI001	LICENCIAMENTO MICROSOFT 2013	1.946.070,90	Aquisição de licenciamento para Solução Microsoft (<i>Windows Desktop, Office, Project, MSSQL, Share Point, Windows Server, Visio, Lync, Forefront Identity Manager</i>).
PTEL001	LICENCIAMENTO-PONTO ELETRONICO-SURICATO-2013	3.570,66	Licença de uso do software de Gerenciamento do Coletor utilizado no sistema de Ponto Eletrônico das unidades da Ebserh, Sede e Hospitais Universitários Federais. - Suricato.
SIG0001	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	11.782.619,24	O Sistema de Informações Gerenciais da Ebserh - SIG/Ebserh é formatado como um sistema modularizado, de gestão administrativa e tem o propósito de padronizar e tornar o desempenho das atividades da Empresa mais eficientes e eficazes, além de garantir o acesso a informações de maneira rápida, íntegra e segura. Atualmente o SIG possui mais de 30 módulos, como: Patrimônio, Almoxarifado, Ouvidoria, Painel de Indicadores, Gestão de Riscos e Segurança do Paciente (VIGIHOSP), dentre outros.
SIGP001	SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS	16.119.245,80	Aquisição de Solução Integrada de Gestão de Pessoas - SIGP, que contempla aplicativo, sistema gerenciador de banco de dados, plataforma de integração e BI (Inteligência de Negócio), visa a automatização dos processos da Diretoria de Gestão de Pessoas da Ebserh, com plataforma integrada e web nativa.
SIGP001	SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS - EM DESENVOLVIMENTO	1.159.482,35	Corresponde ao desenvolvimento de novos módulos para a Solução Integrada de Gestão de Pessoas - SIGP, inscritos em separado e que se pretende incorporar ao SIGP após a sua finalização.
VOIP001	LICENCIAMENTO VOIP CISCO 2013	594.705,00	Licenciamento de uso da solução de Telefonia Fixa - IP para a unidade da Ebserh/Sede. - Cisco.
WGOV001	LICENCIAMENTO-WEBGOV-2016	1.107.943,75	Software de Gestão Integrada de Riscos, Auditoria, <i>Compliance</i> , Controles Internos, Governança, Governança de TI, Risco Operacional, Controle Externo, Fiscalização, Combate e Prevenção à Corrupção, Combate

			e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e à Fraude.
WIFI001	LICENCIAMENTO-WIFI-CISCO-2013	102.173,40	Software de Gerenciamento de Rede Wireless (WI-FI) implantado na unidade da Ebserh/Sede.
TOTAL		37.117.752,25	

Despesas com Pessoal e Encargos

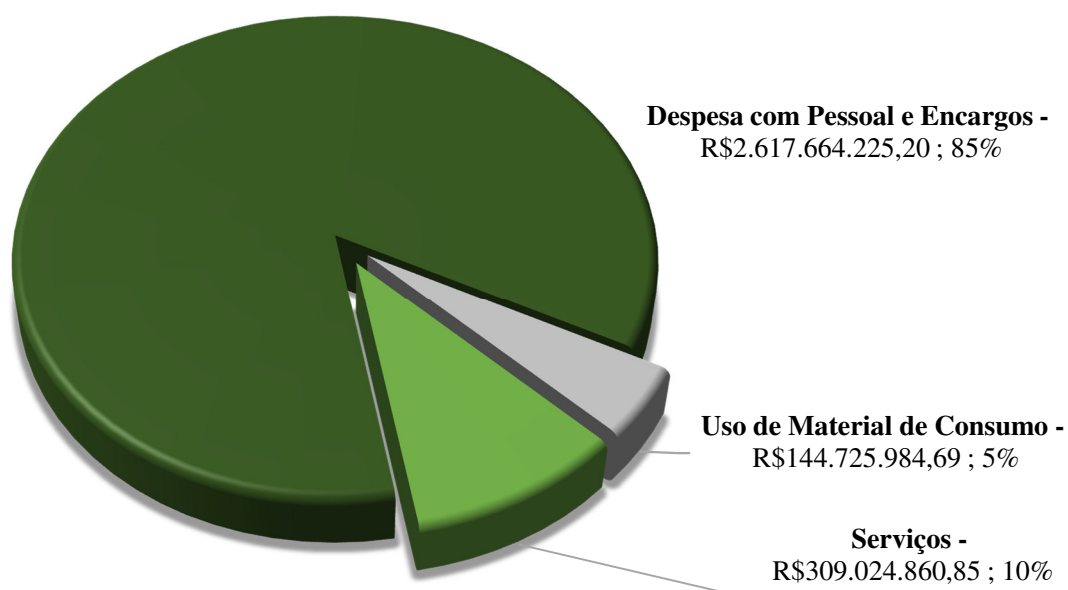
(Demonstração do Resultado do Exercício - DRE)

Despesas com Pessoal e Encargos - Estas despesas constam contabilizadas na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE como Despesas Operacionais e referem-se aos gastos efetivamente realizados para o cumprimento das obrigações com pessoal, encargos sociais e benefícios da Empresa. Os valores lançados abrangem o pagamento de salários, gratificações, jetons, auxílio alimentação, auxílio saúde, vale-transporte, INSS, FGTS, férias e outras obrigações trabalhistas.

Em 2016, os lançamentos de Despesas com Pessoal e Encargos concentram o maior volume de gasto do conjunto de Despesas Operacionais contabilizadas pela Ebserh no ano, alcançando 85% (oitenta e cinco pontos percentuais) do total. Incluem os valores contabilizados como Remuneração a Pessoal, Encargos Patronais e Benefícios a Pessoal. A composição dos gastos de Despesas Operacionais contabilizadas pela Empresa no exercício consta detalhada no gráfico abaixo:

Composição - Despesas Operacionais

Exercício de 2016



Na análise da variação dos valores contabilizados nas Demonstrações do Resultado do Exercício - DRE de 2015 e 2016, observa-se um significativo crescimento das Despesas com Pessoal e Encargos, que atinge a ordem de 68% (sessenta e oito pontos percentuais). Esta evolução é influenciada por alguns fatores, sendo principal o incremento do quadro de pessoal próprio da Empresa, decorrente das contratações realizadas para as unidades hospitalares filiadas. No exercício de 2016, a Ebserh contou com um acréscimo de mais de 4 mil novos postos de trabalho em seu quadro. No segundo semestre de 2015 já havia contado com um acréscimo superior a 5 mil, que também ocasionou maior impacto financeiro no exercício subsequente. Também contribuíram para o aumento das despesas o crescimento natural da folha, decorrente da incorporação do reajuste de remunerações concedido no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT firmado em 2016, que gerou um acréscimo de 9% (nove pontos percentuais) aos vencimentos, e das alterações de nível salarial, percebidas com a aplicação das progressões previstas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Empresa.

A variação das Despesas com Pessoal e Encargos contabilizadas pela Ebserh entre os exercícios de 2015 e 2016 consta demonstrada no quadro abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)			
Em conformidade com a Lei n° 6.404/76			
Despesas Operacionais	Exercício		Variação
	2016	2015	
Despesa com Pessoal e Encargos	(2.617.664.225,20)	(1.556.581.327,13)	68%
Remuneração a Pessoal	(1.870.905.895,75)	(1.123.171.648,46)	67%
Encargos Patronais	(556.926.729,54)	(314.121.626,14)	77%
Benefícios a Pessoal	(178.177.658,43)	(111.535.967,97)	60%

*Fonte: SIAFI, consulta em 31/12/2016.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

(Passivo Circulante)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais - Neste grupo de contas contábeis de Passivo Circulante são registradas as provisões realizadas para o cumprimento de obrigações futuras relacionadas as despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios. Os valores podem abranger as provisões para o pagamento futuro de salários, gratificações, jetons, auxílio alimentação, auxílio saúde, vale-transporte, INSS, FGTS, férias e outras obrigações trabalhistas.

No caso da Ebserh, os valores registrados no Balanço Patrimonial referem-se a provisões para obrigações que ainda não foram executadas, mas que são reconhecidas e informadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, área responsável pela gestão de pessoal e pela folha de pagamento da Empresa. Em 2016, as provisões englobam apenas os registros de reconhecimento das obrigações futuras de Férias a Pagar. Não existindo provisões para as despesas mensais cujo desembolso é executado tempestivamente, em consonância com a disponibilização de limites financeiros pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, seguindo o mesmo fluxo de pagamento dos demais órgãos da Administração Pública Federal. Assim, o registro contábil das provisões consta adequadamente classificado no Balanço Patrimonial, grupo de contas do Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais, na conta de Férias a Pagar.

Na análise da variação das provisões da Ebserh, registradas no grupo de contas do Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais entre os exercícios de 2015 e 2016, verifica-se um acentuado aumento, que atinge a ordem de 102% (cento e dois pontos percentuais). Este aumento, também é diretamente influenciado pelos mesmos fatores que explicam a evolução das despesas da folha de pessoal da Empresa no período, elencados no tópico anterior, que trata das Despesas com Pessoal e Encargos, contabilizadas na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE. Contudo, àqueles

fatores somam-se outros motivos, como o fato do grupo de contas do Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais ser destinado ao registro de provisões e não despesas, sendo as provisões baseadas em estimativas, que podem se confirmar ou não, dependendo das movimentações de gozo de férias e demissões. Além disso, as provisões de Férias a Pagar possuem outro fator de influência, que é próprio e produz uma tendência de variação superior à observada nas despesas diretas da folha de pessoal. Os valores das provisões na Conta de Férias a Pagar são cumulativos, sua apuração é mensal, na cota de 1/12 (um doze avos) sobre a remuneração de cada empregado, e os registros podem permanecer acumulados por um período máximo de 23 (vinte e três) meses consecutivos, conforme preconizado na legislação trabalhista em vigor, o que induz a uma variação positiva natural.

O registro das provisões para futuras despesas de concessão de férias aos empregados da Empresa constitui mecanismo contábil de reconhecimento do fato gerador no exercício em que ocorreu, em conformidade com a legislação fiscal em vigor e as práticas contábeis recomendadas no País, e deve ser realizado segundo o Decreto-Lei nº 3.000/1999, Subseção VII, tópico de Provisões, que determina:

“Art. 337. O contribuinte poderá deduzir, como custo ou despesa operacional, em cada período de apuração, importância destinada a constituir provisão para pagamento de remuneração correspondente a férias de seus empregados (Decreto-Lei nº 1.730, de 1979, art. 4º, e Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso I)”

Ocorre que, nos procedimentos realizados pela Auditoria Independente durante a avaliação dos demonstrativos financeiros da Empresa relativos ao exercício de 2016, foi apontada a necessidade de revisão dos mecanismos de controles internos exercidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP para a indicação das demandas de provisão de Férias a Pagar. O apontamento foi motivado por constar inclusos nos valores remetidos para registro, situações indevidas, como o caso não aplicável de Conselheiros da Ebserh e a manutenção de provisões para funcionários com férias vencidas e extemporâneas, conforme os dados analisados. Como recomendação, foi indicado o risco de futuros prejuízos advindos da execução de pagamentos indevidos ou de futuras contestações trabalhistas por não ter ocorrido o gozo das férias no período regular.

No caso dos Conselheiros, a provisão de férias mostra-se indevida e não deveria ter sido solicitada, pois contraria o disposto no Parecer PGFN/CAS nº 97/2013, que orienta:

“38. Ou seja: à luz da Lei nº 9.292, de 1996, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não poderão perceber o 13º salário de forma isolada. Porém, se na remuneração média dos diretores (fixada pela assembleia de acionistas ou órgão equivalente), estiver incluída esta parcela, o recebimento se fará de forma reflexa, já que a remuneração dos membros destes órgãos deve

corresponder a dez por cento, no máximo, da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas.”

A par do apontamento, a Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP reavaliou seus dados e corrigiu as informações no Sistema de Gestão de Pessoas - SIGP. Esclareceu ainda que apesar da inconsistência, não foram realizados pagamentos em nenhuma rubrica de valor a título de Férias a Pagar para membros dos Conselhos, inexistindo prejuízos monetários.

Contudo, a correção restou extemporânea para inclusão nos Demonstrativos Contábeis de 2016, não sendo realizados ajustes de valor no grupo de contas do Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais, na conta Férias a Pagar, uma vez que já se encontram encerradas as operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI relativas ao exercício.

O outro apontamento da Auditoria Independente referiu-se à identificação da manutenção de demanda de provisões para funcionários com férias vencidas e extemporâneas, ou seja, para os casos em que o pedido de provisão ultrapassava 23 (vinte e três) meses. Também nesse caso, é reconhecível a necessidade de melhoria da gestão, em virtude dos riscos incorridos (possibilidade do empregado solicitar pagamento de férias em dobro). Segundo a Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, os dados de pessoal estão sendo revisados, mas a correção da situação depende da efetiva percepção de férias pelos funcionários em atraso e da melhoria dos controles internos, para evitar a repetição de ocorrências semelhantes.

Não obstante essas situações, a Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP informa que vem atuando no sentido de padronizar e melhorar seus processos, buscando permanentemente robustecer a base de informações e de gestão de pessoal da Ebserh, por meio do desenvolvimento de novos módulos e da melhoria rotineira do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGP. Acredita inclusive que fatos reputados como o lançamento de demanda de provisão de férias aos Conselheiros sejam decorrentes de fragilidades na base de dados do sistema, ainda não parametrizado para tratamento desta situação.

Entende ainda que se deve considerar os muitos desafios enfrentados, como o rápido crescimento do quadro de pessoal da Empresa; as significativas variações naturais, devido a demissões e admissões mensais; a razoável diversidade de cargos envolvidos, com regulações normativas específicas; e as dificuldades interpostas ao trato das condições instituídas pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, num ambiente de sistemas governamentais e regras parametrizadas para os termos postos na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, como o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC

(Passivo Não Circulante)

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC - Nesta conta contábil são registrados os valores das dotações orçamentárias de investimentos executadas pela Ebserh, que compõem o seu Ativo não Circulante. Os registros permanecem contabilizados no grupo de contas do Passivo não Circulante - AFAC, seguindo o disposto na Macrofunção SIAFI 02.11.22, até a sua integralização no Capital Social da Empresa, prevista Lei nº 6.404/76. Esta operação contábil visa distinguir os investimentos que serão aportados ao capital social da Empresa daqueles relativos as execuções ordinárias de manutenção operacional, registrados na Demonstração de Resultado do Exercício - DRE.

A autorização para a integralização dos valores registrados até o final do exercício de 2016 na conta de Passivo não Circulante - AFAC, para aumento do Capital Social da Ebserh, foi solicitada por meio dos Processos nº 23477.002646/2014-34 e nº 23477.019916/2016-16. Esta alteração depende de prévia avaliação técnica dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, bem como da publicação de decreto de autorização do Presidente da República, conforme estabelece o Art. 11 do Decreto nº 7.995/13 e o Art. 121 do Decreto nº 93.872/86.

Atualmente, o Capital Social da Ebserh monta R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). O saldo acumulado, contabilizado na conta de Passivo não Circulante - AFAC, relativo a exercícios anteriores, somou R\$ 83.966.185,90 (oitenta e três milhões, novecentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e cinco reais e noventa centavos) ao final de 2015, e os valores registrados no exercício de 2016 somaram R\$ 45.966.918,44 (quarenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e seis mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos), conforme quadro abaixo e extrato SIAFI anexo (pág. 54):

Valor de AFAC registrado no SIAFI em 2016			
Mês	Valor Nominal em 2016	Valor AFAC - 2016 (mês)	Lançamento mensal - AFAC
Saldo 2015	83.966.185,90	-	-
jan/16	85.472.619,86	1.506.433,96	NL000203
fev/16	87.386.514,06	1.913.894,20	NL000245
mar/16	88.345.491,85	958.977,79	NL000295
abr/16	94.587.134,53	6.241.642,68	NL000378
mai/16	97.585.902,61	2.998.768,08	NL000408
jun/16	102.014.136,37	4.428.233,76	NL000440
jul/16	104.450.251,71	2.436.115,34	NL000473
ago/16	104.643.040,99	192.789,28	NL000496
set/16	113.021.622,17	8.378.581,18	NL000506
out/16	114.270.525,20	1.248.903,03	NL000520
nov/16	125.310.844,32	11.040.319,12	NL000542
dez/16	129.933.104,34	4.622.260,02	NL000825
TOTAL		45.966.918,44	

*Fontes: SIAFI, consulta em 31/12/2016

Assim, quando somados o valor já integralizado, os saldos acumulados até o final de 2015 e os valores registrados em 2016, a Ebserh passa a contar com uma expectativa de Capital Social de R\$ 129.933.104,34 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e quatro reais e trinta e quatro centavos).

Ocorre que, sobre os valores registrados na conta de Passivo não Circulante - AFAC há previsão de aplicação de atualização monetária a partir do dia de transferência dos valores para a conta até a sua capitalização. A atualização é baseada na variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), de acordo com o disposto no Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. Em 2016, a remuneração acumulada de correção da taxa Selic sobre os montantes registrados na conta de Passivo não Circulante - AFAC da Ebserh somaria o montante de R\$ 13.989.656,23 (treze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos). O cálculo dessa atualização consta demonstrado no quadro abaixo:

CORREÇÃO MENSAL DA REMUNERAÇÃO - TAXA SELIC ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC						
Mês/Ano	Valor Nominal	Taxa SELIC	Valor Nominal Corrigido	Valor da Correção	Valor AFAC (mês)	Saldo AFAC
jan/16	83.966.185,90	1,06%	84.856.227,47	890.041,57	1.506.433,96	86.362.661,43
fev/16	86.362.661,43	1,00%	87.226.288,04	863.626,61	1.913.894,20	89.140.182,24
mar/16	89.140.182,24	1,16%	90.174.208,36	1.034.026,11	958.977,79	91.133.186,15
abr/16	91.133.186,15	1,06%	92.099.197,92	966.011,77	6.241.642,68	98.340.840,60
mai/16	98.340.840,60	1,11%	99.432.423,93	1.091.583,33	2.998.768,08	102.431.192,01
jun/16	102.431.192,01	1,16%	103.619.393,84	1.188.201,83	4.428.233,76	108.047.627,60
jul/16	108.047.627,60	1,11%	109.246.956,27	1.199.328,67	2.436.115,34	111.683.071,61
ago/16	111.683.071,61	1,22%	113.045.605,08	1.362.533,47	192.789,28	113.238.394,36
set/16	113.238.394,36	1,11%	114.495.340,54	1.256.946,18	8.378.581,18	122.873.921,72
out/16	122.873.921,72	1,05%	124.164.097,90	1.290.176,18	1.248.903,03	125.413.000,93
nov/16	125.413.000,93	1,04%	126.717.296,14	1.304.295,21	11.040.319,12	137.757.615,26
dez/16	137.757.615,26	1,12%	139.300.500,55	1.542.885,29	4.622.260,02	143.922.760,57
TOTAL				13.989.656,23		

*Fontes: SIAFI, consulta em 31/12/2016, e Receita Federal do Brasil, no sítio eletrônico:

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-selic>

Contudo, a aplicação da taxa Selic para correção dos valores registrados na conta de Passivo não Circulante - AFAC no período não foi realizada, sendo necessário que a atualização e a correção de procedimentos ocorram em exercício subsequente, 2017, uma vez que já se encontram encerradas as operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI relativas a 2016.

Desta forma, se considerados o valor já integralizado, os saldos acumulados até o final de 2015, os valores registrados em 2016 e a remuneração das aplicações da taxa Selic em 2016, a Ebserh passaria a contar com uma expectativa de Capital Social de R\$ 148.922.760,57 (cento e quarenta e oito milhões, novecentos e vinte e dois mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos).

Repases Recebidos e Repases de Contratos (GRU)

(Demonstração do Resultado do Exercício - DRE)

Demonstração de Resultado do Exercício - DRE - No conjunto destas demonstrações constam as Receitas Operacionais da Ebserh, compostas pelas receitas destinadas ao financiamento das execuções ordinárias de manutenção operacional da Empresa. A contabilização dos valores é registrada em duas fontes distintas: Repases Recebidos e Repases de Contratos.

Como fontes de Repasses Recebidos são contabilizados os valores de orçamento anual aportado pela União à Ebserh, destinado ao custeio das contratações que visam a manutenção das atividades da Empresa e às despesas de folha de pagamento com pessoal, encargos sociais e benefícios, além dos valores repassados e provenientes da produção hospitalar e serviços prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS.

A considerável variação observada na análise dos resultados acumulados dos exercícios de 2015 e 2016, na fonte de receita de Repasses Recebidos, que alcança a ordem de 77% (setenta e sete pontos percentuais), é influenciada principalmente pelo significativo aumento de aporte orçamentário da União para a folha de pagamento da Empresa, que concentrou um crescimento de 68% (sessenta e oito pontos percentuais) no período, bem como pela incorporação da operação de novas unidades hospitalares e pela alteração da lógica de repasse das receitas da produção SUS, cuja arrecadação gerou um acréscimo absoluto de R\$ 282.671.233,06 (duzentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e três reais e seis centavos).

Como fontes de Repasses de Contratos são contabilizados os valores arrecadados pela Ebserh por meio de Guias de Recolhimento da União - GRU, provenientes do pagamento de inscrições em concursos públicos da Empresa e do pagamento de contratos firmados com suas unidades filiadas, como, por exemplo, para a locação e utilização de espaços nos hospitais por cantinas, restaurantes, e outros serviços.

A relevante variação observada entre os exercícios de 2015 e 2016 nos resultados dos registros de Repasses de Contratos, decorre primordialmente da alteração na lógica de arrecadação das receitas da produção SUS. Em 2015, esta arrecadação era realizada por meio do recolhimento de GRU. Ocorre que, o procedimento resultava em ônus duplicado aos limites orçamentários do Ministério da Saúde - MS e do Ministério da Educação - MEC na realização das operações de pagamento de GRU à Ebserh e utilização dos recursos pelas filiais da Empresa, respectivamente. Essa questão foi superada com a alteração da operacionalização da arrecadação por meio de repasses diretos do Fundo Nacional de Saúde - FNS à Ebserh. Assim, a classificação contábil passou a refletir esta nova sistemática, gerando a redução dos registros de receitas operacionais na fonte de Repasses de Contratos e o aumento desses registros na fonte de receitas provenientes da União, como Repasses Recebidos, além da diminuição do impacto no limite orçamentário do Ministério da Educação - MEC.

No quadro abaixo constam indicadas as receitas arrecadadas de Repasses de Contratos pela Ebserh por meio de Guias de Recolhimento da União - GRU no exercício de 2016:

Receitas de Repasse de Contratos arrecadadas por meio de GRU Exercício de 2016		
Código	Descrição	Valor R\$
28804	TAXA DE USO DE IMOVEIS	13.060,14
28824	SERVIÇOS HOSPITALARES	16.245.877,67
28883	TX.INSCR.CONCURSO PUBLICO	17.839.456,00
28897	SF/SRUG SERV ADMINISTRAT	9.555,73
28904	SF/SRUG SERV HOSPED/ALIM	23.882,00
TOTAL		34.131.831,54

*Fonte: SIAFI, consulta em 31/12/2016.

Provisão de Ajustes de Estoques

(Ativo Circulante)

Ajustes em Saldos de Estoque - O saldo de estoque da Ebserh ao final do exercício financeiro de 2016, na conta de Ativo Circulante - Estoques, soma o montante de R\$ 62.085.153,97 (sessenta e dois milhões, oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e sete centavos). Os registros contábeis de estoque são realizados conforme determina a Lei 6.404/76.

Como medida de controle, o inventário dos estoques para futuro lançamento e atualização contábil é realizado em atenção ao Decreto nº 3.000/99, que estabelece em seus Arts. nº 292 e 293: “...*que a pessoa jurídica deverá promover o levantamento e avaliação dos seus estoques. E que as mercadorias, as matérias-primas e os bens em almoxarifado serão avaliados pelo custo de aquisição.*”

Com objetivo de orientar as ações de inventário de estoques no âmbito da Empresa, adotar práticas adequadas à gestão e atender recomendações da Auditoria Interna da Ebserh e da Auditoria Independente que realizou trabalhos de avaliação das demonstrações de 2015, foi publicada a Norma Operacional 01-DOF/Ebserh/2016, cópia anexa (págs. 42 a 50), que estabelece critérios para a contagem do estoque físico e os procedimentos para a realização do inventário nas unidades da Ebserh, bem como cronograma para os trabalhos e o reporte de resultados de atualização contábil, além de regulamentar a formação mínima esperada para as equipes de contagem e recontagem. A norma foi pautada nas determinações da NBC T 16.10 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ainda em vigor no período, e publicada em sítios eletrônicos da Empresa, além de ser remetida aos Setores de Contabilidade e Gerências Administrativas das unidades hospitalares filiadas, com vistas a necessária divulgação.

O cronograma de trabalho de realização de inventário de estoques constante na Norma Operacional 01-DOF/Ebserh/2016 consta abaixo representado:

Cronograma de inventário

FASES	Filiais	Período	Data do Corte*	Horário
1ª	HUB	03 e 04 de Set/16	02/09/2016	Período integral, de acordo com o funcionamento da filial, que poderá ser alterado em função do desenvolvimento dos trabalhos.
	HUPI	17 e 18 de Set/16	16/09/2016	
2ª	HUOL	10 e 11 de Set/16	09/09/2016	
	MEJC	10 e 11 de Set/16	09/09/2016	
	HUAB	10 e 11 de Set/16	09/09/2016	
3ª	HUMAP	01 e 02 de Out/16	30/09/2016	
4ª	HU-UFSCAR	08 e 09 de Out/16	07/10/2016	
5ª	HUSE	22 e 23 de Out/16	21/10/2016	
6ª	HULW	05 e 06 Nov/16	04/11/2016	
7ª	HUSM	26 e 27 Nov/16	25/11/2016	
8ª	HDT	03 e 04 Dez/16	02/12/2016	

Fonte: Norma Operacional 01-DOF/Ebserh/2016.

Os trabalhos foram realizados conforme o referido cronograma, ressalvadas as alterações pontuais de datas, solicitadas pelas Unidades Gestoras filiadas à Empresa nos hospitais. Não foi possível o acompanhamento local dos trabalhos pela equipe do Serviço de Contabilidade da Sede da Ebserh devido a dificuldades na aprovação das viagens para as unidades hospitalares em função do período de transição da gestão pelo qual passava a Empresa.

Apesar dos percalços enfrentados no processo de inventário, acredita-se razoáveis os resultados alcançados, tendo em vista o cenário de constante incorporação de novas filiais e constituição de novas equipes de trabalho, muitas vezes ainda sem a maturidade técnica esperada. Entende-se significativos os resultados da normatização e do processo encampado em 2016, por marcar o início da padronização deste obrigatório procedimento gerencial, contábil e patrimonial, preconizado nas IPSAS 12 - Estoques - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.

Numa avaliação do resultado das movimentações financeiras apuradas, o volume quase dobrou, quando comparados os exercícios de 2015 e 2016. Esse movimento foi impulsionado por fatores próprios das unidades, como: a transferência de estoques das Universidades e a constituição de estoques nas filiais; a incorporação e abertura de novos serviços; além do início efetivo da operação de 04 (quatro) novos hospitais como filiais da Empresa.

Na consolidação dos trabalhos foi verificada a necessidade de provisão para ajuste nos saldos informados, e embora procedimentais, as provisões de Ajustes de Estoque constituíram objeto de apontamento pela Auditoria Interna da Ebserh. Os ajustes somente foram realizados para promover a

adequada atualização dos saldos e transparência dos valores de estoque absorvidos pela Empresa, evidenciando as divergências encontradas. Resultaram de revisões das informações e da correção de lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI que diferiam daqueles apurados nos trabalhos de inventário e daqueles registrados nos Sistemas de Controle utilizados pela Empresa, como o Sistema Contábil - Alterdata e os sistemas de gestão de estoque das unidades hospitalares filiadas envolvidas.

Acredita-se relevantes os apontamentos interpostos pela Auditoria Interna, por auxiliar a direcionar o aprimoramento da gestão, os controles internos em cada unidade e os procedimentos relativos ao processo de inventário dos estoques no âmbito da Ebserh.

O apontamento que recebeu maior ênfase, no contexto das provisões de Ajustes de Estoque na conta de Ativo Circulante - Estoques da Empresa, refere-se à realização de registro em momento posterior ao encerramento do exercício de 2016. A avaliação da Auditoria fundamenta-se na compreensão de que os registros relativos aos exercícios financeiros apenas devem ser realizados durante a vigência destes, ou seja, até o seu encerramento, nos termos da Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A ótica de avaliação é adequada e deve ser arrolada como boa prática a ser adotada com a finalidade de melhor amoldar as operações realizadas pela Empresa ao arcabouço legal a que está adstrita. Isto porque, devido a sua constituição estatutária, como empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, a Ebserh está sujeita a aplicação de dispositivos legais voltados aos setores público e privado. Assim, além da Lei nº 4.320/64, também está obrigada a cumprir o instituído pela Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Assim, as demonstrações contábeis para a prestação de contas anual da Empresa devem ser elaboradas sob a ótica desta última. Esta situação híbrida, relega ao cumprimento de bases legais distintas, mas não opostas, que devem ser conciliadas em conformidade com o Acórdão TCU 2016/2006 - Plenário.

Ocorre que, o encerramento do ano calendário para apresentação das demonstrações contábeis à Receita Federal do Brasil, sob a égide da Lei nº 6.404/76, data do fim do mês de abril, momento este, diverso daquele referenciado ao Setor Público, que adota a data de 31 de dezembro de cada ano corrente.

O problema levantado está diretamente relacionado ao desencontro desses calendários, pois os fatos geradores foram registrados no Sistema de Contábil - Alterdata ainda em 2016, mas devido ao volume de atividades comuns ao encerramento dos exercícios financeiros, não foram devidamente reconhecidos no

SIAFI em época apropriada. A necessidade de correção da situação para a adequada composição dos saldos da conta de Ativo Circulante - Estoques ora demonstrados, ensejaram a divergência apontada. Os atos encontram-se adequados ao preconizado pela Lei nº 6.404/76, mas extemporâneos à Lei nº 4.320/64, embora tenham objetivado apenas a transparência da gestão e dos fatos contábeis, apesar do risco incorrido. Não obstante esta avaliação, entende-se que medidas mais eficazes de gestão devem ser buscadas no sentido de produzir efeitos mais tempestivos, que permitam a conciliação dos prazos de ambas as obrigações legais.

O detalhamento das provisões de Ajustes de Estoque realizadas na conta de Ativo Circulante - Estoques da Empresa, que suscitaram a discussão, segundo cada unidade envolvida, encontram-se detalhados no quadro abaixo:

Provisão de Ajuste de Estoque - Inventário de Estoque 2016

Local	SISTEMA CONTROLE	SIAFI 2016	DIFERENÇA
Sede	207.822,27	237.709,13	(29.886,86)
HUPI	8.384.555,36	8.386.981,66	(2.426,30)
HUB	12.874.636,62	10.218.500,69	2.656.135,93
HUOL	6.736.362,95	6.912.569,09	(176.206,14)
HUAB	1.149.766,22	1.149.766,22	0,00
MEJC	402.557,68	402.557,68	0,00
UFS	3.690.881,57	3.898.043,52	(207.161,95)
HULW	9.291.897,06	13.175.370,10	(3.883.473,04)
HUMAP	4.589.358,74	7.761.655,96	(3.172.297,22)
HUSM	11.151.209,72	11.151.209,72	0,00
UFSCAR	529.675,89	411.729,61	117.946,28
UFJF	761.033,91	761.033,91	0,00
HDT	925.452,30	936.467,95	(11.015,65)
Total	60.695.210,29	65.403.595,24	(4.708.384,95)

Sem prejuízos dos apontamentos, entende-se que a provisão de ajustes realizada permitiu a demonstração adequada dos saldos de estoques apurados nas unidades da Empresa, para fins de emissão da SPED - Escrita Contábil Digital - ECD, que é utilizado para atendimento da Lei 6.404/76 perante a Junta Comercial/DF, e para a emissão SPED-Escrita Contábil Fiscal - ECF, obrigação acessória junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

Em relação ao valor global do ajuste, avalia-se que apesar de monetariamente representativo, não apresenta a mesma expressão relativa quando comparado aos registros da conta de Despesa com Uso de Material de Consumo, que comportam as despesas executadas com alimentos, medicamentos, material médico-hospitalar e outros itens típicos de estoques de almoxarifado. Nesse caso alcança apenas cerca de 3% (três pontos percentuais) das contabilizações do período, que somaram R\$ 149.434.369,64 (cento e

quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Em outra avaliação, se forem considerados os saldos não utilizados de estoque de 2016, que somaram R\$ 65.403.595,24 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos) a representatividade do valor de ajuste reduz-se a 2% (dois pontos percentuais) das somas envolvidas nas movimentações de estoque relativos ao período, as quais atingiram R\$ 214.837.964,88 (duzentos e quatorze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Valorização e Ganhos com Ativos - Desvalorização e perdas de Ativos

(Demonstração do Resultado do Exercício - DRE - 2015)

Valorização e Ganhos com Ativos - Desvalorização e perdas de Ativos - As contas contábeis Valorização e Ganhos com Ativos e Desvalorização e Perdas de Ativos constam registradas apenas nas demonstrações contábeis da Ebserh relativas ao exercício de 2015.

Os registros e os saldos remanescentes destas contas contábeis podem ser atribuídos a duas circunstâncias momentâneas. A primeira e principal, consiste na aplicação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. A segunda, refere-se à evidência de que os fatos geradores ocorreram e foram contabilizados no exercício anterior, 2014, quando os padrões de conta do SIAFI ainda não traziam a estrutura contábil de diferenciação posteriormente adotada para o lançamento dos valores relacionados a natureza das operações envolvidas.

O novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP foi instituído pela Portaria STN nº 634/2013 e adotado a partir de 1º de janeiro de 2015. Sua implantação foi realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável pela padronização dos registros contábeis da União e pela gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

A implantação do novo PCASP cumpriu o objetivo de melhor adequar a estrutura de contas utilizadas no âmbito do Governo Federal Brasileiro às normas internacionais de contabilidade. O novo plano estabeleceu conceitos básicos, regras para registro dos atos e fatos, além de estrutura contábil padronizada, se adequando também as disposições legais vigentes e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Ocorre que, a implantação do novo plano produziu alterações significativas na estrutura de contas vigente no SIAFI até o final do exercício de 2014. E os registros realizados no período pretérito foram migrados automaticamente para a nova estrutura de contas, sendo contabilizados ou ajustados, segundo os critérios de classificação adotados pela própria Secretaria do Tesouro Nacional - STN durante a execução desse processo.

A migração automática dos registros foi determinante para a permanência dos saldos em questão, por não ter sido considerado, para algumas operações, que as obrigações geradas em um exercício podem ter seu efetivo pagamento perpassado para exercícios subsequentes, por meio da inscrição e execução de Restos a Pagar.

O caso em análise, refere-se a operações de repasses e sub-repasses de recursos financeiros entre diferentes órgãos do Governo Federal. Até o exercício de 2014, as operações dessa natureza eram registradas apenas em contas de controle de saldos, sem reflexo nas contas de movimentação de ativos ou passivos. A partir da implantação do novo PCASP em 2015, a entrada e saída de repasses financeiros entre órgãos do Governo Federal passou a ser registra nas contas contábeis de Receitas Operacionais - Repasses Recebidos e Receitas Operacionais - Repasses Concedidos, sendo ao final do exercício conciliados os resultados das contas, por ser transitório o fluxo destes recursos. Por exemplo: na Demonstração de Resultados do Exercício - DRE de 2016 constam registrados apenas os saldos positivos de Receitas Operacionais - Repasses Recebidos, por resultarem superiores às concessões realizadas no período.

Assim, os registros realizados automaticamente pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN nas contas de 3.6.0.0.00.00 - Valorização e Ganhos com Ativos e 4.6.0.0.00.00 - Desvalorização e Perda de Ativos mostram-se atípicos e específicos ao momento de transição e implantação do novo PCASP, entre os exercícios de 2014 e 2015. O artifício foi utilizado apenas para migração dos saldos inscritos nas contas de controle utilizadas em 2014, específicas para as operações de repasse e sub-repasse de recursos financeiros para outros órgãos do Governo Federal. Contudo, devido a inscrição das obrigações em Restos a Pagar pelos órgãos beneficiados, o volume de recursos recebidos restou superior àquele repassado no período, persistindo um saldo positivo das operações.

Circunstanciando o caso, os registros de entrada de recursos financeiros para as operações de repasses e sub-repasses realizadas pela Ebserh em 2014, contabilizados na conta Valorização e Ganhos com Ativos, somaram o montante de R\$ 122.043.737,06 (cento e vinte e dois milhões, quarenta e três mil, setecentos e trinta e sete reais e seis centavos). Em contrapartida, no mesmo período, os registros de saída dessas operações, contabilizados na conta Desvalorização e Perda de Ativos, somaram o montante de R\$

94.066.321,26 (noventa e quatro milhões, sessenta e seis mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos). Os registros de saldo remanescente dessas operações somaram o montante de R\$ 27.977.415,80 (vinte e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos).

A discussão está relacionada a persistência de registro desse saldo remanescente. Como demonstrado, o saldo foi automaticamente registrado nas contas contábeis de Ativos e resulta da contrapartida para as operações de repasses e sub-repasses cujas obrigações foram inscritas por outros órgãos em Restos a Pagar. Os repasses das respectivas contrapartidas nos exercícios subsequentes foram realizados sob a égide do novo PCASP, com registro em contas de Receitas Operacionais, diversas daquelas afetas aos lançamentos de Ativos. Contudo, os registros nas contas de Ativos permaneceram sem a possibilidade de baixa, por não constarem mais acessíveis as contas, compondo o resultado do exercício de 2015.

Os fatos contábeis que deram origem ao saldo em lide, extrapolaram as possibilidades de gestão da Empresa, por serem originados de lançamento automático. Todavia, foram realizadas tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN com o intuito de corrigir a distorção, mas resultaram infrutíferas.

A realização de repasses e sub-repasses a outros órgãos do Governo Federal constitui operação corrente nas execuções da Ebserh, em função da delegação de competências estabelecida na Portaria MEC nº 442, de 25/04/2012, que transfere à Empresa a gestão do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF, instituído pelo Decreto nº 7.082/2010.

Nas demonstrações do exercício de 2016, os registros das contas contábeis encontram-se adequadamente compatibilizados com aqueles de 2015, não permanecendo saldo na conta de Valorização ou Desvalorização de Ativos impactando os resultados obtidos no Balanço Patrimonial. No período, não mais se verificaram inconsistências que demandassem conciliações, em virtude das mudanças ocasionadas pelo novo PCASP na estrutura do SIAFI. Nesse sentido, não houve nenhuma mudança de critério contábil, nem foram aplicados ajustes de exercício anterior por efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável, em conformidade ao § 1º Art. 186, da Lei 6.404/76.

Depreciação Acumulada - Bens Móveis

(Ativo Não Circulante)

Depreciação - As depreciações aplicadas ao patrimônio da Empresa são registradas na conta de Ativo Não Circulante - Depreciação Acumulada - Bens Móveis. Nos registros, a depreciação é calculada pelo método linear das cotas constantes, mediante a utilização de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99, na Instrução Normativa SRF nº 162/98 e na NBC TG 27 (R3) - Ativo Imobilizado.

Para exemplificar a aplicação do método de depreciação, tomamos por base o cálculo relativo a equipamentos de processamento de dados comuns, como computadores. O tempo de vida útil e a taxa de depreciação anual a ser considerado para esses equipamentos é definido conforme classificação da Instrução Normativa SRF nº 162/98, Anexo I: bens relacionados na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, segundo a tabela abaixo:

ANEXO I

Bens relacionados na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM

NCM	Descrição	Tempo vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação anual
8471	MÁQUINAS AUTOMÁTICAS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS E SUAS UNIDADES; LEITORES MAGNÉTICOS OU ÓPTICOS, MÁQUINAS PARA REGISTRAR DADOS EM SUPORTE SOB FORMA CODIFICADA, E MÁQUINAS PARA PROCESSAMENTO DESSES DADOS, NÃO ESPECIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRAS POSIÇÕES	5	20%

Nestes termos, a aplicação do cálculo de depreciação é realizada de acordo com a classificação e o valor inicial de aquisição do bem a ser considerado, seguindo a Tabela da Receita Federal do Brasil.

Os saldos anteriores, as taxas aplicadas e valores apurados de depreciação registrados na conta de Ativo Não Circulante - Depreciação Acumulada - Bens Móveis da Ebserh em 31 de dezembro de 2016, constam detalhados no quadro abaixo:

CÁLCULO DE DEPRECIÇÃO
CONFORME TABELA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2016	TAXA %	PRAZO	DEPRECIÇÃO NO MÊS	RESULTADO ACUMULADO
1.2.3.2.1.08.00	BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	36.335,00	-	44 meses	825,80	28.077,05
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	6.952,32	0,07	15 anos	38,59	1.439,97
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	2.809.145,00	0,10	10 anos	23.409,54	712.041,09
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO,	1.080.312,50	0,07	15 anos	5.995,73	43.477,11
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	244.662,25	0,10	10 anos	2.038,85	40.123,36
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	136.589,51	0,10	10 anos	1.138,25	60.848,76
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	-	0,07	15 anos	-	68,57
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	569.189,92	0,10	10 anos	4.743,25	124.383,81
1.2.3.1.1.01.25	MÁQUINA UTENSÍLIOS E QUIP. DIVERSOS	-	0,10	10 anos	-	1.435,62
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	44.626.268,49	0,20	5 anos	743.771,14	17.736.994,81
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	88.204,06	0,10	10 anos	717,70	32.608,16
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	-	0,10	10 anos	-	6.066,67
1.2.3.1.1.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	-	0,10	10 anos	-	110.450,18
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	2.687.869,88	0,10	10 anos	22.398,92	923.104,67
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	-	0,07	15 anos	-	R\$ 266,62
1.2.3.1.1.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	1.577.330,50	0,10	10 anos	13.144,42	600.951,63
1.2.3.1.1.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO *****	-	0,10	10 anos	-	-
1.2.3.2.1.07.00	INSTALAÇÕES ***	321.800,00	0,20	5 anos	5.363,33	76.820,00
1.2.4.2.1.01.00	MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS (*)	-	-		-	-
TOTAL DEPRECIÇÃO		54.184.659,43			823.585,52	20.499.158,08

*Fonte: SIAFI, consulta em 31/12/2016.

Apesar do cálculo da depreciação seguir o rito relatado, em algumas contas contábeis permaneceram registros de valores de depreciação acumulada embora os saldos de bens restassem zerados. A inconsistência decorreu da realização de operações de reclassificação dos bens para melhor adequação do

seu registro e inscrição contábil, na maioria dos casos motivadas pelas equipes de gestão do patrimônio da Empresa. Contudo, essas operações foram realizadas sem a devida reclassificação da depreciação acumulada relativa aos bens envolvidos.

O problema decorre de falha operacional ou procedimental, pois na prática corrente de lançamento ou alteração de registros em módulos contábeis ou de gestão patrimonial comerciais, as operações de reclassificação de bens são automaticamente acompanhadas da reclassificação de todo o saldo de depreciação referente ao bem reclassificado. Contudo, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI não executa automaticamente a operação de reclassificação dos saldos de depreciação dos bens reclassificados, e as equipes não atentaram para este problema, persistindo a inconsistência nas contas de depreciação acima identificadas ao final do exercício. Apesar da permanência dos registros, importa esclarecer que a inconsistência identificada não impacta os resultados de 2016, visto que os saldos de depreciação não reclassificados somam R\$ 118.287,66 (cento e dezoito mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos) e representam apenas 1% (um ponto percentual) do total registrado.

A situação encontra-se mapeada e as ações de correção em curso. Não obstante, pretende-se melhorar os controles e promover a capacitação das equipes envolvidas de forma a evitar a reincidência de inconsistências dessa natureza. As contas contábeis que apresentam as inconsistências relatadas e as motivações para reclassificação dos bens nestas inscritos, registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, constam detalhadas nos itens abaixo:

- Conta 1.2.3.1.1.01.25 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS: teve dois lançamentos de reclassificação de bens conforme as NL, seguida das justificativas: 2016NL000312 - Registro de lançamento conforme processo protocolo 23477005263/2016-80 ajuste do RMB. - Relatório de Movimentação de Bens; e 2016NS003246 - Baixa de material permanente reclassificado como material de consumo, conforme solicitação do Serviço de Patrimônio. Processo 23477.009069/2016-73 e memorando 257/2016 - SPAA/CAD/DAI/EBSERH de 01/06/2016;
- Conta 1.2.3.1.1.01.21 EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS: 2015NS009620 - Trata-se de reclassificação de bens Solicitadas pelo Gestor de Patrimônio: (R\$ 104.000,00) da conta 123110121 para a conta 123110301;
- Conta 1.2.3.1.1.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS: 2016NL000311 - Reclassificação solicitada pelo Gestor de patrimônio conforme Processo Protocolo 23477005263/2016-80;
- Conta 1.2.3.11.05.01 - VEICULOS EM GERAL: regularização da NS 2014NS00547, conforme requerido pela área gestora do patrimônio, para reclassificar os bens da conta 14.212.3600 p/ a

conta 14.212.4800-veiculos diversos, carrinho manual não motorizado, melhor enquadrado nesta conta 2014NL000052.

- Conta 1.2.3.11.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS: 2016NL001263 - Reclassificação dos valores afim de atender § 2º do art. 176 da lei 6.404/76 § 2º nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "DIVERSAS CONTAS" OU "CONTAS-CORRENTES".

Sobre o tema, cabe esclarecer que apesar da Ebserh ter sido constituída no exercício de 2012, os valores patrimoniais da Empresa somente evoluíram significativamente nos últimos exercícios. Nesse contexto, assumem maior relevância monetárias as variações observadas nos registros da conta de Ativo Não Circulante - Imobilizado no período de 2014 a 2016, conforme quadro abaixo:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo Não Circulante – Imobilizado	R\$ 8.750,00	R\$ 10.451.797,60	R\$ 31.147.581,54	R\$ 50.307.873,07	R\$ 65.753.867,80
Variação anual		119.349%	198%	62%	31%

Existe a expectativa de que a consolidação do patrimônio da Empresa alcance maior vulto a partir das operações de cessão de bens das Universidades Federais para suas unidades hospitalares filiadas.

Ainda em relação aos dados de depreciação, cabe informar que os registros dos saldos de depreciação entre os exercícios tendem a apresentar variações mais significativas do que àquela observada na constituição patrimonial, visto que comportam a variação derivada da aplicação da depreciação aos bens adquiridos no último exercício, somada aos valores absolutos de depreciação acumulada dos bens já incorporados ao patrimônio da Empresa em exercícios anteriores. Assim, a depreciação segue lógica própria, pois mesmo que não se adquira nenhum bem novo a depreciação será calculada enquanto durar a vida útil dos bens incorporados com aumento de saldo anual da conta de Ativo Não Circulante - Imobilizado.

Para melhor gestão do patrimônio da Ebserh, está em desenvolvimento ferramenta que visa o adequado tratamento de dados e padronização de procedimentos, denominada Sistema de Gestão Patrimonial, integrada ao Sistema de Informações Gerenciais - SIG. A ferramenta vem sendo construída em etapas e o relatório de depreciação encontra-se em fase de implantação, com utilização já iniciada em 2017. O Sistema de Gestão Patrimonial possui as funcionalidades abaixo relacionadas:

- Tabelas de Apoio e suporte ao sistema;
- Funcionalidades de Incorporação de bens;
- Movimentação;
- Baixa de Bens;
- Relatórios RMB e Cálculos de Depreciação.
- Funcionalidades de Inventário.

Teste de Recuperabilidade - Impairment

Teste de Recuperabilidade - *Impairment* - Constitui teste que visa a avaliação de recuperação de valor de bens quando o saldo contábil aponta que os benefícios esperados pela sua utilização tendem a ser inferiores ao seu valor recuperável.

A aplicação do Teste de Recuperabilidade de bens, *Impairment*, é regulamentada pelo disposto no § 3º, Art. 183, da Lei nº 6.404/1976, e alterações pela Lei nº 11.941/2009, bem como pela NBC TG 01 (R3) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e alterações pela NBC TG 01 (R1). A aplicação do teste consta indicada como periódica, para eventos circunstanciados nos textos legais e normativos, ou segundo avaliação e motivação alçada pelo gestor de patrimônio de cada unidade.

No contexto da Ebserh, os bens móveis que compõem a conta de Ativo Não Circulante - Imobilizado foram adquiridos pela própria Empresa, para a estruturação de sua Sede, em Brasília/DF, e na aquisição de mobiliários e equipamentos para a reestruturações de suas filiais, nos Hospitais Universitários Federais.

As cessões de bens móveis das Universidades Federais para a Ebserh, nas filiais da Empresa em operação nos Hospitais Universitários Federais, ainda não foram concluídas. As providências necessárias ao inventário e avaliação para cessão desses bens foram adotadas pela própria Empresa, conforme o previsto em sua Lei de sua criação, Lei nº 12.550/2011.

Assim, num primeiro momento, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 13/2014 - Ebserh, cujo objeto previa a contratação dos serviços de inventário e avaliação de bens móveis para 05 (cinco) unidades hospitalares, a saber: HU-UFPI, HUB-UNB, HU-UFMA, HC-UFTM e HUCAM-UFES. Posteriormente, com a adesão de novos hospitais à Empresa, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 01/2016 - Ebserh, com o mesmo objeto, alcançando outras 29 (vinte e nove) unidades hospitalares, além da adesão de outras 03 (três), conforme tabela abaixo:

INVENTÁRIO DE BENS - PREGÃO N° 13/2014						
GRUPO	ITEM	UF	SIGLA	RAZÃO SOCIAL	QTDE	VALOR TOTAL
1	1	PI	HU-UFPI	Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí	7000	R\$ 41.930,00
	2	DF	HUB-UNB	Hospital Universitário da Universidade Federal de Brasília	22000	R\$ 131.780,00
	3	MA	HU-UFMA	Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão	22000	R\$ 119.460,00
	4	MG	HC-UFTM	Hospital de Clinicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	20000	R\$ 108.600,00
	5	ES	HUCAM-UFES	Hospital Cassiano Antonio Moraes da Universidade Federal do Espírito Santo	26000	R\$ 140.400,00

INVENTÁRIO DE BENS - PREGÃO N° 01/2016						
GRUPO	ITEM	UF	SIGLA	RAZÃO SOCIAL	QTDE	VALOR TOTAL
1	1	AM	HUGV-UFAM	Hospital Universitário Getúlio Vargas da Universidade Federal do Amazonas	10000	R\$ 49.900,00
	2	PA	HUBFS-UFPA	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza da Universidade Federal do Pará	6000	R\$ 30.000,00
	3	PA	HUJBB-UFPA	Hospital Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará	11500	R\$ 57.500,00
2	4	CE	HUWC-UFC	Hospital Universitário Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará	17000	R\$ 78.200,00
	5	CE	MEAC-UFC	Maternidade Escola Assis Chateaubriand da Universidade Federal do Ceará	8500	R\$ 39.695,00
	6	PI	HU-UFPI	Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí	9500	R\$ 44.175,00
	7	TO	HDT-UFT	Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins	1500	R\$ 9.000,00
3	8	PB	HULW-UFPB	Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba	9500	R\$ 29.925,00
	9	RN	HUOL-UFRN	Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	26500	R\$ 83.475,00
	10	RN	HUAB-UFRN	Hospital Universitário Ana Bezerra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	3000	R\$ 9.300,00
	11	RN	MEJC-UFRN	Maternidade Escola Januário Cicco da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	5000	R\$ 15.700,00
4	12	AL	HUPAA-UFAL	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas	15000	R\$ 62.100,00
	13	PE	HC-UFPE	Hospital das Clinicas da Universidade Federal de Pernambuco	10000	R\$ 42.500,00
	14	PE	HU-UNIVASF	Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco	5000	R\$ 21.250,00
5	15	BA	HUPES-UFBA	Hospital Universitário Professor Edgard Santos da Universidade Federal da Bahia	32500	R\$ 130.000,00
	16	BA	MCO-UFBA	Maternidade Climério de Oliveira da Universidade Federal da Bahia	6000	R\$ 24.000,00
	17	SE	HU-UFS	Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe	9500	R\$ 38.000,00

6	18	MS	HUMAP-UFMS	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	19500	R\$ 84.240,00
	19	MS	HU-UFGD	Hospital Universitário da Grande Dourados da Universidade Federal da Grande Dourados	25000	R\$ 108.000,00
	20	MT	HUJM-UFMT	Hospital Universitário Júlio Müller da Universidade Federal do Mato Grosso	17500	R\$ 75.600,00
7	21	GO	HC-UFG	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás	14500	R\$ 52.200,00
	22	MG	HC-UFMG	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais	49000	R\$ 149.940,00
	23	MG	HU-UFJF	Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	15000	R\$ 54.000,00
8	24	PR	CHC-UFPR	Complexo de Clínicas da Universidade Federal do Paraná	36500	R\$ 124.100,00
	25	PR		Maternidade Victor Ferreira Amaral da Universidade Federal do Paraná	1500	R\$ 4.950,00
	26	SP	HU-UFSCar	Hospital Universitário Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci da Universidade Federal de São Carlos	4500	R\$ 14.625,00
9	27	RS	HE-UFPeI	Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas	2000	R\$ 6.680,00
	28	RS	HUSM-UFMS	Hospital Universitário de Santa Maria da Universidade Federal de Santa Maria	18000	R\$ 60.300,00
	29	RS	HU-FURG	Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. da Universidade Federal do Rio Grande	10000	R\$ 33.500,00

INVENTÁRIO DE BENS - PREGÃO Nº 01/2016 - ADESÃO						
GRUPO	ITEM	UF	SIGLA	RAZÃO SOCIAL	QTDE	VALOR TOTAL
Adesão	1	PB	HUAC-UFPB	Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande	6000	R\$ 18.900,00
	2	RJ	HUAP-UFF	Hospital Universitário Antonio Pedro da Universidade Federal Fluminense	25000	R\$ 100.000,00
	3	SC	HUPEST-UFSC	Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina	26500	R\$ 83.475,00

Consta previsto, no objeto dos referidos Pregões Eletrônicos, a realização do inventário e da avaliação para os bens móveis a serem cedidos à Ebserh, que pertencem às Universidades Federais, bem como para aqueles adquiridos pelas próprias Unidades Gestoras filiadas à Empresa, e que já constituem seu Patrimônio Líquido, visando a devida atualização e controle.

Os trabalhos nos hospitais encontram-se em diferentes etapas de execução, coexistindo contratações em fase inicial, avaliações finais para a homologação de resultados pelas Comissões de Inventário e processos em fase de formalização da cessão de posse dos bens à Ebserh.

Considerando esse contexto, avalia o Gestor de Patrimônio da Empresa, que os bens que compõem o saldo da conta de Ativo Não Circulante - Imobilizado ao final de 2016, localizados e incorporados na Sede da Ebserh, ainda estão no início de sua vida útil e segundo os resultados de depreciação, não reportam

indicação de que sofram desvalorizações significativas, além daquela decorrente da própria depreciação, registrada mensalmente, o que não justifica a aplicação do Teste de Recuperabilidade - *Impairment*.

Para os bens a serem cedidos pelas Universidades Federais à Ebserh e aqueles incorporados pelas Unidades Gestoras da Empresa nos Hospitais Universitários Federais, fez constar no objeto dos Pregões Eletrônicos nº 13/2014 - Ebserh e nº 01/2016 - Ebserh, a aplicação e expedição de laudos de avaliação, para determinação dos valores atuais de mercado, uma vez que a situação de alteração nas operações que envolvem esses bens requer a adoção desta medida, como preveem as diretrizes estabelecidas nas NBCs e nas legislações supracitadas, absorvendo os resultados que seriam obtidos com a aplicação de Testes de Recuperabilidade - *Impairment*.

Assim, tendo em vista que as ações informadas se coadunam com as práticas recomendadas, entende o Gestor, estarem adotadas as medidas para avaliação e redução ao valor recuperável dos bens que porventura tenham sofrido desvalorização, e conseqüente discrepância entre seu valor recuperável e seu valor registrado contabilmente, nos casos em que a medida se aplica.

Provisões de Curto Prazo

(Passivo Circulante)

Provisões a Curto Prazo - A conta de provisões de contingências das ações judiciais da Ebserh soma R\$ 8.662.679,05, conforme registro no Balanço Patrimonial. Os lançamentos são realizados a partir de informações fornecidas pela Consultoria Jurídica da Ebserh. Segundo a Consultoria, os valores registrados não se restringem apenas às demandas trabalhistas, mas podem incluir ainda ações de natureza previdenciária, tributária e cível em geral, como ações assistenciais, ações relativas aos concursos públicos, ações relacionadas a licitações e contratos, dentre outros.

Para elaboração do provisionamento, considera-se “expectativa de condenação”, o valor, em reais, que o advogado da Ebserh acredita que pode ser a condenação, ou seja, o efetivo valor econômico envolvido na demanda.

Especificamente em relação ao prognóstico, tem-se o seguinte:

- a. **Provável:** ação que há maior probabilidade da Ebserh perder (a chance de perder é maior que a de ganhar). A demanda será classificada como “provável”, por exemplo, quando houver decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da Empresa.

- b. Possível:** a chance de perder é menor que provável, mas maior que remota. A demanda será classificada como “possível” quando ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da Empresa.
- c. Remoto:** pequena chance da Ebserh perder. A demanda será classificada como “remota” quando há decisão judicial favorável aos interesses da Empresa ou obrigação, já foi devidamente cumprida.

A análise do prognóstico deve considerar, ainda: a) se o direito invocado pelo autor encontra amparo na norma jurídica vigente; b) se o conjunto probatório dos autos é suficiente para amparar o pedido; c) se há precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis.

Fazem parte do Demonstrativo de Resultados somente aquelas provisões com expectativa de condenação provável. Aquelas classificadas como possíveis são inseridas nas Notas Explicativas.

No quadro abaixo são demonstradas as provisões de contingência jurídicas - Prováveis, realizadas no exercício de 2016 na conta de Passivo Circulante - Provisões de Curto Prazo:

Provisões de Contingência - Prováveis

NATUREZA	EXPECTATIVA DE CONDENAÇÃO	Saldo Final 2016	Variação	Saldo Inicial 2015	Variação %
Trabalhista	Provável	7.212.874,39	6.278.037,71	934.836,68	672%
Cível	Provável	1.449.804,66	327.689,00	1.122.115,66	29%
TOTAL		8.662.679,05	6.605.726,71	2.056.962,34	321 %

No quadro abaixo são demonstradas as provisões de contingência jurídicas - Possíveis, realizadas no exercício de 2016 e inseridas nas Notas Explicativas:

Provisões de Contingência - Possíveis

NATUREZA	RISCO	Saldo Final 2016	Variação	Saldo Inicial 2015	Variação %	Descrição sucinta - principais objetos
Trabalhista	Possíveis	20.018.969,81	-	-	-	Ações Cíveis Públicas trabalhistas. Reclamações trabalhistas de empregados (PCCS, insalubridade, reintegração, dano moral coletivo, hora extra noturna, acúmulo de adicionais, transferências)
Cível	Possíveis	7.749.303,42	-	-	-	Ações referentes aos concursos públicos e indenizatórias. Ações coletivas, inclusive do MPF, para implementação de melhorias. Ações de fornecimento de medicamentos.
TOTAL		27.768.273,23	-	-	-	

Nos quadros constam classificadas as informações de variação das provisões de contingenciamento jurídico, conforme indicação da COPAR/STN, que são periodicamente atualizadas pelas Consultoria Jurídica da Ebserh.

Ainda sobre o tema, esclareceu a Consultoria Jurídica, que os valores informados são referentes à “expectativa de condenação”, variável que é diretamente proporcional ao número de ações judiciais em trâmite. Sendo esperado que, a adesão de novos hospitais universitários, resulte no aumento do número total de ações judiciais e conseqüentemente aumento do valor do provisionamento.

Outra questão apontada, refere-se ao aumento da demanda impulsionada pelo transcurso do tempo, após a assinatura do contrato de gestão e após a contratação de empregados públicos, quando começam a ser propostas ações judiciais na justiça do trabalho de grande repercussão econômica, especialmente as ações coletivas, propostas por entidades sindicais e Ministério Público.

Por conseguinte, com a gestão plena dos Hospitais Universitários, as ações judiciais, antes propostas contra a Universidade Federal, acompanhadas pelas Procuradorias Federais, passam a ser contra a Ebserh.

Para orientar as avaliações para as provisões e normatizar o tema, a Consultoria Jurídica elaborou a **Ordem de Serviço nº 01/2017**, em fevereiro de 2017, cópia anexa (págs. 51 a 53).

Anexo I

Ativo Não Circulante - Intangível

Mensagens Comunica - SIAFI

__ SIAFI2017-ADMINISTRA-COMUNICA-CONRECMENS (CONSULTA MENSAGENS RECEBIDAS)____

Data: 20/04/17 Hora: 18:57:17 Usuario: AFONSO
Mensagem: 2016/0427734 Emissora 150003 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MIN.DA EDUCAC
de 24/02/16 as 15:23 por DEBORAH AIRES NEPOMUCENO DE ANDRADE Pag. 01/02
Assunto: RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL - SOFTWARES
Texto : PREZADOS CONTADORES (AS),

A PARTIR DE JAN/2016 A CONTA 12411.00.00 SOFTWARES (ATIVO INTANGÍVEL) FOI SEGREGADA EM 12411.01.00 SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA E 12411.02.00 SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA. APENAS OS SOFTWARES CLASSIFICADOS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA ESTARÃO SUJEITOS À AMORTIZAÇÃO. SENDO ASSIM, É NECESSÁRIA A RECLASSIFICAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL E DA CONTA DE AMORTIZAÇÃO ACUMULADA COM USO DOS SEGUINTE EVENTOS:

54.0.085 - RECLASSIF ATIVO INTANGIVEL

TRANSFERENCIA DE SALDO DA CONTA DE ATIVO INTANGIVEL DE VIDA UTIL
DEFINIDA PARA ATIVO INTANGIVEL COM VIDA UTIL INDEFINIDA.

59.0.849 - REG.C/C AMORTIZACAO ACUMULADA
REGULARIZACAO DO CONTA-CORRENTE "CONTA CONTABIL DE REFERENCIA" DA
CONTA DE AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES

CONTINUA

PF3=SAI PF5=IMPRIME PF8=AVANCA PF12=RETORNA

__ SIAFI2017-ADMINISTRA-COMUNICA-CONRECMENS (CONSULTA MENSAGENS
RECEBIDAS)____

Data: 20/04/17 Hora: 18:57:56 Usuario: AFONSO

Mensagem: 2016/0427734 Emissora 150003 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MIN.DA EDUCAC
de 24/02/16 as 15:23 por DEBORAH AIRES NEPOMUCENO DE ANDRADE Pag. 02/02

Assunto: RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL - SOFTWARES

Texto : LEMBRAMOS QUE A CONTA 124810100 - AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DEVERÁ TER
COMO CONTA-CORRENTE A CONTA DO ATIVO QUE ESTÁ SENDO AMORTIZADA, NO
CASO DE SOFTWARES, O NÚMERO DA CONTA A SER APRESENTADA COMO CONTA-
CORRENTE É 12411.01.01 = SOFTWARES. ESSA CONTA DEVERÁ SER APRESENTADA
NA INSCRIÇÃO 1 DA NL.

ATENCIOSAMENTE,

SETORIAL CONTÁBIL/SPO/SE/MEC
150003
24.02.2016

PF3=SAI PF5=IMPRIME PF7=RECUA PF12=RETORNA

__ SIAFI2017-ADMINISTRA-COMUNICA-CONRECMENS (CONSULTA MENSAGENS
RECEBIDAS)____

Data: 20/04/17 Hora: 18:58:16 Usuario: AFONSO

Mensagem: 2016/0433161 Emissora 150003 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MIN.DA EDUCAC
de 25/02/16 as 11:25 por DEBORAH AIRES NEPOMUCENO DE ANDRADE Pag. 01/06

Assunto: COMPLEMENTACAO MSG RECLASSIFC. ATIVO INTANGÍVEL

Texto : PREZADOS CONTADORES,

EM COMPLEMENTAÇÃO À MENSAGEM 2016/0427734 ENVIADA EM 24.02.2016 POR
ESTA SETORIAL, GOSTARÍAMOS DE ACRESCENTAR AS SEGUINTE ORIENTAÇÕES:

1. OS SOFTWARES DEVEM SER TRATADOS COMO ATIVOS IMOBILIZADOS OU INTAN
GÍVEIS. CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC-04 DO COMITÊ DE PRONUNCI
AMENTOS CONTÁBEIS E RESOLUÇÃO CFC N. 1.303/2010 DO CONSELHO FEDERAL DE
CONTABILIDADE, PARA SABER SE UM ATIVO QUE CONTÉM ELEMENTOS INTANGÍVEIS
E TANGÍVEIS DEVE SER TRATADO COMO ATIVO IMOBILIZADO OU COMO ATIVO INTA
GÍVEL, A ENTIDADE AVALIA QUAL ELEMENTO É MAIS SIGNIFICATIVO. POR

EXEMPLO, UM SOFTWARE DE UMA MÁQUINA-FERRAMENTA CONTROLADA POR COMPUTADOR QUE NÃO FUNCIONA SEM ESSE SOFTWARE ESPECÍFICO É PARTE INTEGRANTE DO REFERIDO EQUIPAMENTO, DEVENDO SER TRATADO COMO ATIVO IMOBILIZADO. O MESMO SE APLICA AO SISTEMA OPERACIONAL DE UM COMPUTADOR. QUANDO O SOFTWARE NÃO É PARTE INTEGRANTE DO RESPECTIVO HARDWARE, ELE DEVE SER

CONTINUA

PF3=SAI PF5=IMPRIME PF8=AVANCA PF12=RETORNA

__ SIAFI2017-ADMINISTRA-COMUNICA-CONRECMENS (CONSULTA MENSAGENS RECEBIDAS)____

Data: 20/04/17 Hora: 18:58:23 Usuario: AFONSO

Mensagem: 2016/0433161 Emissora 150003 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MIN.DA EDUCAC de 25/02/16 as 11:25 por DEBORAH AIRES NEPOMUCENO DE ANDRADE Pag. 02/06

Assunto: COMPLEMENTACAO MSG RECLASSIFC. ATIVO INTANGÍVEL

TEXTO : TRATADO COMO ATIVO INTANGÍVEL. (ITEM 3.1.2 DA MACROFUNÇÃO 021130 - DESPESAS COM TI)

2. OS DIREITOS QUE TENHAM POR OBJETO BENS INCORPÓREOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE PÚBLICA OU EXERCIDOS COM ESSA FINALIDADE SÃO MENSURADOS OU AVALIADOS COM BASE NO VALOR DE AQUISIÇÃO OU DE PRODUÇÃO, DEDUZIDO DO SALDO DA RESPECTIVA CONTA DE AMORTIZAÇÃO ACUMULADA E DO MONTANTE ACUMULADO DE QUAISQUER PERDAS DO VALOR QUE HAJAM SOFRIDO AO LONGO DE SUA VIDA ÚTIL POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT).

UM ATIVO INTANGÍVEL DEVE SER RECONHECIDO SOMENTE QUANDO:

A. FOR PROVÁVEL QUE OS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS FUTUROS ESPERADOS ATRIBUÍVEIS AO ATIVO SERÃO GERADOS EM FAVOR DA ENTIDADE; E

B. O CUSTO DO ATIVO POSSA SER MENSURADO COM SEGURANÇA.

(ITEM 4.3.6. DO MCASP 6ª EDIÇÃO)

CONTINUA

PF3=SAI PF5=IMPRIME PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

__ SIAFI2017-ADMINISTRA-COMUNICA-CONRECMENS (CONSULTA MENSAGENS RECEBIDAS)____

Data: 20/04/17 Hora: 18:58:28 Usuario: AFONSO

Mensagem: 2016/0433161 Emissora 150003 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MIN.DA EDUCAC de 25/02/16 as 11:25 por DEBORAH AIRES NEPOMUCENO DE ANDRADE Pag. 03/06

Assunto: COMPLEMENTACAO MSG RECLASSIFC. ATIVO INTANGÍVEL

Texto : 3. O ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA NÃO DEVE SER AMORTIZADO. A ENTIDADE DEVE TESTAR A PERDA DE VALOR DOS ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA, OU AQUELES AINDA NÃO DISPONÍVEIS PARA O USO, COMPARANDO O VALOR RECUPERÁVEL COM O SEU VALOR CONTÁBIL SEMPRE QUE EXISTAM INDÍCIOS DE QUE ATIVO INTANGÍVEL PODE TER PERDIDO VALOR.

(ITEM 7.4.6 DO MCASP 6ª EDIÇÃO)

4. A VIDA ÚTIL DE UM ATIVO INTANGÍVEL QUE NÃO É AMORTIZADO DEVE SER REVISADA PERIODICAMENTE PARA DETERMINAR SE EVENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS CONTINUAM A CONSUBSTANCIAR A AVALIAÇÃO DE VIDA ÚTIL INDEFINIDA. CASO CONTRÁRIO, A MUDANÇA NA AVALIAÇÃO DE VIDA ÚTIL DE INDEFINIDA PARA DEFINIDA DEVE SER CONTABILIZADA COMO MUDANÇA DE ESTIMATIVA CONTÁBIL. (ITEM 7.4.7 DO MCASP 6ª EDIÇÃO)

5. O PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO DE ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA DEVE SER REVISADO PELO MENOS AO FINAL DE CADA EXERCÍCIO. CASO A
CONTINUA

PF3=SAI PF5=IMPRIME PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

__ SIAFI2017-ADMINISTRA-COMUNICA-CONRECMENS (CONSULTA MENSAGENS RECEBIDAS)____

Data: 20/04/17 Hora: 18:58:37 Usuario: AFONSO

Mensagem: 2016/0433161 Emissora 150003 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MIN.DA EDUCAC de 25/02/16 as 11:25 por DEBORAH AIRES NEPOMUCENO DE ANDRADE Pag. 04/06

Assunto: COMPLEMENTACAO MSG RECLASSIFC. ATIVO INTANGÍVEL

Texto : VIDA ÚTIL PREVISTA DO ATIVO SEJA DIFERENTE DE ESTIMATIVAS ANTERIORES, O PRAZO DE AMORTIZAÇÃO DEVE SER DEVIDAMENTE ALTERADO. (ITEM 12.5 DA MACROFUNÇÃO 020330 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND)

6. O VALOR AMORTIZÁVEL DE ATIVO COM VIDA ÚTIL DEFINIDA É DETERMINADO APÓS A DEDUÇÃO DE SEU VALOR RESIDUAL. UM VALOR RESIDUAL DIFERENTE DE ZERO IMPLICA QUE A ENTIDADE ESPERA A ALIENAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL ANTES DO FINAL DE SUA VIDA ECONÔMICA. (ITEM 12.4 DA MACROFUNÇÃO 020330 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND)

7. O MÉTODO DE AMORTIZAÇÃO QUE DEVE SER UTILIZADO PARA TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL SERÁ O DAS QUOTAS CONSTANTES, DEVENDO CONSTAR EM NOTAS EXPLICATIVAS. AS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEVEM SEGUIR A LEI N 6404/76.

CONTINUA

PF3=SAI PF5=IMPRIME PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

__ SIAFI2017-ADMINISTRA-COMUNICA-CONRECMENS (CONSULTA MENSAGENS RECEBIDAS)____

Data: 20/04/17 Hora: 18:58:42 Usuario: AFONSO

Mensagem: 2016/0433161 Emissora 150003 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MIN.DA EDUCAC de 25/02/16 as 11:25 por DEBORAH AIRES NEPOMUCENO DE ANDRADE Pag. 05/06

Assunto: COMPLEMENTACAO MSG RECLASSIFC. ATIVO INTANGÍVEL

Texto : (ITEM 13.1 DA MACROFUNÇÃO 020330 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND)

8. CASO UM ATIVO INTANGÍVEL EM UMA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO POSSA SER REAVALIADO PORQUE NÃO EXISTE MERCADO ATIVO PARA ELE, ESTE

SOMENTE PODE SER MENSURADO PELO CUSTO MENOS A AMORTIZAÇÃO ACUMULADA E PERDA POR IRRECUPERABILIDADE DECORRENTE DO TESTE DE RECUPERABILIDADE.
(ITEM 5.3.2 DA MACROFUNÇÃO 020335)

ALÉM DESSES ITENS, O CONHECIMENTO DO CONTEÚDO NA ÍNTEGRA DAS NORMAS MENCIONADAS É DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. DESSA FORMA, SUGERIMOS A LEITURA COMPLETA DOS NORMATIVOS: MCASP 6ª EDIÇÃO; MACROFUNÇÃO 02.11.30, 02.03.30 E 02.03.35 BEM COMO TODA E QUALQUER LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO TEMA QUE ESTEJA EM VIGOR E SEJA APLICÁVEL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

ATENCIOSAMENTE,

CONTINUA

PF3=SAI PF5=IMPRIME PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

Anexo II

Norma Operacional 01-DOF/Ebserh/2016

PÚBLICO ALVO

Sede e Hospitais Universitários Federais filiados - HUFs.

Brasília/DF, 21 de junho de 2016.

I - Procedimentos de Inventário de Estoque:

1. Objetivo:

Apresentar as Instruções Reguladoras para a realização do Inventário Físico de Estoque nas Filiais da EBSEH, visando a:

- Verificação dos valores e quantidades contabilizados como estoques, correspondentes à existência física dos materiais de produção, produtos em elaboração e produtos acabados;
- Verificação da confiabilidade dos controles e métodos de armazenamento e movimentação dos materiais;
- Aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoque, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (*Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 2*), no que diz respeito a: Tratamento contábil, valor do custo reconhecido como ativo, permanência dos ativos até o reconhecimento da receita, redução ao valor realizável líquido, e métodos e critérios utilizados para atribuir custos aos estoques.
- Aplicabilidade da Resolução CFC N.º 1.137/08” que “Aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público e o Art. 106 da Lei 4.320/64.

2. Período da Realização:

O inventário será realizado nas filiais de acordo com o cronograma a seguir:

FASES	Filiais	Período	Data do Corte*	Horário
1ª	HUB	03 e 04 de Set/16	02/09/2016	Período integral, de acordo com o funcionamento da filial, que poderá ser alterado em função do desenvolvimento dos trabalhos.
	HUPI	17 e 18 de Set/16	16/09/2016	
2ª	HUOL	10 e 11 de Set/16	09/09/2016	
	MEJC	10 e 11 de Set/16	09/09/2016	
	HUAB	10 e 11 de Set/16	09/09/2016	
3ª	HUMAP	01 e 02 de Out/16	30/09/2016	
4ª	HUSCAR	08 e 09 de Out/16	07/10/2016	
5ª	HUSE	22 e 23 de Out/16	21/10/2016	
6ª	HULW	05 e 06 Nov/16	04/11/2016	
7ª	HUSM	26 e 27 Nov/16	25/11/2016	
8ª	HDT	03 e 04 Dez/16	02/12/2016	

* Data em que toda a documentação referente à entrada e movimentação de materiais no estoque deverá estar inclusa no sistema AGHU ou Sistema Próprio, não sofrendo mais movimentação física dos materiais.

3. Coordenação, Composição das Equipes e Atribuições:

a) Coordenador Geral do Inventário na Filial:

1) Responsável:

- Superintendente ou funcionário designado.

2) Atribuições:

- Planejar, coordenar e realizar o Inventário;
- Decidir, de comum acordo com a Equipe de Fiscalização, sobre situações especiais que vierem a ocorrer com a realização dos trabalhos.

b) Coordenador da Área:

1) Responsável:

- Designado pela Filial entre os funcionários com conhecimento das rotinas de inventário.

2) Atribuições:

- Coordenar o trabalho das Equipes de Contagem e da(s) Equipe(s) de Recontagem;
- Dirimir dúvidas das Equipes de Contagem e de Recontagem surgidas no transcorrer do Inventário;
- Observar se as contagens estão sendo efetuadas de maneira adequada, principalmente quanto à proibição de consulta às fichas de controle quantitativo dos materiais;

- Receber das Equipes de 1ª e 2ª Contagem, as Fichas de Contagem (FC-1 e FC-2) ou lista de contagem e remetê-las para a equipe de digitação;
- Receber das equipes de recontagem, quando for o caso, as Fichas de Contagem (FC-3), remetendo-as para a equipe de digitação;
- Acompanhar a Equipe de Fiscalização por ocasião de recontagem dos itens (atividade necessária quando houver divergência entre as quantidades apontadas pelas Equipes de 1ª e 2ª Contagem).

c) Equipes de Contagem e Equipes de Recontagem:

A Filial deverá designar 03 (três) Equipes, uma de 1ª contagem, outra de 2ª Contagem e uma equipe de Recontagem, em número suficiente, de modo que o Inventário seja realizado rigorosamente no período programado.

1) Equipe de 1ª Contagem:

1.1 Atribuições:

- Proceder à contagem dos itens;
- Anotar na Ficha de Contagem (FC-1) ou lista de contagem a quantidade apurada;
- Destacar e entregar ao Coordenador de Área à parte da Ficha de Contagem (FC-1) ou lista de contagem destinada à digitação.

1.2 Recomendações:

- A Equipe de 1ª Contagem não deverá ter contato com a Equipe de 2ª Contagem durante a execução de seu trabalho.

2) Equipe de 2ª Contagem

2.1 Atribuições:

- Proceder à contagem dos itens;
- Anotar na Ficha de Contagem (FC-2) ou lista de contagem a quantidade apurada;
- Destacar e entregar ao Coordenador de Área à parte da Ficha de Contagem (FC-2) ou lista de contagem destinada à digitação.

2.2 Recomendações:

- A Equipe de 2ª Contagem não deverá ter contato com a Equipe de 1ª Contagem durante a execução de seu trabalho.

3) Equipe de Recontagem:

3.1 Atribuições:

- Realizar a recontagem dos itens, na presença do Coordenador de Área e de funcionário integrante da Equipe de Fiscalização, quando houver divergência entre as quantidades apuradas pelas Equipes de 1ª e de 2ª Contagem;
- Anotar na Ficha de Contagem (FC-3) a quantidade apurada, e entregar ao Coordenador de Área.

d) Equipe de Apoio:

- Pessoal designado pela filial para apoiar os trabalhos a serem executados (colocação do material nas balanças, transporte e movimentação de itens a serem inventariados, entre outras atividades).

e) Equipe de Informática:

- Designada pela filial, com a atribuição de digitação de toda documentação até a data do “corte” e de todo o processamento do Inventário, mediante a emissão dos relatórios e documentos necessários.

f) Equipe de Apoio Contábil:

1) Constituição da Equipe:

- Será composta pelo responsável da área de Contabilidade da Filial.

2) Atribuições e responsabilidades:

- Identificar a aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) Estoque, de acordo com a peculiaridade de cada filial, no que diz respeito a: *Valor realizável líquido, Valor Justo, Mensuração de estoque, Custo de aquisição, Custo de transformação*, entre outros;
- Realizar análise dos itens sem movimentos ou com baixa movimentação, para atualização da Provisão para Perdas no Estoque;
- Dirimir as dúvidas ocorridas por ocasião do Inventário;
- Acompanhar as recontagens, quando for necessário, juntamente com os Coordenadores de Área, e com a Equipe de Fiscalização.

g) Equipe de Fiscalização:

1) Constituição da Equipe:

- Será composta pelo Contador Geral da EBSEH ou por colaboradores do Serviço de Contabilidade.

2) Atribuições e responsabilidades:

- Dirimir as dúvidas ocorridas por ocasião do Inventário;

- Acompanhar as recontagens, quando for necessário, juntamente com os Coordenadores de Área;
- Verificar a conformidade e exatidão do Inventário;
- Analisar e definir os procedimentos a serem adotados referentes à aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) Estoque, juntamente com a Equipe de Apoio;
- Analisar e definir os critérios para possível constituição de Provisão para Perdas no Estoque, juntamente com a Equipe de Apoio;
- Decidir, de comum acordo com o Coordenador Geral do Inventário da Filial, sobre situações especiais que vierem a surgir no decorrer dos trabalhos.

h) Equipe de Auditoria Interna:

1) O Inventário terá o acompanhamento da equipe de Auditoria interna.

i) Equipe de Auditoria Externa:

1) O Inventário terá o acompanhamento da Auditoria Independente.

4. Procedimentos:

a) A quinzena que antecede a data de início para a realização do Inventário, deverá ser utilizada pelas Filiais para a adoção de providências necessárias para o bom andamento dos trabalhos, tais como:

- Organização das Áreas;
- Etiquetagem dos itens a serem inventariados;
- Aferição de balanças;
- Manutenção dos equipamentos para a movimentação do material;
- Concluir ao Máximo as Prescrições (Ordem de Serviços) em andamento, a fim de agilizar o trabalho de contagem;
- Retornar os materiais que foram requisitados do almoxarifado para os depósitos de processo, que ainda não foram utilizados no processo de transformação;
- Treinamento do pessoal envolvido, dentre outras.

b) Serão inventariados os itens dos estoques que tiveram movimentação (entrada e/ou saída) entre as datas do inventário de 2015 e a data de corte do inventário 2016.

c) Os itens que não tiveram movimento no período mencionado serão inventariados por amostragem, cabendo a Equipe de Fiscalização fazer a indicação dos itens a serem inventariados.

d) Serão inventariados os Pedidos de Prescrição em Elaboração que tiverem a data de abertura da ordem de produção anterior a 31/12/2015. As ordens de produção abertas a partir de 01/01/2016 poderão ser inventariadas por amostragem, a critério da Equipe de Fiscalização.

e) As filiais deverão imprimir as Fichas de Contagem ou lista de materiais dos materiais em numeração sequencial, por grupo de estoque.

f) As filiais deverão deixar a disposição da Equipe de Fiscalização na data de início do inventário, listagens separadas para análise e verificação dos seguintes materiais:

- Relação do Material de difícil contagem (itens com características especiais ou com dificuldades de contagem);
- Material de produção em poder de terceiros;
- Material de terceiro em poder da EBSEH (matéria – prima, insumos, entre outros);
- Produtos acabados em outros destinos;
- Relação das Ordens de Produção (prescrições) em aberto;
- Relação dos Itens Sem movimentação;
- Relação do material rejeitado.

g) Os materiais produzidos / recebidos até a data do corte deverão ser liberados pelo Serviço Responsável e incluídos nos estoques para serem inventariados.

h) Orientações para a organização dos Almoxarifados:

- Agrupamento dos materiais por classe;
- Identificação e separação dos materiais produzidos e não aprovados pelo Controle da Qualidade;
- Identificação e separação dos produtos prescritos e não expedidos;
- Colocação das Fichas de Contagem junto ao material a ser inventariado;
- Retirada das fichas de controle quantitativo do material ou outro tipo de controle, que esteja junto aos itens a serem inventariados (para evitar a consulta pelas Equipes de Contagem e de Recontagem);
- Emissão da listagem do material de difícil contagem e das outras listagens solicitadas;
- Utilização de fichas “em branco” em caso de substituição de fichas impressas.
- Proibição de inutilização da Ficha de Contagem ou ficha de contagem, se necessário à substituição de Ficha de Contagem deverá ser apontada à observação “Sem Efeito”, em todas as partes da ficha inutilizada.
- Dentro do possível, deverão ser confeccionados coletes de cores diferentes para (1ª contagem/ 2ª contagem/coordenação/apoio/coordenador da Área/coordenador geral) ou crachá que faça a identificação das equipes com cores diferentes.
- Lanches a serem fornecidos a todos aos participantes do Inventário, pela manhã e à tarde.

i) Disposições Gerais:

- A liberação do pessoal da filial participante do Inventário ocorrerá após o encerramento do inventário, que acontecerá após a conclusão da reunião final realizada com a presença do Coordenador-Geral do Inventário na Filial, Superintendente (caso não seja o Coordenador-Geral) e a Equipe de Fiscalização.
- A filial deverá deixar a disposição da Equipe de Fiscalização na data de início do inventário, o planejamento do Inventário, incluindo a designação do Coordenador-Geral e a constituição das Equipes de Trabalho.
- O Serviço de Contabilidade manterá contatos com os colaboradores das áreas da UAF, Administrativa e Contabilidade, com o intuito de divulgar e acordar normas e procedimentos que envolvam a realização do inventário, e que porventura não tenham sido tratadas nessa Norma Operacional.
- A filial deverá divulgar e prestar os esclarecimentos aos funcionários envolvidos no inventário, difundir as atribuições ao desenvolvimento dos trabalhos e realizar treinamentos que se fizerem necessários, para o bom desenvolvimento das atividades.
- O relatório de variação do estoque será assinado pelo Coordenador Geral do Estoque, Auditoria Interna e Equipe de Contabilidade.
- O Serviço de Contabilidade fará presença nas filiais conforme Anexo A.
- A designação dos participantes do inventário será publicada em Boletim de Serviço da Filial.
- O processo de inventário será aberto no SIG-protocolo, e todas as peças que o compõe deverá constar no processo administrativo, tais como designações, estoque inicial (antes do inventário), posição do estoque (após) inventário, ajustes realizados e a variação do estoque.
- Todos os ajustes do saldo do Almojarifado deverão constar no RMA e ter o seu registro no SIAFI.

Atenciosamente,

CRISTIAN DE OLIVEIRA LIMA
Diretor de Orçamento e Finanças

ANEXO I-A

INVENTÁRIO DE ESTOQUE/2016 NAS FILIAIS DA EBSEH

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE NA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Contador / Colaborador	FILIAIS										
	HUMAP	HUB	HUSM	HUPI	HUOL	MEJC	HUAB	HUSCAR	HUSE	HDT	HULW
Afonso Marques de Sousa	X	X	X	X	X	X					X
Alex Rodrigues Batista		X					X		X		
Leonardo Brito M A Fonseca		X	X	X				X			
Sabrina Figueiredo da Silva		X							X	X	
Wesley P. do Nascimento	X	X			X						
Martha Vianna		X									
Henrique Abreu da Cruz		X								X	X
Telefone para contatos: 61-3255-8271											
EMAIL:						Contabilidade.sede@ebserh.gov.br					

Anexo III

INFORMAÇÕES SOBRE RISCOS FISCAIS

Boletim de Serviço Extraordinário nº 249, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2017.

Ordem de Serviço no 01, de 15 de fevereiro de 2017

A Consultora Jurídica junto à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, no uso das atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei no 12.550, de 15 de dezembro de 2011, pelo Decreto no 7.661, de 28 de dezembro de 2011, que aprova o Estatuto Social da Ebserh, e pelo artigo nº 36 do Regimento Interno da citada Empresa Pública, cuja revisão foi aprovada pela Resolução nº 54 do Conselho de Administração, de 10 de maio de 2016, publicada no DOU de 16 de maio de 2016, e considerando:

Que é necessário normatizar, no âmbito da Consultoria Jurídica, o processo interno para mensuração, controle e disponibilização de informações referente à avaliação de contingências passivas das demandas judiciais nas áreas trabalhista, cível, previdenciária e tributária da Ebserh;

Que se trata de exigência da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

Que anualmente o Poder Executivo encaminha ao Congresso Nacional informações em relação aos Riscos Fiscais relacionados ao exercício a que se refere a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias – inerentes a eventuais passivos contingentes e outras demandas judiciais vinculadas a órgãos que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade - OFS e que não estão contemplados no Orçamento Anual devido à sua incerteza e imprevisibilidade, porém, caso se concretizem, capazes de afetar as contas públicas;

Que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 720/2005 recomendou ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que sistematizasse o processo de elaboração do referido documento, em conjunto com os órgãos responsáveis pelo fornecimento das informações originais;

Que de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é necessário enviar informações de riscos que não foram objeto de provisão;

Que a Ebserh recebeu o Ofício Circular nº 49/2017-MP, por meio do qual a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest, solicita que sejam adotadas as providências para encaminhamento dos dados referentes às demandas judiciais que poderão impactar as contas da empresa;

Que as informações em relação ao provisionamento - avaliação de contingências passivas precisam ser atualizadas mensalmente;

Que o Relatório de Auditoria Interna nº 001/2016 - AUGE/EBSERH/MEC apontou provisões contábeis com dados incorretos e que não há normas nem controles internos para mitigar o risco de informações incorretas ou intempestivas;

Que esta Consultoria Jurídica recebeu o Memorando nº 11/2017 - CCF/DOF/EBSERH/MEC solicitando explicação técnica em relação aos valores informados ao Balanço Contábil 2015/2016;

Que a Comissão de Valores Mobiliários aprovou o Pronunciamento do Ibracon NPC - Norma de Procedimento Contábil - Nº 22, que dispõe sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, resolve:

Art. 1º Os Setores Jurídicos dos Hospitais Universitários Federais filiais Ebserh devem encaminhar o Anexo I – Riscos Fiscais, anexo a esta Ordem de Serviço, devidamente preenchido, atualizado, a esta Consultoria Jurídica, por meio de memorando, mensalmente, até o dia 15 de cada mês.

§1º Excepcionalmente, em razão do Ofício Circular nº 49/2017, do Ministério do Planejamento, que estipulou prazo para o encaminhamento dessas informações, o mencionado anexo deve ser encaminhado, impreterivelmente, até o dia 17/02/2017.

Art. 2º Para fins de provisionamento, a Consultoria Jurídica utiliza como parâmetro o Pronunciamento Técnico 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

§1º De acordo com tal documento o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

§2º Considerando as conceituações do Apêndice A, as demandas podem ser classificadas em “provável”, “possível” ou “remota”, de acordo com o prognóstico de condenação.

Art. 3º No preenchimento das informações, devem ser considerados os valores tidos como “expectativa de condenação”, que representa o valor, em reais, que o advogado da Ebserh estima ser a condenação, ou seja, o efetivo valor econômico envolvido na demanda.

Art. 4º Deve, ainda, ser considerada a natureza da ação - trabalhista, cível, previdenciário ou tributário - e o prognóstico - possível ou provável.

§1º Os valores referentes às ações judiciais com prognóstico remoto não precisam ser informados.

§2º A classificação do prognóstico como provável, possível e remoto deve observar os seguintes conceitos:

a) Provável: ação que há maior probabilidade da Ebserh perder (a chance de perder é maior que a de ganhar). A demanda será classificada como “provável”, por exemplo, quando houver decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.

b) Possível: a chance de perder é menor que provável, mas maior que remota. A demanda será classificada como “possível” quando ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.

c) Remoto: pequena chance da Ebserh perder. A demanda será classificada como “remota” quando há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou a obrigação já foi devidamente cumprida e não acarretará novos custos à Ebserh.

§3º A análise do prognóstico deve considerar, ainda:

a) Se o direito invocado pelo autor encontra amparo na norma jurídica vigente;

b) Se o conjunto probatório dos autos é suficiente para amparar o pedido;

c) Se há precedentes judiciais e jurisprudenciais, permitindo confrontar decisões judiciais favoráveis e desfavoráveis.

§4º Considerando que tais informações já constam nas colunas obrigatórias das Planilhas de Fluxo Processual Contencioso instituídas por meio da Ordem de Serviço nº 01/2016, de 16 de agosto de 2016, o Setor Jurídico deve consolidar os dados e preencher o Anexo I – Riscos Fiscais.

Art. 5º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Andréa Garcia Sabião

Anexo IV

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Mensagens Comunica - SIAFI

__ SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)

25/04/2017 21.41 SALDOS DIFERENTE DE ZERO USUARIO: ALEX

ORGAO: 26443 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES TELA: 001

DEZEMBRO DE 16 - ENCERRADO POSICAO ATE O MES EM 28JAN2017 AS 00:20

CONTA / UG GESTAO

SALDO EXERC. ANT. MOVIMENTO DEVEDOR MOVIMENTO CREDOR SALDO ATUAL

-----GLOBAL(REAL+OUTRAS MOEDAS) EM REAL

2.2.8.4.1.00.00 ADIANT. FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - CONSOL

83966185,90- 0,00 45966918,44 129933104,34 C

155007/26443 EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

83966185,90- 0,00 45966918,44 129933104,34 C

Anexo V

Depreciação Acumulada - Bens Móveis

Mensagens Comunica - SIAFI

__ SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)_____

25/04/17 22:16

USUARIO : ALEX

PAGINA : 1

UG EMITENTE : 155007 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

GESTAO EMITENTE : 26443 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES

POSICAO : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO

CONTA CONTABIL : 123810100 - DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
P 123110101	1.440,07 C
P 123110102	712.041,08 C
P 123110103	43.477,01 C
P 123110105	60.848,79 C
P 123110108	68,69 C
P 123110121	6.066,67 C
P 123110124	110.450,20 C
P 123110125	1.435,62 C
P 123110201	17.736.994,82 C
P 123110301	40.123,37 C
P 123110302	32.608,21 C
P 123110303	923.104,69 C
P 123110405	124.383,80 C
P 123110501	266,62 C
P 123119909	600.951,59 C
TOTAL COM ISF P - PERMANENTE. :	20.394.261,23 C
TOTAL DA CONTA :	20.394.261,23 C

SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCETE (BALANCETE CONTABIL)

25/04/17 22:14

USUARIO : ALEX

PAGINA : 1

UG EMITENTE : 155007 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

GESTAO EMITENTE : 26443 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES

POSICAO : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO

CONTA CONTABIL : 123810600 - AMORTIZACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
P 123210700	76.819,99 C
P 123210800	28.077,20 C
TOTAL COM ISF P - PERMANENTE. :	104.897,19 C
TOTAL DA CONTA :	104.897,19 C